



ANAIS 2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ

Magnífica Reitora

Profa. Ma. Fátima Aparecida da Cruz Padoan

Diretor do *Campus* Jacarezinho

Prof. Dr. Fábio Antonio Neia Martini

Coordenador Geral

Prof. Dr. Mateus Luiz Biancon

Coordenadora de Imagens e Multimídia

Profa. Dra. Carolina Borghi Mendes

Coordenador do Comitê Científico

Prof. Dr. Luiz Fabiano Zanatta

Design Gráfico

Edson Godinho

Comitê Científico

Prof. Dr. Luiz Fabiano Zanatta

Prof. Dr. Mateus Luiz Biancon

Prof. Dr. Nilson César Bertóli

Prof. Dr. Jorge Sobral da Silva Maia

Profa. Dra. Ana Lúcia Olivo Rosas Moreira

Prof. Dra. Vera Lucia Bahl de Oliveira

Profa. Dra. Carolina Borghi Mendes

Prof. Dr. Everton Ribeiro

Profa. Dra. Silvia Piedade de Moraes

Prof. Dr. Anderson Francisco Ribeiro

Comissão Organizadora

Prof. Dr. Mateus Luiz Biancon

Prof. Dr. Fernando Emmanuel Gonçalves Vieira

Prof. Dr. Ricardo Desidério da Silva

Profa. Dra. Carolina Borghi Mendes

Profa. Dra. Elaine Sartori Diniz Stramare

André Luiz da Silva Cazula

Martielen Martin de Carvalho

Rosa Lucia Ramos Vita Almeida

Suelene Manfre Francisco de Oliveira

Luan de Oliveira Antunes

Melina Petermann Dias Spagnuolo

Elaine Sartori Diniz Stramare

APRESENTAÇÃO

A Universidade Estadual do Norte do Paraná, Campus Jacarezinho, Centro de Ciências Humanas e da Educação apresenta os Anais da VI JORESP – Jornada Regional de Educação Sexual do Paraná e I CESC – Congresso de Educação em Sexualidades Crítica com tema **Ato de Educar é um Ato Político: a plenitude humana condicionada à superação dos antagonismos sociais**

"A VI Jornada Regional de Educação Sexual do Paraná (JORESP) e o I Congresso de Educação em Sexualidades Crítica é um projeto de extensão pertencente ao Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade Estadual do Norte do Paraná que visa proporcionar às/aos estudantes e profissionais da Saúde e Educação uma discussão a respeito das questões de gênero e as sexualidades no contexto educacional brasileiro a partir da realidade histórica objetiva, entendendo as contradições na construção da humanidade. O objetivo é proporcionar às/aos professoras/es, estudantes, pesquisadoras/es, como diversos agentes sociais e da saúde pública a reflexão crítica, problematizadora, sistemática, com questões ligadas a Educação para a Saúde e as Relações de Gênero e em Sexualidades nas suas leituras, análises, compreensões e relações consigo mesmo, com os outros e com o mundo, proporcionando a produção e a inter-relação das diversas formas de conhecimento, bem como promover de forma crítica reflexões sobre Formação de Professoras/es para atuar na escola pública com os elementos da prática social trazendo as questões de gênero nos diversos ambientes formais e informais."

Apresentamos às/aos participantes e toda comunidade científica os trabalhos apresentados na sexta edição da JORESP e primeira edição da CESC da UENP.

PROGRAMAÇÃO VI JORESP E I CESC – UENP – CJ

ATO DE EDUCAR É UM ATO POLÍTICO: a plenitude humana condicionada à superação dos antagonismos sociais

Dia 21 de Setembro (Sexta)

CREENCIAMENTO

Local: PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional – CJ/UENP
Horário: 8h às 20h

MANHÃ/TARDE

APRESENTAÇÃO E EXPOSIÇÃO DE PÔSTERES

Local: Centro Cultural Prof. Isidoro Selonk – Campus Jacarezinho – UENP
Horário: 8h às 17h

Banca examinadora da Apresentação dos Trabalhos

Prof. Dr. Ricardo André Ferreira Martins – UENP
Prof. Dr. Márcio Luiz Carreri – UENP
Prof. Dr. George Francisco Santiago Martin – UENP

OFICINAS

Local: Bloco III – Ciências Biológicas do CCHE/CJ
Horário: 10h às 12h

MESA REDONDA I

Local: Auditório do PDE do CJ/UENP
Horário: 13h às 14h30

Tema: Deslocamento (Bio)políticos e educação: escola sem partido, ideologia de gênero e as supressões das diferenças por milícias ressentidas.

Palestrantes: Profa. Dra. Fabiana Aparecida de Carvalho – UEM
Prof. Me. Alexandre Luiz Polizel – UEM
Mediador: Prof. Dr. Luiz Fabiano Zanatta – UENP

COMUNICAÇÕES ORAIS

Local: Auditório do CCHE/CLCA do CJ/UENP
Horário: 15h às 18h

Banca examinadora da Apresentação dos Trabalhos

Prof. Dr. Luiz Fabiano Zanatta – UENP
Profa. Dra. Vera Lúcia Bahl de Oliveira – UEL
Profa. Dra. Ana Lúcia Rosas Moreira – UEM
Prof. Dr. Nilson César Bertóli – UFSM

NOITE

CERIMÔNIA DE ABERTURA

Local: Auditório do PDE/CJ – UENP
Horário: 19h30 min

APRESENTAÇÃO CULTURAL

Local: Auditório do PDE/CJ – UENP

Horário: 19h45 min

TEATRO / NARRAÇÃO

Nome da apresentação: A cidade dos Prendedores (Parte do espetáculo “aTERRA”)

Direção: Advane Néia; Texto e Atuação: Renan Bonito; Técnica: Gabriele Christine.

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Local: Auditório do PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional

Horário: 20h.

Tema: O golpe de 2016 e as políticas públicas voltadas às questões de gênero e as sexualidades.

Conferencistas: Prof. Dr. César Nunes – UNICAMP/SP

Profa. Dra. Eleonora Menicucci de Oliveira – UNIFESP/SP

Profa. Dra. Janaina Barbosa de Oliveira – USP Ribeirão Preto/SP

Senhora Margot Jung – Servidora Administrativa da UEM/PR

Mediador: Prof. Dr. Mateus Luiz Biancon – UENP/PR

COFFEE BREAK**JANTAR DE ABERTURA DO VI JORESP E I CESC/UENP (por adesão)****Dia 22 de Setembro (Sábado)****MANHÃ****PREMIAÇÃO DOS TRABALHOS****ENTREGA DOS CERTIFICADOS**

Local: Auditório do PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional

Horário: 8h

NOITE**BAILE DE MARCHINHA**

Local: Rua Santos Dumont, 131 (Esq. Praça Rui Barbosa)

Horário: 18h às 22h

Programação integrante da estreia da peça “aTERRA” e Pré-marcha

Dia 23 de Setembro (Domingo)**TARDE****PRIMEIRA MARCHA CULTURAL DA DIVERSIDADE ALGBTI+ DE JACAREZINHO**

Local: Centro de Ciências Humanas e da Educação e Centro de Letras, Artes e Comunicação da UENP.

Horário: 14h às 22h

Tema: O que define a minha família é o amor. E a sua?

Dia 24 de Setembro (Segunda)

MESA REDONDA

Local: Auditório do PDE – CJ – UENP

Horário: 14h

Tema: Encontro de vozes: perspectivas de gênero na literatura.

Participantes: Profa. Dra. Cláudia Maria Ceneviva Nigro – UNESP/Campus de São José do Rio Preto

Profa. Dra. Flávia Andrea Rodrigues Benfatti – Universidade Federal de Uberlândia/UFU.

Profa. Dra. Juliane Camila Chatagnier – Instituto Federal de São Paulo (IFSP) – Campus Barretos.

Profa. Dra. Marcela Ernesto dos Santos - Instituto Federal De Mato Grosso do Sul (IFMS) - Campus Nova Andradina.

MEDIADORA: Profa. Dra. Luciana Brito – UENP/CJ.

MESA REDONDA

Local: Auditório do PDE – CJ – UENP

Horário: 19h30 min.

Tema: Educação em Sexualidades Crítica: as questões de gênero e sexualidade e a aproximação com os fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica.

Participantes: Profa. Dra. Claudia Bonfim – Faculdade de Ensino Superior Dom Bosco – CCP/PR

Profa. Dra. Daniele Cristina de Souza – Universidade Federal do Triângulo Mineiro – Uberaba/MG

Prof. Dr. Mateus Luiz Biancon – Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/PR

Mediador: Prof. Dr. Jorge Sobral da Silva Maia – Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/PR

COFFEE BREAK
Dia 25 de setembro (Terça-feira)
PALESTRA

Local: Auditório do PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional

Horário: 13h

Tema: Sexualidades e repressão: uma História da pornografia no Brasil.

Conferencistas: Prof. Dr. Anderson Francisco Ribeiro

NOITE**APRESENTAÇÃO CULTURAL**

Local: CAT – Conjunto Amador de Teatro

Horário: 20h

Ballet de Londrina

Nome da apresentação: Oração pelo Fim do Mundo

Direção e Criação: Leonardo Ramos

Ensaaiador: Marciano Boletti

Direção de Produção: Danieli Pereira

Sonoplastia: The Silent Ballet/ Lost Children Project

Elenco: Alessandra Menegazzo, Ariela Pauli, Marciano Boletti, Nayara Stanganelli, Viviane Terrenta, Matheus Nemoto, Lucas Manfré, Thaisa Moraes, Higor Vargas, Hugo Zati, Robson Bento, Ione Queiroz e Talita Terra.

Iluminação: Ricardo Grings

Técnico de Palco: Romildo Ramalho

Realização: FUNCART - Fundação Cultura Artística de Londrina

MINICURSO A (8h)

Data: 24 e 25 de setembro das 8h às 12h

Local: Bloco 3 – Laboratório de Microscopia

Tema: Encontro de vozes e o HIV: a biologia, a medicina, as políticas públicas da 19ª Regional de Saúde, as experiências da CISNORPI e da Vigilância Epidemiológica de Jacarezinho, a convivência com o vírus, o Encontro Estadual de Protagonismo Juvenil na Prevenção das IST e a Formação de Professores de Ciências e Biologia.

Participantes: Profa. Dra. Cibele Bender Raio – UENP/Jacarezinho.

Prof. Dr. Mateus Luiz Biancon – UENP/Jacarezinho.

Bioquímico Dr. Narciso Junior Vieira

Médica Infectologista Daniele Orlandini

Me. Milene Moraes Vieira – Enfermeira da Vigilância Epidemiológica da 19ª Regional de Saúde de Jacarezinho

Esp. Suelene Manfre Petermann Dias Spagnuolo – Enfermeira e diretora do Setor de Vigilância Epidemiológica da SMS de Jacarezinho

Esp. Janaína Luiz Pereira – Enfermeira chefe do centro regional de especialidades da CISNORPI (Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro).

MINICURSO B (4h)

Data: 25 de setembro das 15h às 18h

Local: Bloco 3 – Laboratório de Bioquímica

Tema: IST – Infecções Sexualmente Transmissíveis: sífilis, gonorréia e hepatites virais.

Participantes: Prof. Dr. Dyego Leonardo Ferraz Caetano – UENP/Jacarezinho.

Esp. Suelene Manfre Petermann Dias Spagnuolo – Enfermeira e diretora do Setor de Vigilância Epidemiológica da SMS de Jacarezinho

SUMÁRIO

SUMÁRIO	8
RESUMOS	9
ARTIGOS	33
EDUCAÇÃO SEXUAL: DA FORMAÇÃO INICIAL A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO DO CAMPO	34
GEOGRAFIA E SEXUALIDADE: SENSIBILIZAÇÃO AO RESPEITO PELA DIVERSIDADE SEXUAL E A TENTATIVA DE UMA ANÁLISE SOBRE O COLÉGIO ESTADUAL “ANDRÉ SEUGLING”, EM CORNÉLIO PROCÓPIO – PR	42
“PEDAGOGIA DO EU” NAS REDES SOCIAIS: CORPOS QUE SE EDUCAM, CONFESSAM E CONSTITUEM-SE	48
DA ANÁLISE CRÍTICA DE MATERIAL DIDÁTICO SOBRE DIVERSIDADE	59
OFICINA SOBRE SEXUALIDADE COM JOVENS DO ENSINO MÉDIO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	68
BIFOBIA: PRECONCEITO EXISTENTE DENTRO DA PRÓPRIA COMUNIDADE LGBT+	78
MULHERES APENADAS: O QUE DIZEM AS POLÍTICAS PÚBLICAS X A REALIDADE	87
REVISÃO SISTEMÁTICA NOS BANCOS DE TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE A TEMÁTICA DE EDUCAÇÃO SEXUAL E SEXUALIDADE	98
EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA, DIVERSIDADE E OS TEMAS GERADORES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA	109
O REBANHO ESCOLA SEM PARTIDO SOB UMA HERMENÊUTICA NIETZSCHEANA	119
ANÁLISE CRÍTICA DA TEMÁTICA SEXUALIDADES EM LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS DO PNLD PARA USO EM UMA ESCOLA ESTADUAL	132
ISABEL CERRUTI NAS PÁGINAS DO JORNAL ANARQUISTA A PLEBE – AÇÕES, TEORIAS E PREOCUPAÇÕES (1917 – 1934)	149
COMPREENDENDO O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SEXUAL EM DUAS SALAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: LIMITAÇÕES A SEREM SUPERADAS	160
A LIBERDADE SEXUAL COMO CONSTITUINTE DA IDENTIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE A LEGISLAÇÃO ATUAL EM RELAÇÃO À INTERSEXUALIDADE	171
EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADES CRÍTICA: ESTUDO SOBRE A MATRIZ DE AVALIAÇÃO PROCESSUAL DE CIÊNCIAS	180
POSSIBILIDADES DA ESCRITA EM “E SE EU FOSSE PUTA”, DE AMARA MOIRA	189
CONTRIBUIÇÕES DOS RECURSOS DIDÁTICOS À FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES/AS NA TEMÁTICA SEXUALIDADES	197
A INEFICIÊNCIA LEGISLATIVA NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS SEXUAIS E A NECESSIDADE DO ATIVISMO JUDICIAL	205
EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADES CRÍTICA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES: UM OLHAR PARA O PDE – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	216

RESUMOS

PERCEPÇÃO E DISCRIMINAÇÃO DO FEMINISMO NO DIREITO BRASILEIRO

ALMEIDA, Lais B de.
Discente do Curso de Graduação em Direito
Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP
burgemeisterlais@gmail.com

SANTIAGO, Brunna R.
Graduada no curso de Direito
Universidade de Tiradentes - UNIT
Mestra em Ciência Jurídica
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP
Advogada do Projeto de Extensão “Núcleo Maria da Penha – NUMAPE” – UENP

DIREITO SEXUAL E ANTIDISCRIMINATÓRIO

RESUMO

A discriminação sexual no Brasil ainda é uma realidade diária. A percepção negativa do feminino persiste na mentalidade social do país. Dessa forma, podemos observar em nossa sociedade que: quanto mais evidente ou aparente valores ditos “femininos” mais suscetíveis as pessoas são para sofrer qualquer tipo de violência e discriminação. Isso é importantíssimo para entender que a questão da discriminação sexual está profundamente ligada ao machismo e até mesmo o direito enquadra-se nesse aspecto, pois o legislativo e a jurisdição ainda se fundamentam em interpretações tradicionais que não condizem com o pluralismo de nossa sociedade. Portanto, a mentalidade machista tem um papel fundamental no fortalecimento dos estereótipos de identidade de gênero e interfere prejudicialmente em todos os aspectos estruturantes da sociedade brasileira. Como por exemplo, limitar a autonomia do cidadão e sua liberdade privada. Logo, a discriminação fere o princípio constitucional da isonomia e o direito de escolha. Nesse contexto, faz-se necessária a aplicabilidade de medidas aptas a impedir os operadores de direito reproduza o anacronismo. Nesse trabalho utilizou-se o método dedutivo que parte de uma perspectiva geral, em relação a mentalidade machista brasileira, afinando assim, para uma perspectiva específica, que parte da maneira que essa mentalidade influencia a interpretação do direito.

Palavras chave: Discriminação. Direito. Feminismo. Machismo.

CORPO E AS IDENTIDADES NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

BISCARO, Marlene Vitória
Docente do Curso de Graduação em Educação Física e Pedagogia
Faculdade Dom Bosco de Cornélio Procopio
mavibijogos@gmail.com

GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO

RESUMO

Muito tem se falado sobre o corpo nas mais diversas áreas do conhecimento, mas a constituinte da representação da construção das identidades de gênero, permeadas nos currículos escolares é um assunto que ainda precisa ser amplamente debatido e refletido na escola, em especial, na disciplina de Educação Física. Nesse sentido, a pesquisa objetivou compreender de que forma se dá a produção de sujeitos e suas identidades de gênero nas práticas atuais da Educação Física. Para tanto, nos amparamos metodologicamente na abordagem qualitativa, bibliográfica com aporte de campo, fundamenta-se em Bauman, Bonfim, Louro e Neira, para coleta de dados foi utilizado observação direta, com diário de anotações das aulas de Educação Física, em uma turma do 6º ano, com 15 meninos e 13 meninas, durante um bimestre em uma instituição pública. Constatou-se que em pleno século XXI, as aulas de Educação Física traz consigo resquícios históricos do militarismo, com metodologias em que pautam-se na disciplinarização dos corpos, distinção das habilidades físicas, busca exacerbada da competição e separação dos meninos das meninas, acentuando assim as diferenças. Portanto, consideramos que faz se necessário, um olhar diferenciado as práticas da Educação Física, que respeite à diversidade de gênero e principalmente a compreensão de que o outro, independente do seu corpo, de sua orientação e suas habilidades, precisa ser respeitado.

Palavras chave: Gênero. Currículo. Práticas Corporais. Corpo. Cultura

GÊNEROS E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO DE ADOLESCENTES E JOVENS

VILAS BOAS, Carolina; BENDER, Alex; MARCONDES, Marcela.
Discentes do Curso de Graduação em Psicologia
Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP/Assis
carolvb93@gmail.com; alexbaere@hotmail.com; marcela.sjc@hotmail.com.

DE SOUZA, Leonardo Lemos.
Graduado em Psicologia, Mestre em Psicologia pela UNESP e Doutor em Educação pela UNICAMP, Livre-docente em Psicologia do Desenvolvimento pela UNESP. Professor Adjunto no Universidade Estadual Paulista - UNESP atuando na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia do PsiCUqueer - Psicologias, Coletivos e Culturas Queer, do Grupo de Pesquisa Psicologia, Subjetividade e Produção do Conhecimento e do GT Psicologia e Gênero da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia - ANPEPP.

GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO

RESUMO

Com o objetivo de informar e discutir sobre questões de gêneros e sexualidades, abarcando noções básicas de identidades e expressões de gênero, orientação sexual, feminismo, prevenção de ISTs e gravidez na adolescência. Metodologia: Seleção de uma escola da rede pública e do público alvo, neste caso, jovens da primeira série do E.M. O projeto foi realizado seguindo um modelo de encontros semanais com cada turma e um encontro mensal aos sábados, em sala de aula de forma horizontal, a partir de rodas de conversas, discussões, atividades dinâmicas, expositivas, contando com a ajuda de material gráfico, multimídia, participação de colaboradores, etc. Resultados e Discussão: Os resultados foram positivos, em relação ao envolvimento dos alun@s, às mudanças sutis na postura em relação às diferentes sexualidades/gêneros, ao engajamento dentro e fora da escola, aos trabalhos desenvolvidos em conjunto, respeitando as particularidades de cada um e propondo espaço às diferentes opiniões e posições. Conclusão: Assim como no panorama nacional, constatou-se na instituição que aconteceu o projeto a falta de compromisso com as temáticas trabalhadas e a carência de um ensino inclusivo e que respeite as diversidades de fato, o que desdobrou em falhas na comunicação por parte da administração escolar e pela resistência de alguns profissionais em contribuir com o bom andamento do projeto.

Palavras chave: Psicologia da Educação. Gêneros. Sexualidades. Escola. Jovens.

O PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS NO MEIO ESCOLAR

Cesário, Roberta Carvalho
Discente do Curso de Especialização em Educação Ambiental
Faculdade de Educação São Luís – FESL
roberta.carvalho@hotmail.com

Rocha, Maria Beatriz da Silva
Discente do Curso de Graduação em Ciências Biológicas – UENP/CLM

EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E A DIVERSIDADE

RESUMO

Ser cidadão está diretamente relacionado com a democracia. Um cidadão deve estar ciente do seu papel na sociedade, sendo assim, a cidadania deve ser um assunto debatido nas salas de aulas. A educação ambiental (EA) surgiu para suprir as questões não abordadas pela educação formal, de modo que os alunos tivessem a oportunidade de desenvolver perspectivas éticas sobre o meio onde estão inseridos. A inclusão da EA no processo educacional é indispensável na formação de sujeitos conscientes do futuro da natureza e consequentemente da humanidade. Dentre as três macrotendências duas foram discutidas nesse artigo, sendo: a EA conservadora que visa uma transformação pontual, ou seja, do indivíduo e não da sociedade. Já a EA crítica contribui para a formação de cidadãos conscientes da sua participação no meio ambiente. Nesse sentido a EA crítica transforma a percepção do ambiente, proporcionando reflexões sobre a situação do ambiente e as consequências socioeconômicas geradas, transformando indivíduos em cidadãos. É imprescindível que ocorra um debate das questões relacionadas com a degradação do meio ambiente, principalmente sobre as desigualdades sociais que essa situação gera na população, é importante compreender o papel das grandes indústrias, produtores rurais e aí se encaixa a participação ativa de cidadãos que conhecem seus direitos e deveres e que se preocupam com o futuro do planeta como um todo. Esse artigo tem como objetivo apresentar um breve histórico da EA e descrever como a cidadania e a EA estão sendo relacionadas na literatura, dando exemplos de ações que auxiliam nesse processo.

Palavras chave: Educação Ambiental. Cidadão. Reflexão. Crítica.

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA SOBRE HIV E AIDS NO YOUTUBE

Dias, Daiana Aparecida
Discente no curso de Graduação em Ciências Biológicas
Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP/CJ
daiana_bio74@hotmail.com

Murakame, Kristina Toyoko Alves
Discente no curso de Graduação em Filosofia
Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP/CJ
kristinatoyoko.murakami@hotmail.com

Raio, Cibele Bender
Docente do Curso de Ciências Biológicas
Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP/CJ
cibele.raio@uenp.edu.br

GÊNERO E TECNOLOGIA

RESUMO

O Brasil lidera o ranking de novas infecções por HIV na América Latina. A falta de conhecimento científico sobre o assunto está atrelada a comportamentos de risco de contaminação e, também, está relacionada com a estigmatização de preconceitos contra os portadores do vírus. Assim, as ferramentas de divulgação científica, como vídeos do YouTube, podem contribuir para prevenção efetiva da transmissão do vírus e o fim do preconceito relacionado à doença. Neste contexto, o presente trabalho teve como objetivo analisar as informações sobre HIV/AIDS disponíveis em canais de divulgação científica na maior plataforma de vídeos da internet. A pesquisa quantitativa foi realizada através da análise dos 21 canais do YouTube que se autodenominam de divulgação científica (o Science Vlog Brasil). Os vídeos publicados até 31 de dezembro de 2017, foram listados por títulos e os que apresentavam as palavras AIDS e HIV foram examinados. Avaliou-se o conteúdo apresentado, o número de visualizações, de like, de dislike e de comentários. Ao total, foram elencados 4.051 vídeos, dos quais apenas dois tratavam sobre o tema. O vídeo “Respondendo perguntas sobre AIDS”, do canal do Pírua, possuía, no momento da pesquisa, 65.642 visualizações, 9.400 like, 179 dislike e 775 comentários. O vídeo “A cura do HIV”, do canal BlaBlálogia, apresentou 44.184 visualizações, 6.000 likes, 41 dislike e 288 comentários. Tendo em vista os aspectos observados, há uma carência de vídeos de divulgação científica em canais destinados para discussões científicas. Assim, faz-se um alerta sobre a importância de se ampliar o tema na educação não-formal.

Palavras chave: Canais. Vírus. Vídeos.

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA SOBRE HOMOSSEXUALIDADE NO YOUTUBE

Domingues, Bruno
Discente do Curso de Graduação em Ciências Biológicas
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ
brunnodomin@gmail.com

Oliveira, Paula Beatriz Ferreira de
Discente do Curso de Graduação em Ciências Biológicas
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ
paulabfoliveira@gmail.com

Raio, Cibele Bender
Docente do Curso de Ciências Biológicas
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ
cibele.raio@uenp.edu.br

GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO

RESUMO

A reprodução de concepções estereotipadas advém da ausência de informação ou de divulgação errônea de uma determinada informação, o que ocorre com a temática homossexualidade. Assim sendo, é necessário analisar o conteúdo divulgado em redes sociais de amplo acesso como o YouTube e suas respectivas contribuições, positivas ou negativas, no estudo das sexualidades. Esta pesquisa tem como objetivo quantificar vídeos postados em canais pertencentes ao ScienceVlogs Brasil, que apresentem a temática homossexualidade, e analisar as informações divulgadas. Para isso, foram analisados vídeos postados até dezembro de 2017 e que apresentavam o título relacionado com a temática homossexualidade. Todos os vídeos encontrados nesta categoria foram listados e a análise dos conteúdos abordados nos vídeos tiveram como critério a conformidade ou não conformidade com as especificações do “Manual de Comunicação LGBT”, elaborado pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e as “Orientações Sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos”, elaborado por Jesus (2012). Foram encontrados 17 vídeos em 10 canais, sendo os assuntos com maior abordagem: aspectos religiosos sobre a homossexualidade, cura gay, naturalização da homossexualidade, casamento homoafetivo, homossexuais e a doação de sangue, os direitos das pessoas LGBTs e homofobia. A maioria dos vídeos enfatizaram o uso da expressão orientação sexual ao invés de opção sexual e fizeram distinção da homossexualidade, que é uma orientação sexual, em relação à transexualidade e travestilidade, que são identidades de gênero. Entretanto, persistiu-se a determinação biológica e psicológica na homossexualidade, esquecendo-se dos aspectos socioculturais, filosóficos e éticos envolvidos na sexualidade humana.

Palavras chave: Estereótipos. LGBTfobia. Sexualidades. Redes sociais.

OFICINAS SOBRE SEXUALIDADE PARA ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

Santos, Lara Moura dos
Discente do Curso de Graduação em Ciências Biológicas
Universidade Estadual de Londrina

Pinheiro, Sávio da Silva
Discente do Curso de Graduação em Ciências Biológicas
Universidade Estadual de Londrina

Bugança, Michely da Silva
Discente do Curso de Graduação em Ciências Biológicas
Universidade Estadual de Londrina

Oliveira, Vera Lucia Bahl
Docente do Curso de Graduação em Ciências Biológicas
Universidade Estadual de Londrina

GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO

RESUMO

O termo sexualidade dentro do ambiente escolar ainda é tratado como tabu e os professores de maneira geral provavelmente não receberam qualificação para isso ou os colégios não são receptivos à temática. Diante de tal fato, o PIBID Biologia UEL desenvolveu em horário de contra turno oficinas para alunos do Ensino Médio, com objetivo de esclarecer dúvidas, abordar aspectos fisiológicos para que alunos adolescentes pudessem compreender as modificações do corpo, a ação dos hormônios e a transformação de adolescente para adulto. No primeiro dia de oficina, os estudantes tiveram contato com os bolsistas por meio da dinâmica conhecida por *semáforo*. De maneira anônima escreveram dúvidas que lhes eram pertinentes e conforme os teores das perguntas colocavam em uma das cores do semáforo. Após, foram trabalhadas noções gerais de anatomia e métodos contraceptivos. No segundo dia de oficina, sobre o sistema genital humano; foram analisadas, as funções fisiológicas enfatizando dois hormônios LH e FSH. Assim, os estudantes receberam para analisar situações hipotéticas de problemas de vidas de adolescentes, deveriam sugerir atitudes adequadas ou quais métodos contraceptivos seriam indicados para prevenir uma gravidez indesejada ou barreira contra infecções; ter diálogo ou procurar ajuda médica. Já no terceiro dia, os estudantes conheceram as principais ISTs. Por símbolos em papéis que representavam determinadas ISTs em trânsito, conforme trocavam os símbolos, no final saberiam se estavam ou não contaminados por algum tipo de infecção. Ao final das oficinas os estudantes já se sentiam mais à vontade em fazer perguntas pessoalmente, o diálogo tornou-se mais aberto.

Palavras chave: Educação Sexual.

A JUSTIÇA E A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS NAS QUESTÕES DE GÊNERO

Rufino, Séfora Rodrigues
Acadêmica de Direito, Faculdade Dom Bosco, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em
Educação e Sexualidade, GEPES PET MEC FDB
seforaro@hotmail.com

Rufino, Sirley Rodrigues
Acadêmica de Direito, Faculdade Dom Bosco, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em
Educação e Sexualidade, GEPES PET MEC FDB

Bonfim, Cláudia Ramos de Souza
Pós-Doutora em Educação, Docente da Faculdade Dom Bosco, Coordenadora do Grupo de
Estudos e Pesquisas em Educação e Sexualidade
Agência financiadora: PET MEC FNDE

DIREITO SEXUAL E ANTIDISCRIMINATÓRIO

RESUMO

Apesar da extensa busca por igualdade de gênero nas campanhas feministas e transexuais, quando diante do acesso à justiça para exercerem seus direitos, ainda que constitucionais, se encontram frente à magistrados e operadores do Direito que se esquivam dessas situações, protelando processos, decidindo por sua íntima convicção, por vezes, frustrando o próprio direito, diante disto, este estudo de caráter bibliográfico-explicativo-jurídico-teórico, tem como objetivo esclarecer se o Poder Judiciário tem atuado na efetivação de direitos relacionados às questões de gênero. Fundamenta-se especialmente em Fabrízia, Pessoa, Serafim e Bernardes. Questiona-se: A justiça está livre da discriminação de gênero, sendo exclusivamente garantidora de direitos? Conceitua-se discriminação e igualdade; apresenta-se o conceito de gênero e seu surgimento; aborda-se a evolução histórica jurídica de campanhas de igualdade de gênero; aponta-se as conquistas legislativas nacionais e internacionais de igualdade; apresenta-se as dificuldades encontradas ainda hoje na aplicação da igualdade de gênero. Considera-se que, apesar das extensas modificações legislativas com o objetivo de sanar as desigualdades de gênero, ainda verifica-se que o forte preconceito instalado na sociedade patriarcal brasileira permanece evidente na convicção íntima dos operadores do Direito, de maneira a incidir na aplicação de direitos inquestionáveis, fundamentando sob sua visão e não sob a luz do ordenamento jurídico igualitário e justo que se deve aplicar.

Palavras chave: Gênero. Desigualdade. Judiciário. Direitos. Preconceito.

**ESQUINA DA REPRESSÃO COM A VIOLÊNCIA, À ESQUERDA BRILHA UM
LAMPIÃO: HISTÓRIA E LUTA DE UM DOS JORNAIS BRASILEIROS
PIONEIROS NAS QUESTÕES DE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO (1978-
1981)**

Valim, Gustavo Pereira
Discente do Curso de Graduação em História
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ

Zioli, Miguel
Graduado em História pela Universidade de São Paulo – USP, Mestre e Doutor pela
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP
Professor Colaborador no Departamento de História da Universidade Estadual do Norte do
Paraná – UENP/CJ

DIREITO SEXUAL E ANTIDISCRIMINATÓRIO

RESUMO

A mídia, historicamente, sempre teve um importante papel na disseminação de notícias, ideias e projetos nos mais diversos setores da sociedade brasileira. Hoje, a internet é o principal veículo de comunicação de boa parte da população do Brasil e, por seu caráter democrático, deu voz a minorias sociais até então silenciadas pelos responsáveis na propagação das notícias. Antes do meio digital, um dos principais encarregados pela difusão de informações era o jornal impresso, que teve forte influência em diferentes momentos da história político-social deste país. O foco deste trabalho é apresentar a história de um desses geradores de opinião, que em plena Ditadura Civil-Militar, decidiu abrir um debate em relação a um tema até hoje polêmico no meio social: gênero e sexualidades. *O Lampião da Esquina*, jornal idealizado por um grupo de intelectuais homossexuais, teve sua primeira edição publicada em 1978 e tinha em seu cerne a disseminação da cultura homossexual para todo o território nacional. Esta pesquisa então busca alavancar a história e os desafios enfrentados pelos editores desse impresso e discorrer acerca de algumas das pautas levantadas pelo veículo, que foi um dos meios pioneiros na difusão da cultura LGBTQ+ no Brasil, em um momento em que a censura e repressão do regime militar estavam incrustados no cenário político nacional.

Palavras chave: Homossexualidade; Ditadura Civil-Militar, mídia, O Lampião da Esquina.

URGÊNCIA DE FORTALECIMENTO: NÚCLEO MARIA DA PENHA (NUMAPE/UENP) EM PROL DA APLICABILIDADE DAS MEDIDAS PROTETIVAS

TORRES, Ana Gabriela B.
Advogada.

Pós-graduanda em Direito do Trabalho e Previdenciário pela “Faculdades Integradas de Ourinhos” – FIO.
Graduada em Direito pela Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – FAESO.
anagabrielatorres.adv@outlook.com

SANTIAGO, Brunna R.

Mestra em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP
Graduada em Direito pela Universidade Tiradentes – UNIT. Advogada do Projeto de Extensão "Núcleo Maria da Penha - NUMAPE" - UENP.

POLÍTICAS PÚBLICAS, GÊNERO E SEXUALIDADE

RESUMO

O Direito instituiu, em seu ordenamento jurídico, as medidas protetivas de urgência, as quais se destinam a proteger pessoas. No caso da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), as referidas medidas, de natureza urgente, conhecidas como uma importante e necessária arma para a eficácia do processo, visam principalmente à proteção da mulher em situação de violência doméstica. Intenta-se relacionar o exposto com a realidade de Jacarezinho/PR, onde, a partir de uma atuação jurídica e psicológica, o Núcleo Maria da Penha (NUMAPE/UENP) instituído pelo programa “Universidade Sem Fronteiras” – SETI/USF e implementado na Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, busca garantir a aplicabilidade das medidas protetivas de urgência. Nesta pesquisa, objetiva-se discutir a importância e urgência de desenvolvimento do fortalecimento da mulher na aplicabilidade das medidas, haja vista que este é um trabalho que não depende exclusivamente dos operadores do direito, mas também da própria mulher. Pois, de nada adiantaria o direito instituir tais medidas, sem que a vítima comunique ao Judiciário, à delegacia ou até mesmo ao NUMAPE, eventual descumprimento, para que seja instituída punição correspondente ao agressor. Utilizou-se o método dedutivo, a partir da análise geral das medidas protetivas de urgência, até um aprofundamento específico do estudo da aplicabilidade dessas medidas em Jacarezinho/PR. É de suma relevância que as próprias mulheres se sintam estimuladas e fortalecidas o suficiente para que assim possam buscar esses órgãos de apoio e informar que a medida restou descumprida para uma maior aplicabilidade e eficácia destas.

Palavras chave: Feminismos. Políticas de fortalecimento da mulher. Núcleo Maria da Penha. Medidas Protetivas de Urgência.

DNA *FINGERPRINT* EM CASOS DE ESTUPRO: POR UMA DEFESA DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Scucuglia, Lucas dos Anjos
Discente do Curso de Graduação em Direito
Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP/CJ
lucascucuglia@hotmail.com

POLÍTICAS PÚBLICAS, GÊNERO E SEXUALIDADE

RESUMO

Alec Jeffreys, em meados década de 80, desenvolveu uma técnica inovadora, indolor e acessível, conhecida como “DNA fingerprint”, a qual permite diferenciar e identificar indivíduos por meio de seu material genético, com uma elevada margem de certeza. A referida técnica foi utilizada pela polícia britânica, que teve êxito em solucionar um misterioso caso de estupro ao discriminar o material genético colhido na cena do crime com aquele de possíveis suspeitos e apontar o perpetrador; este caso que legou a genética ao campo forense. Dados do ano de 2016, oriundos do 9º Anuário de Segurança Pública (INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA – IPEA), apontam que um estupro ocorre a cada onze minutos no Brasil; sendo assim, a referida técnica já se demonstrou necessária, além de apta a apontar criminosos, permitindo, portanto, a resposta adequada à vítima e à sociedade, e, quiçá, mitigar os efeitos danosos - revitimização, exposição, abalos psicológicos - decorrentes da prática deste tipo de crime. Empregou-se o método dedutivo, a partir da análise global do DNA fingerprint, até sua aplicabilidade na seara penal como forma de identificar e punir estupradores, auxiliando no combate da violência contra a mulher. Pode-se inferir, portanto, que é uma política pública penal de curto prazo e se faz necessário implantá-la como prática cotidiana no ambiente forense, principalmente na área policial, visto que, segundo a sistemática jurídica hodierna, a “palavra” da vítima estuprada é deveras importante, porém não é suficiente para o campo probatório penal.

Palavras chave: Femicídio. Violência sexual. Segurança Pública. Criminologia.

AS DIFICULDADES DA EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE E AFETIVA DA PESSOA SURDA/COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

OLIVEIRA, Fabiola Alves
fabiola.alves18@hotmail.com

BONFIM, Claudia Ramos de Souza
Pós-Doutora em Educação, Pesquisadora Paideia-FE-Unicamp, Docente da Faculdade Dom
Bosco, Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Sexualidade

FERREIRA, Rosana de Oliveira
LUZ, Maria Beatriz Nascimento da
SOUZA NETA, Maria Rosa de Oliveira
Acadêmicas de Pedagogia da Faculdade Dom Bosco; Bolsistas PET GEPES MEC FDB
Agência Financiadora: PET MEC FNDE

GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO

RESUMO

A ausência do conhecimento de Libras pelos ouvintes que os rodeiam e a pouca propagação desta língua acarreta uma visão distorcida de vários conhecimentos, inclusive os referentes à construção da sexualidade. Assim, o presente estudo de caráter bibliográfico-explicativo tem como objetivo central identificar as principais dificuldades que impossibilitam a formação da sexualidade e afetividade da pessoa surda/ com deficiência auditiva no ambiente escolar. Fundamenta-se em Bonfim, Nunes, Silva e Mineiro, entre outros. Problematiza-se: esclarecer quais as principais dificuldades da abordagem da educação sexual/afetiva de pessoas com deficiência? Conceitua-se deficiência, surdez, deficiência auditiva, sexualidade e afetividade; apresenta-se um breve histórico da educação dos surdos; trata-se das dificuldades educacionais da pessoa surda/com deficiência auditiva e aborda-se os preconceitos da vivência afetiva sexual destes. Defende-se que as pessoas surdas necessitam ser orientadas sobre a vivência plena de suas sexualidades e considera-se que, a família e a escola são os principais responsáveis pela educação sexual dessas pessoas, no entanto, influenciadas pela sociedade, negam suas sexualidades por terem uma visão reducionista; outro fator que dificulta a relação afetiva-sexual e sua inclusão é a carência do conhecimento de Libras pelas pessoas ouvintes, sendo que, pela comunicação, que os surdos irão formar os significados para a construção da sexualidade. Assim, aponta-se a necessidade da socialização de metodologias para transmissão de informações para o desenvolvimento das sexualidades de pessoas surdas/ com deficiência auditiva.

Palavras chave: Sexualidade. Educação. Pessoa surda/com deficiência auditiva. Libras. Afetividade.

“CONVERSA COM BALÕES”: (DES)CONSTRUINDO DISCURSOS SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL

Pinto, Juliana Jacob Ferreira Pinto
Discente do Curso de Graduação em Química
Instituto Federal do Paraná – IFPR/Jacarezinho
jjferreira.919@gmail.com

Deganello, Juliana
Mestre em Ciências – CENA/USP
Docente do Instituto Federal do Paraná IFPR/Jacarezinho
juliana.deganello@ifpr.edu.br

Nunes, Marcos Antonio Hoffmann Nunes
Especialista em Gênero e Sexualidade – UERJ
Psicólogo do Instituto Federal do Paraná – IFPR/Jacarezinho
marcos.nunes@ifpr.edu.br

GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO

RESUMO

Embora temas como sexo, raça ou diversidade sexual, por exemplo, já estejam contemplados nos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) que servem como diretrizes para a prática docente ainda são encontradas muitas barreiras e desafios para efetivar esse debate no espaço escolar, sobretudo, considerando o cenário político atual em que direitos humanos estão sob ataque e grupos conservadores se levantam contra as pautas e bandeiras de muitos movimentos sociais dificultando e invisibilizando, ainda mais, a expressão de corpos e vozes dissidentes. O espaço escolar constitui um importante lócus para o desenvolvimento e formação humana e, portanto, esses debates se tornam imperativos. A partir desse entendimento foi proposta e realizada uma ação interventiva com um grupo de estudantes do IFPR – Campus Jacarezinho com o objetivo de verificar o que pensam a respeito do tema “diversidade sexual”, bem como criar um espaço para que os discursos possam ser ressignificados a partir da partilha de experiências. A atividade foi realizada na Unidade Curricular denominada “Reprodução e Embriologia Humana” e contou com a participação de 38 estudantes. Na ocasião formou-se um círculo com alguns balões no centro contendo provocações a respeito do tema “diversidade sexual”. A medida que os balões foram estourados os e as adolescentes tiveram a oportunidade de comentar e refletir sobre as questões. Como resultado pudemos perceber que o grupo participou ativamente da proposta demonstrando interesse e curiosidade pelo tema e apontando a importância e necessidade de se problematizar questões como essa no âmbito escolar a fim de se efetivar uma sociedade plural.

Palavras-chave: Diversidade sexual. Escola. IFPR. PCN's.

RAINHAS DA HISTÓRIA: UMA EXPERIMENTAÇÃO ESTÉTICO-DIDÁTICA SOBRE DRAG QUEENS E SUA UTILIZAÇÃO NO ENSINO INFANTIL

Messias Batista, Matheus Henrique
Discente do curso de Artes Cênicas
Universidade Estadual de Maringá - UEM
mateusmessias1994@gmail.com

GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO

RESUMO

Posteriormente a participação de uma oficina com temática centrada em Drag Queens, iniciou um desejo para pesquisar as relações que levam ao desconforto de participantes quanto à forma artística, apresentando receio em romper com padrões sociais internalizados. Considerando como a prática da contação de história é uma prática lúdica e de grande ajuda no processo de ensino aprendizagem, nesta pesquisa propomos unila com o personagem drag queen para uma experimentação estético-educativa, para analisar como esta junção pode afetar no desenvolvimento infantil, levando as crianças a questionar esta sociedade binária nas quais se encontram, esta pesquisa terá como foco a busca por histórias que não apresentem papéis de gênero e sua apresentação de forma lúdica, sendo depois analisadas as interações entre as crianças e a história assim como com a forma de apresentação.

Palavras-chave: Drag Queen, Infância, contação de história.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS- ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PROGRAMA TRANSCIDADANIA.

Reis, Beatriz N. dos
Discente do Curso de Graduação em Direito
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ
beatriznunesdosreis@gmail.com

Santos, Nicolas R. dos
Discente do Curso de Graduação em Direito
Faculdades Integradas de Ourinhos– FIO
rogatonicolas@gmail.com

Gobetti, A. Paula de M.
Discente do Curso de Graduação em Direito
Faculdades Integradas de Ourinhos– FIO
anapaulamellogobetti@gmail.com

Cury, Marianne de C. L.
Discente do Curso de Graduação em Direito
Faculdades Integradas de Ourinhos– FIO
marianne.decamargo@gmail.com

POLÍTICAS PÚBLICAS, GÊNERO E SEXUALIDADE.

RESUMO

Travestis e transexuais são historicamente excluídos de espaços de direitos, como à vida e à educação. O movimento social organizado em defesa dessa população se funda na luta pela promoção dos direitos humanos e da cidadania da população LGBT. No país que mais mata travestis e transexuais no mundo (Trans Murder Monitoring/ Transgender Europe), se coloca em pauta a urgência de uma política pública específica para a população T. A complexidade dos problemas da realidade social demanda ações igualmente complexas, desafiando modelos tradicionais e trazendo a reflexão sobre um novo modelo de gestão de políticas públicas. Nesse contexto, o prefeito da Cidade de São Paulo, Fernando Haddad, apresentou como meta em seu plano de governo o de desenvolvimento de ações permanentes de combate à homofobia e respeito à diversidade sexual. Uma das respostas para essa meta foi a criação do Projeto TransCidadania pela Prefeitura de São Paulo em 29 de janeiro de 2015, funcionando como um programa de reinserção social e promoção da cidadania para pessoas travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social. Neste ano, o programa ofertou vagas a 200 beneficiários. O projeto promove auxílio aos seus participantes em diversos aspectos, utilizando a educação como principal ferramenta. O acompanhamento psicológico, jurídico e a transferência de renda são diferenciais do programa, que o transformam em um exemplo mundial.

Palavras-chave: cidadania; reinserção social; direitos humanos; educação; vulnerabilidade.

A HISTÓRIA DA BISSEXUALIDADE: A INVISIBILIDADE DENTRO DA SOCIEDADE E DO MOVIMENTO LGBT

Pimentel, Patrícia Leandro
Graduanda do Curso de Licenciatura em História na
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ
patriciapimentel@hotmail.com

Zioli, Miguel
Graduado em História pela Universidade de São Paulo, Professor Colaborador do
curso de História na Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), mestrado e
doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
(UNESP/Assis).

DIVERSIDADE E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

RESUMO

Trata-se de um projeto desenvolvido na disciplina de Prática de Pesquisa em História integrante da grade curricular do curso de História da Universidade Estadual do Norte do Paraná. O objetivo desse trabalho, ainda em fase inicial, é abordar o histórico do movimento LGBT com enfoque na bissexualidade. Parte-se aqui do pressuposto de que os bissexuais, pouco visíveis socialmente, também o são no próprio movimento LGBT. Embora desde a década de 1960 o movimento LGBT venha lutando pela sua visibilidade, por sua voz, por espaço e por respeito nas sociedades de diversos países, a bifobia parece não estar recebendo a mesma atenção por parte do movimento LGBT, o que, de certa forma, deslegitimaria a sua luta. Uma das justificativas para esse silêncio em torno do “B” seria a sexualidade não-binária do grupo.

Palavras-chave: Bissexualidade. Invisibilidade. Sexualidade. LGBT.

CORPOS ALQUÍMICOS EM *RICK AND MORTY*

Polizel, Alexandre Luiz
Mestrando no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Educação
Matemática
Universidade Estadual de Londrina - UEL
alexandre_polizel@hotmail.com

Fary, Bruna Adriane
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação
Matemática
Universidade Estadual de Londrina – UEL

GÊNERO E TECNOLOGIA

RESUMO

A discussão no entorno dos corpos envolve múltiplas associações de *téchnes*, diferentes artes de constituir estes corpos discursivamente. Neste sentido, as corporificações envolvem processos de articulação entre enunciados, discursos, relações de poder-saber-verdades. A cada articulação, tem-se um corpo diferente e uma distinta forma de ver o mundo. Assim, estes modos diferenciados de produção de saberes dão-se pelas multiplicidades de Pedagogias possíveis. Neste manuscrito, temos por objetivo apresentar considerações acerca de corpos alquímicos, nos encontros das discursividades das químicas, filosofias e biológicas veiculadas pelas série animada *Rick and Morty*. Para isso voltamos nosso olhar à primeira temporada da animação e, seu sexto episódio, utilizando de análise de discurso sob a perspectiva dos Estudos Culturais das Ciências e das Educações. Organizamos este manuscrito em três eixos: a) O discurso biológico na constituição do corpo, em que o discurso das biotecnologias vertem-se as produções dos corpos contemporâneos; b) A química e os processos de corporificação, como um corpo que alterna-se e constitui outros perceptos de mundos em contato com diferentes substâncias; e c) Corpos alquímicos e a proliferação das diferenças, à medida que as múltiplas corporificações tem por sintoma a produção de novos modos de existência, acarretando em (re)atividades e ecologias outras.

Palavras-chave: Educação. Pedagogias Culturais. Corpos. Mídias. *Rick and Morty*.

PROPOSTA DE PROJETO DE EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADES CRÍTICA EM ESCOLA PÚBLICA DE BAURU/SP

Johansen, Letícia Cristina
Discente de Licenciatura em Ciências Biológicas – UNESP Bauru/SP
le_johansen@hotmail.com

Zaffani Borges, Matheus
Discente de Mestrado em Educação para Ciência – UNESP Bauru/SP
matheuszaffani@hotmail.com

Mendes, Carolina Borghi
Docente do Colegiado de Ciências Biológicas – UENP/CJ
carolina.mendes@uenp.edu.br

GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO

RESUMO

Em função das diversas problemáticas sociais relacionadas à garantia dos direitos e à saúde pública houve uma acentuada preocupação com estudos de gênero e sexualidades, intensificação de pesquisas e a importante discussão sobre a inserção da temática na educação escolar. Colaborando com isso, o presente trabalho constitui-se na apresentação de uma proposta de projeto de extensão da UENP/CJ envolvendo discentes da UNESP/Bauru, que objetiva-se a realizar intervenções pedagógicas contínuas sobre a temática de Educação em Sexualidades Crítica junto aos estudantes do ensino médio de uma escola pública de Bauru/SP, já que os jovens necessitam ascender a níveis mais complexos de compreensão da realidade para buscarem vivenciar suas sexualidades de forma plena. A proposta tem como fundamentos teórico-metodológicos o Materialismo Histórico-Dialético, estabelecendo diálogos fundamentais com a Pedagogia Histórico-Crítica. As intervenções serão iniciadas com um levantamento de dados com professores da escola, através de questionário e entrevistas semiestruturadas, buscando identificar como abordam a temática, quais suas dificuldades e as necessidades encontradas no contexto escolar em relação à temática, para que, então, as ações com os alunos sejam realizadas em sala de aula, através de exposições conceituais dialogadas e debates, e em outros espaços da escola, envolvendo apresentações de diferentes naturezas de expressão, sobre os temas discutidos em sala. Almeja-se que, por partir da sua prática social, os estudantes interajam com os conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos acerca das sexualidades humanas, de forma a superarem o senso comum rumo à consciência filosófica, qualificando sua atuação social.

Palavras-chave: Educação Sexual. Sexualidades. Materialismo Histórico-Dialético. Pedagogia Histórico-Crítica. Projeto de Extensão.

**AFETOS E FEMINISMOS EM JACAREZINHO: NUMAPE/UENP E
APLICABILIDADE DO CARÁTER PREVENTIVO DA LEI 11.340/06.**

Romero, Evelyn
Discente do Curso de Graduação em Ciências Biológicas
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ
evelynromero@hotmail.com

Santiago, Brunna R.
Mestra em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP.
Graduada em Direito pela Universidade Tiradentes – UNIT.
Advogada do Projeto de Extensão "Núcleo Maria da Penha - NUMAPE" - UENP.

Raio, Cibele B.
Graduada em Ciências Biológicas mestre e doutora em Ciências Biológicas pela
Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho - UNESP Botucatu.
Professora Colaboradora no Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da
Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP/CJ.

POLÍTICAS PÚBLICAS, GÊNERO E SEXUALIDADE

RESUMO

A violência contra as mulheres é uma realidade no Brasil. Desde 2006, a Lei “Maria da Penha” (lei nº11.340) visa coibir, prevenir e erradicar a violência doméstica e familiar contra as mulheres, garantindo seus direitos. A Universidade Estadual do Norte do Paraná iniciou, em janeiro de 2018, as atividades do Núcleo Maria da Penha (NUMAPE/UENP), um projeto de extensão vinculado ao programa “Universidade Sem Fronteiras” – SETI/USF, que tem como objetivo fornecer gratuitamente suporte psicológico e jurídico a mulheres em situações de violência doméstica. O presente trabalho objetiva apresentar algumas das ações realizadas pelo núcleo. No dia 01 de fevereiro de 2018, data dos 35 anos da ratificação da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, foi realizada a campanha “#MULHERÉSERHUMANO”. Na ocasião, foram distribuídas 200 pulseiras com o slogan da campanha, em 65 estabelecimentos comerciais localizados na Rua Paraná – Centro de Jacarezinho/PR. O Núcleo também realizou a “1º Corrida e Caminhada Mulheres na Política”, no dia 10 de março, que reuniu cerca de 300 participantes, incluindo mulheres, homens e crianças. Outra ação realizada pelo núcleo foi o Café Cultural, no qual foi realizado debate sobre o Feminismo negro, em 19 de abril de 2018, no espaço de uma Padaria, reunindo pessoas da comunidade de modo aleatório e o público convidado para o evento. Dessa forma, é possível perceber a importância do NUMAPE/UENP na aplicabilidade do caráter preventivo da Lei 11.340/06, na conscientização da comunidade local sobre feminismo e na desconstrução da cultura patriarcal.

Palavras chave: Ações Preventivas. Núcleo Maria da Penha. Práticas de Extensão. Discriminação.

A CONTRIBUIÇÃO CIENTÍFICA DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS NO PET GEPES DOS BOLSISTAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Correia, Paulo Roberto

Licenciado em Educação Física, Discente do curso de Bacharelado em Educação Física, Faculdade Dom Bosco, Bolsista do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Sexualidade -GEPES PET MEC FDB

Ribeiro, Marlon Evandro Ferreira

Licenciado em Educação Física
Discente do curso de Bacharelado em Educação Física, Faculdade Dom Bosco, Bolsista do GEPES PET MEC FDB

Santos, Felipe Henrique dos

Discente do curso de Fisioterapia
Faculdade Dom Bosco, Bolsista do GEPES PET MEC FDB

Bonfim, Cláudia Ramos de Souza

Pós-Doutora em Educação, Pesquisadora Paideia- FE-Unicamp,
Docente da Faculdade Dom Bosco, Coordenadora do PET GEPES MEC FDB
Agência financiadora: PET MEC FNDE

FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES, CURRÍCULO, GÊNERO E SEXUALIDADE

RESUMO

Há um amplo debate se a Licenciatura em Educação Física é voltada para a área da saúde ou educação, isto pode influenciar diretamente na forma que o educador físico irá compreender a educação em sexualidade, podendo contribuir de forma positiva ou negativa para sua vivência, sua corporeidade e para a promoção da superação dos preconceitos e estereótipos presentes na sociedade. Diante disto, este estudo de abordagem qualitativa e caráter bibliográfico-explicativo com aporte de campo, objetiva apontar a importância dos estudos desenvolvidos pelos petianos(as) de Educação Física do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Sexualidade (PET GEPES MEC FDB) para a construção da formação crítica sobre a sexualidade e gênero. Fundamenta-se em Sánchez Gamboa, Nunes, Castetano Filho, entre outros. Questiona-se: qual a importância dos trabalhos de curso dos bolsistas do GEPES para a educação em sexualidade numa perspectiva crítica e emancipatória e qual perspectiva teórica utilizam? Conceitua-se sexualidade, corporeidade, educação em sexualidade e gênero; descreve-se as tendências presentes na educação física; identifica-se a perspectiva teórica dos trabalhos investigados; aborda-se sobre sexualidade, estereótipos e preconceitos de gênero. Verificou-se que, a perspectiva crítico-superadora foi a concepção teórica utilizada em todas as pesquisas produzidas e considera-se que esta linha oferece uma visão crítica fundamental para promover a emancipação destes profissionais e conseqüentemente de seus futuros alunos(as), contribuindo de maneira significativa para a superação da formação meramente biológica presente no curso de Educação Física e conseqüentemente em refletindo de maneira positiva em suas atuações buscando realizar intervenções que visem a formação de pessoas emancipadas.

A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO SOBRE SEXUALIDADE PARA A ABORDAGEM POLICIAL EM MULHERES E PESSOAS LGBTT's.

Santos, João Paulo Pereira
Acadêmico de Direito - Faculdade Dom Bosco; Bolsista do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Sexualidade – GEPES PET MEC FDB
joapaulocp@gmail.com

Bonfim, Cláudia Ramos de Souza
Pós Doutora em educação; Pesquisadora Paidéia – UNICAMP; Docente e Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Sexualidade – GEPES PET MEC FDB

Agência financiadora: PET MEC FDE

DIREITO SEXUAL E ANTIDISCRIMINATÓRIO

RESUMO

A educação advinda da sociedade machista patriarcal condiciona as pessoas a agirem de forma preconceituosa, assim, o policial militar sendo um sujeito histórico, muitas vezes, de forma inconsciente também age de maneira discriminatória. Sendo a sexualidade uma temática complexa e subjetiva, faz-se necessário propiciar a estes profissionais embasamentos teóricos que visem a formação da consciência crítica, promovendo a desconstrução de estereótipos e preconceitos de gênero. Diante disto, este estudo de abordagem qualitativa e caráter bibliográfico-explicativo objetiva esclarecer a importância do conhecimento sobre sexualidade de gênero para a abordagem policial em mulheres e pessoas LGBTT's. Fundamenta-se em Nunes, Bonfim, Louro, entre outros. Busca-se elucidar: o conhecimento sobre sexualidade pode contribuir para que a abordagem policial seja feita de maneira menos constrangedora e mais respeitosa? Conceitua-se sexo, sexualidade, gênero, orientação sexual, entre outros; descreve-se sobre como é realizada a abordagem policial; explica-se sobre o desenvolvimento da sexualidade e a importância desse conhecimento para a realização da abordagem. Considera-se que, a Polícia Militar durante a sua formação profissional deveria ser instruída sobre o desenvolvimento da sexualidade e gênero, pois defende-se que, a aquisição do conhecimento científico contribui de maneira significativa para a superação de preconceitos, o que tornaria a abordagem mais humanizada.

Palavras Chave: Abordagem Policial. Sexualidade. Conhecimento Científico. Gênero. Discriminação.

A LEGALIZAÇÃO DO ABORTO: TEMÁTICA DE SAÚDE PÚBLICA FRENTE À PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS FEMININOS

Suda, Beatriz Mariê Almeida
Discente do Curso de Graduação de Direito
Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP/CCSA
beatriz.suda@hotmail.com

Tauil, Vitória Sumaya Yoshizawa
Discente do Curso de Graduação de Direito
Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP/CCSA
victauil@gmail.com

Santiago, Brunna Rabelo
Advogada do Núcleo Maria da Penha – NUMAPE;
Mestra em Ciência Jurídica pelo Programa de Pós-Graduação
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CCSA
brunnarsantiago@hotmail.com

SAÚDE PÚBLICA, GÊNERO E SEXUALIDADE

RESUMO

No Brasil, a saúde da mulher foi inserida nas políticas nacionais nas primeiras décadas do século XX. Neste período, as políticas femininas eram restritas às demandas referentes à gravidez e ao parto. Conforme consagra a Carta Magna de 1988 está o direito à saúde, esclarecendo que trata-se de competência da União. Ao contrário do disposto, a Organização Mundial da Saúde afirma que a cada dois dias, uma mulher morre no país como vítima do aborto clandestino, trazendo à tona que a legalização do aborto é uma temática de saúde pública e manutenção dos direitos humanos. O trabalho em questão tem como objetivo tratar acerca da legalização do aborto a partir do viés da saúde pública e de reflexões sob a perspectiva dos direitos humanos femininos. A análise sob o eixo de saúde pública é em virtude da realização clandestina do aborto, oferecendo risco à vida das mulheres. Tornando-se, desta feita, uma violação aos direitos humanos, principalmente às mulheres socialmente vulneráveis. Além do exposto, a ilegalidade favorece o ganho ilícito a partir do aborto. Pode-se afirmar que este já é livre no Brasil, proibir significa punir quem não tem recursos para realizá-lo de forma segura. Utilizou-se, na formulação da pesquisa, o método dedutivo em que se parte da análise geral da proibição do aborto para a análise específica pelo viés da saúde pública e da transgressão aos direitos humanos, compreendendo que a legalização do aborto torna-se imprescindível dentro do contexto atual visando ao poder de escolha e a vida das mulheres.

Palavras-chave: Legalização do aborto; Saúde pública; Direitos Humanos Femininos; Aborto Clandestino; Direito à Saúde;

A LIVRE ORIENTAÇÃO SEXUAL COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Bueno, Marcela Pradella
Advogada e Bolsista-técnico pela Fundação Araucária-CAPES na
Assessoria Jurídica da Reitoria da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP
marcela.pradella@uenp.edu.br

DIREITO SOCIAL E ANTIDISCRIMINATÓRIO

RESUMO

Pode-se conceber os direitos humanos fundamentais como uma via a assegurar o respeito à pessoa humana e propiciar-lhe o desenvolvimento de sua personalidade e de seus potenciais. Por certo, a promoção e efetivação dos direitos humanos fundamentais é um fim de todos os governos e povos, e significa conferir à pessoa humana o alcance do sentido de sua própria existência e liberdade no desenvolvimento de sua personalidade. Considerando tais premissas, é o presente estudo destinado a refutar a discriminação das pessoas pertencentes a minorias sexuais. Para a apresentação da problemática, utilizar-se-á a forma de abordagem qualitativa, à medida que o método de investigação científica adotado se foca no caráter subjetivo da comunidade analisada, qual seja, a minoria sexual, estudando suas particularidades e experiências individuais. Ademais, tem-se a presente pesquisa como explicativa, ao constituir-se em uma tentativa de compreensão sociológica, histórica e jurídica do tema. Ao lançar mão do procedimento técnico bibliográfico, o método adotado será o dedutivo, a partir da consulta direta à Constituição Federal e documentos internacionais atinentes, além de recorrer-se a obras de autores consagrados. Prevista no artigo 1º, III, da Constituição, a dignidade da pessoa humana é fundamento do Estado Democrático de Direito e valor norteador de todo o ordenamento jurídico. Desta feita, o direito à livre orientação sexual deve ser interpretado como um direito fundamental, à luz da dignidade da pessoa humana, tão conclamada nacional e internacionalmente. Ao Estado, cabe abster-se de interferir na orientação sexual dos indivíduos, garantir a plena liberdade e promover a tolerância.

Palavras chaves: Constituição Federal. Dignidade da pessoa humana. Direitos fundamentais. Livre orientação sexual. Tolerância.

ARTIGOS

EDUCAÇÃO SEXUAL: DA FORMAÇÃO INICIAL A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO DO CAMPO.

Friedrich, João Luis
Graduado em Geografia e discente do curso de Letras – Espanhol da Universidade Estadual do Norte do Paraná – Uenp/ CCP
joãoluisfriedrich@yahoo.com.br

Daniel, Paula Dell’ Anhól
Graduada em Matemática pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG
Discente do curso de Física Pela Universidade Estadual de Maringá - UEM
pdellanol@hotmail.com

Polleto, Rodrigo de Souza
Mestre e Doutor em Ciências Biológicas - UNESP/ Botucatu
Professor do de Graduação e Pós Graduação da UENP/ CPP
rodrigopoletto@uenp.edu.br

Walter, Rosianne Silva
Graduada em Pedagogia e Especialista em Educação – UNIFAP/ Amapá
Professora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR
Rosewalter7@hotmail.com

FORMAÇÃO DE PROFESSORES, CURRÍCULO, GÊNERO E SEXUALIDADE.

RESUMO

A educação sexual é um conteúdo pouco abordado durante a formação dos professores, ainda nas Universidades, nas licenciaturas a temática não se configura em uma disciplina ou um conteúdo específico. Nas disciplinas diversas é bastante comum perceber a dificuldade de debate sobre conteúdos que envolvam questões inerentes a sexualidade, tido sempre como um assunto Tabu, gerador de discussões e sem progressão, sendo sempre descartada qualquer possibilidade de estudo mais concreto sobre a temática. Mesmo com essa carência na formação inicial dos educadores outros tipos de formação devem suprir essa necessidade, o educador deve estar preparado para abordar a questão da Educação Sexual nos mais diversos espaços sociais, para assim lidar e esclarecer as diversas situações onde o conhecimento sobre a questão facilitará a compreensão do processo pedagógico e as mudanças conceituais e biológicas que os jovens estão passando. E sabemos da importância de se trabalhar a temática nas escolas, principalmente durante o Ensino Médio, onde os alunos estão se desenvolvendo sexualmente e devido à desinformação acabam susceptíveis a diversos fatores, como gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis, ou ainda questões que abordam o Gênero e a Diversidade Sexual. Essa pesquisa tem como objetivo analisar e compreender as dificuldades de abordar essa temática no Colégio Estadual do Campo Patrimônio Santa Maria, localizado no Município de Congonhinhas - PR. Na perspectiva de compreender a realidade vivenciada nas escolas do campo, dentro dessa temática que é sempre delicada tanto nas escolas urbanas quanto nas escolas do campo.

Palavras chave: Educação Sexual. Educação do Campo. Currículo. metodologia.

INTRODUÇÃO

O conceito de educação sexual pode ser amplamente estudado e debatido sob vários prismas, no entanto devemos pensar nas singularidades que existem em cada espaço social, pois cada local traduz suas perspectivas, suas relações, seu cotidiano e vivências, suas características que exemplificam a temporalidade dentro dos processos de ensino e aprendizagem e na prática docente.

A sexualidade humana está presente em todas as fases de desenvolvimento do ser humano, para isso podemos citar Figueiró (2009) que nos define amplamente a sexualidade como o sexo, o prazer, as afetividades, o carinho, o amor ou o sentimento de mutualidade de querer bem. A autora enfatiza ainda utilização do termo “Orientação Sexual”, para se referir a diversidade sexual, utilizado em todo o mundo e complementa com a terminologia “Educação para a Sexualidade”, no entanto alguns teóricos que estudam o assunto preferem utilizar o termo “Educação em Sexualidade. Entretanto ambas as definições remetem ao assunto da sexualidade presente na educação e no contexto de conscientização dos mais diversos sujeitos. Figueiró analisa que a compreensão dessas diferentes abordagens é para o professor, uma reflexão sobre a sua prática docente, onde ocorre a necessidade de identificação dos fundamentos filosóficos e pedagógicos que se relacionam, gerando mudanças em sua prática pedagógica, alcançando o sucesso no ambiente que atua.

A proposta educativa dos Colégios de Educação do Campo remete a emancipação de paradigmas, onde a busca de se fazer presente é necessário para estarem inseridas nas políticas educacionais, rompendo com a hegemonia da universalização da educação, não levando em consideração os sujeitos, dessa maneira, novas metodologias, propostas e abordagens são elaboradas pelos próprios professores e educadores, buscando sempre uma educação de qualidade voltada à realidade social e especificidades do sujeito campesino, não objetivando a formação de mão de obra para a cidade, mas sim, de uma política pública necessária para a transformação da realidade social desses alunos, desenvolvendo sua autonomia (DCE, 2006).

A educação está sempre marcada por várias mudanças em nosso contexto atual, pois a mesma possui uma qualidade de prática social, contribuindo positivamente no processo de democratização da sociedade brasileira, para a formação dos alunos, podendo os mesmos serem capazes de compreender a sociedade em que vivem, pois compete à escola o objetivo de desenvolver o educando, e explorar seus conhecimentos e prepará-lo para o exercício da cidadania (DCE, 2006).

Segundo análise de seu Projeto Político Pedagógico o Colégio Estadual do Campo Patrimônio Santa Maria - Ensino Fundamental e Médio, é marcante inserção do estudante em um contexto histórico sócio – cultural - político e econômico, desde a sua origem até a atualidade, para firmar-se como uma Escola do Campo. As suas práticas educacionais são direcionadas para interesses coletivos da comunidade em que se encontra, através de reflexões e experiências acumuladas por todos os agentes escolares. Cabe ressaltar aqui que o jovem do campo, assim como qualquer jovem anseia por uma qualidade de vida melhor, acessibilidade de emprego, promoção e bem estar social. Diante desse paradigma, relatamos que em seu cotidiano valorizam a identidade de seus alunos e seu modo de vida (PPP, 2012).

O Colégio oferece atendimento educacional, em turno matutino para os anos finais do Ensino Fundamental, isto porque sua clientela é formada por alunos, em sua grande maioria, menores de 15 anos, e moradores da zona rural, o que atende à necessidade dos mesmos e período noturno para Ensino Médio. Totalizando 80 (oitenta) matrículas. Dessa forma todos os alunos em idade escolar são atendidos respeitando seus direitos. A comunidade do Patrimônio Santa Maria caracteriza-se por ser fixa, é uma comunidade pequena, de nível socioeconômico baixo, maioria são trabalhadores rurais. A escolaridade dos pais se resume, em sua maioria, ao antigo primário (PPP 2012).

O reconhecimento de identidades pessoais é uma prática constante desta escola, evidenciando as diversidades e peculiaridades básicas relativas á questão de gênero, às variedades étnicas, de faixa etária, regionais e às variações sócio/econômicas, culturais e de condições psicológicas e físicas, presentes nos alunos. A comunidade escolar procura incentivar a expressão de ideias, as manifestações artísticas, sempre envolvendo sujeito do campo, valorizando-o, acolhendo suas opiniões dentro das possibilidades da escola, principalmente no tocante às suas decisões, respeitando sua cultura. (PPP, 2012).

Portanto, o objeto desse trabalho foi investigar a formação em Educação Sexual dos professores do Ensino Médio, que lecionam em um Colégio Estadual de Educação do Campo, localizado no município de Congonhinhas, norte pioneiro do Paraná, para compreender as dificuldades e estratégias no ensino da sexualidade.

METODOLOGIA

O Colégio Estadual do Campo Patrimônio Santa Maria se localiza a 15 quilômetros a sede do Município de Congonhinhas Latitude: 23° 33' 04" S Longitude: 50° 33' 13" W, na área rural, 340 quilômetros da capital Curitiba, Paraná.

Os sujeitos dessa pesquisa foram os Professores do ensino médio, curso que se desenvolve no período noturno dessa escola, esse curso consta com 3 turmas, uma de cada ano com um total de 27 alunos.

Para o desenvolvimento desse trabalho, os procedimentos metodológicos adotados foram a abordagem qualitativa, através de questionário, com objetivos claros de entender efetivamente a formação em educação sexual dos professores do ensino médio do Colégio Estadual do Campo Patrimônio Santa Maria e dessa maneira estabelecer parâmetros com a educação pública. A opção pela abordagem qualitativa se deu devido ao fato desse estudo ser uma metodologia utilizada para:

[...] descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (RICHARDSON, 1999, p.).

O questionário foi elaborado com orientação de professores do curso de mestrado em Ensino da Universidade Estadual do Norte do Paraná, construindo o mesmo através de uma análise intersubjetiva. O instrumento foi apresentado a direção da escola que, com a análise do mesmo, permitiu que fosse aplicado ao corpo docente. Dessa maneira, foi feita uma reunião com os professores, onde foram repassadas as metodologias e com o consentimento de todos, o trabalho pode ser desenvolvido.

A tabulação e a análise dos dados obtidos foram sistematizadas de maneira simples, já que as perguntas são objetivas, e o número de respostas é o mesmo número de perguntas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O perfil dos professores participantes da pesquisa mostrou que em um total de 12 pessoas entrevistadas, sua maioria eram mulheres (91,7%), efetivos (66,7%) e oriundos de universidades públicas (75%), nas mais diversas licenciaturas, todos com curso de especialização.

Esses professores atuam na docência entre 2 a 27 anos de experiência em todos os níveis de educação. Todos atuam em colégios localizados no ambiente urbano e no Colégio Estadual do Campo Patrimônio Santa Maria.

Quando os professores foram questionados se em sua formação inicial, na faculdade, tiveram disciplinas que abordavam a Educação Sexual 75% dos entrevistados relataram não ter nenhuma disciplina referente à temática em sua graduação, dentro dos 25% que consideram ter

estudado a temática pode-se constatar que apenas 8,3% teve de fato disciplinas inerentes a Educação Sexual, os 16,7% restantes englobam as fases do desenvolvimento humano, genética e anatomia.

Pelo fato de não terem cursado disciplinas sobre Educação Sexual em sua formação inicial, como constatado na questão anterior, foram pesquisados sobre se já participaram de algum curso de formação continuada em Educação Sexual, dois terços dos entrevistados (66,7%) relataram que nunca fizeram cursos, 16,6% participaram de cursos na temática de gênero e diversidade sexual, oferecido pela SEED e os demais 16,6% em assuntos mais relativos à prevenção de doenças.

Quando Indagado se em sua prática pedagógica trabalharam o assunto, 66,7% responderam que sim, no entanto os demais 33,3% disseram que nunca trabalharam; Todos os participantes da entrevista relataram a importância de trabalhar a temática frente a necessidade de abordagem e explanação deste assunto para com os alunos.

Dentre as dificuldades de se trabalhar a temática os professores relataram da falta de formação, o despreparo pedagógico, a imaturidade dos alunos, falta de liberdade de interação, vergonha, ideologia da família dos alunos, falta de subsídio teórico, preconceito, comentários vexatórios.

No questionamento sobre as temáticas de maior importância dentro da Educação Sexual, 33% relataram a importância de estudar sobre os métodos contraceptivos, 25% sobre a questão da violência e crimes sexuais, 33% sobre doenças sexualmente transmissíveis e um não soube responder.

Um aspecto de grande relevância que foi observado, que merece um estudo com mais afinco é a observância de que 58% dos entrevistados relataram que a temática de menor importância para se trabalhar é sobre a questão de gênero e diversidade sexual, outros 25% sobre o aborto, 8% sobre gravidez na adolescência e 8% não soube responder.

Na questão onde procura se observar o acesso de recursos ou matérias sobre a temática, dentre os pesquisados, 50% relataram que possuem acesso a recursos ou materiais pedagógicos relativos à temática, onde os mesmos citam em sua maioria a internet e livros e outros 50% não possuem acesso a nenhum tipo de material.

Foi abordada ainda sobre a diferença de se trabalhar a Educação Sexual em ambientes diferentes, como o campo e a cidade, no entanto os professores se posicionaram em situações bastante bilaterais, onde 50% de todos os pesquisados disseram que existe diferença nas

metodologias e na eficácia da ação, onde ainda o (P6) salientou que essas diferenças são relativas à formação cultural das famílias, ainda tradicionais no ambiente rural.

Todos relatam a necessidade do auxílio de profissionais de outras áreas (médicos, psicólogos, enfermeiros e outros), devido à má formação dos professores.

Em resposta à questão onde se procurou conhecer se esses participantes participariam de formações continuadas sobre educação sexual, para melhorar sua prática pedagógica em seus colégios de atuação 50% dos professores relataram que participariam de curso sobre a temática, 33% de oficinas e outros 17% de cursos, oficinas e sequências didáticas. Pudemos então perceber que mesmo com a pouca formação em Educação Sexual em suas licenciaturas, os mesmos possuem interesse em se aprimorar nessa abordagem.

Ao analisar os dados dessa pesquisa foi evidenciado ainda que ao falar sobre o tema Educação Sexual, acredita-se que a maioria imagina profissionais das áreas de Biologia ou Ciências ministrando tais aulas, pelo fato de que estas disciplinas trazem uma bagagem de conteúdos conectados com a sexualidade, mas não é necessariamente exclusiva destas matérias, qualquer disciplina pode e deve trabalhar a Educação Sexual em qualquer nível. De acordo com Sayão (1997), a área de conhecimento do professor não faz diferença na condução do conteúdo; O professor que exerce o papel de educador sexual deve assumir o compromisso e ter responsabilidade para tal, estar disposto a construir uma relação com os alunos, ganhar a confiabilidade dos mesmos.

Quando profissionais buscam aperfeiçoamento e trabalham Educação Sexual nas escolas, principalmente no ensino fundamental e médio, encontram uma vasta lista de dificuldades, seja por preconceito, religião e tantos outros, não se consegue quebrar este tabu de que Educação Sexual estimula precocemente a vida sexual da criança e do adolescente. Segundo Camargo; Ribeiro (1999):

[...] muitos consideram, ainda hoje, a abordagem de questões sexuais na escola como algo não sadio, pois estimula precocemente a sexualidade da criança e do adolescente. Para outros, a discussão orientada de temas relacionados à sexualidade proporciona aos jovens o conhecimento da importância da vida sexual bem mais cedo e com maior profundidade. (Camargo; Ribeiro, 1999, p.39).

Sabemos que é indispensável essa orientação aos jovens, e que, "a escola tem o papel essencial de inserir o indivíduo na sociedade, por meio da construção neste do saber científico relativo às diferentes áreas do conhecimento humano, de forma suficiente e necessária para instrumentalizá-lo na sua relação com a sociedade, em tudo aquilo que a compõe". (Frasson-Costa, 2016, p. 37).

Não falar sobre sexualidade na escola não quer dizer que os adolescentes e jovens não terão acesso às informações, eles têm muitas curiosidades, mas nesta busca desorientada implica em informações erradas, privando estes jovens ao direito do conhecimento e consequentemente refletirá na sociedade, pois um jovem orientado tem consciência de suas atitudes e as consequências delas.

Ainda sobre a formação de cidadãos, Frasson-Costa (2016) diz que:

A escola comprometida com a formação de cidadãos participantes é aquela que desenvolve as potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, valorizando as formas de convivência entre as pessoas, o respeito às diferenças, aos relacionamentos estabelecidos, enfim, questões que são pertinentes ao campo da sexualidade, num sentido amplo, para o indivíduo e para a sociedade. (Frasson-Costa, 2016, p. 38).

Percebe-se que a Educação Sexual não é apenas assuntos relacionados a sexo, mas questões sociais, éticas e morais, como afirma Camargo; Ribeiro (1999):

[...] o trabalho de Educação Sexual implica a discussão de questões sociais, éticas e morais. Sendo assim, as relações entre liberdade, autonomia e respeito à intimidade devem estar presentes em todo trabalho educativo e, principalmente naqueles que tratam da sexualidade. Estes são alguns dos desafios enfrentados pelos educadores e educadoras, pois a liberdade de ação e decisão é condição fundamental para o homem e a mulher conhecerem as questões decisivas da sua vida e da sociedade na qual estão inseridos. Para compreender a sexualidade humana é essencial que ela possa ser entendida e discutida com liberdade. (Camargo; Ribeiro, 1999, p. 40).

Sobre a necessidade de formação continuada, pudemos perceber nas respostas dos professores, que os mesmos sentem-se despreparados, inseguros para trabalhar temáticas ligadas à sexualidade, portanto, reconhecem que há uma lacuna na sua formação inicial (graduação). Expressaram dar importância à educação sexual e a vontade de buscar conhecimentos (cursos, oficinas, sequência didática) que possibilitem a leitura, discussões, a reflexão coletiva e sistemática para o desenvolvimento de uma prática educativa nesta área. Como não tiveram nenhuma disciplina/unidade curricular que tratasse deste conteúdo, o preenchimento deste vazio deverá se dar por meio da formação continuada. Figueiró (2009) diz que:

Contudo, ao envolver-se nos estudos a respeito da sexualidade, o educador, antes mesmo do aprendizado de estratégias de ensino, necessita de realizar leituras e reflexões e de participar de debates em torno da temática, para dar início ao processo de repensar seus valores, tabus e preconceitos. Isto significa que ele precisa envolver-se, de maneira pró-ativa, em seu processo pessoal de reeducação sexual, uma vez que todos somos frutos de uma cultura acentuadamente repressora em relação ao sexo, seja no sentido de que ela incute proibições e visões negativas e distorcidas a respeito dele, seja

no sentido de que ela exerce forte instigação ao sexo egoísta, irresponsável e, muitas vezes, destituído de qualquer sentimento de respeito por si e pelo outro.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (MEC, 1997) está previsto que a educação sexual seja discutida de forma transversal, ou seja, dentro de todas as disciplinas, mas isso ainda não está acontecendo nas escolas, devido à falta de embasamento teórico dos professores e outras questões. A ausência da educação sexual no âmbito escolar é notória por todos: professores e alunos.

O professor deveria ter domínio do que, quando e quanto falar diante dos questionamentos dos alunos e saber lidar com diversos tipos de situações, compreendendo o processo pedagógico e as transformações biológicas e emocionais que ocorrem principalmente com os adolescentes (puberdade). Portanto precisa urgente de referencial.

REFERÊNCIAS

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual: como ensinar no espaço da escola**. In: Educação sexual: múltiplos temas, compromissos comuns. Londrina: EDUEL, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. MEC, 1998.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, 2010.

JOCA, Alexandre Martins. **Educação Escolarizada e Diversidade Sexual: problemas, conflitos e expectativa**. In: COSTA, A. H. C.; JOCA, A. M.; LOIOLA, L. P. Desatando nós: Fundamentos para a Práxis Educativa sobre Gênero e Diversidade Sexual. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

CAMARGO, A.M.F; RIBEIRO, C. **Sexualidade e Infâncias: a sexualidade como um tema transversal**. São Paulo: Moderna; Campinas: Unicamp, 1999

COSTA, Priscila Carozza Frasson. **Educação Sexual: Uma metodologia inspirada nos patamares de adesão**, 1. Ed. – Curitiba: Appris, 2016.

SAYÃO, R. **Saber o Sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola**. In: AQUINO, J.G. (Org). **Sexualidade na Escola: Alternativas teóricas e práticas**. 4 ed. São Paulo: Summus, 1997. p. 97-105.

SAYÃO, Y. **Orientação Sexual na Escola: os territórios possíveis e necessários**. In: AQUINO, J G. (Org). **Sexualidade na Escola: Alternativas Teóricas e Práticas**. 4 ed. São Paulo: Summus, 1997. P. 107-117.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

Geografia e sexualidade: Sensibilização ao respeito pela diversidade sexual e a tentativa de uma análise sobre o Colégio Estadual “André Seugling”, em Cornélio Procópio – PR

Del Negro, Evandro. Da Silva ¹

Discente do 4º Ano, do Curso de Licenciatura Plena em Geografia.
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CCHE
evandronow@hotmail.com.br

Lima, César Augusto de ²

Discente do 2º Ano, do Curso de Licenciatura Plena em Geografia.
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CCHE
cesarlima_augusto@hotmail.com.br

Silva, Carla Holanda da ³

Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR.
Professora do Colegiado de Geografia da UENP

Eixo temático: Gênero e Sexualidade na Educação

RESUMO

O presente artigo foi edificado na tentativa de compreender as sensibilizações ao respeito pela diversidade sexual no Colégio Estadual “André Seugling”, localizado em Cornélio Procópio – PR. A presente pesquisa foi elaborada com o objetivo de relacionar a diversidade sexual no espaço escolar, e como é a realidade do colégio que foi aplicado à pesquisa, fazendo assim um debate sobre os conceitos que os cercam. Diante dessa reflexão pode-se evidenciar a relevância dos conceitos de diversos autores que abarcam o assunto, para assim melhor compreensão das diferentes maneiras que pode ser encontrada essa práticas no espaço escolar. O mesmo realizou-se a partir de um levantamento bibliográfico sobre o tema com autores que abordam o assunto, dentre eles: Ornat (2008 e 2014); Cavaleiro (2014); e Faria e Ratts (2017). A Geografia como ciência tem a finalidade de estudar todas as diversidades presentes no espaço geográfico.

Palavras-chave: Espaço Escolar; Diversidade Sexual; Olhar Geográfico; Homofobia.

¹ Discente do 2º Ano, do Curso de Licenciatura Plena em Geografia, pela Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP. Email: cesarlima_augusto@hotmail.com.br

² Discente do 4º Ano, do Curso de Licenciatura Plena em Geografia, pela Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP. Email: evandronow@hotmail.com.br

³ Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professora do Colegiado de Geografia da UENP. Email: carlaholanda@uenp.edu.br.

INTRODUÇÃO

A Geografia é uma ciência social que analisa a relação homem, sociedade e natureza em todos os aspectos, possibilitando à abertura de novos temas junto ao conhecimento geográfico e próximos a realidade, inclusive a escolar. Uma vez que, trata-se de também uma disciplina escolar. Essa pesquisa foi idealizada para ser aplicado no Colégio Estadual André Seugling, de uma forma que se esclarece a situação da instituição em relação sensibilização ao respeito pela diversidade sexual no ambiente escolar. Ao longo do desenvolvimento do trabalho foram reestruturados para assim abranger um viés mais conceitual, devido alguns fatores.

Nesse sentido, nessa reflexão inicialmente será apresentado um debate acerca de construir uma ponte entre a relação diversidade sexual e o espaço escolar, e suas relações e, posteriormente assim contribuir para uma melhor sensibilização e análise dos problemas ligados a violência movida por intolerância à diversidade sexual e gênero no espaço de convívio escolar, onde relações e experiências são construídas e vivenciadas pelos alunos e levadas para a vida social.

O objetivo do seguinte artigo se deu através de um levantamento bibliográfico realizado para o projeto de iniciação científica intitulada “A Geografia e as Relações Étnico Raciais: um olhar para a Base Nacional Curricular Comum e para as proposições para a Geografia”, sendo abordada a temática de sexualidade e gênero dentro do ambiente escolar. Com isso, foi planejado aplicar uma sucinta análise para se observar a realidade do Colégio Estadual “André Seugling”.

Por tanto, a Geografia é uma ciência social que analisa a relação homem, sociedade e natureza em todos os aspectos, possibilitando à abertura de novos temas junto ao conhecimento geográfico e próximos a realidade, inclusive a escolar. Uma vez que, trata-se de também uma disciplina escolar relevante para instigar a percepção do aluno.

METODOLOGIA

O presente artigo foi desenvolvido no intuito de identificar a situação atual do Colégio Estadual “André Seugling” – Ensino Fundamental, Médio e Profissional, em relação à sensibilização ao tema da diversidade sexual na escola. Metodologicamente este presente artigo foi construído com a contribuição dos estudos teórico pautado em autores como Ornat e Santos,

(2008) e Ratts e Faria, (2017), em função dos debates estabelecidos acerca da sexualidade manifestada no ambiente escolar.

Segundo Ornat e Santos, (2014) “A prática docente dos professores é uma prática discursiva, que produz/relaciona-se aos sentidos atribuídos ao cotidiano. Assim, a existência de uma pedagogia homofobia pode constituir o espaço escolar, segundo o reconhecimento da heterossexualidade como norma [...]” (p. 99).

Sendo assim, a Geografia como ciência assume seu papel de investigadora das espacialidades e produções do homem no espaço.

“A escola é inserida num panorama de ações que visa promover igualdade de oportunidades, garantir inclusão e desmistificar toda forma de preconceito, discriminação e violência, principalmente no que se refere a questões da sexualidade [...]”. RATTIS e FÁRIA, (p. 248, 2017).

No que tange o espaço acadêmico é possível estimular o questionamento sobre sexualidade na escola, principalmente nos cursos de graduação e especialização, possibilitando que professores já formados tenham acesso à informação e esclarecimentos do assunto que se faz necessário atualmente.

Nesse sentido, entende-se que o espaço escolar é de profunda importância para a formação ética, social e cultural de futuros cidadãos e cidadãs, neste contexto pode se evidenciar certos problemas que acabam nítidos no ambiente escolar, trazer consequências negativas para grupos de alunos vulneráveis dessas problemáticas, dentre essas questões relativas estão à homofobia, a falta de formação mais profunda dentro da temática, a violência verbal ou física, o despreparo dos professores com o tema, e a exclusão dos alunos homossexuais no ambiente escolar.

Segundo Junckes e Silva, “[...] a escola brasileira é um espaço de vivência da discriminação, preconceito e exclusão de pessoas que não seguem as normas impostas pela heteronormatividade (2009, p.150)”. Logo, muitas vezes se caracteriza como um espaço de homofobia.

A homofobia é caracterizada pela não aceitação da existência de pessoas com condições ou comportamentos que fogem do padrão heterossexual e, esse comportamento homofóbico parece estar enraizado culturalmente na sociedade. E identificar esses fatores no ambiente escolar é de fundamental importância, para auxiliar e orientar os alunos, tanto quem sobre o bullying, quanto quem pratica essa ação.

Segundo Bonfim, (2014) “Homofobia originou-se etimologicamente do grego homo = iguais, phobos = fobia, medo e o ódio ou repulsa de uma pessoa “heterossexual”, pelo relacionamento (afetivo ou sexual) homossexual de outro indivíduo” (p. 251).

Logo, a homofobia impossibilita o contato com a diversidade que faz parte da essência humana, pois sem este contato se torna complexa a relação de convivência e no espaço escolar parece ser uma realidade. Posteriormente será levantada a questão da visita ao colégio, e as possíveis discussões e resultados, que foram concedidos para a pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As atividades do Colégio Estadual “André Seugling” – Ensino Fundamental, Médio e Profissional (FIGURA 01), se iniciou no ano de 1953, na época conhecido como Escola Técnica do Comércio "Barão do Rio Branco". A instituição está localizada na região central da cidade Cornélio Procópio, tendo como entidade mantenedora o Governo do Estado do Paraná. (SEED - PR).



Figura 01: Vista da área Frontal do Colégio
Fonte: LIMA, C. A (2018)

Foram realizadas algumas visitas ao colégio onde foi possível conhecer o espaço e também marcar uma entrevista semi estruturada, com a equipe pedagógica, devido alguns problemas a entrevista acabou sendo cancelada, e neste intervalo de tempo foi possível observar a falta de interesse do Colégio de abordar essa temática. Demonstrando assim a realidade de

muitos outros colégios e instituições sobre abordagem dessa questão no ambiente escolar. Mediante a isso nosso trabalho ficou mais voltado com base nos autores que abordam essa temática.

CONCLUSÃO

Com base no material levantado, pode se compreender que o comportamento homossexual é o mais aceito na sociedade, com isso o comportamento homossexual é alvo de atos preconceituosos. Na questão do colégio podemos destacar que acontece como na maioria das demais instituições de ensino a temática acaba sendo negligenciada.

Tendo isso como sendo um pensamento compartilhado pela maioria das pessoas, acaba se criando condições propositais para a rejeição dos homossexuais nos diversos setores da sociedade, e conseqüentemente no espaço escolar onde valores e conceitos de identidade são trabalhados e sensibilizados com crianças, adolescentes e jovens.

Diante da necessidade em abordar e estudar os assuntos ligados à diversidade nas sociedades contemporâneas. A Geografia dentro deste contexto questiona os preconceitos e a intolerância ligada à sexualidade, e nada melhor do que estabelecer uma relação na escola que propicie intervenções para compreender e analisar essas manifestações, e colaborar para a efetivação de medidas educativas para inibir comportamentos preconceituosos dentro da escola, e sensibilizar os professores e alunos para estimular o respeito à diversidade.

A Geografia dentro deste contexto questiona os preconceitos e a intolerância ligada à sexualidade, e nada melhor do que estabelecer uma relação na escola que propicie intervenções para compreender e analisar essas manifestações, e colaborar para a efetivação de medidas educativas para inibir comportamentos preconceituosos dentro da escola, e sensibilizar os professores e alunos para estimular o respeito à diversidade.

O Brasil é uma nação rica em sua diversidade cultural, religiosa, étnica, e por este motivo a diversidade deve ser enfatizada como algo positivo, mostrando aos alunos e docentes que todos independente de sua sexualidade tem o direito de estar inserido em um ambiente educativo harmônico e respeitoso.

REFERÊNCIAS

BIANCON, Mateus Luiz. MAIA, Jorge Sobral da Silva. **Educação das relações de gênero e em sexualidades, reflexões contemporâneas.** Editora Appris, 2014.

CAVALEIRO, Maria Cristina. **A sexualidade é política: Heterossexualidade compulsória e lesbofobia nas escolas**. Educação das relações de Gênero e em sexualidades, reflexões contemporâneas. Editora Appris, 2014.

CAVALEIRO, Maria Cristina. VIANNA, Claudia. **Políticas Públicas de educação e diversidade: Gênero e (homo) sexualidades**. Gênero, Niterói – RJ, 2014.

FARIA, Ruan Pinheiro do Nascimento. RATTTS, alecsandro J.P. Publicado pela Revista latino-americana de Geografia e Gênero. **Estudo das disciplinas sobre gênero e sexualidade na formação inicial de professores e professoras de Geografia**. Ponta Grossa 2017.

JUNCKES, Ivan Jairo; SILVA, Joseli Maria. **Espaço escolar e diversidade sexual: um desafio às políticas educacionais no Buasil**. Revista de Didáticas Específicas, nº 1, p. 148-166, 2009.

MARTÍNEZ, Ana S., MOYA, Juana R. e MUNOZ, M. **Mujeres, Espacto y Sociedad - Hacia una Geografía del Género**. Madrid: Síntesis, 1995.

ORNAT, Marcio Jose. **Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista**. Site Terra @ Plural. V. 2, n.2, p. 309-322, 2008.

ORNAT, Marcio Jose. SANTOS. Adelaine Ellis Carbonar dos. **Espaço escolar, homossexualidades e homofobia**. Geografia Ensino & Pesquisa, vol. 18, n. 2, maio/ago. 2014.

SERETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEED – PR). **Colégio Estadual André Seugling** – Ensino Fundamental; Médio e Profissional. Disponível em: <<http://www.cppandreseugling.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=36>>. Acesso em: 08 de ago. de 2018.

VELEDA, Maria Susana. **Geografia e Gênero/Geografia Feminista. O que é isto?** Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1998.

“PEDAGOGIA DO EU” NAS REDES SOCIAIS: CORPOS QUE SE EDUCAM, CONFESSAM E CONSTITUEM-SE

Polizel, Alexandre Luiz
Mestrando no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática
Universidade Estadual de Londrina
E-mail: alexandre_polizel@hotmail.com

Oliveira, Moises Alves de
Professor Doutor do Departamento de Química
Universidade Estadual de Londrina

GÊNERO E TECNOLOGIA

RESUMO: Este manuscrito emerge como parte constituinte de uma investigação de mestrado na área de Ensino de Ciências e Educação Matemática e, movimenta-se ao taxonomizar uma “Pedagogia do Eu” nas redes sociais, tendo como fio condutor o questionamento: “Como os corpos constituem-se na virtualidade?”. Este é apresentado sob o formato de ensaio e encontra-se organizado em três eixos: a) Movimentos iniciais; b) Corp(orificação)s em rede; e c) (Des)Considerações acerca da Pedagogia do Eu. Evidenciou-se que as novas tecnologias levam a outros modos de produção dos corpos-eu, à medida que atores (não)humanos articulam-se. Vê-se que estas articulações no ciberespaços dão-se por tornar-se atores semióticos e, no mostrar-se continuamente via técnicas de confessionalidade.

Palavras-chave: Educação. Pedagogia. Corpos. Redes sociais. Confissão.

INTRODUÇÃO:

Este ensaio emerge de uma investigação maior na área dos Ensinos de Ciências e Educações Matemáticas. Este mobiliza-se a pensar os corpos na contemporaneidade. Os corpos visto que estes consistem em uma das bases epistêmicas para pensar as artes, ciências e filosofias das vida. Aos corpos como um espaço de manifestação das funções vitais e das relações ecológicas. Aos corpos como espaços de manifestação da linguagem e das sensações. Aos corpos como problemática ontológica. Assim os corpos movem-nos em nossa investigação.

Tais corpos dão-se nas relações espaço-tempo, nas contingências-localidades, levando-nos a pensar a questão mote de tal investigação “Como os corpos constituem-se nas virtualidades?”. Questão que não é colocada com inocência, mas levantada como um mote para pensar processos educacionais nos ciberespaços e, que pedagogias culturais efetuam-se nestes.

Deste questionamento que move-nos, surge este recorte que tem por objetivo apresentar problematizações acerca das relações de corporificações e tecnologias contemporâneas. Para isso, organizamos este ensaio em três eixos: a) Movimentos iniciais, em que apresentamos nosso olhar filosófico aos corpos; b) Corp(orificaçõe)s em rede, ao pensar as operações do fazer-se copo nas redes e as subjetividades em constituições; e c) (Des)Considerações acerca da Pedagogia do Eu, traçando considerações acerca desta pedagogia em taxonomização, que envolve um regime de visibilidade e o *ethos* confessional contemporâneo.

Se organizamos este manuscrito desta forma é visto que perceptamos estas relações entre o fazer-se corpo e, um estímulo das produções de testemunhos de si – como atos de verdades – que dar-se via movimentações de confissão. Evidenciamos que as tecnologias contemporâneas deslocam os modos e possibilidades de confessar, produzem novas *têchmes*, novos modos possíveis deste exercício de produzir-se, de fazer-se Eu. Tomamos este estímulo e, esta continua publicização do Eu como produtora de uma nova subjetividade vigente e, assim, novos modos de pensar, aprender e fazer-se. A esta chamamos de Pedagogia do Eu e traçamos considerações iniciais neste manuscrito, (re)(des)pensando os Corpos.

METODOLOGIA:

Os corpos... Organizados com seus órgãos, engendrado como máquina, em produção... Objeto de estudo de campos disciplinares que produziram o homem moderno: a economia, as ciências humanas e a biologia. Um corpo que sustenta-se pautando-se em sua funcionalidade orgânica, ao qual em sua sistematização possibilita a produção do fenômeno da vida, bem como a regulamentação deste. É sob este corpo *vitruviano*, sólido, institucionalizado e capturado pela disciplina que as biologias modernas recorrem para sustentar-se como campo de saber, encarregada do domínio da vida. Um corpo de uma massa populacional e, um corpo do sujeito, que apresenta-se como duplo (FOUCAULT, 2008; 1999; 1988; NIETZSCHE, 2004).

Se este corpo é o arcabouço que rege as existências e relações vitais, é sobre este que as tecnologias de poder atuam, modificam, controlam e o mantém em produção. É neste e deste

que o momento histórico das disciplinas emanam, à medida que uma arte do corpo é formulada. Se as biopolíticas e biopoderes criam e entram em simbiose com a vida, é pela possibilidade de atuação sob estes corpos coletivos e singulares, disciplinando e controlando os modos de existência. Um corpo no qual o engendramento de uma anatomia política age para docilizá-lo e deixá-lo produtivo, sendo as instituições centrais em tal processo: economicamente viável, politicamente dócil (FOUCAULT, 2016; 2014; 1988; 1987).

Este trabalho sob o corpo fica a cargo das instituições, que atuam como mecanismos de produção de máquinas, disciplinando-os para que operem como se quer, com rapidez e eficácia. Dentre estas instituições, a escola tem papel central, organizando os sujeitos em séries por faixas etárias, ensinando a ficar sentado horas “em exercícios exaustivos do comentário, do monólogo e da repetição” (COSTA; CORAZZA, 2016. p. 15). Corpo-matéria que segue ouvindo, falando, obedecendo os regimes temporais, sendo vigiado, punidos e registrados administrativa-burocraticamente em seus prontuários. Um corpo confesso, que confessa e narra a si, seja para governar a si mesmo ou para ser governado pelo outro. É neste corpo que as tecnologias atuam buscando a normalização via disciplinamento (FOUCAULT, 2016; 1988; 1987).

Contudo, este corpo orgânico, anatomopatológico, pautado nas funcionalidades delineadas pelas biologias, tem vazado. Um corpo que tem se hibridizado com as tecnologias, se “ciborgueado”, sido eletrizado, vazado às redes. Corpos que se estendem no que toca sua funcionalidade e nas relações espaço-tempo que potencializam-se ao se artificializarem (HARRAWAY, 2009; SIBILIA, 2002). Se a normalidade era o eixo central das instituições e de suas técnicas de disciplinamento, o que gera no pós-orgânico é a superação do *status* de normalidade, é a superação via *performance* que este corpo desenvolve. Ainda assim, mantém-se a necessidade deste corpo precisa ser mostrado, expor-se e apresentar-se neste *show* do *eu* que não é suportado apenas pelos espaços internos das instituições e dos campos disciplinares, que já não o comportam mais, eles precisam de um palco maior, de mais espaço para performar e mostrar suas superações para com a normalidade, de modo que extrapolam e passam a navegar em redes (SIBILIA, 2012). A pedagogia do *eu*, ou seja, de um eu que tem efeitos pedagógicos e produtivos ao narrar-se, não suporta vigorar em locais fechados.

São nestas redes que o corpo se apresenta, performa, se posiciona, situando a si e ao outro, constituindo-se e produzindo o outro, em meio a processos de identificação e

diferenciação (SIBILIA, 2008; SILVA, 2014; LATOUR, 2013 ;2012). Espaço no qual acredita-se que o corpo percorre livremente e é capaz de criar modos de existência em sua potência. Espaço em que hibridizam as ficcionalidades-realidades das narrativas e permite que o personagem torne-se corpo-sujeito autêntico (SIBILIA, 2008).

É neste trajeto que inspirado em Michel Foucault (2016; 2014) tratamos as redes como um espaço propício para relatar sobre si, sendo possível observar o narrar-se como um processo de produção de si e de estéticas da existência de cunho ético, político, estético e erótico. Na produção escrita como uma potencialidade de revisitar-se, de tornar-se governante de si, perceber os trajetos do vir-a-ser. É a esta ética que nos apegamos, que esquecemos de ver que o “[...] domínio e a consciência do próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder” (FOUCAULT, 2016, p.235) e, devemos desconfiar então desta consciência.

Se Foucault e Nietzsche, como filósofos malditos foram destruidores de evidências e consciências, são nestas ressonâncias que nos inspiraremos. Não deixaremos de lado nossos afetos por Foucault ao olhar para as potencialidades da escrita de si como produtora de estéticas da existência, mas traremos à cena um outro olhar: o da escrita de si e das investigações do corpo produzido em um processo *exomologese*, como prática de confissão, do manifestar e aderir ao confessar e testemunhar uma verdade (FOUCAULT, 2014), que também cria modos de existência, contudo, modos controlados e que passam pelo crivo de uma prescrição moral.

Confissões como tecnologias de poder empregadas em tribunais, na psiquiatria, na pedagogia (FOUCAULT, 1988; 1987) e, na própria Biologia, à medida que interroga-se o organismo que não fala e registra-o por meio da escrita. Que captura e cristaliza nos prontuários e atas, que determinada coisa é ou deixa de ser, pautando em como esta responde e registra-se.

Destarte, se as redes são consideradas o espaço onde o corpo pós-orgânico é dissolvido e alcança alta potência em seus efeitos de superfície, o espaço onde “todos falam” (SIBILIA, 2012; 2008; 2002), gostaríamos aqui de trazer um outro olhar, o das redes como espaço de maior captura do corpo – seja pelo relato feito por si ou pelo Outro – e também onde ele mais escapa.

Assim, tal qual falou Zarathustra, queremos percorrer nosso trajeto experimental no desenvolvimento deste olhar ao corpo pós-orgânico dizendo, “[...] minha palavra aos

desprezadores do corpo”, e também aos apaixonados por este e, convidá-los a “[...] despedir-se de seus próprios corpos” (NIETZSCHE, 2016, p. 51); ou ousar continuar capturando-os, em *flashes*, tendo ciência de que o corpo que foi capturado em nossa máquina de registro já vazou e passou a ser outro corpo. Corpos que movimentam-se, e continuam se movimentando, entremeados de multiplicidades de sentidos, de guerra e paz, de fugas e capturas, dos deveres, das dores, dos afetos e dos desvios. Corpos que devem ser tomados às criações para além de si e fugir da captura (NIETZSCHE, 2016), não são apenas aos corpos em potência que guiamos nossa preocupação, mas também aos corpos com vontade de verdade e de fixidez, visto que os corpos que conhecemos agora, foram forjados sob a crença de uma verdade-potência universal (FOUCAULT, 2016), que mantém-se sem autoria e que tem sido convidada a declarar-se. É neste tocante que coloco a refletir das questões que guiam esta investigação nestes primeiros passos: Os desprezadores dos corpos encontram-se vigentes nos fluxos contemporâneos das sociedades disciplinares e de controle? Como as biotecnologias e performances (des)(re)funcionam os corpos, os palimpsestos, e os colocam fluidos nas redes como corpos pós-orgânicos? Em que modulação as escritas de si no ciberespaço trazem consigo vontade de potência e/ou de confissão, permitindo a produção de novos modos de subjetivação e de estéticas da existência, fluidificando ou capturando estes corpos? Como este corpo orgânico, com órgãos, em funcionamento, se sustenta nas ideologias nos tempos pós-humano? São estas indagações, que levantamos ao olhar para as redes sociotécnicas contemporâneas e as corporificações...

RESULTADOS E DISCUSSÕES:

Ao falarmos de redes estamos falando de tecnologias de épocas. Tecnologias que consistem em um conjunto de técnicas nas relações de espaço e tempo que atuam na produção de algo. Se a escola surge como tecnologia que engendra o sujeito da consciência, disciplinado, normalizado, que adquire sua formação humana após a passagem institucional que rege seus corpos validados pelo certificado escolar, as redes produzem sujeitos da efemeridade, que buscam a superação ou o rompimento da disciplina, que sua formação se dá nos embates dos fluxos e no registro da estética vencedora de tais embates. Se a escola preza por conceitos, saberes que evoluem mas são eleitos como formativos, com uma formação a longo prazo, as redes tocam os argumentos por instante, normativos, sempre nutridos por controvérsias e com formação momentânea. Se na escola existe uma relação hierárquica de posse do saber, nas redes qualquer saber é passível de estar em enunciação. Se a escola priva pelo aprofundamento

do conhecimento, nas redes o conhecimento é de superfície. Se na escola a docilidade dos corpos é exigida, nas redes a exigência é da hiperatividade de gestos (SIBILIA, 2012). Assim, a lista comparativa poderia ser grande, contudo chegando a um agravante: as tecnologias educacionais que regiam no século XIX e XX encontram crise quando tentam operacionalizar para com os jovens do século XXI. Jovens que transitam pelo espaço escolar e, que com sua presença deslocam os regimes discursivos que circulam neste espaço e o meio desta estrutura.

É neste sentido que essa escola é revista, bem como daquilo que ela se mune de argumento para sua funcionalidade: a formação do sujeito via saberes eleitos como formativos, o científico. Se o espaço escola toma outros sentidos (SIBILIA, 2012), a própria ciência como artefato cultural (WORTMANN; VEIGA-NETO, 2001) também se desloca, ela é chamada de modo seletivo a participar das redes, é considerada e desconsiderada em meio a suas controvérsias encontradas no espaço digital, ao invés de seguir uma seriação e um regime hierárquico de chegar a uma verdade, uma (ou verdades convergentes), como feito na escola. As postagens em que querem participar das discussões podem ser escolhidas, ao invés de seguir um cronograma. Nestes espaços virtuais os usos das ciências não se travestem de neutralidade para silenciar o outro, como no espaço escolar, pelo contrário, estes são evocados como armamentos políticos.

Esta nova dinâmica na produção e interação dos saberes e da formatação dos corpos é um de nossos impulsos a escolher este espaço para desenvolver nossa investigação. Doravante, este espaço proporciona também esta nova dinâmica nas disseminações de pedagogias culturais. Pedagogias culturais que deslocam seu olhar ao considerar que as pedagogias encontram-se em qualquer lugar, qualquer espaço é hábil de ter efeitos pedagógicos, do aprender algo, do formatar o sujeito, do constituir um *currículum*. Qualquer espaço apto a produção de enunciações e enunciados, na qual regimes discursivos produzem efeitos de verdade via tradução de experiencialidades, é um ambiente propício para pedagogias culturais. É claro, estas produções não são livres e circulantes em um vácuo no espaço-tempo, mas encontram-se imersas em relações saber-poder que as regulam (SILVA, 2013; GIROUX, MCLAREN; 1995). Se olharmos para estas redes como um espaço privilegiado para propagação de pedagogias culturais e produtoras de tais, não fazemos isto ignorando que a escola não apresente este potencial, mas consideramos que as redes não tentam cristalizar-las em documentos oficiais e seriações, pelo contrário, o jogo com o tempo e a facilidade de *compartilhamentos* e visualidades, estimulada pela necessidade do sujeito de performar

hiperativamente, impulsiona a propagação de artefatos de pedagogias culturais: vídeos, imagens, memes, correntes, músicas, recortes de gibis, revistas, blogs, vlogs, áudios...

Na atual conjuntura, são estas dinâmicas e movimentos pedagógicos que tem nos interessado sob o olhar dos estudos culturais. Percursos que criam currículos outros que necessitam dentro de suas contingências históricas, políticas e culturais impermeadas nas capilaridades do poder (FOUCAULT, 2016; 1987). São currículos que ainda efetuam sua função de constituir-se como artefato cultural produtor de verdades, que elegem saberes formativos e formatam modos de vida (SILVA, 2015), contudo os currículos nas redes são currículos em cacos, no qual os sujeitos transitam por estes escolhendo ficar, ser capturado, esfacular mais este pedaço, constituir-se dele, ou não.

Tatear esta dinâmica é voltar nossa óptica para este modus operante de produção dos sujeitos e suas relações com as educações. Michel Foucault (2016; 2014; 2009a; 2009b; 1987; 1988), Gayatri Spivak (2010) e, Paula Sibilia (2012; 2008; 2002) em suas obras tocam em um ponto central, onde as pedagogias encontram os corpos: a constituição do sujeito. Constituições que passam por instituições sociais e, que dão-se nas relações microfísicas dos corpos e saberes-poderes-verdades, produzidos no interior das culturas e, por cada afeto, e aqui trato afeto como o encontro de dois corpos em determinado espaço-tempo, ocorrente nestas relações. Estas relações se dão sempre de modo narrativo: o silêncio, o movimento, a fala, as leituras, o ouvir, o assistir, as sensações... Estas narrativas sempre encontram-se impregnadas de condições enunciativas para que o sujeito se narre. Assim, visto que as constituições dos corpos ocorrem de maneira regulada, via suas narrativas, vemos os espaços das redes como propícios ao convite dos corpos a narrar-se, nos possibilitando compreender as pedagogias que os mantêm em constituições e o efeito pedagógico do corpo que se narra. São estes movimentos que nomeamos de uma *Pedagogia do eu* e, que gostaríamos de compreender.

Não pretendemos aqui de forma alguma dizer que as redes constituem em espaços livres, onde os sujeitos livremente se constituem diferente do espaço escolar, pelo contrário, percebemos que as redes apresentam regulamentações, policiamentos, esquema legislativos de denúncia e a própria limitação material de acesso a esta: ter um computador, smartphone, acesso à internet, tempo livre. Um espaço que cria bolhas de arregimentação, na qual os sujeitos relacionam com seus pares no que tocam os interessamentos dos corpos por temáticas e discussões, dando varia sensação de liberdade e de “mundo melhor”. Este espaço de

arregimentação, consiste em uma composição, um conjunto de atores humanos e não humanos, que associam-se de acordo com suas condições de interessamento (LATOURE, 2013; 2012; REZZADORI, 2017). O que chamamos de bolhas aqui são as constituições em redes, na qual aos corpos se associaram estes promovem derivas, produzindo e transformando os sentidos e as sensações. Um espaço onde o corpo se estende (SIBILIA, 2002) e culto ao eu se instaura (SIBILIA, 2008). Por isto temos por intuito caminhar por este espaço rubricando nossas anotações e, cartografando os movimentos pedagógicos e os convites dos sujeitos para narrarem-se.

Acreditamos que os discursos das ciências serão encontrados neste trajeto, ou sendo reiterado ou sendo negociado, as ciências e educações tem estes efeitos sobre as produções dos corpos: de mantê-los de determinado modo ou de modificá-los para outros (FOUCAULT, 2016; 1988; 1987; 2009a; 2009b). Assim, as contingências deste ciberespaço nos permitirá registrar os aparecimentos deste discursos, seus usos e até mesmo compreender como estes campos tem se sustentado e/ou se deslocado para sustentar-se.

Atentamo-nos a investigar as redes também por outro motivo: constituir um espaço de arquivamento do presente, cartografar essas redes (LATOURE, 2013; 2012). Espaço onde o corpo é instantaneamente capturado ao deixar seu registro, sendo disponibilizado seu discurso e o horário de fixação deste. Se isto nos interessa é por constituir um *herbarium* de narrativas, que são antologias da existências, vidas breves, corpos capturados que tem sua existência fundada no comentário que deixa (FOUCAULT, 1992). Se a escola negligenciar qualquer registro das vidas breves, se as ciências quantificam estas vidas, aqui elas estão dispostas em fragmentos, onde estes vários corpos podem ser buscados. São registros mortos que nos ajudarão a compreender as *Bio-logias*, as ciências e educações, via esta *Pedagogia do eu* que se narra. Nossos interesses são nestes movimentos que as redes nos permitem fazer-cartografar (LATOURE 2013; 2012).

CONCLUSÃO:

Trazemos nesse manuscrito um recorte constituinte de uma investigação maior situada em um percurso de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática. Evidenciamos que os corpos consistem nos substratos de produção de afetos, de colocar campos de conhecimento em movimento e, assim o pensar Outras leituras dos corpos e das

corporificações abrem fraturas ainda não exploradas para produzirmos outras hermenêuticas acerca das existências e modos de produção de saberes.

Evidenciamos o processo de confissão como um modo de produzir testemunhos de verdade sobre si e sobre o Outro. Esta produção de atos de verdade, são espaços para exploração de novos possíveis, mas também para constituição de outros modos de controle. A corporificação assim, como registro do narrar a si, resvala em possibilidades de deslocamentos mas também de ancoragem das possibilidades. Em nossos movimentos iniciais aos entornos das redes sociais, perceptamos que a valorização das confissões, via escrita, vídeos, fotos, imagens... e em distintas plataformas possíveis (*facebooks, instagrans, twitter, blogs, vlogs, Youtube*, entre outras), levam a multiplicação de possibilidades de confessar-se e fazer-se. O corpo-Eu passa a existir apenas quando é visto e, assim, as confissões são utilizadas como espetacularizações e produção de rastros do Eu. Este desespero verte-se para o não sentir-se sozinho em meio as multidões e, para o sentir-se existente, à medida que o Outro depara-se com este corpo via contato com os cacos narrativos-confessos deixados registrados nas múltiplas redes sociais (SIBILIA, 2012; 2008; 2002).

Esta valorização do Eu, que compõe-se constantemente nos atos de confessar-se e proliferar-se leva a um corpo que faz-se sob um viés neonarcisístico – que requer ver-se constantemente e fazer-se visto pelo outro. Esta nova subjetividade-subjetivação vigente é produzida de um modo de produção de saberes, de um subjetivar-se, fazer-se Eu, centralizado na produção de si mesmo – é a esse processo que denominamos uma “Pedagogia do Eu”. Tal pedagogia encontra-se centrada em um dispositivo de visibilidades (FOUCAULT, 2016; 2014; 2009a; 2009b; 1987; 1988; SIBILIA, 2012; 2008; 2002).

Este dispositivo das visibilidades encontra-se alinhado a tecnologia da confissão, articulado a outras tecnologias desta maquinaria, como operações outras das relações dos corpos com fantasias, memórias, inscrições... O corpo-Eu faz-se cada vez mais hibridizado seus relatos com ficcionalidades, a fim de tornar seu registro mais ‘interessante’ (LATOURE, 2013; 2012); ao mesmo tempo que clama por ficcionalidades mais ‘representativas’ e ‘fidedignas’. O corpo-Eu conclama por mais memorização de acontecimentos passados, ao mesmo tempo que esquece a cada dia mais, visto seu bombardeio por ‘luzes’ (NIETZSCHE, 2016; 2004). O corpo-Eu cada vez mais transforma-se em imagem, se espetaculariza e, conecta-se com um

conjunto de atores, humanos e não humanos, presentes nas redes sociotécnicas, proliferando-se como ator-semiótico.

Estes são movimentos em (per)curso, um recorte descritivo da taxonomia em construção do que tratamos como a Pedagogia do Eu. Já evidenciamos outros modos de pensar o corpo, a centralidade na corporificação via espetacularização e inscrição de si que operam no confessar, *fanficcinar*, (des)(re)memorar e no multiplicar-se como ator-semiótico... Uma taxonomia, analítica e descritiva em curso... Um convite para que outros voltem seus olhares a estes fenômenos, a(s) Pedagogia(s) do(s) Eu(s) e, como esta rede sociotécnica tem proliferado e intensificado as confissões e composições dos corpos em redes. Este trabalho não pretende ser fechado, mas ser um inscripto, uma parte constituinte da sistematização descritiva do funcionamento desta Pedagogia contemporânea.

REFERÊNCIAS:

COSTA, Cristiano Bedin da; CORAZZA, Sandra Mara. Pai de um a quadríptico de um corpo em obra: palimpsestos, arquitetônicas. In: CORAZZA, Sandra Mara; ADÓ, Máximo Daniel; OLINI, Polyana. **Caderno de notas 9**: Panorama de Pesquisa em Escrita: Observatório da Educação. Porto Alegre-RS: UFRGS/Doisa, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016
 _____. **Ditos e escritos volume IX**: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014

_____. **A Arqueologia do Saber**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2009b

_____. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das Ciências Humanas. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999

_____. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento das prisões. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GIROUX, Henry; MCLAREN, Peter. Por uma pedagogia crítica da representação. In: SILVA, Tomaz Tadeu; MOREIRA, Antônio Flavio (Orgs.). **Territórios contestados**: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995

HARRAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista.

SILVA, Tomas Tadeu da; KUNZU, Hari; HARRAWAY, Donna (Orgs). **Anropologia do ciborgue**: as vertigens do pós humano. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 33-117.

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. 3 ed. São Paulo: Editora 34, 2013

_____. **Reagregando o social**: uma introdução a teoria Ator-Rede. Salvador: EDUFBA, 2012; Bauru: Edusc, 2012

NETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra**: um livro para todos e para ninguém. Porto Alegre: L&PM, 2016

_____. **Aurora**: reflexões sobre os pensamentos morais. Trad. Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

REZZADORI, Cristiane Breatriz Dal Bosco. **Educação química pelo olhar Latouriano**. Tese (Doutorado em Ensino de Ciências e Educação Matemática), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, 2017, p. 229

SIBILIA, Paula. **La intimidad como espetáculo**. Buenos Aires: Fondo de cultura econômica, 2008

_____. **O homem pós-orgânico**: corpo, subjetividade e tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002

_____. **Redes ou paredes**: A escola em tempos de dispersão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: Uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015

_____. (Orgs). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em educação. 11 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

WORTMANN, Maria Lucia Castagna; VEIGA-NETO, Alfredo. Estudos culturais da ciência & Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2001

DA ANÁLISE CRÍTICA DE MATERIAL DIDÁTICO SOBRE DIVERSIDADE

Keilla, C. CRUZ

Discente do Curso de Graduação em Ciências Biológicas
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ
Keilla7costa@gmail.com

Mendes, Carolina Borghi

Docente do Curso de Graduação em Ciências Biológicas
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ
carolina.mendes@uenp.edu.br

A PEDAGOGIA HISTÓRICO - CRÍTICA E A TEMÁTICA GÊNERO E SEXUALIDADE

RESUMO

A desigualdade de gênero e a discriminação, baseadas em critérios de orientação sexual, estão entre as injustiças sociais e formas de violência que ainda persistem na sociedade brasileira. Como consequências das demandas sociais e das contradições presentes em nossa sociedade, temos nos deparado com uma crescente discussão que vem ocorrendo nos últimos anos em torno da inserção da Educação de Gênero e Sexualidades nas escolas. A escola, no que se referente à educação sexual, tem como finalidade formar cidadãos conscientes, críticos e engajados nas transformações de todas as questões sociais, ligadas diretas ou indiretamente à sexualidade. A Pedagogia Histórico-Crítica objetiva e possibilita aos educandos apropriarem-se dos conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos, para que sejam agentes participativos na sociedade e para que possam buscar a transformação social e superar os preconceitos e desigualdades ainda presentes em nossa sociedade. O presente trabalho objetivou-se a analisar criticamente, a partir dos pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica, como o tema "orientação sexual" foi inserido no livro didático “Conexões com a Biologia”. O método de pesquisa foi o Materialismo Histórico-Dialético, por ser o método que baseia a Pedagogia Histórico-Crítica. Feita a análise, concluímos que apesar de pertinente, o conteúdo mantém-se atrelado ao senso comum.

Palavras-chave: Educação em Sexualidades Crítica; Pedagogia Histórico-Crítica; Escola pública

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira atual, alicerçada em pressupostos democráticos, visa garantir liberdade e igualdade de direitos a todos e todas. No entanto, a discriminação e preconceito ainda se apresentam muito arraigados à cultura, refletindo na forma como nos organizamos socialmente. A desigualdade de gênero e a discriminação entre os sujeitos, baseadas em critérios de orientação sexual, estão entre as injustiças sociais e formas de violência que ainda persistem, como reflexos da sociedade patriarcal instituída.

A sociedade é constituída de espaços onde reproduzimos ações sociais todos os dias, e que também se constituem como espaços de transformação. Esse é um aspecto constituinte da realidade numa compreensão materialista histórica-dialética e fundamental para pensarmos a própria educação, já que esta deve possibilitar que os indivíduos não somente reproduzam ações sociais, mas também possam atuar em busca da transformação da sociedade e da realidade social. No que concerne à educação em sexualidades, cabe à escola desenvolver a ação crítica e reflexiva visando possibilitar aos estudantes compreenderem os aspectos envolvidos na educação sexual, para além de seus constituintes biológicos e fisiológicos, de tal modo que possam exercer suas sexualidades de forma plena e consciente.

Como consequências das demandas sociais e das contradições presentes em nossa sociedade, temos nos deparado com uma crescente discussão que vem ocorrendo nos últimos anos em torno da inserção da Educação de Gênero e Sexualidades na escola, temáticas que devem ser abordadas no ensino escolar, segundo o Plano Nacional da Educação (PCNs) (BRASIL,1997). Nesse sentido, Figueiró (2004, p.119) afirma que a educação básica deve trazer a educação sexual de forma a preparar o educando para viver a sexualidade de forma positiva, saudável e feliz e, sobretudo, para formá-lo como cidadão consciente, crítico e engajado nas transformações de todas as questões sociais, ligadas direta ou indiretamente à sexualidade.

Para a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) a igualdade social e sexual perpassa pela formação da consciência crítica. Essa teoria afirma que a função da escola é socializar o conhecimento artístico, científico e filosófico produzido pela humanidade, visando atender aos interesses da classe trabalhadora na luta pela superação da sociedade capitalista (SAVIANI, 2005). Sendo assim, a abordagem da temática na perspectiva da PHC no contexto escolar é vista como fator essencial para garantir inclusão e promover a efetivação da igualdade de

direitos, enfrentar de modo crítico-dialético o preconceito, discriminação e violência, especialmente no que se refere a questões de gênero e sexualidades.

A pedagogia emancipatória desenvolvida por Saviani apresenta cinco passos. O primeiro passo é a prática social inicial, o segundo é a problematização, o terceiro é a instrumentalização, o quarto é a catarse e o último é a prática social final. Esses pressupostos metodológicos objetivam um equilíbrio entre teoria e prática, possibilitando aos educandos apropriarem-se dos conhecimentos clássicos, para que estes sejam agentes participativos na sociedade e para que possam buscar a transformação social e superar os preconceitos e desigualdades ainda presentes em nossa sociedade, inclusive no que se refere a gênero e sexualidades. A compreensão de conteúdos clássicos é um importante critério para guiar a seleção dos conhecimentos artísticos, filosóficos e científicos que devem ser abordados na escola, por tratarem-se de conhecimentos que carregam a universalidade humana. Saviani (2003) diz que para chegar ao resultado do trabalho educativo “a educação tem que tomar como referência, como matéria-prima de sua atividade, o saber objetivo produzido historicamente” (SAVIANI, 2003, p. 7). Referimo-nos aos conhecimentos que possibilitam a relação entre os seres humanos e a totalidade da cultura, servindo de referência para que as novas gerações se apropriem do que foi produzido ao longo da história social. A objetividade, visão de totalidade, historicidade e provisoriedade dos conhecimentos são elementos importantes do currículo escolar e que, portanto, deveriam nortear a elaboração dos materiais didáticos utilizados nas escolas. Nesse sentido, Saviani (2008) propõe que a organização do sistema de ensino deva guiar-se pelo enfrentamento das contradições inerentes ao sistema capitalista. O currículo escolar deve viabilizar a assimilação, pelos alunos, do conjunto de objetivações humanas.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 1997) a Educação em Sexualidade não se constitui como uma disciplina, mas se insere nas diversas disciplinas como um dos temas transversais. Os PCNs apresentam como principal objetivo a formação do indivíduo para a cidadania, considerando os princípios de diversidade humana, igualdade de direitos, participação e corresponsabilidade pela vida social. Para preparar o cidadão com bases nesses princípios, principalmente levando em consideração à natureza atitudinal dos conteúdos, as disciplinas tradicionais passam a não ser suficientes. Apesar da importância fundamental das mesmas para formação dos indivíduos, os documentos oficiais utilizam-se da justificativa de que elas não contemplam todas as necessidades para formação cidadão, resultando na necessidade de inserção dos temas transversais, dentre os quais está a Educação Sexual.

Ainda que haja divergências em relação à necessidade de temas transversais e, como resultado, trabalhos que discorrem especificamente sobre isso, compreendemos que a superação do preconceito e desigualdade de gênero é uma luta que entra em pauta em todos os espaços sociais e não pode ser renegado pela escola. Nesse sentido, a educação sexual, de gênero e em sexualidades deve ser contemplada no processo de ensino e, apesar da inserção de temas transversais, muitas vezes ela fica restrita ao ensino de ciências e biologia.

Buscando contribuir com esse debate, o presente trabalho objetivou-se a analisar criticamente, a partir dos pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica, como o tema "orientação sexual" foi inserido no livro didático “Conexões com a Biologia” (BRÖCKELMANN, 2013), da Editora Moderna, distribuídos às escolas no estado do Paraná, entre 2015 a 2017. O conteúdo analisado trata da diversidade de gênero, orientação sexual e preconceito como conteúdo de ensino do 1º ano do Ensino Médio da disciplina de Biologia.

METODOLOGIA

Realizamos uma análise documental crítica do conteúdo de educação sexual presente em um livro didático utilizado no estado do Paraná, “Conexões com a Biologia” (BRÖCKELMANN, 2013), da Editora Moderna, distribuídos às escolas no estado do Paraná, entre 2015 a 2017. Corroboramos a importância do currículo atribuída pela Pedagogia Histórico-Crítica e sua defesa pelo papel da escola na socialização dos conhecimentos produzidos pelo conjunto dos homens, e adotamos como fundamentos teórico-metodológicos o Materialismo Histórico-Dialético, por considerarmos sua relevância aos educadores:

[...] a análise do fenômeno educacional em estudo pode ser empreendida quando conseguimos descobrir sua mais simples manifestação para que, ao nos debruçarmos sobre ela, elaborando abstrações, possamos compreender plenamente o fenômeno observado. Assim pode, por exemplo, um determinado processo educativo ser compreendido a partir das reflexões empreendidas sobre as relações cotidianas entre professores e alunos na sala de aula. Quanto mais abstrações (teoria) pudermos pensar sobre esta categoria simples, empírica (relação professor/aluno), mais próximo estaremos da compreensão plena do processo educacional em questão (PIRES, 1997, p. 88).

O método Materialismo Histórico-Dialético se caracteriza pelo confronto de idéias , para essa metodologia qualquer conceito definido como verdadeiro deve ser testado, esse princípio pode ser representado como Lei da contradição. A lógica dialética segue outras duas Leis, a Lei da totalidade, que diz que a realidade se caracteriza por seu movimento e a Lei do movimento, que segue o princípio que tudo está em constante transformação. Assumir uma prática pedagógica alicerçada na epistemologia dialética é um caminho fértil e possível para o exercício do Ensino das Ciências de caráter crítico e emancipador,

O conteúdo analisado neste livro se restringe a dois textos pontuais, mas que totalizam a temática abordada. Ambos os textos, “A origem complexa dos preconceitos” e “Sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual” estão dentro do tema diversidade e fazem parte da primeira unidade do livro denominado “As transformações do ser humano”.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O conteúdo analisado apresenta duas temáticas que se relacionam; o primeiro texto aborda a questão do preconceito, enquanto que o segundo aborda a identidade de gênero e orientação sexual. O primeiro texto intitulado como “A origem complexa dos preconceitos”, indica que o preconceito surge da exclusão de algo considerado diferente ou daquilo que é dado como incorreto dentro de determinada cultura:

“É por isso que pessoas que nasceram e cresceram em grupos diferentes podem apresentar visões de mundo e comportamentos distintos: por exemplo, a língua falada e escrita, as crenças religiosas, o jeito de preparar os alimentos e a maneira de se vestir e de se relacionar com os outros. Também aprendemos quais comportamentos são considerados "certos" e "errados", quais são valorizados e quais devem ser evitados”.

Analisando o texto, percebemos que ele se refere ao preconceito e discriminação como algo dado somente ao diferente ou errado e, mesmo ressaltando ao final do texto que ambas as práticas - preconceito e discriminação - serem valorizadas por algumas pessoas e grupos, deixa de abordar que elas podem ser também resultado de um processo político e social, ou seja, seria importante especificar que o preconceito e a discriminação podem ser resultado de uma sociedade que em um desenvolvimento sociocultural considerou determinadas práticas excludentes como corretas.

Também é abordado que a discriminação e o preconceito podem ocorrer de várias maneiras na sociedade, fazendo alerta a importância da reflexão sobre suas origens, sua pertinência e sua legitimidade na sociedade:

“Isso abre a possibilidade de existência de discriminação e preconceito, ou seja, sensação e postura negativas em relação a comportamentos que não correspondem ao que aprendemos a valorizar e a considerar "correto". Em cada caso, é importante refletir sobre as origens do preconceito e sua pertinência e legitimidade”.

No entanto, não traz elementos para compreensão das mudanças sociais e culturais, e para compreensão histórica desses elementos socioculturais, ou seja, não discute histórica e dialeticamente a questão. Sem que ocorra essa apropriação desses elementos, não se propicia a apropriação dos instrumentos culturais, pois apenas a abordagem que foi dada no material pouco contribuiu para que os alunos tenham uma reflexão histórica e social sobre o assunto.

No segundo texto, “Sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual”, no que se refere à identidade de gênero é esclarecido que gênero deve ser pensado além das concepções sobre o que é essencial ou naturalmente dado, isto é, necessitamos compreender que é a sociedade quem constrói e reconstrói um conjunto de expectativas em torno dos valores, comportamentos, e papéis associados aos dois sexos, aqueles que constituem o gênero masculino e feminino:

“[...] além do sexo biológico, cada sociedade constrói e reconstrói, ao longo da história, um conjunto de expectativas em torno dos valores, comportamentos e papéis associados aos dois sexos, que constituem os gêneros masculino e feminino”.

Trazer esta temática em um livro didático é muito satisfatório, no entanto, a abordagem desse conteúdo é feita de maneira ainda superficial, negligenciando conhecimentos importantes, de modo que o texto denota que existem expectativas na sociedade, referentes aos comportamentos, atividades domésticas, linguajar, roupas, entre outras características de acordo com o gênero:

“[...] espera-se que os garotos aprendam a exercer os papéis "masculinos", e as garotas, os papéis "femininos", e que se identifiquem com os gêneros definidos em cada cultura. Isso inclui concepções gerais sobre as profissões, atividades domésticas, linguajar,

roupas, preferências, desejos e comportamentos considerados "adequados" e "corretos" para homens e mulheres”

Apesar dessa colocação, não deixa, em nenhum momento, transparecer que é um equívoco esperar que tais características sejam restritas a um só gênero, se restringindo a mencionar que conflitos e polêmicas surgem em torno desse assunto. Contudo, para que o conteúdo proporcione uma reflexão crítica e mais complexa, consideramos ser importante abordar o processo de elaboração histórica das atribuições dadas a cada gênero, para que o aluno possa compreender e apropriar-se dos instrumentos culturais a partir da história para, com isso, utilizá-los em elementos ativos de transformação de sua prática social quando, por exemplo, se depara com a desigualdade de gênero instituída em nossa sociedade.

Referente à orientação sexual, o conteúdo do livro introduz o assunto, mas de forma vaga, o que o torna um conteúdo incompleto:

“O termo orientação sexual refere-se aos desejos afetivos e sexuais que uma pessoa apresenta. De modo simplificado, o desejo pode se direcionar a pessoas do sexo oposto (heterossexualidade), a pessoas do mesmo sexo (homossexualidade) ou a pessoas de ambos os sexos (bissexualidade)”.

Como evidenciado acima, destaca existirem, apenas, três diferentes orientações sexuais, quando sabemos que essa classificação é complexa e mais ampla. Portanto, ele traz o conteúdo de maneira superficial, não fugindo do senso comum, podendo até reforçá-lo. O texto limita-se a afirmar que se trata de um tema complexo e que envolve muitos tabus, ou seja, evidencia uma contradição da realidade, sem dar elementos para reflexão aprofundada que possibilite a busca por sua superação:

“Por conta disso, apesar de ser um tema complexo por envolver tabus que expressam discriminação e preconceitos, a homossexualidade e a bissexualidade não devem ser vistas como doença ou desvio, mas como variações da sexualidade humana”.

Devemos refletir sobre como abordar o conceito de sexualidade, pois nos próprios PCNs a sexualidade é definida simplesmente como “algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte” (BRASIL, 1997b, p. 287), ainda que essa definição corresponda a uma tentativa de se elaborar uma definição abrangente e consensual, ela é vaga e imprecisa. Saviani (2008, p. 63) afirma que quando uma definição abarca tudo, ela

já não significa mais nada, e é exatamente assim que o tema é abordado no texto. A temática é abordada de maneira superficial e focada no senso comum, já que faz menção a diversas problemáticas, mas não abarca maiores discussões para que os estudantes, de fato, tenham elementos para refletirem sobre a complexidade do assunto. Com isso, acaba por menosprezar o conhecimento sobre a sexualidade e ratifica entendimentos fragmentados, já que o tema sexualidade não se relaciona só ao conteúdo – conceitual - a ser dominado intelectualmente pelos alunos, mas está relacionado à expressão de sentimentos e atitudes e formação de valores morais (FIGUEIRÓ, 1994).

Uma alternativa para abordagem do tema Sexualidade nos livros didáticos de maneira coerente com a Pedagogia Histórico-Crítica seria incrementar textos didáticos com conteúdo que possibilite uma compreensão aprofundada, histórica e crítica sobre a sexualidade humana e suas contradições na sociedade atual. A compreensão da sexualidade como fenômeno histórico-cultural vincula-se à apropriação do patrimônio cultural da humanidade (MAGALHÃES, 2015). A abordagem do conteúdo de maneira a possibilitar a apropriação dos elementos culturais pelo estudante é importante para ele e, também, ao professor, já que se tratando de um conteúdo que tem de ser, de acordo com as PCN, trabalhado interdisciplinarmente, vários educadores que não possuem um conhecimento tão abrangente sobre a temática vão usufruir somente do conteúdo do livro disponível para abordagem do tema com os alunos.

As atividades propostas ao final do material analisado retomam a problemática de gênero. Através dessas atividades podem ser abordados muitas problematizações, como: machismo, misandria, misoginia, feminismo, desigualdade de gênero, entre outros. Essas questões devem ser abordadas de maneira aprofundada, pois segundo Saviani (1996, p.), a reflexão filosófica, para ser tal, deve ser radical, rigorosa e de conjunto [...], é preciso que se vá até as raízes da questão, até seus fundamentos. Ao fazer essa discussão, o aluno poderá estabelecer relações entre a realidade (prática social), os problemas existentes nela e o conteúdo aprendido, atingindo a catarse.

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou analisar criticamente, a partir dos pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica, como o tema "orientação sexual" foi inserido no livro didático "Conexões com a Biologia". Utilizamos do método de pesquisa Materialismo Histórico-

Dialético, o que nos possibilitou concluir que, com exceção de algumas abordagens em que o senso comum ainda predomina e que a transmissão do conteúdo é feita de maneira vaga e imprecisa, o material é pertinente, pois levanta pautas importantes e que precisam ser discutidas pela sociedade, mas, ainda assim, não deixamos de citar que o processo da elaboração histórica do conteúdo abordado no material deixou a desejar, e isso afeta diretamente a compreensão e a apropriação dos instrumentos culturais pelos alunos, além de acabar por menosprezar o conhecimento sobre a temática.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** orientação sexual. Brasília: SEF/MEC, 1997.
- FIGUEIRÓ, M. N. D. O professor como educador sexual: Interligando formação e atuação profissional. In: RIBEIRO, **Sexualidade e educação:** Aproximações necessárias. São Paulo: Arte e Ciência, 2004.
- DA SILVA, Marcio Magalhaes. **Pedagogia Histórico-Crítica e Sexualidade na educação escolar:** Considerações a partir da análise do tema “Orientação Sexual” nos Parâmetros Curriculares Nacionais. *Germinal: Marxismo e Educação em debate*, v. 7 n. 1, p. 78-88, 2014.
- MAIA, J. S. S.; BIANCON, M. L. **Educação das relações de Gênero e em Sexualidades:** reflexões contemporâneas. 1 ed. Curitiba/PR: Appris, 2014.
- PIRES, M. F. C. Educação e o Materialismo-Histórico Dialético. **Interface — Comunicação, Saúde, Educação**, v.1, n.1, p. 83-94, 1997.
- SAVIANI, D. **Educação:** do senso comum à consciência filosófica. 12. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- _____. **A nova lei da educação:** trajetória, limites e perspectivas. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.
- _____. **Educação socialista, Pedagógica Histórico Crítica e os desafios da sociedade de classes.** In: *Marxismo e educação*. LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (orgs.). Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

OFICINA SOBRE SEXUALIDADE COM JOVENS DO ENSINO MÉDIO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Bahl, Vera Lucia Oliveira
Doutora em educação pela UFSC, Docente do Curso de Ciências Biológicas
Universidade Estadual de Londrina – UEL
verabahl@sercomtel.com.br

Miranda, Renan Santos
Me. Em Ensino de Ciências e Educação Matemática Universidade estadual de
Londrina-UEL
renanbio1@hotmail.com

FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES, CURRÍCULO, GÊNERO E SEXUALIDADE

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi descrever uma das atividades de professores em formação inicial participantes do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência - Biologia, durante a realização de oficinas sobre educação para sexualidade com alunos do ensino médio. Foram realizadas várias atividades aos estudantes oferecendo a estes oportunidades de discutir e esclarecer dúvidas sobre sexualidade, focando questões anatomo-fisiológicas humanas, métodos anticoncepcionais e DST'S. A metodologia desenvolvida primou por aplicar dinâmicas que rompessem o modelo tradicional de ensino para um ensino-aprendizagem motivador. Os alunos demonstraram grande interesse durante as atividades e foram muito participativos. A oficina permitiu aos adolescentes a reflexão sobre a vivência de uma sexualidade saudável.

Palavras-chave: DST. Educação em saúde. Adolescência

INTRODUÇÃO

A adolescência é uma etapa fundamental no processo de crescimento e desenvolvimento humano, marcada por modificações físicas e comportamentais influenciadas por fatores socioculturais e familiares (SOARES et al., 2008). Dentre as modificações, aponta-se sexualidade como atributo inerente ao humano, conforme a citação abaixo:

“A sexualidade é elemento constitutivo do adolescente, já que é um atributo inerente ao ser humano, que se manifesta independentemente de qualquer ensinamento; ela representa a forma como o indivíduo se comporta, pensa ou age. Faz parte da construção e expressão da personalidade do indivíduo. Resulta da integração dos componentes biológico, psicológico, social e cultural (SOUSA; CAMURÇA, 2009).”

Osório (1992) aponta que, na adolescência aparece à maioria das dúvidas sobre sexualidade por se tratar de um período onde está sendo finalizada a personalidade do indivíduo e é também nesse momento que a sexualidade se encaixa principalmente como fator estruturador da identidade do jovem. Nesse sentido, as modificações no comportamento que ocorrem no adolescente podem interferir no processo natural do seu desenvolvimento, fazendo com que ele sinta necessidade de experimentar comportamentos que os deixam mais vulneráveis a riscos para a sua saúde, inclusive no aspecto da sexualidade (SOUZA, et al, 2010). Dessa forma, é necessário estabelecer limites e orientar o processo investigativo, para que ele seja feito de forma segura e sem prejuízos para saúde (SEIXAS, 1999).

Esse é um período que exige muita atenção por parte dos pais, profissionais de saúde e da escola, pois muitas vezes, os jovens não têm consciência dos problemas que uma relação sexual ‘inconsequente’ pode acarretar. Isso pode ser comprovado pelo aumento do número de casos de gravidez indesejada entre os adolescentes, além do aumento no número de jovens infectados por alguma DST (doença sexualmente transmissível). Assim, é clara a necessidade de abordar esse tema com os adolescentes, no sentido de assegurar a estes, a vivência responsável da sexualidade.

A educação tem como objetivo formar alguém, proporcionando condições para que este cresça consciente e responsável pelos seus atos. A Educação para Sexualidade é uma importante ferramenta para subsidiar discussões sobre as práticas e comportamentos dos jovens em relação aos riscos que envolvem a atividade sexual, além de promover a prevenção de problemas futuros e proporcionar o conhecimento sobre o próprio corpo. Entretanto, a educação sexual não tem como finalidade apenas informar, mas, também, desenvolver as habilidades necessárias à utilização dessas informações para o exercício saudável de tudo que se relaciona ao corpo (FIGUEIRÓ, 2009). A citação a seguir, corrobora com o pensamento da educação para a saúde como instrumento crítico:

“A educação para saúde deve proporcionar o desenvolvimento de um pensar crítico e reflexivo, permitindo desvelar a realidade e propor ações transformadoras, enquanto sujeito histórico e social capaz de propor e opinar nas decisões de saúde para o cuidar de si, de sua família e da coletividade (MACHADO, et al, 2007).”

Levando em consideração os argumentos supramencionados, o Ministério da Educação, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) inclui a orientação sexual entre os temas transversais nas diversas áreas do conhecimento, com finalidade de impregnar toda a prática educativa com questões da orientação sexual (BRASIL, 1997). Portanto, a escola possui a função de desenvolver uma ação crítica, reflexiva e educativa que promova a saúde dos adolescentes (ALTMANN, 2001). Reis e Ribeiro (2002) reforçam esta ideia por meio da citação a seguir:

“O aluno muitas vezes chega à escola trazendo dentro de si informações distorcidas, dúvidas e ansiedades, crendices e preconceitos que lhe dão uma visão negativa em relação ao sexo. E é essa escola que pode oferecer a ele o espaço necessário para refletir sobre seus valores e conflitos, para adquirir conhecimento de questões sexuais e poder expressar sua angústia, seu medo ou culpa. A construção de uma sexualidade a partir da educação sexual recebida da família, assim como a influência dos meios de comunicação, dos amigos, das leituras que faz, é que determina a necessidade do jovem e em que grau a ação educativa na escola irá ajudá-lo a viver plenamente sua sexualidade (REIS e RIBEIRO, 2002).”

As instituições sociais são marcadas pela sexualidade, mas na escola ela se manifesta de forma intensa, por isso, caracteriza-se como um espaço privilegiado para discutir o tema. Todas as temáticas abordadas pela sexualidade encontram-se nela, seja nas conversas entre estudantes, nas pichações dos banheiros, nas brincadeiras e gozações ou nos namoros; não obstante também estão presentes nas salas de aula, de forma aberta ou não, e no comportamento das professoras, dos professores e alunos (LOURO, 1997).

O conhecimento sobre e para o indivíduo necessita ser construído num ambiente que privilegie o diálogo com oportunidades de questionar e analisar situações. No Brasil a implementação das primeiras falas sobre sexualidade nos currículos escolares, em 1920 foi marcada por momentos de avanços intercalados de momentos de recuos. A situação não se modificou muito neste contexto contemporâneo. O desafio do professor ao trabalhar o tema na

escola, exige que este considere inicialmente as concepções dos alunos, e que este se sinta seguro e preparado para desenvolver as atividades relativas a sexualidade (OLIVEIRA, 2009).

A justificativa para uma instituição de ensino trabalhar este tema é a preocupação em informar o aluno sobre assuntos que o angustiam e despertam curiosidades, sobre a necessidade que o adolescente tem de falar sobre suas emoções, dúvidas, conflitos, de discutir assuntos considerados difíceis de serem abordados pelos pais, de quebrar barreiras e tabus sobre a sexualidade (aquilo que é considerado “sujo”, “pornográfico”, “pecado”, “folclore”), bloqueios que, por vezes, interferem na aprendizagem (MAISTRO, 2009). Contudo, embora haja um consenso entre os estudiosos sobre a necessidade de se promover a discussão de questões referentes à sexualidade, na prática, educadores e pais ainda parecem apresentar dificuldades em abordar o tema com os jovens (ALENCAR, 2008).

Diante disso, a existência de projetos que possam desenvolver o tema na escola, como no PIBID, verifica-se a importância deste para auxiliar os alunos, as escolas e assim, contribuir na qualidade do ensino. Dessa forma, o objetivo do presente estudo foi descrever a experiência de aplicação de oficinas sobre educação para sexualidade, visando atender adolescentes de duas escolas, com foco em questões sobre Sexualidade Humana e DST.

MATERIAL E MÉTODOS

O projeto PIBID – Biologia tem como proposta oferecer atividades diferenciadas para romper o tradicional modelo de ensino existente hoje na maioria das escolas, assim, o modelo pedagógico adotado para realização das oficinas fundamentou-se na metodologia participativa, baseada em aula expositiva dialogada com esclarecimentos de dúvidas, exposição de vídeos e realização de dinâmicas.

Foram realizadas três oficinas, com grupos de alunos de diferentes turmas. Cada oficina teve a duração total de quatro horas; todas foram realizadas no horário escolar. As observações dos professores referentes às oficinas permitiram observar as ações/reações e as emoções dos adolescentes expressas pelas manifestações verbais, pelo tom de voz, pela expressão facial e pelo vínculo estabelecido entre os alunos e os professores em formação.

Os conteúdos abordados nas oficinas foram: transformação na puberdade, anatomia e fisiologia do sistema reprodutor masculino e feminino, doenças sexualmente transmissíveis e prevenção, métodos anticoncepcionais.

Dinâmica: o semáforo

Esta dinâmica foi realizada com o intuito de identificar os questionamentos dos adolescentes relacionados à sexualidade e DST, uma vez que, de acordo com Lourencini Júnior (1997), as questões a serem abordadas em relação à sexualidade devem surgir do interesse e do cotidiano dos jovens.

Materiais: sala ampla e confortável, papel-sulfite, canetas, 3 círculos de papel cartão nas cores vermelha, amarela e verde.

Metodologia: os estudantes colocaram as suas perguntas em círculos ou "sinais do semáforo", dependendo do grau de dificuldade que sentiram ao debater sobre os temas. O sinal vermelho representa muita dificuldade sobre o assunto, o amarelo representa dificuldade média e o verde significa pouca dificuldade.

Dinâmica: festa dos fluidos corporais

Esta dinâmica com objetivo de conscientizar os estudantes sobre a importância do sexo seguro, pode ser desenvolvida antes de abordar o tema relacionado a enfermidades sexualmente transmissíveis. Foram utilizados copos descartáveis que simularam o corpo dos estudantes. Alguns copos foram preenchidos até à metade com água tônica e outros copos apenas com água. A água tônica possui uma substância chamada de quinino que reage em contato com a luz negra, o que causa o escurecimento da água. O número de copos com água tônica foi menor que o número de copos com água, para mostrar aos estudantes como poucas pessoas infectadas podem transmitir as doenças para muitas outras. Foi colocada uma música para simular uma festa e os estudantes trocaram o conteúdo dos copinhos (a troca dos copos simula a relação sexual desprotegida com troca de parceiros). Depois que todos estudantes trocaram o conteúdo dos copos uns com os outros, todos vão estar infectados, pois como foi dito, os copos com água tônica possuem quinino, uma substância que fica escurecida quando se incide luz negra (a luz negra é a reveladora de DST'S ou atualmente IST'S).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os alunos mostraram grande interesse e foram muito participativos durante a realização das oficinas. Isso foi comprovado pela postura adotada pelos alunos durante as oficinas, além dos comentários das professoras das escolas que assistiram as oficinas e disseram que ficaram

surpresas pela participação intensa dos alunos durante o desenvolvimento das atividades. Os questionamentos que mais apareceram na dinâmica do semáforo foram relacionados à gravidez e a transmissão das doenças sexualmente transmissíveis. Abaixo estão alguns exemplos de perguntas feitas pelos adolescentes:

“O anticoncepcional protege 100% contra uma gravidez indesejada? Protege também contra IST’S?”

“É possível engravidar antes do homem gozar?”

“Homem e mulher precisam usar camisinha na hora do ato sexual? Ou só um deles precisa?”

“Quais as formas de evitar a gravidez? O quanto que se pode confiar no uso de anticoncepcionais apenas?”

“Existe grupo de risco para se contrair AIDS?”

“Se o casal for virgem, e ter a relação sexual, do mesmo jeito pode pegar uma DST?”

“Quais são os primeiros sintomas da AIDS e em quanto tempo esses sintomas aparecem?”

Sexo anal e oral podem transmitir o vírus HIV?

Na apresentação das doenças os adolescentes ficaram “chocados” com as figuras ilustrativas, alguns viraram o rosto para não olhar as imagens, mas aos poucos, começaram a examinar as figuras o que demonstrou preocupação e interesse por parte deles.

A análise das perguntas feitas pelos alunos mostrou que eles possuem grande dificuldade para relacionar o conteúdo básico de reprodução humana com as doenças sexualmente transmissíveis. Verificou-se ainda um desconhecimento sobre os hormônios sexuais e até mesmo da função exercida pelos órgãos dos sistemas reprodutores. Um fator que deve ser analisado para explicar a deficiência de certos conceitos pelos alunos é a dificuldade em associar o conhecimento do cotidiano com o conhecimento científico. Neste sentido, o educador tem o papel de mostrar ao aluno a relação entre o conhecimento científico e o do cotidiano, pois de acordo com Pinto (1997), para ensinar adolescentes é necessário que haja a transformação do conhecimento em caso pessoal, ou seja, a vinculação entre o conteúdo proposto e a vida cotidiana do jovem.

Outro fator é a dificuldade em discutir questões que envolvem a sexualidade. Lins, et al, (1998) afirmam que há uma lacuna de informações pela falta da educação sexual nas principais instituições em que os adolescentes convivem; entre elas, a escola e a família. Existe

um grande tabu envolvendo o tema da sexualidade, e muitos pais preferem não conversar com os filhos sobre isso. Essa dificuldade de abordar o assunto, também está presente nas escolas. Muitos professores não têm preparo para desenvolver os assuntos que envolvem a temática da sexualidade em sala de aula e preferem ignorar que a escola seja um local importante de educação para sexualidade.

“Existem professores que afirmam que sua tarefa exclusiva na escola consiste em ensinar certos conteúdos conceituais e não têm por que se preocupar se seus alunos escovam bem ou mal os dentes”. [...] “essa situação de desprezo às matérias transversais, às vezes torna patente um defeito no trabalho profissional dos professores (GAVIDIA, 2002).”

Diante disso, é fundamental criar um espaço para sanar as dúvidas, já que muitas vezes os adolescentes têm vergonha de perguntar aos pais ou professores, e até mesmo esses não dão condições para que os adolescentes falem por causa do tabu que foi criado sobre o assunto. Com isso, muitas vezes os jovens buscam informações em fontes pouco seguras ou incapazes de ajudá-los. Quando as pessoas, os pais e a escola se omitem, estão permitindo que esse assunto seja tratado informalmente, na rua, sem uma orientação segura. (MAISTRO, 2009)

Apesar da carência de conhecimento sobre o tema pelos adolescentes, foi observado que existe um interesse muito grande para conhecer e entender mais sobre as questões que envolvem a prática sexual. Esse é um debate que não pode ser deixado de lado já que as pessoas vivem em um meio sexualizado, onde a reflexão acerca da sexualidade natural humana é indispensável, pois esta se encontra impregnada no cotidiano (NUNES, 2000).

Abordar temas relacionados a sexualidade na escola pode ser significativo se permitir que os estudantes reflitam sobre os conhecimentos advindos de orientações anteriores, tanto do âmbito familiar, como dos outros segmentos sociais, favorecendo a compreensão, eliminando idéias equivocadas expostas muitas vezes pela mídia. A orientação sexual na escola pode contribuir na formação de estudantes, permitindo que estes possam fazer escolhas, se posicionem e procurem novas explicações (OLIVEIRA, 2009).

CONCLUSÃO

A partir deste relato de experiência pode-se afirmar que abordar a educação para sexualidade nas escolas é muito importante, pois os adolescentes apresentam carência e dificuldade sobre as questões que envolvem este tema. A inserção de um momento dedicado à

educação para sexualidade nas escolas possibilita aos adolescentes refletir sobre a vivência da sexualidade de forma saudável e responsável.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A., KNOBEL M. Adolescência normal. Tradução de Suzana

Maria Garagoray Ballve. 6ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas; 1988.

ALENCAR, Rúbia de Aguiar et al . Desenvolvimento de uma proposta de educação sexual para adolescentes. **Ciênc. educ. (Bauru)**, Bauru, v. 14, n. 1, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132008000100011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 01 Abr. 2012.

ALTMANN, HELENA. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8641.pdf>>. Acesso em: 02 Abr. 2012.

AQUINO, J. G. **Sexualidade na escola:** alternativas teóricas e práticas. 3. ed. São Paulo: Summus, 1997. p. 87-95.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de controle das doenças sexualmente transmissíveis.** Brasília, 1997a.

FIGUEIRÓ, M. N. D. (org.) **Educação sexual:** múltiplos temas, compromisso comum. Londrina: UEL, 2009.

GAVÍDIA, V. A **Construção do Conceito de Transversalidade.** In: ÁLVAES, M. N. et al. Valores e temas transversais no currículo. Porto alegre: Artmed, 2002.

LOURENCINI JÚNIOR, A. Os sentidos da sexualidade: natureza, cultura e educação. In: AQUINO, J. G. **Sexualidade na escola:** alternativas teóricas e práticas. 3. ed. São Paulo: Summus, 1997. p. 87-95.

MACHADO, M. F. A. S. et al. Integralidade, formação de saúde, educação em saúde e as propostas do SUS: uma revisão conceitual. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 335-342, 2007.

MAISTRO, V. I. A. O contexto escolar como um lugar de construção e de reflexão sobre a sexualidade. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE/ III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, Out. 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/1884_1033.pdf>. Acesso em: 03 Abr. 2012.

NUNES, S. A. **O Corpo do Diabo:** entre a cruz e a caldeirinha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

OLIVEIRA, V. L. B. Sexualidade no Contexto Contemporâneo um Desafio aos Educadores. **Educação Sexual:** múltiplos temas, compromisso comum. Londrina: UEL, 2009.

OSÓRIO, L.C. **Adolescente hoje.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

PINTO, H. D. S. A individualidade impedida: adolescência e sexualidade no espaço escolar. In: AQUINO, J. G. **Sexualidade na escola:** alternativas teóricas e práticas. 3. ed. São Paulo: Summus, 1997. p. 43-51.

REIS, G. V.; RIBEIRO, P. R. M. A orientação sexual na escola e os parâmetros curriculares nacionais. In: RIBEIRO, P. R. M. (Org.). **Sexualidade e educação sexual:** apontamentos para uma reflexão. Araraquara: FCL/ Laboratório editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2002. p. 81-96.

SEIXAS, Ana Helena. Abuso sexual na adolescência. In: SCHOR, Nélia; MOTA, Maria do Socorro F. Tabosa. CASTELO BRANCO, Viviane. (Org.). **Cadernos juventude, saúde e desenvolvimento.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas da Saúde, 1999. p. 117-135.

SOARES, Sônia Maria et al . Oficinas sobre sexualidade na adolescência: revelando vozes, desvelando olhares de estudantes do ensino médio. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, Set. 2008. Disponível em <http://www.eean.ufrj.br/revista_enf/20083/artigo%2012.pdf>. Acesso em 02 Abr. 2012.

SOUSA, V. M.; CAMURÇA, A. M. Discutindo saúde sexual com adolescentes de uma escola estadual de Fortaleza – CE. Disponível em: <<http://www.ses.uneb.br/.../discutindo%20saude%20sexual%20com%20adolescent>> Acesso em: 28 Mar. 2012.

SOUZA, Márcia M. et al . Programa educativo sobre sexualidade e DST: relato de experiência com grupo de adolescentes. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 60, n. 1, Fev. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672007000100020&script=sci_arttext>. Acesso em: 01 Abr. 2012.

VITIELLO, N. A educação sexual necessária. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 15-28, 1995.

BIFOBIA: PRECONCEITO EXISTENTE DENTRO DA PRÓPRIA COMUNIDADE LGBT+

TURKE, Nathália Hernandes

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Londrina
Graduanda em Pedagogia (2ª licenciatura) pela Faculdade Campos Elíseos – *Campus*
Londrina
nathalia.turke@hotmail.com

PAULA, Caroline Pianta

Graduada em Psicologia pela Unicesumar – *Campus* Maringá
carol.pianta13@hotmail.com

MAISTRO, Virgínia Iara de Andrade

Doutora em Ensino de Ciências e Educação Matemática pela Universidade Estadual de
Londrina
Professora da Universidade Estadual de Londrina
virginiamaistro@yahoo.com.br

DIREITO SEXUAL E ANTIDISCRIMINATÓRIO

RESUMO

A comunidade LGBT+ é conhecida por lutar por seus direitos em uma sociedade oriunda de preconceitos enraizados historicamente – a busca pelo espaço de ser, pelo espaço de poder amar alguém independente de quem seja é diária e acontece em todos os espaços. Há o incômodo na sociedade por existir alguém que seja diferente, incômodo velado, silencioso, que se esconde em muitas camadas e quase sempre invisível para quem não sofre preconceito. Diante disto, emergiu o questionamento: se dentro de uma população há preconceitos, o que se espera dentro de um grupo, de uma comunidade específica? Inicialmente, aplicou-se um questionário online composto por quatro perguntas de cunho pessoal, cada qual voltada para um dos possíveis alvos de rejeição dentro da comunidade LGBT+ (gays “afeminados”, lésbicas “masculinas”, bissexuais e transexuais), para 87 pessoas, com o intuito de fazer um levantamento do preconceito existente (ou não) dentro da própria comunidade. Neste recorte objetivou-se investigar se há bifobia dentro da própria comunidade LGBT+ e, caso positivo, quais as justificativas dos entrevistados para a discriminação de pessoas bissexuais. Encontrou-se segregação e intolerância mesmo dentre as minorias, onde a maior parte adveio de homens e mulheres *cis* e homossexuais, revelando que há necessidade de maior conhecimento e respeito dentro da comunidade.

Palavras-chaves: Bissexualidade. Intolerância. Discriminação. Orientação sexual.

INTRODUÇÃO

Aprendemos desde cedo que somos todos diferentes. Quando crianças, percebemos que os amigos da escola, os familiares entre outras pessoas apresentam características que os tornam únicos. Crescemos e descobrimos que somos mais diferentes do que pensávamos; temos atitudes, pensamentos, crenças, valores, gostos diferentes. Como seres biopsicossociais, criamos afinidades entre nossas singularidades, formamos grupos com os quais nos identificamos, nos tornamos uma classe com objetivos em comum, uma sociedade.

A criança tem sua primeira concepção de diferença entre homens e mulheres em sua fase fálica, onde a libido tem seu foco nos órgãos genitais. A menina percebe que há uma “falta”, um falo faltando e ao menino persiste o medo da castração (FREUD, 1996). É assim que o ser humano percebe e entende o conceito de diferença biológica entre os sexos. A criança, não nasce com valores e regras sociais implantadas, isto vai lhe sendo acrescentado em suas experiências. Entender estas distinções e saber que não há problema algum nisso é um trabalho que deve ser feito pela família, pela sociedade.

Segundo o dicionário online de Português, preconceito é definido como “Prejulgamento; juízo de valor preconcebido sobre; opinião ou pensamento acerca de algo ou de alguém cujo teor é construído a partir de análises sem fundamentos, sendo preconcebidas sem conhecimento e/ou reflexão”, bem como “Intolerância; repúdio demonstrado ou efetivado através de discriminação por grupos religiosos, pessoas, ideias; pode-se referir também à sexualidade, à raça, à nacionalidade entre outros”. O preconceito é a forma mais vil de discriminação, de não respeitar o simples direito do outro de existir e ser da forma que ele quiser.

A homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia são termos utilizados para classificar o sentimento de medo ou ódio contra pessoas LGBTQ+ devido à orientação sexual ou identidade de gênero. Crimes de ódio estão presentes diariamente contra pessoas LGBTQ+, podendo ir de insulto para uma incitação de ódio, agressão física grave e assassinato. O crime de ódio ocorre com base na raça real ou percebida, na cor, na religião, na origem nacional, no sexo, na incapacidade ou orientação sexual de outro grupo ou indivíduo (PORTELLA, 2004).

O site *Homofobia Mata* do Grupo Gay da Bahia (GGB) registrou, de 01 de janeiro até 10 de abril, um total de 126 crimes violentos praticados contra LGBTQ+ no Brasil, os quais têm

nome e sobrenome, sendo 47 gays, 26 lésbicas, 05 bissexuais, 31 travestis, 17 mulheres trans e 01 homem trans. De acordo com o GGB, 52% dos homicídios contra LGBT+ do mundo ocorrem no Brasil, o qual é campeão desse genocídio (CERQUEIRA, 2018). Como existir em um país onde impera a diferença, a falta de empatia com o outro? Voltar para o “armário” poderia ser uma ideia, mas seria contra tudo o que já foi conquistado à base de muita luta. A busca pelo espaço de ser, pelo espaço de poder amar alguém independente de quem seja é diária e ocorre em todos os espaços.

Historicamente, a sociedade segrega papéis para homens e mulheres, onde a heterossexualidade enquanto uma regra social se inicia no nascimento e continua ao longo de toda vida (KOTLINSKI, 2007). Nota-se um sistema heterocisnormativo, onde o “certo” seria ser homem ou mulher *cis*, heterossexual e, de preferência, branco e de classe média. Contudo, dentro do movimento LGBT+, frequentemente, funciona outro sistema de restrições sociais, uma matriz homocisnormativa, exigindo que as pessoas sejam homens ou mulheres *cis*, expressam desejo sexual e afetividade por pessoas do mesmo sexo/gênero, marginalizando os que não se encaixam neste perfil, como bissexuais e transexuais, reforçando o binário heterossexual/homossexual (LEWIS, 2012), segregando a comunidade LGBT+.

Para a psicologia, quando Freud fala de bissexualidade, rejeita-se toda a ideia de uma constituição sexual baseada puramente em fatores biológicos; os fatores psíquicos influem nos desenvolvimentos posteriores da sexualidade do indivíduo. Freud admite assim que sem o pressuposto da bissexualidade psíquica como constitutiva da sexualidade humana torna-se incongruente explicar fenômenos tais como as perversões sexuais e mais amplamente as manifestações da sexualidade na infância (FREUD, 1905). Ou seja, temos a bissexualidade como algo inerente ao ser humano, ainda criança vivenciamos experiências femininas e masculinas que são importantes para a nossa formação psíquica e impossíveis de separar.

Pelas "Teorias Sexuais Infantis", quando crianças, chegamos a desejar que não houvesse diferenças, sendo possível sermos o homem amado por nossa mãe e a mulher amada pelo nosso pai. Na puberdade, a identidade sexual se define, assumindo de forma manifesta, uma ou outra forma, há uma escolha pelo objeto sexual, ou no caso da bissexualidade a escolha por ambos os objetos.

Ainda assim, percebe-se que na sociedade há um apagamento da bissexualidade de três maneiras principais: a negação total da existência – “bissexualidade não existe” –, a noção de

que bissexualidade é apenas uma fase – “vai passar, é apenas confusão” – e a insistência em classificar as pessoas ou como heterossexuais ou como homossexuais – “retorno à heterossexualidade ou tornar-se lésbica – (LEWIS, 2012), colocando em questão “a própria noção de uma identidade homossexual que, para muitas pessoas, representa um modo de dar ordem às suas vidas, cheio de possibilidades de gratificação e muitas vezes ‘assumido’ a duras penas” (FREY; MACRAE, 1983 *apud* FACCHINI, 2009).

Mesmo sendo o preconceito negado na maioria das esferas da sociedade, onde pessoas dizem que o mesmo está deixando de existir por conta de uma mudança social relacionada com a valorização dos direitos legais da comunidade LGBT, esta população continua a ser alvo de discriminação a diversos níveis (COSTA *et al*, 2010). Evoluímos, crescemos e nos esquecemos dos ensinamentos da infância sobre as diferenças, do respeito ao outro. Portanto, evoluímos como sociedade, mas não como integrantes dela. Estamos caminhando a passos curtos, de forma lenta em direção a um futuro onde as singularidades sejam o que nos une e não o que nos separa.

Há o incômodo na sociedade por existir alguém que seja diferente, incômodo velado, silencioso, que se esconde em muitas camadas e quase sempre invisível para quem não sente na pele. A comunidade LGBT+ milita ao respirar, ao ser o que é. Ou o que prega dentro de suas “regras” sem sentido, onde os militantes invisíveis para a sociedade viram-se contra eles mesmos, impondo valores e padrões questionáveis

Se dentro de uma sociedade há preconceito, o que dizer dentro de um grupo, de uma comunidade específica? A comunidade LGBT+ é historicamente conhecida por sempre lutar por seus ideais, buscar seus direitos e contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária. Este trabalho teve por finalidade analisar as justificativas das pessoas para a discriminação de pessoas bissexuais.

METODOLOGIA

Para a coleta de dados, aplicou-se um questionário online para 87 pessoas LGBT+ (homossexuais, bissexuais, transexuais e assexuais), participantes de grupos LGBT+ no *facebook*. O questionário foi dividido em três partes, sendo a primeira necessária para o conhecimento do sexo (masculino ou feminino), gênero (cisgênero ou transgênero), orientação

sexual (heterossexual, homossexual, bissexual, pansexual, assexual ou não definido), faixa etária e escolaridade.

A segunda parte foi composta por cinco indagações, as quais foram necessárias para identificar se havia preconceito existente entre casamento e adoção de crianças por pessoas do mesmo sexo e transexuais, bem como se o entrevistado já presenciou algum preconceito. As questões foram as seguintes: *A favor ou contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo?*, *A favor ou contra o casamento entre pessoas transexuais?*, *A favor ou contra a adoção de crianças e/ou adolescentes por casais do mesmo sexo?*, *A favor ou contra a adoção de crianças e/ou adolescentes por casais transexuais?*, *Já presenciou algum preconceito contra gays "afeminados", lésbicas "bofes" ou pessoas transexuais? Fale sobre..."*

Na terceira parte, através da utilização de quatro afirmativas carregadas de preconceito, os entrevistados puderam dar sua opinião acerca de algo real, ou descrever situações que aconteceram consigo. Segue as afirmativas: 1) *“Curto macho, corpo e jeito de homem. Se fosse pra ficar com um viadinho (afeminado) prefiro ficar com mulher. Qual a sua opinião sobre essa afirmação?”*, 2) *“Eu não ficaria com um/uma bissexual porque são pessoas promíscuas, que estão em cima do muro. Não sabem o que querem e, se eu tentar um relacionamento, com certeza eu vou ser traído/a por alguém do sexo oposto. Qual a sua opinião sobre essa afirmação?”*, 3) *“Em um debate em uma comunidade no facebook, alguns gays não aceitaram a entrada de travestis, por afirmarem que as mesmas mancham, denigrem a imagem dos homossexuais, enfatizando que as travestis são bizarras, medonhas e que, para ser gay, não precisa virar mulher. Qual a sua opinião sobre o ocorrido?”*, 4) *“Se quer uma mulher que se pareça com um homem, porque não fica logo com um cara?. O que acha dessa afirmação?”*.

Como este recorte objetivou investigar se há bifobia dentro da própria comunidade LGBT+ e, caso positivo, quais as justificativas dos entrevistados para a discriminação de pessoas bissexuais, a questão de análise foi a número dois.

O estudo realizado possui limitação referente ao tamanho da amostra, a qual possui tamanho reduzido. Desta forma, os resultados encontrados são referentes apenas à população em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com relação à primeira parte do questionário, teve-se como resultado que, dentre as 87 pessoas entrevistadas, 44 são do sexo masculino e 43 do sexo feminino, tendo ficado equilibrada a proporção de homens e mulheres. Em relação ao gênero, 73 pessoas são cisgêneros, enquanto 14 são transgêneros, sendo 11 transexuais homens e 03 transexuais mulheres. No que se refere à orientação sexual, obteve-se 01 assexual, 04 heterossexuais, 12 pansexuais, 22 bissexuais, 47 homossexuais e uma pessoa não possui o sexo definido.

Ao analisar as respostas dos entrevistados para a questão levantada, percebeu-se que, das 87 pessoas entrevistadas, 08 demonstraram, explicitamente, preconceito contra bissexuais, sendo 01 mulher cisgênero homossexual e 07 homens cisgêneros homossexuais, e 03 afirmaram que já sentiram isso um dia. O preconceito pode ser visualizado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Respostas dos entrevistados para a questão de número dois

Pessoa entrevistada	Resposta para a pergunta <i>“Eu não ficaria com um/uma bissexual porque são pessoas promíscuas, que estão em cima do muro. Não sabem o que querem e, se eu tentar um relacionamento, com certeza eu vou ser traído/a por alguém do sexo oposto”. Qual a sua opinião sobre essa afirmação?”</i>
Entrevistado 25	Não que seja promíscua ou que vá trair por ser bissexual, mas há uma grande chance da pessoa bi sexual trair.
Entrevistado 29	Não me questionem, mas em minha opinião uma pessoa tem que ser bem decidida, seja lá qual for sua opção.
Entrevistado 56	Tenho minhas dúvidas sobre bissexualidade (risos). Acho meio confuso! Não quero acreditar que seja algo de carência, que se não acho um alguém, vou dar em cima do primeiro que aparecer. Não sei ainda bem como definir minha opinião sobre o tema!
Entrevistado 69	Também já afirmei isso, mas conforme fui me orientando, não concordo mais com a afirmação.
Entrevistado 70	Essa afirmação prova que os bissexuais sofrem um tipo específico de preconceito, não apenas homofobia.

Entrevistado 83	Honestamente, sinto isso.
Entrevistado 85	Bifobia. Ouvi isso da minha primeira “paquera” (risos).

Fonte: Dados organizados pelos autores, com base nas respostas dos entrevistados.

Se verificarmos os dados em porcentagem, nesta pesquisa, a bifobia chega a 9,20% (08 pessoas). Ao analisar essa proporção dentro da quantidade de mulheres cisgêneros homossexuais que participaram da entrevista, este valor passa para 9,09% e, de homens cisgêneros homossexuais, este número aumenta drasticamente – para 28%. Sendo assim, é possível perceber que, através da análise dos questionários, a maior parte da bifobia advém de homens e mulheres *cis* e homossexuais, os quais justificam seu preconceito com falas como “Bissexualidade é confusão”, “Eles estão em cima do muro”, “São promíscuos”, “Vão me trocar por homem/mulher” e assim por diante.

Os resultados encontrados são corroborados por Clarke El at (2010), os quais destacam que pessoas bissexuais são alvo de diferentes experiências e preconceitos, onde muitos pensam que ser bissexual é possuir certo grau de confusão de identidade, sendo promíscuos, possuindo vários parceiros ao mesmo tempo. Apesar de serem teoricamente incluídas pela letra “B” na sigla LGBTQ+, as performances identitárias bissexuais, muitas vezes, são pouco aceitas pelos movimentos da comunidade, vistas como “pouco sérias” e discriminadas por não se enquadrarem nas categorias binárias heterossexual/homossexual (LEWIS, 2012).

Embora, às vezes, a bissexualidade e sua existência ser legitimada, frequentemente vem acompanhado de poliamor, promiscuidade e infidelidade. Por conta disso, muitas pessoas, infelizmente, possuem receio de se relacionar com pessoas bissexuais, com “medo” de serem traídas, baseados em discursos normativos sobre monogamia (LEWIS, 2012). Isto aponta para mais preconceito e exclusão de pessoas bissexuais, tanto fora como dentro da comunidade LGBTQ+.

CONCLUSÃO

A maior parte deste preconceito ainda existe por conta de uma questão histórica, onde se eleva a heterocisnormatividade, impondo o que é certo (homens, másculos e fortes e mulheres, femininas e delicadas) perante a sociedade, bem com por falta de informação sobre os diferentes grupos da comunidade LGBTQ+.

Grande parte da população ainda acha que, já que “existem homossexuais”, eles/elas devem se esconder do resto do mundo, não demonstrando afeto em público, não tendo o direito de mudar sua maneira de vestir, tampouco seu sexo biológico, impondo que o “certo” perante a sociedade é ser “homem (ou mulher), cisgênero, heterossexual, branco/a e de classe média alta” – tudo o que foge deste padrão passa a não ser aceito, a ser “tachado” como errado, impróprio, aberração. E, levando-se em consideração que a parcela heterocisnormativa da sociedade não “conseguiu conter os homossexuais, bissexuais e transexuais”, o “menos ruim” passa a ser: “homem (ou mulher), cisgênero, homossexual, branca/o e de classe média alta”. Este modo de pensar, este preconceito, também é refletido dentro da própria comunidade LGBTQ+, elevando uma “homocisnormatividade”, onde transexuais não deveriam existir e bissexuais precisam “se decidir”, ou gostar de homem ou de mulher.

É preciso entender que bissexuais existem, não estão indecisos e não são promíscuos simplesmente por serem bissexuais, tampouco precisam provar que, apesar de gostarem de “ambos os sexos” serão fiéis em um relacionamento, sendo capazes de manter relação com “apenas um sexo”, sem sentir vontade ou necessidade “do outro”, a fim de não serem vistos como promíscuos. E mesmo quando os mesmos quiserem manter um relacionamento, independente de com homem ou mulher, eles não “saíram de cima do muro”, continuando bissexuais.

Além disso, faz-se importante a discussão sobre preconceitos, fomentando a aceitação de bissexuais monogâmicos, bem como dos que desejam, de fato, terem múltiplos parceiros para sua satisfação sexual e/ou afetiva.

REFERÊNCIAS

CERQUEIRA, M. **Site Homofobia Mata do GGB registra 126 mortes violentas em 2018.** 2018. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/2018/04/14/site-homofobia-mata-do-ggb-registra-126-mortes-violentas-em-2018/>> . Acesso em: 20 Maio 2018.

CLARKE, E., ELLIS, S., PEEL, E., RIGGS, D. **Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Queer Psychology: an introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

COSTA, C. G., PEREIRA, M., OLIVEIRA, J. M. de, NOGUEIRA, C. Imagens sociais das pessoas LGBT. In C. Nogueira & J. M. de Oliveira (Eds.), **Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero** (p. 93-147). Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2010.

FACCHINI, R. **Entrecruzando diferenças: Mulheres e (homo)sexualidades na cidade de São Paulo**. In DIAZ-BENÍTEZ, M. E.; FÍGARI, C. E. (orgs). *Prazeres Dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, 1905. In: **Um caso de histeria e Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 163-195. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 7).

_____. **O ego e o id**. In S. Freud: Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (J. Salomão, trad., Vol. 19, pp. 15-80). Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1996. (Trabalho original publicado em 1923).

KOTLINSKI, K. **Legislação e jurisprudência LGBTTTT**. Brasília: Letras Livres, 2007.

LEWIS, E. S. **“Eu quero meu direito como bissexual”**: a marginalização discursiva da diversidade sexual dentro do movimento LGBT e propostas para fomentar a sua aceitação. In: III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS), 2012, Campinas, *Anais...* Campinas: UNICAMP, 2012, p. 1-22.

PORTELLA, A. P. **Diretrizes para Políticas de Segurança e Prevenção de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres**. Documento político de preparação para o processo das Conferências de Políticas para as Mulheres. Recife: mimeo, 2004.

PRECONCEITO. **Dicionário online de Português**, 19 de maio de 2018. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br>>. Acesso em 19 maio 2018.

MULHERES APENADAS: O QUE DIZEM AS POLÍTICAS PÚBLICAS X A REALIDADE

Rezende, Ana Cláudia Rocha
Discente do Curso de Bacharelado em Direito
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP.
ana-claudiarezende@hotmail.com

Tauil, Vitória Sumaya Yoshizawa
Discente do Curso de Bacharelado em Direito
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP.
victauil06@gmail.com

RESUMO:

O cárcere feminino surgiu em meados do século XIX constituído de casas religiosas que visavam à “domesticação” dessas mulheres, no entanto, atualmente as penitenciárias femininas permanecem improvisadas. O trabalho em questão visa apresentar a contraposição existente no âmbito das penitenciárias brasileiras dada a inaplicabilidade e inefetividade das políticas públicas, transgredindo inúmeros direitos fundamentais femininos. Demonstrando que a realidade vivenciada pelas apenadas é distinta do que dizem as políticas públicas – dentre as quais, destacar-se-á os Pressupostos Constitucionais, a Lei de Execução Penal (LEP), a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Violência contra a Mulher e a Portaria Interministerial nº 1777/2003 e nº 210/2014. Ademais, apresenta-se a misoginia no cárcere, sendo que a equidade transforma-se em uma distorção da igualdade, submetendo as apenadas a um ambiente insalubre e a situações degradantes. Utilizou-se na formulação da pesquisa o método dedutivo, em que se parte da análise geral do disposto nas políticas públicas referentes às apenadas e disposições legais para a análise específica da transgressão ao disposto naquelas, violando os direitos das apenadas, as quais possuem um agravante por serem invisíveis à sociedade (enquanto mulheres). Ao final, traz-se à luz da pesquisa as diretrizes do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC) para uma política de desencarceramento de Mulheres. Ressalta-se que a grande problemática é a efetividade dessas políticas, não bastando a existência. Neste contexto, trata-se da primordialidade do protagonismo feminino no âmbito político para que reivindiquem de maneira apropriada seus direitos, a partir do empoderamento feminino e do emprego de uma criminologia feminista.

Palavras-chave: Contraposição entre políticas públicas e realidade. Inaplicabilidade de políticas públicas. Misoginia no cárcere. Empoderamento feminino. Restrição de direitos humanos.

INTRODUÇÃO

O cárcere feminino surgiu em meados do século XIX e consistia em casas de domínio religioso que abrigavam essas mulheres na tentativa de “domesticá-las”.

“Tais instituições, que podemos chamar genericamente ‘casas de depósito’, incluíam não só prisões para mulheres julgadas ou sentenciadas, mas também casas correcionais que abrigavam esposas, filhas, irmãs e criadas de homens de classe média e alta que buscavam castigá-las ou admoestá-las. [...] A noção de que o ‘caráter feminino’ era mais débil que o dos homens, e a ideia de que as mulheres necessitavam de proteção contra as tentações e ameaças mundanas estavam muito arraigadas entre as autoridades estatais e religiosas (AGUIRRE, 2007, p. 51 e 52).”

Foi a partir de 1920 que o Estado, morosamente, foi se responsabilizando pelas mulheres encarceradas. É fácil perceber o tardio interesse que o poder público teve sob as casas de detenções femininas, pois a maior parte da população carcerária feminina está locada em instituições que não foram construídas para receber tal demanda, colocando as detentas em locais improvisados e, inclusive, projetados para o sexo masculino.

O trabalho em questão visa apresentar a contraposição existente no âmbito das penitenciárias brasileiras dada a inaplicabilidade e inefetividade das políticas públicas – transgredindo inúmeros direitos fundamentais femininos. Demonstrando que a realidade vivenciada pelas apenadas é distinta do que dizem as políticas públicas – dentre as quais, destacar-se-á os Pressupostos Constitucionais, a Lei de Execução Penal (LEP), a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Violência contra a Mulher, a Portaria Interministerial nº 1777/2003 e nº 210/2014 e o PRONASCI.

Anteriormente, a problemática era a inexistência de leis que regessem especificamente acerca dos direitos das mulheres encarceradas, atualmente, sua inaplicabilidade e ineficácia frente ao Sistema Prisional. A pesquisa em questão guarda relevância na escassez de trabalhos produzidos nesta temática, fruto da sociedade conservadora e patriarcal. Justificando a importância deste artigo e de outros que tratem do tema, para que possam acontecer mudanças significativas a partir de quando a sociedade passar a se atentar mais para o caso dos presídios femininos – finalmente possibilitando a visibilidade a um grupo que não tem voz, nem vez.

Cumprе ressaltar que a falta de estrutura não é exclusiva da prisão feminina, segundo a última pesquisa realizada pelo INFOPEN (BRASIL, 2016, s.p), a média de presos por habitante do país excede a média mundial; atualmente, tem-se 306 detentos a cada 100 mil habitantes, enquanto no mundo a média é 144 para cada 100 mil. Isto é, mais do que o dobro da média. A marca da população brasileira atingiu 726.712 presos, contando com um aumento de 707% nos últimos 18 anos. Entretanto, o caso feminino demonstra situações específicas mais alarmantes e que demandariam políticas públicas e atenção específica do Estado.

Cumprе ressaltar que, segundo o INFOPEN em junho de 2016 havia uma população prisional feminina de 41.087, representando um aumento de 656% em relação ao total

registrado no início dos anos 2000. Nesse mesmo período, a população carcerária masculina aumentou 293%, tendo 656 mil presos no ano de 2016. Sendo possível visualizar a discrepância fazendo um comparativo com a porcentagem dos homens. O Paraná é o terceiro Estado com mais detentas do país, sendo precedido por São Paulo e Minas Gerais. Portanto, diante do quadro atual são indispensáveis políticas públicas voltadas para as apenadas, demonstrando as singularidades do gênero feminino no âmbito carcerário (BRASIL, 2016, s.p.)

METODOLOGIA

Utilizou-se na formulação da referida pesquisa o método dedutivo, em que se parte da análise geral do disposto nas políticas públicas e disposições referentes à mulher em situação de prisão para a análise específica da transgressão ao disposto naquelas, gerando transgressões aos direitos humanos das mulheres no âmbito carcerário, as quais têm um agravante por serem invisíveis à sociedade (devido ao gênero), bem como, ao cárcere. Para tanto, a pesquisa contou com a investigação bibliográfica de fontes secundárias, realizada por meio de artigos, livros e publicações no âmbito acadêmico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A MULHER APENADA X A MISOGINIA NO ÂMBITO DO CÁRCERE

Em uma sociedade patriarcal e misógina, as mulheres são muitas vezes invisíveis aos olhos desta, e quando na posição de cumprimento de pena, acentua-se essa exclusão. O descaso para com a mulher que se encontra encarcerada é enorme, “Para o Estado e a sociedade, parece que existem 440 mil homens e nenhuma mulher nas prisões do país. Só que, uma vez por mês, aproximadamente 28 mil presos menstruam” (CERNEKA, 2009, p. 02). O gênero feminino tem suas especificidades como gravidez, amamentação, alteração hormonal, saúde ginecológica e que por isso as penitenciárias deveriam ser adequadas para elas (SPINGOLA, 2016) – sendo o mínimo esperado por parte do Estado. Ademais, tais adequações e garantias são previstas na legislação vigente e dentro das diretrizes de políticas públicas, no entanto, não são devidamente aplicadas.

O Sistema Prisional foi projetado por homens e para homens. No entanto, este mesmo sistema atende às mulheres carcerárias e pesquisas recentes mostram que elas são totalmente ignoradas pelo sistema, assim como demonstrado pelos dados do INFOPEN (BRASIL, 2016,

s.p.) que grande parte desses estabelecimentos foram projetados para o público masculino, 74% dessas unidades prisionais destinam-se aos homens, 7% ao público feminino e outros 17% são caracterizados como mistos, o que significa que podem contar com alas/celas específicas para o aprisionamento de mulheres dentro de um estabelecimento originalmente masculino. No entanto, mesmo às destinadas ao público feminino não cumprem as disposições legais.

Nana Queiroz (2015) relata a vida de várias mulheres nas penitenciárias brasileiras e muita das situações é a falta de produtos de necessidades básicas, como papel higiênico, xampu, condicionador, pasta de dente, sabonete, absorvente, concomitante com a superlotação, más condições de alimentação, muitas das vezes a comida se encontra estragada, estrutura precária de celas, banheiros e inclusive nos locais de convívio, não há colchonete para todas e às vezes precisam fazer um “revezamento” para tentar dormir de forma mais confortável. Muitas presas dizem improvisar, usando miolo de pão como absorvente interno, quanto ao papel higiênico: “Tem dia que até saiu recolhendo papel de jornal do chão para limpar a bunda!”, relatou Maria Aparecida uma das detentas (QUEIROZ, 2015, p. 103).

Inclusive as gestantes sofrem com essas situações, muitas delas acabam dando à luz na própria cadeia com ajuda de outras presas. Em casos de extrema urgência, é que os agentes levam as mulheres ao hospital. Gardência, relatada pela autora Queiroz (2015), precisava ir ao hospital por cerca de 20 dias para tomar anti-inflamatórios, mas os guardas sem qualquer vestígio de empatia e paciência a levaram apenas por 2 dias. Outro cenário demonstrado no livro são as torturas recorrentes com as grávidas. Aline, presa por tráfico, tomou uma paulada na barriga e ainda ouviu o policial dizer “Tá reclamando do quê? Isso é só outro vagabundinho que vem vindo no mundo aí!” (QUEIROZ, 2015, p. 41). Portanto, vê-se que a atitude dos próprios operadores do direito não coaduna com a legislação e políticas públicas referentes à dignidade da pessoa humana e da mulher no cárcere.

O QUE DIZEM AS POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRAPOSTA À REALIDADE

A Política Nacional de Enfrentamento às Violências Contra Mulheres, em 2008, inclui entre suas metas o “Pacto Nacional Pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher”, sendo que consiste em um acordo firmado entre a União, os Estados e os municípios. Este pacto visa a prevenir e a enfrentar as diferentes formas de violência contra mulher, bem como, dando atenção especial às mulheres em situação de vulnerabilidade social (rurais, negras e indígenas), Segundo a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher (CPMIVCM):

“Na primeira edição do Pacto, as ações previstas foram organizadas em quatro áreas estruturantes: (1) implementação da Lei Maria da Penha e fortalecimento da rede de serviços para atendimento a mulheres em situação de violência; (2) garantia dos direitos sexuais e reprodutivos e enfrentamento da feminização da AIDS; (3) combate à exploração sexual de meninas e adolescentes e do tráfico de mulheres; (4) garantia de direitos para mulheres em situação de prisão (Relatório Final, CPMI-VCM, 2013, pg. 44).”

Conforme ressalta Simões (2014), a garantia dos direitos das apenadas não foi retirada do texto, entretanto, foi deixada em segundo plano, sendo que não é mais um dos eixos estruturantes, mas sim, uma das ações. “Cada um desses eixos se desdobra em várias ações que têm por objetivo afirmar e efetivar cada eixo estruturante” (Relatório Final, CPMI-VCM, 2013, p. 44).

Cumprir ressaltar o descumprimento quanto a um dos pressupostos da Constituição Federal, que prevê em seu artigo 5º inciso XLVIII⁴ que a pena deve ser cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com o sexo do apenado. Sendo assim, as penitenciárias femininas têm que ser adaptadas às mulheres, o que na prática não ocorre. Além da distinção dos estabelecimentos o inciso XLIX⁵ do mesmo artigo são assegurados aos presos o respeito à integridade física e moral, o que também não ocorre como dito anteriormente elas não recebem cuidados imprescindíveis à saúde feminina e são torturadas em alguns casos. É dever do Estado garantir que as mulheres presas tenham o direito a saúde sexual e reprodutiva, no entanto, muitas delas sequer têm direito a condições mínimas, tais como papel higiênico, local salubre, absorvente, gestação, medicação e parto.

Conforme dispõe a Constituição Federal, a mulher que encontra-se privada de sua liberdade não deve ter restringido seu exercício de maternidade, mas o que encontramos no atual Sistema Penitenciário demonstra a violação desta disposição. Assim como dispõe o art. 5, inciso L⁶ da Carta Magna, às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação. Isso significa que a legislação garante que as detentas tenham um espaço destinado a elas, garantindo instalações adequadas, bem como, espaço para seus filhos durante a lactação. No plano da realidade, as condições são insalubres e na maioria dos casos os bebês acabam sendo restringidos de sua liberdade tal como a mãe, o que não deveria acontecer.

⁴ Constituição Federal, 1988, art. 5º, inciso XLVIII “a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado”

⁵ Constituição Federal, 1988, art. 5º, inciso XLIX “é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral”

⁶ Constituição Federal, 1988, art. 5º, inciso L “às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação”

Neste mesmo contexto, segundo a LEP⁷, as mães têm o direito de ficar com seus filhos para amamentá-los até no mínimo seis meses de idade, e isso não acontece na maioria dos casos. Mesmo se acontecesse, não há estrutura suficiente para os bebês permanecerem na prisão, já que são quase inexistentes os berçários na cadeia feminina, mas mesmo assim existem 345 crianças que vivem nas penitenciárias, segundo os dados do INFOPEN (2016). Nenhuma mãe ou grávida tem direitos assegurados pela lei, elas são tratadas como as presas comuns, e muitas vezes têm de dormir com seus filhos recém-nascidos no chão, por conta da falta de colchonete – o que demonstra uma verdadeira violação aos direitos humanos dentro dos cárceres femininos.

Outra contradição é quanto ao Plano Nacional De Saúde formado pela portaria interministerial nº 1777 de 2003 que visava atingir 100% da população carcerária, entretanto até ainda não foi aplicada. O anexo I desta portaria, faz alusão as seguintes ações: detecção precoce do câncer cérvico uterino e de mama; diagnóstico e tratamento das IST/AIDS; assistência à anticoncepção; assistência ao pré-natal de baixo e alto risco no primeiro ano do plano; imunização das gestantes; ações educativas sobre pré-natal, parto, puerpério, anticoncepção, controle do câncer cérvico-uterino e de mama, e infecções sexualmente transmissíveis; garantia do encaminhamento para tratamento das mulheres com câncer cérvico-uterino e de mama e garantia do acesso das gestantes de 100% das unidades penitenciárias para o atendimento de intercorrências e parto.

Além disso, existia o PRONASCI (Projeto Nacional de Segurança Pública) que atuava como controle e repressão da criminalidade, designado como prevenção, eram incumbidos da formação de policiais e até mesmo da reestruturação total do sistema penitenciário do país. Na questão das apenadas, as políticas eram a partir da inauguração de berçários e enfermarias, no entanto, o programa já não é mais aplicado dado que Dilma Roussef sancionou recursos do PRONASCI, o qual não mais está mais na pauta do governo.

Ademais, há quatro anos, em 16 de janeiro foi instituída a Portaria Interministerial nº 210, a qual institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, e dá outras providências, o objetivo da Portaria foi o de “[...] reformular as práticas do sistema prisional brasileiro, contribuindo para a garantia

⁷ Lei de Execuções Penais (LEP), art. 83, § 2º Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, **no mínimo, até 6 (seis) meses de idade.** (BRASIL, 2009, grifo nosso).

dos direitos das mulheres, nacionais e estrangeiras, previstos nos arts. 10, 14, § 3º, 19, parágrafo único, 77, § 2º 82, § 1º, 83, §§ 2º e 3º, e 89 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984” (BRASIL, 2014). No entanto, até os dias atuais não houve nenhuma mudança significativa.

Observa-se, portanto, que existem políticas públicas com intuito de salvaguardar os direitos das mulheres que têm penas privativas de liberdades. Entretanto, há ainda muito o que ser feito, para que, na prática haja a efetiva aplicação dessas. Isto é, antes, o problema era a inexistência de leis que regessem especificamente os direitos das mulheres encarceradas, atualmente permeia a inaplicabilidade e ineficácia frente ao Sistema Prisional.

A APLICAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM FACE DA MULHER ENCARCERADA

Não basta tratar da problemática, mas cabe apresentar soluções ao problema posto – as quais, neste caso, centram-se no cumprimento do que é disposto nos códigos brasileiros: Constituição Federal, Código Penal, Lei de Execução Penal (LEP) e o respeito à dignidade da pessoa humana – utilizando inclusive precedentes observados dentro do trabalho para que tais transgressões não se repitam. Além disso, também devem ser observadas as políticas públicas que envolvem o tema: o disposto no relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Violência contra a Mulher, pela Portaria Interministerial nº 1777/2003 e nº 210/2014 e pelo Programa PRONASCI. A crítica feita pelo trabalho em questão é a contradição entre a realidade e o que está posto nas políticas públicas. Sendo que não basta a existências dessas, sendo imprescindível sua aplicabilidade e efetividade.

Em uma segunda instância, é imprescindível que é necessário constatar a centralização do lugar de fala das mulheres, aplicando a perspectiva da criminologia feminista. Isso parte de que a mulher é invisibilizada e silenciada socialmente, não possuindo representação política. Nesse sentido, estão os dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), datados da eleição de 2010, por meio da cartilha “Mulher na política: mulher tome partido”, reiteram que a participação feminina na política é restrita. Em 2010, foram eleitas 45 deputadas federais, o que corresponde a 9% do total das 513 vagas existentes. E para o cargo de senador, apenas sete foram eleitas para os 54 cargos disponíveis (renovação de 2/3 dos membros da Casa), o que equivale a apenas 13% do total.

A falta de representatividade feminina política culmina em inúmeras restrições ao gênero feminino, pois elas não podem os reivindicar de maneira apropriada. O que significa que para a efetivação e cumprimento do disposto nas políticas públicas já existentes e até

mesmo para criar novas que tragam uma resolução à questão é essencial a cessão do lugar de fala para as mulheres. Para isso, é necessária a implementação de uma criminologia feminista.

De acordo com Mendes, 2012, é a utilização de uma perspectiva feminista na criminologia – utilizando o termo da autora, um “giro epistemológico” – que analisa a realidade vivenciada pelas mulheres, as quais seriam porta-vozes de seus próprios interesses. Sejam vítimas, sejam réus, sejam condenadas (dentro ou fora do sistema de justiça criminal). Conforme ressalta a autora “A criminologia nasceu como um discurso de homens, para homens, sobre as mulheres. E, ao longo dos tempos, se transformou em um discurso de homens, para homens e sobre homens” (MENDES, 2012, p. 157). O que significa que o grande marco propiciado por uma criminologia feminista trata-se de lugar de fala, sendo que será de mulheres, para mulheres e sobre mulheres, diferente do discurso posto atualmente.

Outra diretriz é a igualdade material, isto é, tratar os desiguais em sua desigualdade, por meio de suporte a essas mulheres que estão colocadas no sistema carcerário, e a partir do empoderamento da mulher, uma devida preparação dos profissionais relacionado ao cárcere, disponibilizar acompanhamento jurídico, estruturar atendimentos considerando as necessidades dessas mulheres, bem como, assegurar a manutenção dos laços com os filhos.

Cumprir observar que o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), em 2016, fez orientações para uma política de desencarceramento de Mulheres, implantando as regras de Bangkok no Brasil, a qual traz dentre as suas resoluções para as mulheres em conflito com a lei diversas alternativas que podem ser aplicadas e adaptadas para a situação carcerária brasileira. Dentre essas, que trariam resultados positivos para superar a misoginia no cárcere, estão:

- a) Criar e financiar um sistema nacional de alternativas penas, que responda às necessidades específicas das mulheres, e que reconheça a autonomia de formas comunitárias de justiça como a justiça restaurativa (ITTC, 2016, s/n);
- b) Disponibilizar acompanhamento jurídico no momento da custódia na delegacia de polícia, a fim de verificar se houve violência psicológica, física ou sexual, ou ainda abuso de direitos no momento da abordagem pela polícia (ITTC, 2016, s/n);
- c) Estruturar os atendimentos e os serviços prestados considerando as necessidades complexas das mulheres, reconhecendo seus diferentes papéis como trabalhadoras, mães, cuidadoras, esposas, parceiras,

- provedoras etc. (ITTC, 2016, s/n);
- d) Assegurar a manutenção dos laços entre mães e filhos, ofertando, quando necessário, serviço jurídico para que as mulheres separadas de seus filhos recuperem sua guarda (ITTC, 2016, s/n);
 - e) Priorizar que os casos de mulheres em conflito com a lei sejam retirados da esfera da justiça criminal e encaminhados para programas comunitários de apoio e tratamento (ITTC, 2016, s/n);
 - f) Preparar os funcionários do sistema de justiça criminal e de órgãos de atendimento para que demonstrem constante respeito às mulheres, ofereçam a elas tratamento igualitário e respeitem suas decisões, seu espaço, seu contexto e sua cultura (ITTC, 2016, s/n).

Essas diretrizes enfatizadas pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC) devem ser priorizados para efetivamente trazer resultados na questão das mulheres encarceradas. Buscando, ao máximo, o cumprimento delas para que as políticas públicas surtam efeitos e inclusive para criação de novas.

CONCLUSÃO

Buscando amenizar as omissões ocorridas no passado, nos últimos anos houve a implementação de políticas públicas relacionadas especificamente ao gênero feminino – as quais, são de grande relevância. Entretanto não basta a existência destas, sendo que não há efetividade na aplicação. Isso significa que existe um conjunto de dispositivos legais (na teoria) que dão à mulher garantias frente ao Sistema Prisional, entretanto ficou evidenciado que na prática as condições do encarceramento feminino são inobservadas, permeando um descumprimento da legislação. Nesta conjuntura, existem inúmeras transgressões aos direitos humanos, no entanto, existe um agravante no caso de mulheres pelo fato de encontrarem-se em dois grupos invisibilizados: pelo gênero e pelo estigma do cárcere.

A partir da análise dos dados citados ao longo do trabalho foi possível verificar o alto índice crescente de mulheres no âmbito criminal. Nesta perspectiva a inaplicabilidade e inefetividade das Políticas Públicas é compreendida como um reflexo da invisibilidade da mulher na sociedade. Desta maneira, para uma melhor aplicação da lei faz-se imprescindível o empoderamento das mulheres frente ao âmbito político para que possam devidamente reivindicar os seus direitos, exigindo a aplicação daquelas e até mesmo delinear-las conforme verem necessário. A inserção de uma criminologia feminista será essencial para que as decisões

sejam tomadas por mulheres e vivenciadas por elas, além de que será uma política de mulheres, para mulheres e sobre mulheres – sendo o gênero feminino porta-voz de sua fala.

A pesquisa ainda ressalta que as mulheres infratoras precisam de uma atenção distinta, uma vez que necessitam de políticas públicas e mais representatividade feminina quando comparados ao gênero masculino (os quais são inerentes ao feminino). Isso não significa uma desigualdade, mas sim, uma equidade – ou igualdade material – visto que os desiguais devem ser tratados em sua desigualdade, isto é, uma equiparação dos gêneros, tendo em vista algumas especificidades diante das diferenças biológicas entre os sexos: tal como gravidez, a alteração cíclica de hormônios, a maternidade, entre outros. Fazendo, a partir disso, um sistema prisional adequado.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Carlos. **O cárcere na América Latina**, 1800-1940. In: MAIA, Clarissa Nunes et al. *História das prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 35 a 70, v. 1.

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 7.210**, de 11 de julho de 1984-Lei de Execução Penal.

_____. Ministério da Justiça. Relatórios estatísticos do sistema prisional de cada Estado da Federação. 2010-2011. Disponível em: <portal.mj.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2018

_____. Portaria interministerial nº 1777 de 2003. **Ministério da Justiça**. instituiu o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_pnssp.pdf>. Acesso em: 8 agosto. 2018.

_____. Portaria interministerial nº 210 de 16 de janeiro de 2014. **Ministério da Justiça**. Institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.justica.sp.gov.br/StaticFiles/SJDC/ArquivosComuns/ProgramasProjetos/PPM/U_PT-INTERM-MJ-MSPM-210_160114.pdf> Acesso em: 8 agosto. 2018.

_____. **Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci)**, instituído pelo governo federal em 20/08/2007, através da Medida Provisória no 384. Disponível em: <http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/07/PRONASCI_DIREITOS-HUMANOS.pdf> Acesso em: 8 agosto. 2018.

_____. Senado Federal. Procuradoria Especial Da Mulher. **Mulheres na Política: Retrato da sub-representação feminina no poder**. 2016.

CERNEKA, Heidi Ann. **Homens que menstruam**: considerações acerca do sistema prisional às especificidades da mulher. 2009.

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher (Relatório Final, CPMI-VCM, 2013) Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/feminicidio/>.

ITTC - Instituto Terra, Trabalho e Cidadania. Orientações para uma política de desencarceramento de Mulheres / 2016 Implantando as regras de Bangkok no Brasil. 2016

LEVANTAMENTO NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS – **INFOPEN MULHERES**, 2ª edição. 2018. Disponível em http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf> Acesso em: 09 jul. 2018

_____. **INFOPEN – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias.** Junho/2016.

MENDES, Soraia da Rosa. **(Re)pensando a Criminologia:** reflexões sobre um novo paradigma desde a Epistemologia Feminista. 2012. Tese (Doutorado em Direito, Estado e Constituição) - Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade de Brasília, PPG/FD/UnB, Brasília.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam.** 1ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2015.

Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra Mulher – CPMIVCM. Brasília: Senado federal; Secretaria Geral da Mesa; Secretaria de Comissões e Coordenação das Comissões Especiais, temporárias e Parlamentares de Inquérito, 2013.

SIMÕES, Kátiuska Glória. **Mulheres encarceradas:** o que dizem as políticas públicas e a realidade de Cascavel, PR. Disponível em: http://cac-php.unioeste.br/eventos/Anais/servico-social/anais/TC_Mulheres_Encarcer_que_dizem_Pols_Publs_e_realidade_Cascavel_PR.pdf> . Acesso em: 01 ago. 2018

SPINGOLA, Luciana Soares. **A mulher encarcerada no sistema penal brasileiro:** a busca de soluções para as especificidades do gênero feminino no tocante à maternidade. Brasília: IDP/EDB, 2016. 29f, - Artigo (Especialização). Instituto Brasiliense de Direito Público. Disponível em <http://dspace.idp.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/2274>> Acesso em: 06 jul. 2018

REVISÃO SISTEMÁTICA NOS BANCOS DE TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE A TEMÁTICA DE EDUCAÇÃO SEXUAL E SEXUALIDADE

Massan, Caroline Alfieri
Mestranda no Mestrado Profissional em Ensino
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP
carolinemassan@gmail.com

Frasson-Costa, Priscila Carozza
Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo – USP
Professora Adjunto e Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Universidade
Estadual do Norte do Paraná – UENP

Asano, Juliete Gomes Pós
Mestranda no Mestrado Profissional em Ensino
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP
Juliete_poss@hotmail.com

GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO

RESUMO

Este artigo apresenta um estudo de Revisão Sistemática da Literatura realizado nos bancos de dados de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal em Nível Superior – CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD acerca da temática Educação Sexual (ES) e Sexualidade. O trabalho busca identificar o que está sendo publicado, sobre a temática referenciada, nas escolas por meio de oficinas. O objetivo foi evidenciar a investigação quantitativa e qualitativa abordadas no levantamento dos trabalhos. Indicamos que há pouca publicação nesses bancos, em consequência, há pouco estudo relacionado ao ensino da ES e Sexualidade. Constatamos assim, a carência em pesquisas nessa área no âmbito educacional, evidenciando que há um campo muito fértil para realização de pesquisas que envolvam a temática.

Palavras-chave: Educação Sexual. Sexualidade. Escola. Oficinas. Revisão Sistemática.

INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho faz parte de um projeto de pesquisa de dissertação do Programa de Pós Graduação Profissional em Ensino da Universidade Estadual do Norte do Paraná, campus Cornélio Procópio-PR e irá versar sobre a temática da Sexualidade e Educação Sexual (ES).

A sexualidade humana, como descrita por Frasson-Costa, Villani e Queiroz (2018), é um assunto que gera interesse, curiosidade e fascínio. A autora ainda completa a ideia ao escrever que ninguém é capaz de deixar de lado as questões que envolvem a sexualidade humana, pois ela faz parte do ciclo vital de todos nós, seja para, no seu sentido biológico, reprodução das espécies, ou ainda no sentido de compor a história de cada um dos indivíduos (FRASSON-COSTA, VILLANI e QUEIROZ, 2018).

Temos na escola um excelente espaço de socialização, sendo assim um local ideal para trabalhar questões educativas. E como aborda em sua obra, a pesquisadora Frasson-Costa (2016) contribui quando diz que a escola tem como papel essencial a inserção do indivíduo na sociedade, nas diferentes áreas do conhecimento humano, de forma a dar condições necessárias para sua relação com a sociedade.

Desta maneira, inserindo as questões de Educação Sexual dentro do ambiente escolar, além de apresentar finalidade de valorização da sexualidade e afetividade entre as pessoas, também favoreceremos o acesso à conhecimentos científicos mais seguros sobre a temática da sexualidade e, assim, possibilitamos que sejam reduzidas as consequências negativas dos comportamentos sexuais, como gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis, entre outros.

Para tanto, discutimos, com o intuito de criar meios que venham a facilitar a divulgação da temática entre os professores e escolas de modo que proporcionem instrumentos facilitadores aos docentes e estes venham fazer uso dos mesmos durante suas aulas.

O problema que nos fez a chegar às nossas pesquisas foi que muitas vezes os pais, escola e professores deixam de lado as explicações referentes a ES, o que geram dúvidas nos adolescentes, referentes aos diversos assuntos que a temática abrange. Como podemos analisar nas pesquisas de Alencar *et al* (2008) que afirma a necessidade de promover discussões referentes a sexualidade, e que muitas vezes pais e educadores ainda apresentam certa resistência e dificuldade em abordar a temática com os adolescentes.

Assim, por meio de nossas pesquisas e conversas informais percebemos que não há um posicionamento das escolas e professores frente a temática da sexualidade, e quando há é muito pequeno. Desta forma, buscamos responder às questões orientadas (Q) que condizem com nosso problema de pesquisa, como, Q1: Há publicações relacionadas a temática da ES e Sexualidade no contexto educacional? Q2: Se houver, elas estão sendo trabalhadas por meio de oficinas?

Justificamos a escolha da temática, pela necessidade em trabalhar as questões da ES e da Sexualidade, oportunizando momentos de interação e troca de saberes, por meio de dinâmicas e atividades pedagógicas. A escolha do instrumento, oficina, se deu, pois trata-se de metodologia participativa e reflexiva que tende a proporcionar um ambiente acolhedor para que os adolescentes possam conhecer mais sobre assunto.

Portanto, a utilização de oficinas, se deu após pesquisas e discussões entre as autoras que consideraram como sendo a forma mais pertinente e adequada para abordar a temática com uma maior naturalidade, proporcionando então, esse ambiente acolhedor para discussões com os adolescentes. Diversos autores comentam sobre a importância das oficinas para o aprendizado de saberes relacionados à temática e reforçando a ideia que as oficinas proporcionam um momento de interação, de troca de saberes, oportunizando aos adolescentes compartilharem suas ideias, medos, experiências, etc (MAHEIRIE *et al*, 2005; PIMENTEL, 2009; FRASSON- COSTA, 2012; FRASSON-COSTA, 2016, FIGUEIRÊDO *et al*, 2016).

Desta maneira, julgamos necessária realização de uma Revisão Sistemática da Literatura que contemple a ES e a Sexualidade, a fim de perceber o panorama geral das publicações a respeito da temática no âmbito escolar, de modo a fundamentar futuramente nossas pesquisas e a aplicabilidade do nosso produto educacional. Para tanto, este artigo buscou nos banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, teses e dissertações que fizessem referência às temáticas já mencionadas, por meio de oficinas nas escolas.

METODOLOGIA

A pesquisa aqui descrita se trata de uma pesquisa qualitativa, pois buscamos considerar o que foi publicado sobre a ES e Sexualidade e quantitativa, pois visa identificar a quantidade de trabalhos que foram publicados (FLICK, 2009).

No que se refere à classificação dos objetivos, nossa pesquisa é do tipo exploratória, segundo Gil (2002, p. 41; 2008, p. 27), pois realizamos um estudo preliminar buscando conhecer as metodologias e intervenções que já foram realizadas pelos pesquisadores com o intuito de melhorar a compreensão e precisão dos dados.

Vale ressaltar que este trabalho se trata de uma Revisão Sistemática da Literatura, evidenciando a sua importância para compor referencial teórico em quaisquer pesquisas que abordem a ES e Sexualidade. Pesquisadores como Galvão e Pereira (2014) contribuem com este trabalho quando salientam a importância deste tipo de revisão para esclarecer resultados contraditórios e como um meio para se apoiar para estudos de melhor qualidade sobre o assunto.

Continuando com o pensamento dos autores, eles escrevem que este tipo de revisão sistemática trata-se de um tipo de investigação que tem como objetivo identificar, selecionar, avaliar e sistematizar os estudos relevantes que estão disponíveis (GALVÃO e PEREIRA, 2014, p. 183).

Bárbara Kitchenham (2004) aborda em suas pesquisas que as Revisões Sistemáticas tem objetivo de apresentar avaliações justas de algum assunto que se quer abordar, sendo ela uma pesquisa metodológica confiável e rigorosa.

Dando continuidade as nossas pesquisas, descrevemos as etapas desta revisão, as quais foram realizadas no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, com o intuito de perceber o que está sendo pesquisado à respeito da temática, no nível superior de ensino, por meio dos estudos das teses e dissertações.

Diversos autores salientam sobre a importância de um protocolo/planejamento antes da elaboração de uma revisão a fim de otimização dos dados (KITCHENHAM, 2004; SAMPAIO e MANCINI, 2007; MEDINA E PALAQUILÉN, 2010; RAMOS, FARIA e FARIA, 2014).

Sendo assim, avançaremos no artigo apresentando o nosso planejamento.

Tabela 1: Planejamento

Qual o objetivo desta revisão?	O objetivo da revisão é: realizar um levantamento sistemático de dissertações e teses com o intuito de encontrar o que foi publicado em relação ao ensino de Sexualidade e ES nas escolas, com o apoio metodológico de oficinas.
Quais fontes foram pesquisadas para fazer os estudos primários?	<p>Banco de dados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior; - BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.
Quais foram os critérios de inclusão e exclusão e como foram aplicados?	<p>Foram pesquisadas teses e dissertações escritas em Língua Portuguesa. Utilizamos como descritores as palavras “oficinas de sexualidade” e “educação sexual no ensino fundamental” no banco da CAPES. E no BDTD foram utilizados descritores como:</p> <p>A forma de busca foi manual e foram utilizados critérios de inclusão e exclusão descritos em títulos, leitura das palavras-chave e resumos dos trabalhos, a fim de encontrar trabalhos que atendessem ao nosso escopo.</p>
Como os dados foram sistematizados?	Após analisados os trabalhos encontrados pelo título, palavras-chave e seus respectivos resumos, os resultados foram sintetizados de forma qualitativa, ou seja, relevante ao tema dos pesquisadores. Com relação à análise quantitativa, por meio de tabulação dos dados com: título do trabalho de pesquisa, identificação da autoria e ano de publicação, tipicidade, programa e instituição.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

Fizemos a inclusão e exclusão dos trabalhos seguindo os descritores visualizados nos títulos dos trabalhos, seguindo para as palavras-chave e por fim o resumo, e quando pertinente, a leitura do trabalho na íntegra, de forma a responder nossas questões geradora: Q1: Há

publicações relacionadas a temática da ES e Sexualidade no contexto educacional? Q2: Se houver, elas estão sendo trabalhadas por meio de oficinas?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após análises nos bancos de dados, chegamos aos resultados: no catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, quando pesquisado o descritor “*oficinas de sexualidade*” houve um resultado contendo seis trabalhos, sendo quatro em nível de mestrado (dissertações) e dois em nível de doutorado (teses). Após essa primeira análise, utilizamos o descritor “*educação sexual no ensino fundamental*”, e tivemos um resultado de três trabalhos, sendo eles dois trabalhos de nível de mestrado (dissertação) e um trabalho descrito como profissionalizante, mas anterior a Plataforma Sucupira, e não encontrado.

Destes nove trabalhos, dois fazem referência ao escopo pesquisado neste trabalho. Um deles foi desenvolvido em duas etapas, a primeira etapa em 2007/2008 com alunos de 6º ao 9º ano (11 a 17 anos de idade) e a segunda etapa em 2015 com alunos do 8º e 9º ano (13 a 15 anos de idade), realizados na cidade de Duque de Caxias – RJ. Já o segundo trabalho encontrado sobre o tema, se refere a um estudo na cidade de Bandeirantes – PR, a qual envolveu sete escolas da rede estadual de ensino, desenvolvida entre 2009 e 2011, que tinha como objetivo principal a adesão das escolas à temática da sexualidade, mas que de certa forma orientou os alunos, por meio do desenvolvimento de suas oficinas, a formação para a vivência da sexualidade e o exercício responsável para a cidadania.

Vale ressaltar que houve trabalhos que atendessem ao nosso escopo sobre oficinas nas escolas, mas o público alvo não correspondia a nossa busca. Por exemplo, o trabalho da autora Paliarin (2015) que fez uso das oficinas, mas com alunos especiais e Mizunuma (2017) que utilizou oficinas no ensino fundamental anos iniciais, com alunos de 3º e 4º anos.

Já as buscas no banco de dados da BDTD, utilizamos o descritor (na busca por título) “*educação sexual no ensino fundamental*” o qual não houve nenhum registro encontrado. Posteriormente, utilizamos o descritor “*oficinas de sexualidade*”, e obtivemos um trabalho encontrado de Lise (2008), que é uma dissertação. Ela faz referência ao escopo proposto nesse artigo, porém as informações contidas não nos esclarecem o local e tempo de duração das atividades desenvolvidas. Mas trata de uma intervenção por meio de oficinas de contadores de

histórias com um grupo de adolescentes em Porto Alegre, e tinha como objetivo problematizar a sexualidade, a partir da leitura e elaboração de histórias para jovens.

Segue a tabela 2 com os resultados encontrados:

Tabela 2: Informações qualitativas a respeito das análises realizadas na CAPES e BDTD.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Ensino Superior				
Título do Trabalho	Tipicidade	Autor/Ano	Programa	Universidade
Vida saudável: Oficina de sexualidade	Dissertação	José Carlos Alves (2016)	Mestrado Profissional em Formação Científica para Professores de Biologia	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Os patamares de adesão das escolas à educação sexual	Tese	Priscila Carozza Frasson Costa (2012)	Doutorado em Educação	Universidade São Paulo
BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações				
Título do Trabalho	Tipicidade	Autor/Ano	Programa	Universidade
Contadores de Histórias – Oficinas sobre Sexualidade com Adolescentes	Dissertação	Fábio Augusto Lise (2008)	Mestrado em Saúde Coletiva	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Fonte: Elaborado pelas autoras (2018)

Respondendo a nossa Q1: Há publicações relacionadas a temática da ES e Sexualidade no contexto educacional? e, conseqüentemente nossa Q2: Se houver, elas estão sendo trabalhadas por meio de oficinas?, podemos observar que são poucos os trabalhos que fazem referência à ES e a Sexualidade realizados nas escolas por meio de oficinas. Afirmando, então, a necessidade de estudos que contemplem a temática.

Reforçamos a escolha das oficinas, pois acreditamos que seja a forma mais pertinente e adequada para abordar as questões da sexualidade com maior naturalidade, podendo proporcionar aos adolescentes, um ambiente acolhedor para discussões. Corroborada por Pimentel (2007, p.76) o qual diz que as oficinas são entendidas como espaço de “aprendizado de saberes, de experimentação de práticas, de reprodução de informações” e também um espaço de “descoberta e auto-descoberta, de invenção, de contato com o novo (...)”.

Outros pesquisadores também confirmam que a metodologia de oficina é a mais adequada para se trabalhar temas que envolvem a sexualidade (MAHEIRIE *et al*, 2005; FRASSON-COSTA, 2012; FRASSON-COSTA, 2016; FIGUEIRÊDO *et al*, 2016).

Dainte disso, diversos autores falam sobre a importância de se trabalhar a sexualidade dentro do ambiente escolar (ALTMANN, 2001; BRÊTAS E SILVA, 2002; FRASSON-COSTA, 2012; SILVA, 2015), uma vez que muitas das questões que estão ligadas a sexualidade estão presentes nos diversos espaços da escola, como por exemplo nas conversas entre os jovens, nas disciplinas, nos capítulos dos livros trabalhados, nas danças, brincadeiras, entre outros (ALTMANN, 2001, p. 575).

Desta maneira, destacamos a importância do papel da escola na divulgação e discussões da temática, pois ela proporciona um meio de vincular as informações, promover discussões e reflexões além de ser um local em que os adolescentes passam a maior parte do seu tempo (SILVA, 2015).

Entendemos, desta forma, que a sexualidade não pode se limitar às aulas expositivas, embora haja momentos em que ela se faz necessária, pois há conteúdos que requerem uma abordagem mais teórica por parte do professorante, concordando com as considerações de Figueiró (2009) especificamente em seu trabalho, “Educação Sexual: como ensinar no espaço escola”.

CONCLUSÃO

No decorrer das pesquisas para alcançar nossas respostas, somos cômicos de que os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta de dados possam, porventura, ter excluídos alguns trabalhos, todavia, o levantamento realizado é parte de uma Revisão Sistemática da Literatura que ainda está em andamento.

Por meio dos resultados encontrados verificamos a necessidade de estudos relacionados á temática, uma vez que a quantidade de trabalhos encontrados a partir dos descritores mencionados neste artigo é muito baixa.

Diante dessa carência de trabalhos publicados a respeito do tema, ressaltamos a existência de um campo fértil ainda a ser explorado, visando futuras contribuições e melhorias em relação à temática e suas dificuldades. Assim, reafirmamos a necessidade de estudos relacionados ao tema de Sexualidade e ES, principalmente no ambiente escolar.

Desta forma justificamos a escolha da temática para desenvolvimento, tanto do artigo em questão, quanto do trabalho de dissertação já mencionado, e insistimos no propósito das nossas pesquisas a fim de, futuramente, auxiliar na condução dos assuntos ligados à sexualidade dos adolescentes.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, R. A.; SILVA, L.; SILVA, F. A.; SILVA DINIZ, R. E. Desenvolvimento de uma proposta de educação sexual para adolescentes. **Ciência & Educação** (Bauru), vol. 14, núm. 1, 2008, pp. 159-168. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho São Paulo, Brasil.

ALTMANN, H. Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Revista de Estudos Feministas**. v. 9, n. 2. 2001.

BRÊTAS, J. R. da S.; SILVA, C. V. da. Interesse de escolares e adolescentes sobre corpo e sexualidade. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, v. 55, n. 5, p. 528-534, set./out. 2002.

BIBLIOTECA Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em 29 de junho de 2018.

COORDENAÇÃO de Aperfeiçoamento Pessoal em Nível Superior – CAPES. Disponível em: < <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em: 30 de junho de 2018.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009. 405p.

FIGUEIRÊDO, M. A. C.; SILVA, J. R.; NASCIMENTO, E. S.; SOUZA, V. Metodologia de oficina pedagógica: uma experiência de extensão com crianças e adolescentes. **Revista Eletrônica Extensão Cidadã** 2, 2016.

FRASSON-COSTA, P. C. **Os patamares de adesão das escolas à Educação Sexual.** 2012. 305 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade São Paulo. São Paulo, 2012.

_____. **Educação Sexual:** uma metodologia inspirada nos patamares de adesão. 1 ed. – Curitiba: Appris, 2016. 250 p.

FRASSON-COSTA, P. C.; VILLANI, A.; QUEIROZ, E. F. C. Adesão das escolas à educação sexual: uma metodologia de análise. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias** Vol. 17, Nº 2, 337-358, 2018.

GALVÃO, T. F; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília** , v. 23, n. 1, p. 183-184, Mar. 2014 .

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. Ed. – São Paulo: Atlas, 2008

KITCHENHAM, B. **Procedures for Performing Systematic Reviews.** Keele UK Keele University- Publisher: Citesser, 33(TR/SE-0401), 28, 2004.

LISE, F. A. **Contadores de Histórias – Oficinas sobre sexualidade com adolescentes.** 2008. 105f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

MAHEIRIE, K.; URNAU, L.C.; VAVASSORI, M. B.; ORLANDI, R.; BAIERLE, R. E. **Oficinas sobre sexualidade com adolescentes:** um relato de experiência. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 3, p. 537-542, set./dez. 2005.

MEDINA, E. U.; PAILAQUILÉN, R. M. B. A revisão sistemática e a sua relação com a prática baseada na evidência em saúde. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, jul-ago, 2010.

MIZUNUMA, S. **Educação Científica no Ensino Fundamental I: A questão da educação sexual**. 2017. 146f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciência e Tecnologia) - Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2017.

PALIARIN, F. Sexualidade e Deficiências: dando vozes aos adolescentes por meio de oficinas pedagógicas. 2015. 117f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara), 2015.

PIMENTEL, G. **Oficinas Culturais**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

RAMOS, A.; FARIA, P. M., FARIA, A. Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 17-36, jan./abr. 2014.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Rev. bras. fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.

SILVA, C. A. da. **Abordando sexualidade na escola**. 2015. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização). Curso de Especialização em Estratégia da Saúde da Família, Universidade Federal de Minas Gerais, Maceió - Alagoas, 2015.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA, DIVERSIDADE E OS TEMAS GERADORES: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA.

Asano, Juliete Gomes Pós
Mestranda no Mestrado Profissional em Ensino
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP
Juliete_poss@hotmail.com

Frasson-Costa, Priscila Carozza
Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo – USP
Professora Adjunto e Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Universidade
Estadual do Norte do Paraná – UENP

Massan, Caroline Alfieri
Mestranda no Mestrado Profissional em Ensino
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP
carolinemassan@gmail.com

EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E A DIVERSIDADE

RESUMO

Este artigo apresenta uma revisão sistemática de literatura de trabalhos referentes à Educação Ambiental Crítica (EAC), a Diversidade e a estratégia metodológica dos Temas Geradores. A pesquisa objetivou responder aos seguintes questionamentos: Há publicações relacionadas à Educação Ambiental Crítica desenvolvida por meio de Temas Geradores em uma perspectiva Freireana no contexto escolar? Há publicações que relacionam a EAC e a Diversidade no contexto educacional? As buscas foram realizadas no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal em Nível Superior – CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD. Os resultados mostraram poucas publicações nesses bancos, relacionadas à EAC e aos Temas Geradores e nas buscas por trabalhos que fossem referentes à EAC associadas à Diversidade não encontramos nenhuma publicação. Evidenciando uma escassez de trabalhos relacionados ao objetivo desta pesquisa.

Palavras-chave: Educação Ambiental Crítica. Temas Geradores. Diversidade. Revisão Sistemática.

INTRODUÇÃO

No âmbito educacional confia-se à Educação Ambiental (EA) a tarefa importantíssima de conscientização e reflexão, desenvolvendo nos alunos preocupação com o global, com o planetário (BARCELOS, 2008). De acordo com Freire (1986), Talamoni & Sampaio (2003) e Reigota (2006), a EA é um processo coletivo, que visa principalmente o diálogo como meio de se alcançar um objetivo almejado, como possibilidades socioambientais que favoreçam a população e incorporem o ser humano ao seu meio.

Deste modo, a Educação Ambiental visa proporcionar aos alunos e à sociedade, meios para que compreendam seu valoroso papel e suas responsabilidades no meio em que vivem, possibilitando melhorias na qualidade de vida (DIAS, 1994).

A vertente que converge com os nossos objetivos é Educação Ambiental na perspectiva Crítica, que com base em Loureiro (2005), almeja transformações sociais que possibilitem reflexões entre os sujeitos, com o intuito de formar cidadãos ativos em seu contexto, de forma crítica, capazes de lutar por melhorias socioambientais, o que só é possível através da transformação cultural e social, em um aspecto emancipatório.

Os Temas Geradores trabalham com questões da realidade dos envolvidos, propõem estudar situações/conceitos que tenham um significado a eles, constituindo-se em temas a serem investigados com o objetivo de realizar uma ruptura de conhecimentos do senso comum e apreensão de conhecimentos críticos, desenvolvido com base no diálogo e na problematização da temática. Incorpora a teoria e a prática, busca a participação ativa dos envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem, possibilitando obter novos conhecimentos acerca da realidade investigada, almejando proporcionar uma consciência crítica por meio da problematização do Tema Gerador (LOUREIRO; TORRES, 2014).

Desta maneira, constitui-se uma potencial estratégia metodológica, que possibilita aos professores trabalharem de forma diversificada, fugindo à tradicional, os Temas Geradores na perspectiva Freireana que visam o envolvimento de todos os agentes do contexto investigado na dialética democrática, possibilitando uma troca rica envolvendo diversos aspectos de conhecimentos e vivências.

Pensando na grande Diversidade que há em nosso país e que há em nossas escolas, relacionadas a questões humanas, culturais e sociais, julgamos necessária a realização de uma

Revisão Sistemática de Literatura (RSL), na qual se trata da EAC, a Diversidade e a estratégia metodológica dos Temas Geradores, com o objetivo de investigar os trabalhos publicados no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior – CAPES – e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD relacionados a essas temáticas a fim de responder às seguintes perguntas P1: Há publicações relacionadas à Educação Ambiental Crítica desenvolvida por meio de Temas Geradores em uma perspectiva Freireana no contexto escolar? P2: Há publicações que relacionam a EAC e a Diversidade no contexto educacional?

METODOLOGIA

A pesquisa é de abordagem qualitativa, pois procura investigar e analisar as publicações relacionadas às temáticas em questão, e a partir dessa investigação responder aos questionamentos elencados anteriormente (FLICK, 2009).

Quanto à classificação dos objetivos ela se enquadra em pesquisa exploratória que de acordo com Gil (2008) “são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo” acerca de determinado conteúdo ou fato, possibilitando melhor compreensão.

A classificação dos procedimentos técnicos da pesquisa é uma Revisão Sistemática de Literatura de Kitchenham (2004), que objetiva identificar, avaliar e interpretar pesquisas relevantes relacionadas a um assunto específico, seguindo critérios bem definidos em seu desenvolvimento, a fim de fornecer um arcabouço para posicionar novas pesquisas.

Nosso objetivo foi analisar os trabalhos relacionados à EAC relacionando a Diversidade e a estratégia metodológica dos Temas Geradores no âmbito educacional.

No intuito de nortear o andamento da pesquisa elaboramos um planejamento de revisão, adaptado das etapas de Kitchenham (2004), com a finalidade de deixar claros os objetivos da investigação.

Abaixo apresentamos o planejamento desta revisão.

Tabela 1: Planejamento

<p>Identificação das necessidades da revisão sistemática. Qual o objetivo?</p>	<p>Realizar um levantamento sistemático de dissertações e teses publicados em relação ao ensino de EAC e a Diversidade, e em relação à EAC por meio de Temas Geradores.</p>
<p>Quais fontes foram pesquisadas para fazer os estudos primários?</p>	<p>Banco de dados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior; - BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.
<p>Quais foram os critérios de inclusão e exclusão e como foram aplicados?</p>	<p>Foram pesquisadas dissertações e teses em Língua Portuguesa.</p> <p>A forma de busca foi manual e foram utilizados critérios de inclusão e exclusão, com os descritores em títulos, posteriormente nas palavras chaves e em resumos, que atendessem aos nossos objetivos.</p> <p>No campo de busca dos bancos de dados de dissertações e teses da CAPES e da BDTD, na primeira pesquisa buscamos pelos descritores “Educação Ambiental Crítica” e “Diversidade”, e, em uma segunda investigação, realizamos a busca com os descritores “Educação Ambiental Crítica” e “Temas Geradores”.</p>
<p>Como os dados foram sistematizados?</p>	<p>Com relação às teses e dissertações, fizemos as exclusões primeiramente por meio da análise de seus títulos, posteriormente a leitura de suas palavras-chaves e seguimos com a leitura de seus respectivos resumos, para exclusão dos que não tratavam do assunto objetivado no início das buscas. Os resultados foram sintetizados de forma qualitativa, ou seja, relevantes ao tema das pesquisadoras e quantitativa, por meio de tabulação de dados com: título do trabalho de pesquisa, identificação da autoria, ano de publicação, instituição e tipicidade (dissertação ou tese).</p>

Fonte: Elaborado pelas autoras (2018).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Banco de dados: - CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior

A **primeira pesquisa** no banco de dados do catálogo de Teses e Dissertações da CAPES buscamos pelos descritores “Educação Ambiental Crítica” e “Diversidade” houve um resultado contendo 41.937 trabalhos dos quais nos limitamos à investigação dos primeiros 1.000 trabalhos apresentados, após a análise de seus títulos, resumos e palavras-chave obtemos como resultado que NENHUM desses mil trabalhos referiam-se à EAC relacionando-a a diversidade seja ela humana, cultural ou social.

Para a **segunda pesquisa** das Teses e Dissertações da CAPES, ao fazer a busca com os descritores “*Educação Ambiental Crítica*” e “*Temas Geradores*” houve um resultado contendo 594 trabalhos, dos quais analisamos seus títulos, resumos e palavras-chave, em busca dos descritores elencados. Excluindo os que não apresentavam os respectivos descritores, restaram-se apenas 2 artigos que atendiam aos critérios de nossa pesquisa dos quais são do nível de doutorado (teses).

Banco de dados: - BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

A **primeira pesquisa** no banco de dados de Teses e Dissertações da BDTD realizamos a busca pelos descritores “*Educação Ambiental Crítica*” e “*Diversidade*” houve um resultado contendo 32 trabalhos, após a análise de seus títulos, resumos e palavras-chave obtemos como resultado que NENHUM desses trinta e dois trabalhos referiam-se a EAC relacionando a diversidade seja ela humana, cultural ou social.

Para a **segunda pesquisa** das Teses e Dissertações da BDTD, ao fazer a busca com os descritores “*Educação Ambiental Crítica*” e “*Temas Geradores*” houve um resultado contendo 5 trabalhos, após a análise desses cinco trabalhos constatamos que 4 deles apresentavam os descritores como critérios de inclusão em seus títulos, ou resumos, ou palavras-chave, sendo todos trabalhos de Teses de doutorado.

Os dois trabalhos apresentados nas buscas da CAPES, também foram encontrados na busca da BDTD, diante disso, decidimos apresentá-los na Tabela 2 e não repeti-los na Tabela 3.

Apresentamos as tabelas abaixo informações dos trabalhos encontrados:

Tabela 2: Informações qualitativas a respeito das Teses encontradas no catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

Nº	Título do Trabalho de Pesquisa	Autor/Ano	Programa de Pesquisa	Tipicidade
1	Educação Ambiental Crítico-Transformadora e Abordagem Temática Freireana	Juliana Rezende Torres (2010)	Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	Tese
2	Ações de Formação Continuada, Baseadas na Pedagogia Dialógica, para a Inserção da Educação Ambiental Crítica em Escolas Públicas	Talita Mazzini Lopes (2018)	Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara	Tese

Fonte: Elaborado pelas autoras (2018)

Tabela 3: Informações qualitativas a respeito das Teses encontradas no banco de Teses e Dissertações da BDTD

Nº	Título do Trabalho de Pesquisa	Autor/Ano	Programa de Pesquisa	Tipicidade
3	Contribuições da Educomunicação para a Educação Ambiental Crítica no Ensino Fundamental	Cláudia Rodrigues Castro. (2016)	Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Teologia e Humanidades da Universidade Católica de Petrópolis	Tese
4	Tecendo a Educação Ambiental na Rede Municipal de Ensino de Arroio do Meio, RS	Cristine Gerhardt Rheinheimer. (2009)	Programa de Pós-Graduação em Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Tese

Fonte: Elaborado pelas autoras (2018)

Os dados apresentados nesta Revisão Sistemática de Literatura possibilitaram mostrar um panorama geral das publicações dos bancos de dados de dissertações e teses da CAPES e da BDTD que se referem à EAC e os Temas Geradores no contexto educativo.

Esta pesquisa realizada em meados do ano de 2018 possibilitou elencar a escassez de trabalhos que relacionam a EAC e a Diversidade no âmbito escolar, assim como, em relação à EAC e os Temas Geradores nesse mesmo contexto.

A partir deste estudo pode se observar, que são poucos os trabalhos que fazem menção à Educação Ambiental Crítica e os Temas Geradores, e, não encontramos em nossas buscas trabalhos que relacionavam-se a Educação Ambiental Crítica e a Diversidade, sendo essa diversidade frente ao aspecto humano, cultural ou social aos quais nos propomos investigar.

Retomando as perguntas que foram elencadas no início do artigo P1: Há publicações relacionadas à Educação Ambiental Crítica desenvolvida por meio de Temas Geradores em uma perspectiva Freireana no contexto escolar? P2: Há publicações que relacionam a EAC e a Diversidade no contexto educacional?

Analisando os resultados encontrados, no que tange a P1, encontramos 4 publicações relacionadas à EAC que abordam os Temas Geradores em uma perspectiva Freireana no contexto escolar.

Já no que tange a P2 nossa pesquisa não possibilitou encontrar nenhum trabalho que se relacionava a EAC e a Diversidade no contexto educacional.

CONCLUSÃO

Temos a estratégia metodológica dos Temas Geradores, como um meio potencial para se desenvolver a EAC, diante que, é pautada na questão dialética da ação-reflexão-ação, dessa forma, possibilita trabalhar conteúdos atitudinais que são fundamentais para a formação do cidadão consciente, crítico e participativo que a sociedade tanto almeja.

Assim, como é relevante que os estudos levem em consideração a diversidade humana, social, cultural, possibilitando debates e reflexões no campo de ensino e de educação. Como trazem as Diretrizes Curriculares da Educação Básica: “a educação escolar deve-se fundamentar-se na ética e nos valores da liberdade, na justiça social, na pluralidade”.

A educação intenciona formar cidadãos, que convivem em conjunto e para isso é necessário desenvolver-se em diversos aspectos, nesta perspectiva a escola deve formar de maneira integral o sujeito, onde se devem trabalhar as diversas capacidades existentes como o equilíbrio e autonomia pessoal, a inserção e atuação social, entre outras, que também são relevantes para formação do cidadão. O professor deve ter a consciência do seu papel como formador de cidadãos e cidadãs, tendo em vista membros ativos e participativos na sociedade, refletindo sempre sobre a importância que as experiências educativas acarretam na vida dos alunos (ZABALA, 1998).

De acordo com Nóvoa (1995), Gauthier et al. (2013) e Tardif (2014), o ensino é um processo interativo e dinâmico com a finalidade de instruir os membros da sociedade. Nesse sentido, Shulman (1987), Pimenta (1999) e Gauthier (2013) abordam a relevância de possibilitar aos alunos durante processo de ensino/ aprendizagem a participação ativa, para que possam desenvolver habilidades, atitudes e valores na perspectiva humanista, para atuarem em virtude de uma sociedade mais justa e livre.

Em suma, esta revisão sistemática de literatura sobre a Educação Ambiental Crítica associada à Diversidade e os Temas Geradores, após a análise dos resultados obtidos, nos remete a deduzir a necessidade de investigação nessas temáticas. Sendo, portanto, campo fértil de pesquisa, sustentando novas discussões, eventuais melhorias e contribuições.

REFERÊNCIAS

BARCELOS, V. **Educação Ambiental**: sobre princípios, metodologias e atitudes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. – (coleção Educação Ambiental).

BIBLIOTECA Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD. Disponível em: < <http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em 29 de junho de 2018.

COORDENAÇÃO de Aperfeiçoamento Pessoal em Nível Superior – CAPES. Disponível em: < <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em: 30 de junho de 2018.

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 3. ed. São Paulo; Gaia, 1994.

- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009. 405p.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.
- _____. **Educação e mudança**. 28ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2005.
- _____. **Meio Ambiente e representação social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2007. coleção Questões de nossa época. 87p.
- _____. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo, Paz e Terra, 1997.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.
- _____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. – São Paulo: Atlas, 2008
- KITCHENHAM, B. **Procedures for Performing Systematic Reviews**. Keele UK Keele University- Publisher: Citesser, 33(TR/SE-0401), 28, 2004.
- LOUREIRO, C. F. B. Teoria Crítica. In: FERRARO JÚNIOR., L. A. (Coord.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA/Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 325-332.
- LOUREIRO, C. F. B.; TORRES, J. R., (orgs.). **Educação ambiental: dialogando com Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 2014.
- RAMOS, A.; FARIA, P. M., FARIA, A. Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 17-36, jan./abr. 2014.
- REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense. Coleção primeiros passos. 2006. 62p.
- SAMPAIO, R. F.; MANCINI M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Rev. bras. fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.

TALAMONI, J. L. B. & SAMPAIO, A. C. (Org.) **Educação ambiental:** da prática pedagógica à cidadania. São Paulo: Escrituras Editora, 2003.

TEIXEIRA, C. F. P.; COELHO NETO, J. O uso das tecnologias digitais para o ensino de matemática financeira: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Novas Tecnologias na Educação (RENOTE)**.V. 14, n.2; 2016, p.1-10

O REBANHO ESCOLA SEM PARTIDO SOB UMA HERMENÊUTICA NIETZSCHEANA

Alexandre Luiz Polizel
Mestrando no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática
Universidade Estadual de Londrina
E-mail: alexandre_polizel@hotmail.com

Moises Alves de Oliveira
Professor Doutor do Departamento de Química
Universidade Estadual de Londrina

BASE NACIONAL COMUM E A ESCOLA SEM PARTIDO

RESUMO

Este ensaio tem por objetivo apresentar uma diagnose do presente acerca do rebanho denominado Escola sem Partido, sob analítica Nietzscheana. Utilizo de três personagens conceituais para estruturação de tal analítica: a) Mercadores de valores; b) Moscas peçonhentas e; c) tarântulas. Conjecturo que este rebanho tem como cerne de sua atuação uma “moralidade escrava” e, personificam “moscas peçonhentas” e “tarântulas” no mercado, ao redor dos “mercadores de valores” – que agem como sacerdotes de tal rebanho. Um atuar como moralidade escrava, por pautar-se no *dizer Não* a si, ao outro e a qualquer valor que escape sua espécie – visto sua impotência para com a diversidade de valorações. Os mercadores de valores são os sacerdotes deste rebanho, encontram-se nas redes sociais, nos palcos do legislativo, acessando o poder judiciário, contatando acessórias de imprensa; o performar destes é oferecer: “Comprem a nossa crença” – a crença de combate a uma suposta doutrinação ideológica. As moscas peçonhentas zumbem um barulho insuportável picando, espalhando sua peçonha. Fazem barulho a ponto de que outras vozes não sejam ouvidas, sugam o sangue até cansar o outro, são bajuladoras e lamurientas para agenciar mais membros ao rebanho, em torno de alimentos apodrecidos dos “mercadores de valores”. As tarântulas são as pregadoras de igualdade, que com sua rede buscam manter tudo sob uma “ordem” que permite sua frágil existência a manter-se. O atuar da tarântula é a busca da/na justiça e, para estas, a justiça é uma turbulência de vingança, do revanchismo.

Palavra-chave: Educação. Ensino. Escola sem Partido. Nietzsche. Moralidade escrava.

INTRODUÇÃO

As educações... movimentos de produção de valores, de constructos de territórios voltados às experiencialidades, da formatação do sujeito. Friedrich Nietzsche (2016; 2009; 2004; 1974; POLIZEL, 2017; LAROSSA, 2002) traça sérias críticas a educação de seu tempo, de modo que o projeto pedagógico implantado na modernidade – que recebe forte influência das tecnologias educacionais da idade média – é um modus de endurecer o pensamentos, aprisiona-lo. Projeto pedagógico este que inclina-se na domesticação dos corpos, a massificação, ao agenciamento das vontades dos rebanhos. Um projeto que visa instituir um quadro de referências, que esquece seus erros e as múltiplas singularidades, voltado a legitimação de determinada verdade, uma máscara, e com esta instituir modos de existência passíveis de serem vividos. A medida que delineia modos passíveis de serem vividos, estabelece-se também modos impensáveis, matáveis, desumanizáveis, de modo que a existência destes perturbaria uma norma vigente.

Após eleita, como uma erva daninha, um esforço visceral é realizado na educação para que o quadro de referência alastre-se de maneira antinatural e quantitativa. Antinatural, visto que um conjunto de técnicas, valores e instrumentais são produzidos demandando grande esforço para estrangular o fluxo da vida, da multiplicidade, da pulsão, das vontades – a medida em que o investimento educacional é sob as vontades, busca moldá-la a medida que cria e formata os sujeitos. E é quantitativa, à medida que coloca-se buscando, amplitude e diminuição: o maior número de sujeitos normalizados de acordo com este quadro de referências e, o menor número de modos de pensar dissidentes deste (NIETZSCHE, 2004).

Assim, o campo educacional instaura-se como um território de disputas, conflitos, trações, controvérsias, sobrevivências e obituários, devido a potencialidade de tal espaço na produção, organização, análise e eleição valorações e, assim, de modos de existência validos ou não.

Rebanhos organizam-se ao entorno de seus sacerdotes, via agenciamentos de desejos e renúncias de si, para guerrear. Instituições buscam, domesticar os corpos de modo a fins estéticos, comerciais e utilitários: esteticamente apresentável, útil ao estado e aos sacerdotes e, economicamente viáveis (NIETZSCHE, 2004; 1974).

Religião, Estado, Ciências, Banqueiros... Várias entidades-personagens formam-se, aliam-se e desaliam-se, em suas disputas pelos campos da educação. Entes construídos com força sobre-humanas que sobrevivem por intermédio do caráter educacional da

universalização-especialização dos quadros de referências – e de seu carreamento valorativo das formas de vida. Crítica a educação do século XIX que pode ser utilizada como instrumento de (des)maskamento para os problemas da educação na contemporaneidade.

Tais considerações me impulsionam a leitura de eventos no campo das educações sob um olhar com ressonâncias Nietzscheanas. Para onde volto meu olhar? Ao emergir de um rebanho não tão velho, mas não tão novo: o rebanho Escola sem Partido. O rebanho Escola sem Partido organiza-se e se (auto)identifica em 2004, todavia, por seu caráter estético que apela à ponderações ridículas, merecedoras de escárnio, desmerecedora de atenção, o mesmo não recebe muita atenção.

Sua produção valorativa, seu quadro de referências, passa a aliar-se com outros personagens, outros rebanhos, outras perspectivas – como movimentos “Contra a ideologia de gênero”, “Cristãos pela família”, “Pró-vida, pró-família”, entre outros que unem-se pelo desejo contra uma suposta doutrinação marxista esquerdista nos espaços educacionais apelando a retórica discursiva de 1964 de “Família com Deus pela Liberdade” –, passam a flertar com representantes do legislativo, buscando assim instituir uma política educacional outra, pautada em negatividades: negar direitos ao Outro. São os encontros destes rebanhos que somam-se ao rebanho EsP e, em 2014 o mesmo ganha espaço publicitário e espetaculariza-se – durante as votações dos Planos Nacionais de Educação, que estabelece metas de estratégia política para a educação durante dez anos.

Desde então, o rebanho continua suas investidas buscando alianças jurídico-legislativa para a institucionalização de seus valores e, sua implementação como quadro de referência que guia o projeto educacional contemporâneo. Por pautar-se em uma política do dizer “Não” e na inversão de valores produzidos durante conquistas de rebanhos outros, vê-se uma política educacional voltada ao sacerdócio da moralidade escrava (POLIZEL, 2017; NIETZSCHE, 2009) – aquela que diz “Não” visto sua incapacidade de sobreviver em um mundo regido pela diversidade, pela caoticidade, pela imprevisibilidade, pela vontade de potência que deixa a vida fluir livremente.

Destarte, para além de reconhecer a operação da “Negação” evidente neste rebanho, outros operantes precisam ser diagnosticado, para isto utilizo de três personagens Nietzscheanos para uma interpretação deste fenômeno. Assim, o presente trabalho tem por objetivo apresentar uma diagnose do presente acerca do rebanho (auto)denominado Escola sem

Partido, sob o uso dos personagens-figurações[1]: a) Mercado de valores, b) Moscas peçonhentas; c) Tarântulas. Demarco que esta diagnose é feita com óptica inclinada ao EsP, mas pode fornecer substratos significativos para identificar estes personagens em outros movimentos nos entornos dos projetos educacionais.

Mercadores de valores

A propaganda é o método que sustenta a negação do outro

- Marcia Tiburi

Todo movimentação nos entornos de projetos educacionais são preocupantes, a linha entre domestificar e adestrar seletivamente – ou seja, homogeneizar os corpos ou potencializar nestes uma experimentação de si – é tênue (LARROSA, 2002). Se os valores são inclinados a uma moralidade nobre, que diz “Sim” a si, estabelecendo modos de ser valorados, já são de alta periculosidade – visto que demarcam também modos de ser desvalorizados –, as valorações que tendem a uma moralidade escrava, que precisam dizer não as liberdades, documentos legislativos, epistemes e até mesmo a vida, mostram-se homicidas em potencial (NIETZSCHE, 2009). Desta forma, valorativas pautadas na moralidade, seja nobre ou escrava, atentam contra a vida quando engendrada em quadros educacionais, visto que são estas que estrangulam a vontade, engessar os fluxos que esta possa pulsar.

Neste tocante, ao falar em um projeto educacional pautado em uma moralidade escrava, recomenda-se atenção e desconfiança, visto que esta pauta-se no medo, na impotência, na miséria, na incapacidade de sua sobrevivência. Para o rebanho regido pela moralidade escrava, ela atribui o outro como inimigo para sobreviver visto que a presença deste pode perturbar sua frágil ordem e, como um grito histórico de socorro ela grita “Não” a ele (NIETZSCHE, 2009; 1997).

Assim, o rebanho EsP coloca-se contrário: a) a saberes que o movimento elege como doutrinários ideológicos e alinhados à esquerda – como epistemologias de base (neo)Marxistas, Feministas, Diversidades sexuais, Multiculturalistas, Gramscianas, Freirianas, Bluttlerianas, Deleuzianas, Foucaultianas; b) a itens componentes do Protocolo de São Salvador e da Constituição Brasileira presentes no artigo 206º que garantem o pluralismo de concepções

pedagógicas, coexistência de instituições públicas, da liberdade de ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; c) A pedagogias culturais que atravessam a escola como a presença de “*Drag queens*”, palestrantes internos e material audiovisual que discuta as diversidades étnicas/raciais, sexuais, territoriais, classe, entre outras ‘X’s categorias que conclamam por multiplicidade dos modos de existência (POLIZEL, 2017; POLIZEL, CARVALHO, 2017)...

São variados os apontamentos do rebanho EsP na produção de seu rival, todavia esse inimigo produzido pode estar resumido pelo objetivo: “destruir a *Família*”. Esta família não é uma qualquer, mas uma “*Família tradicional*”, de modo que são entendidas estas as que seguem um padrão de organização nuclear, heteronormativo e cristão – são compostas de um casal com filhos, que não precisa ser heterossexual mas deve estar sob padrões heterossexistas e, que siga doutrinas de valores ligados a frentes católicas ou evangélicas.

Os valores comercializados são as armas para combater o inimigo e manter a existência dos rebanhos convencidos pelos mercadores. O inimigo (re)produzido pelo rebanho EsP não é novo, é (re)inventado no (dis)curso da história e utiliza do mesmo sintagma de rebanhos outros, como por exemplo o rebanho “Família e Deus pela Liberdade”, que durante a ditadura militar (1964-1985) que lutavam contra o “Comunismo que iria destruir a família” ou os rebanhos “Contra a ideologia de gênero” encabeçados por movimentos pastorais a fim de barrar as palavras gênero de planos educacionais e projetos legislativos que visavam incluir direitos às pessoas trans (CARVALHO; POLIZEL, 2017).

Assim, os próprios sacerdotes do rebanho EsP são os mercadores de valores e, como todo mercador estes utilizam do mercado para a venda de seus novos produtos a cada dia. O mercado é praça pública, o local público, de barulho, gritos cômicos e ruídos de moscas peçonhentas. Os valores são oferecidos pelos mercadores de modo que estes demonstram seus produtos por meio de generalizações indevidas e um apelo a continuidade da existência e do avanço, enlouquecem os possíveis compradores arrebanhados e assim convencem (NIETZSCHE, 2016). São os produtores do mesmo valor que cria o problema e para vender os heróis ideais. Os mercadores assim partem para o convencimento, para vender seus heróis, por meio de generalizações indevidas, simulações, dissimulações, negações e esquecimentos (POLIZEL, 2017).

Esse convencimento vem por meio de uma capacidade de negociação, que é típica dos mercadores. Essa negociação é necessária para emaranhar recrutas, pois convencer os clientes

a comprarem seus valores e alistarem-se ao rebanho não é um processo fácil. Assim, para vender seus produtos buscam parcerias no: a) Comércio, com empresas neoliberais interessadas no financiamento e aprovação do projeto; b) Estado, com representantes do legislativo, representantes de bancadas de substrato neoliberais, neofundamentalistas, ruralistas e belicosas, que apresentam projetos de lei – visando proibitivas e coibições, mesmo que apresentadas considerações teórico-científicas sob a inconstitucionalidade destes projetos de lei; c) Religioso, de apoio de vertentes cristãs, católicas e evangélicas, que recrutam vontades de seus rebanhos; e d) Judiciário, por meio de acessos aos instrumentos jurídicos para estabelecimento de censuras e da produção de uma atmosfera do medo do professorado de tornarem-se réus caso tratem temáticas “contundentes” (CARVALHO; POLIZEL; MAIO, 2017; CARVALHO; POLIZEL, 2017; POLIZEL, CARVALHO, 2017).

Essas alianças são o que (re)validam a (re)produção e venda do armamento bélico voltado contra o inimigo produzido pelo rebanho EsP. Valores propagados que não são novos, mas são renovados de acordo com o interesse de cada membro da aliança que compõem este rebanho. O produto-solução precisa assim de boa publicidade, a fim de parecer um valor “novo”, bem como seus inimigos precisam parecer mais fortes. A publicidade é o que confere então o sucesso na venda de seus produtos. E a estratégia de marketing do rebanho EsP, operante pela lógica ressentida e moralidade escrava é o apelo de que: “Nosso modo de existência chegará ao fim se não vencermos este inimigo!”. Ou seja, caso não elimine-se os perturbadores da ordem, travestidos de professores, a existência da “Família tradicional” e dos corpos componentes do rebanho EsP estariam fadados a não existir, por sua impotência de coexistir com o Outro. Assim, o inimigo é indicado como algo que não é novo, é reincidente, encontra-se difuso, oculto, difícil de capturar e assim exige a atenção de todos pois todos *Encontram-se ameaçados constantemente e, podem levar o bote a qualquer momento* (FRIGOTTO, 2017).

Os mercadores divulgam que todos os corpos estão flutuando em um mar rodeado de demônios e precisam do produto vendido por estes mercadores para sua própria sobrevivência – um viver no limbo, em estado de exceção, em periculosidade.

O produto que vende-se para reiterar os “valores” defendidos pelo movimento EsP são: a) A constante vigília do professorado, visto que são possíveis perturbadores da ordem; b) A política do cagete, onde a denúncia é valorizada para que qualquer potencial inimigo seja

eliminado antes de agir; c) Uma nova política educacional pautada em descritores jurídicos-legislativos baseados na negação, ou seja, no dizer “Não”; d) Na proibição-censura de referenciais epistemológicos denunciados como políticos ideológicos – Paulo Freire, Judith Butler, Karl Marx, entre outros; e) Em um currículo como instrumento técnico-burocrático sob uma perspectiva pedagógica de administração e formatação dos corpos via domesticação – produção de animais dóceis, rentáveis, homogêneos e esteticamente “belos”; f) Antinatural, por estrangular vontades de potências plurais nos múltiplos fluxos da vida-criação e, g) Quantitativo, ampliando o número de corpos que seriam regidos pelos valores do rebanho EsP e diminuindo a diversidade de modos de pensar – voltando-se a uma suposta manutenção e estabilidade de normativa social estabelecida pelo quadro de referências do rebanho EsP (POLIZEL, 2017; CARVALHO; POLIZEL; MAIO, 2017; CARVALHO; POLIZEL, 2017; POLIZEL, CARVALHO, 2017; GADOTTI, 2016).

Destarte os mercadores de valores conclamam em audiências públicas, redes sociais, imprensas e espaços educacionais: “Comprem a nossa crença, estamos em perigo, só ela pode nos salvar” – da suposta doutrinação ideológica –, e assim fazem uso retórico ao mesmo tempo que reconhece sua impotência de viver fora de seu quadro de referências que valora sua existência ressentida e sua moralidade escrava (NIETZSCHE, 2009).

Moscas peçonhentas

*Vejo-te cansado das moscas venenosas, vejo-te arranhado e ensanguentado,
e o teu orgulho nem uma só vez se quer encolerizar.*

*Elas desejariam o teu sangue com a maior inocência; as suas almas anêmicas
reclamam sangue e picam com a maior inocência.*

-Friedrich Nietzsche (As moscas em praça pública)

Zaratustra (NIETZSCHE, 2016) é um profeta... Fala sobre passado, presente e futuro. Nestes trâmites Zaratustra apresenta múltiplos personagens: camelos, leões, crianças, víboras, mercadores de valores... Dentre eles apresenta as moscas peçonhentas. As moscas peçonhentas me chamam a atenção para pensar o rebanho EsP, visto um conjunto de características deste personagem: a) Zumbem um barulho insuportável; b) Picam e espalham sua peçonha; c) elogiam e aproximam-se da pele querendo sangue com inocência. A mosca peçonhenta assim

poderia ser lida como uma categoria zoológica, mas é também uma categoria estética e ética, que como o mercador de valores, se manifesta em praça pública. A mosca peçonhenta inocular seu veneno, seus valores doentes – visto que atenta contra a vida –, e também é venenosa, contaminando o ambiente.

Vejo nas manifestações, realizadas na rede social do movimento EsP[2] postagem com diversas negatividades e reatividades, membros do rebanho defendendo a vontade expressada pelo grupo, negando a existência de outros (no sentido epistemológico, estético, ético e ontológico – ou seja, negando saberes outros, aparências outras, escolhas outras e existências outras que não a do rebanho EsP), travando ameaças como símbolo de reatividade ao inimigo construído. Contra Rebanhos vão até esta página e também traça negatividades e reatividades ao rebanho EsP. O mesmo acontece para além do ciberespaço[3], em audiências públicas, palestras e tentativas de debates. Enunciações são trocadas, negativas ou reativamente, e produzem grande barulho, zumbidos, berros e gritos. Assim, a amplitude sonora de todas as enunciações proclamadas em coletivo, dessoam o som, impedem a escuta, matam o diálogo. Esse é o veneno das moscas, sua contaminação é sonora.

Para além da contaminação sonora, as moscas peçonhentas picam os que transitam o espaço público e, ao picar espalham sua peçonha. A peçonha é uma secreção venenosa, ou seja, uma secreção que atenta contra a vida e, assim, dependendo do organismo pode ter diferentes sintomas. Alguns organismos podem beneficiar desta peçonha, como as moscas peçonhentas que usam desta para atentar contra a vida do outro, em seu anseio de sangue, preservando sua sobrevivência a medida que permite-se matar outra. Assim, podemos interpretar a peçonha das moscas peçonhentas como os valores que sustentam este espécime vivo e atuante, valores estes que adoecem os outros e a si mesma. As moscas peçonhentas que voam ao entorno do rebanho EsP mantêm estes vivos à medida que também se mantêm, vivem de seus valores para preservar sua existência, são bajuladores dos sacerdotes pois tem um lugar de privilégio, de nutrição, no entorno das frutas podres que estes mercadores estão vendendo.

Como bons bajuladores, as moscas peçonhentas vão também em busca de outras peles, de modo que sua peçonha pode tornar-se visceral no outro e, transforma-o em mosca peçonhenta também. Outros são contaminados, sentem como sintomas perda de sentido, de vontade, de perspectiva – caem em um ressentimento diferente, pois opera por uma negação de potencialidades, dizem “Não” a potência. Em outros corpos o desejo torna-se o de reagir,

de reatividade, matando moscas, tentando lugar contra elas constantemente – torna este corpo também belicoso e peçonhento.

As moscas peçonhentas que circundam, são produzidas, veiculadas e nutridas pelo rebanho EsP – sejam elas parte deste rebanho ou de um contra rebanho – destilam assim em praça pública sua substância tóxica, que atravessa os corpos e produzem-os como corpos ressentidos, que dizem “Não” a projetos de ensino que não do EsP, “Não” a valores diferentes da constituição desta peçonha, “Não” a uma perspectiva positiva, “Não” a outros modos de existir que não moscas peçonhentas que atentam contra a vida. A peçonha assim é a substância da produção de uma revolta escrava, destacada por Friedrich Nietzsche (2009), como uma inversão de valores produzidos em entraves, guerras, aventuras e conquistas de sujeitos nobres – não demarco aqui a moralidade nobre como algo positivo, todavia pontuo que os valores produzidos na moralidade senhoril são produzidos por meio de um dizer “Sim” a si, a fazer de seus valores virtudes e, na valorização de seus inimigos, mesmo assim a moralidade senhoril também atenta contra a vida, à medida que demarca o modo de existir do outro como menor. O que a moralidade escrava faz, então, é apenas inverter as valorações produzidas pelos senhores, para assim por meio do “Não” valorar sua existência impotente (NIETZSCHE, 2009).

Moscas peçonhentas, neste agir, produzem uma atmosfera de contaminação sonora, impedindo o diálogo por meio de seus zumbidos e barulhos, e também envenenam por meio de suas picadas, negativas e reativas. O rebanho EsP tem reforçado o comportamento que ele considera bom, apresentável esteticamente, o de melhor escolha, aquele que compete a reiterar os costumes eleitos pelo rebanho, todavia estas comunidades fortes e homogêneas tem um problema, são embrutecidas, não flexíveis, endurecem o pensamento e a existência tornando-se moralmente frágeis, de modo que qualquer variedade diferente da sua pode causar feridas (NIETZSCHE, 1997), e esta ferida levar-lhes a extinção. A peçonha funciona, enquanto não confrontar organismos resistentes.

Tarântulas

Bem-vinda tarântula! No teu escuro lombo negreja a característica marca triangular, e eu também sei o que há na tua alma. Em tua alma aninha-se a vingança; onde quer que fiques, forma-se uma crosta negra. A vingança levanta na tua alma torvelinhos de vingança. Assim vos falo em parábola a

vós que levantai torvelinhos na alma, pregadores da igualdade! Vós outros sois, para mim, tarântulas sedentas de secretas vinganças [...] As tarântulas, todavia, compreendem doutra forma. "Justamente quando as tempestades da nossa vingança enchem o mundo, é quando nós dizemos que haja justiça." Assim falam elas entre si.

-Friedrich Nietzsche (Das tarântulas)

Eis um terceiro personagem, o que mais clama por justiça e o mais invejoso: as Tarântulas. As tarântulas vivem escondidas, em suas tocas repletas de teias que buscam a manutenção de uma ordem interna de seu esconderijo. Estas teias garantem sua segurança neste espaço, visto que qualquer toque em sua rede emana sinalizações táteis que mantêm-las informadas de que algo fugiu à ordem. Este é o momento de se proteger ou de dar o bote.

Se as tarântulas vivem em suas tocas, é por sua fragilidade e impotência em um mundo onde outras diversidades orgânicas poderiam facilmente exterminá-las. Assim no reconhecimento de sua vulnerabilidade diante a um mundo das diversidades as tarântulas clamam por “igualdade”. A igualdade para as tarântulas trata-se de uma amplitude e homogeneidade, quase um clamor de “que todos sejam tarântulas”. É este conclamar que leva as tarântulas a clamar por justiça e por manutenção de seus valores, culturas e formas de pensar. Tudo que puder atentar contra a integridade das tarântulas e, for captado em suas redes torna-se passível de ser atacado. Desta forma o que movem as tarântulas são o medo e a vingança, típicas de modalidade escrava e de homens do ressentimento (NIETZSCHE, 2016; 2009).

A lógica das tarântulas assim é uma lógica mais reativa do que negativa, sendo o catalisador a reação a vingança e o ressentimento que atentam contra a vida - tudo em nome da justiça e por vias dela. Destarte, o rebanho EsP não busca apenas o apoio e o instituir-se legislativamente, mas o uso judiciário como meio e justificativa de seu ataque contra o Outro e manutenção de sua existência, como podemos ver nos conteúdos de: a) Modelo de petição inicial contra o cabresto politicamente correto no ENEN[4]; b) Diretor-presidente do Colégio Bandeirantes é condenado por dano moral[5]; c) Modelo de notificação extrajudicial como arma para família[6]; d) Planeje sua denúncia[7], e) Flagrando o doutrinador[8].

Neste tocante, as tarântulas apelam para casos em que tiveram parecer favorável na justiça e, apela também a notificações extrajudiciais – sem valor legal mas que de senso de seguridade judiciária –, a prescrições para análise das condutas no espaço escolar, guias para

análise de condutas de professores que mostrem-se potenciais deturpadores dos valores vendidos pelos mercadores do rebanho EsP, e manuais para organizar *modus* de denunciar (POLIZEL, 2017; POLIZEL; CARVALHO, 2017). A relação jurídico-legislativa com as tarântulas, são então o estabelecimento de redes, sendo redes no sentido de associação de atores sociais e, também, redes no sentido da produção de um mecanismo de vigília-captura que permita as tarântulas ressentidas no identificar e atacar os Outros.

Esta rede precisa então se fixar e, fixa-se nos membros do rebanho. Os agenciados assim passam a carregar consigo um fio, sendo convidados a vigília constante da manifestação da possível ameaça e, no reportar qualquer manifestação que possa ser categorizada como ameaça (CARVALHO; POLIZEL, 2017; CARVALHO; POLIZEL; MAIO, 2017; POLIZEL; CARVALHO, 2017). As tarântulas precisam identificar as ameaças para reagir a estas, elas não têm capacidade de ação, elas são apenas reativas e, só reagem aquilo que perturba sua norma, seus valores, sua ordem vigente instaurada pelo quadro de referência que ela mesma construiu.

Visto que a toca das tarântulas têm o diâmetro de acordo com as bases de fixação da sua rede, quanto maior o rebanho EsP, maior o diâmetro de sua toca e, maior a potencialidade de vigília e ataque sob os Outros, visto que o mecanismo de vigília-captura tem mais olhos voltados aos Outros. Esta teia é parte constituinte do corpo da tarântula e, quanto mais membros, maior o eixo de captação, bem como maior a turbulência e atiçamento em sua vontade de vingança. O projeto assim recrutar aliados, vigia e ataca, enraivecidos pela vontade de vingança. É esta vontade de vingança que é seu mote, é seu ressentimento, que vinga-se dizendo “Não” ao Outro. As tarântulas são invejosas, ressentidas, atiçadas pela vingança e são representações da gula – alimentam-se da vida – da vida do outro e, até mesmo da vida de suas iguais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste manuscrito considero alguns movimentos do rebanho Escola sem Partido, ensaio o atuar de três personagens que emergem e manifestam-se no entorno e internamente a este rebanho: Mercadores de valores, moscas peçonhentas e as tarântulas.

Os mercadores de valores, sujeitos que desenvolvem alianças, negociações, produzem inimigos, ameaças, sensações, crises, bem como o produto necessário para sanar toda esta

problemática. A mercadoria que está à venda são os valores necessários para o rebanho de moralidade escrava, de virtudes ressentidas continuam existindo diante a sua impotência e o medo de ser consumido pelo inimigo. Produto que não é novo em relação ao vendido pelo movimento ditatorial “Famílias com Deus pela liberdade”, mas que vem renovado, com alianças jurídico-legislativas, comerciais e religiosas e, nesta aliança são produzidos novos sentidos. O produto-solução vendido pelos mercadores de valores do rebanho EsP é a aprovação de seu projeto de lei, cunhado sob preceitos neo fundamentalistas, o inimigo vendido juntamente com este produto é a construção de professores como membros possivelmente deturpadores da ordem e assim “destruidores da família”. Seu produto é criado por meio do dizer “Não” e inverter valores que outros grupos criaram.

As moscas peçonhentas são outro personagem, que operam sob dois movimentos: a) com uma contaminação sonora do ambiente, zumbindo, fazendo barulho, gritando e matando o diálogo e, b) com um envenenamento visceral do Outro, buscando catequizá-lo à sua peçonha a(valores) adoecedores, atacá-lo, negá-lo ou reagir ressentimento para com este. A mosca peçonhenta não se aquieta se não converte, fere ou ressentido o Outro.

As tarântulas atuam por meio do desejo de homogeneização (juntamente com mercadores e moscas peçonhentas), da produção de redes – sendo estas redes alianças e também de mecanismo de vigília-captura – e de instigação a vingança. São estas que clamam a mecanismos jurídico-legislativos para instituir sua existência como verdade-lei e, de punir, amedrontar e acusar o outro.

Assim, apresento estes três personagens como instrumentais para diagnose do presente do atuar do rebanho EsP, todavia reconheço que estes podem ser lidos de outra forma e, outros personagens podem ser utilizados como chaves hermenêuticas para olhar para o movimento – como fiz anteriormente colocando em cena os personagens “Neurótico” e “Canalha” (POLIZEL, 2017). Destarte o presente manuscrito traça (des)considerações e, também convida a outros personagens serem utilizados para a leitura deste fenômeno.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Fabiana Aparecida de; POLIZEL, Alexandre Luiz. Biopolíticas da negação ao gênero e ao feminismo no movimento escola sem partido. In: **Anais do 13º Mundo de**

mulheres & 11º Seminário Internacional Fazendo Gênero, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017, p. 1-12

CARVALHO, Fabiana Aparecida de; POLIZEL, Alexandre Luiz; MAIO, Eliane Rose. Uma escola sem partido: discursividade, currículos e movimentos sociais. **Rev. Semina: Ciências sociais e humanas**, v. 37, n. 2, 2017, p. 193-210.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: LPP, 2017, p. 17-34

GADOTTI, Moacir. A escola cidadã frente à “Escola sem Partido”. In: Ação Educativa (Org). **A ideologia do movimento escola sem partido: 20 autores desmontam o discurso**. Ação Educativa: São Paulo, 2016, p.149-160

LAROSSA, Jorge. **Nietzsche & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002

NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém**. Porto Alegre: L&PM, 2016.

_____. **Genealogia da moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

_____. **Escritos sobre Educação**. Tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004

_____. **Obras incompletas**. São Paulo: Abril Cultural, 1974

POLIZEL, Alexandre Luiz. Escola sem partido operante: negações, generalizações e esquecimentos? In: **Anais do VI Seminário Integrado de Pesquisa em Ciências Sociais & XXVIII Semana de Ciências Sociais**, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017, p. 370-382

POLIZEL, Alexandre Luiz; CARVALHO, Fabiana Aparecida de. Um currículo do medo e da raiva: o instaurar de uma cultura de delação e de ódio pelo movimento Escola sem Partido. In: **Anais do 7º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educações & 4º Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação**, Universidade Luterana do Brasil, 2017, p.

ANÁLISE CRÍTICA DA TEMÁTICA SEXUALIDADES EM LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS DO PNLD PARA USO EM UMA ESCOLA ESTADUAL

Zaffani Borges, Matheus
Mestrando em Educação para a Ciência – UNESP / Bauru
Licenciado em Ciências Biológicas – UENP/CJ
zaffani.borges@unesp.br

Martinez, Flavia Wegrzyn Magrinelli
Doutoranda em Educação – UEPG/Ponta Grossa
Professora do Colegiado de Pedagogia – UENP/CJ
fwmartinez@uenp.edu.br

EIXO 3 – FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES, CURRÍCULO, GÊNERO E SEXUALIDADE

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar sob perspectiva crítica o conteúdo referente à temática de sexualidades nos livros didáticos disponíveis para as(os) professoras de Ciências, do Ensino Fundamental – Anos Finais, de uma escola estadual do norte pioneiro do Paraná. As fontes dos dados foram unidades ou capítulos de 10 livros didáticos de Ciências no acervo da biblioteca da escola, para serem usados nos anos letivos de 2017 a 2019. Esta pesquisa fundamenta-se teórico-metodologicamente no materialismo histórico-dialético (cf. LESSA; TONET, 2011; PIRES, 1997). Os dados foram coletados em caderno de campo no mês de agosto do ano de 2016, analisados segundo esse método, e alocados em categorias de análise. Os resultados revelam não haver silenciamento total da temática; alguns livros reproduziam abordagens biologicistas; a maior parte dos livros analisados tinha abordagem biopsicossocial, mas com discussão rasa e/ou incompleta de seus assuntos, compreensões imediatas e soluções pontuais; e nenhum livro didático seguia uma abordagem verdadeiramente crítica e emancipatória. Notório, também, foi encontrar conceituações erradas, distorcidas e/ou preconceituosas. Estes resultados corroboram a necessidade de movimentar professoras(es) para um ato educativo contra hegemônico, como ao repensar a elaboração, escolha e uso do livro didático, em vistas a abordar os conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos de forma crítica, inclusive os referentes às sexualidades – para os quais defendemos a Educação em Sexualidades Crítica (BIANCON, 2016; BORGES, 2017) –, entendendo estes como inerentes ao alcance de uma humanização mais plena, à emancipação e à busca pela transformação do modo de civilização atual.

Palavras-chave: Educação em Sexualidades Crítica. Livros didáticos do PNLD. Materialismo histórico-dialético. Pedagogia histórico-crítica.

INTRODUÇÃO

A cada três (3) anos, os livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) utilizados em escolas públicas são atualizados. Usualmente e idealmente, são as(os) professoras(es) de cada disciplina de cada escola que analisam as opções de diferentes editoras e escolhem os materiais que utilizarão.

No momento atual em que se discute a elaboração de um currículo em nível federal para a educação básica, Biancon, Maia e Costa (2014, p. 191) entendem “ser importante refletir sobre a questão do livro didático e seu papel na dinâmica pedagógica”. Afinal, compreendendo a educação nas suas relações condicionadas e condicionantes com a sociedade (SAVIANI, 2008), o livro didático exerce um papel muito importante no contexto escolar, devendo ser entendido como um produto cultural dotado de um elevado grau de complexidade, portador de um sistema de valores, de uma ideologia (CARVALHO NETO, 2015). Ele “organiza em seu discurso um conjunto de regras e proposições, considerado o mais adequado para o ensino e aprendizagem de uma disciplina escolar” (PINTO, 2009, p. 62), segundo alguma linha teórica pedagógica. Assim, o livro didático está longe de ser uma produção neutra (PINTO, 2009). Conforme seus pressupostos e objetivos, pode caracterizar-se uma sistematização do conhecimento escolar, um mediador da prática pedagógica, ou um instrumento de controle (CARVALHO NETO, 2015). Por outras palavras, um livro didático pode reproduzir o *status-quo* ou ser elemento transformador.

As pedagogias preocupadas com a reivindicação da essência da educação, com a humanização e com a transformação social são as denominadas críticas, como é o exemplo da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) (cf. SAVIANI, 2008; 2013), que defendemos como possibilidade de organização teórica para a revolução da classe trabalhadora. A PHC é fundamentada no materialismo histórico-dialético (MHD) (cf. LESSA; TONET, 2011), que é aqui nosso referencial teórico-metodológico. Assim, é necessário ressaltar que o livro didático se apresenta na atividade educativa como produto do modo de produção capitalista (PANIAGO, 2014), carregando sua lógica. Desse modo, os critérios, pressupostos e objetivos que a(o) professora(or) tem em mente ao escolher livros didáticos e utilizá-los em sala de aula devem ser uma questão presente na formação docente. Este processo pensado criticamente é importante para a(o) professora(or) agir como “intelectual orgânico” (GRAMSCI, 1978). O livro didático, para a PHC, segundo Carvalho Neto (2015), deve estimular docentes e discente à descoberta e uso de novos recursos, através de sugestões múltiplas e ricas, fugindo de um

enunciado fechado e conclusivo; deve considerar a cultura popular para ascender, por superação, à cultura elaborada; e as atividades nele propostas devem inserir discentes na análise da realidade concreta.

Com estes pressupostos, preocupou-se em realizar uma análise de livros didáticos. Fazendo um recorte para tornar a pesquisa possível, atentou-se – entre as diversas questões na educação, em geral, e no livro didático, em particular, que carecem maior estudo crítico – à temática de sexualidades. As sexualidades configuram “uma das áreas centrais da vida dos seres humanos” (BIANCON; MAIA; COSTA, 2014, p. 192) e tratar sobre este assunto é essencial para o autoconhecimento, formação de personalidade e socialização (BIANCON; MAIA, 2014). A seleção da temática justifica-se, ainda, por também ser uma questão dentro das relações sociais dialeticamente determinada, tendo passado, na história – e ainda hoje passa –, por diversas opressões na política, economia, educação, etc. A inserção da temática na educação foi resultado de lutas sociais a longo prazo. Um marco dessa inserção no Brasil é o documento “Orientação Sexual” dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que adotou a temática como transversal, em 1997, fazendo-se importante, mas também recebendo duras críticas (DA SILVA, 2015). Historicamente, a educação sexual tem caráter biologicista, higienista e normativo, e essa prática ainda se vê presente nas escolas hoje, quando a temática não sofre silenciamento (BIANCON, 2016). A temática de sexualidades é entendida, neste estudo, a partir da Educação em Sexualidades Crítica (ESC) (BIANCON, 2016; BORGES, 2017), isto é, no âmbito da PHC e, portanto, fundamentada no MHD, destarte corroborando nossa posição teórico-metodológica para entender e analisar os livros didáticos.

Enfocando agora a temática de sexualidades nos livros didáticos, Biancon, Maia e Costa (2014) denunciam a presença de muitos erros conceituais sem consonância com as pesquisas e os conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos atualizados. Da Silva (2015), ao analisar, com fundamentos na PHC, o polêmico documento “Orientação Sexual” dos PCNs, constatou que ele corrobora teorias pedagógicas acrílicas e teóricas psicológicas pseudocientíficas, o que se configura em uma inversão na compreensão da realidade. Ele contém definições vagas. Dá maior ênfase na responsabilidade do que no prazer da sexualidade, tendo isso uma função normativa. Defende a subjetividade do tema; orienta a que não se entre em conflito com os valores de cada família, legitimando ideias machistas e misóginas por valores religiosos, por exemplo; abre espaço para que a(o) estudante se ausente das aulas. Isso, entre outros pontos

que esvaziam o currículo, empobrecem a educação escolar e atendem apenas a necessidades imediatas e interesses econômicos (DA SILVA, 2015).

Ante o exposto, surgiram algumas questões que nortearam nossa pesquisa: a temática de sexualidades está presente nos livros didáticos de Ciências do PNLD? Como é abordada? Que orientações sobre a temática o livro didático sugere/impõe à(ao) professora(or)?

O objetivo foi analisar sob perspectiva crítica o conteúdo referente à temática de sexualidades nos livros didáticos disponíveis para as(os) professoras(es) de Ciências, do Ensino Fundamental – Anos Finais, de uma escola estadual do norte pioneiro do Paraná.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se na abordagem qualitativa, natureza básica, caráter descritivo, e desenvolveu-se sob forma de análise documental (cf. GERHARDT; SILVEIRA, 2009; FLICK, 2009), no decorrer do ano de 2016.

As fontes dos dados foram livros didáticos do PNLD incluídos no acervo da biblioteca de uma escola pública do norte pioneiro do Paraná, acessados durante as atividades de Estágio Supervisionado Obrigatório que duraram de abril a novembro de 2016. Os livros em questão eram exemplares de várias editoras, de várias áreas do conhecimento e de vários anos de escolaridade básica, para escolha pelas(os) professoras(es) da escola a serem usados nos anos letivos de 2017 a 2019. Para a pesquisa, delimitaram-se os livros de Ciências do Ensino Fundamental – Anos Finais, que totalizaram dez (10) exemplares. O Quadro 1 apresenta-os:

Quadro 1 – Amostra dos livros didáticos selecionados para análise
LIVROS DIDÁTICOS DO PNLD ANALISADOS
AGUILAR, João Batista. Para Viver Juntos: Ciências Da Natureza. 4 Ed, 8º ano. São Paulo: Edições SM, 2015
CARNEVALLE, Maíra Rosa. Projeto Araribá: Ciências 8. 4 Ed. São Paulo: Ed Moderna, 2014

DO CANTO, Eduardo Leite. Ciências Naturais: Aprendendo Com o Cotidiano. V. 2 (7º ano), 5. Ed, São Paulo: Editora Moderna, 2015
GEWANDSZNAJDER, Fernando. Projeto Teláris: Ciências 8. 2 Ed. São Paulo: Ática, 2015
GOWDAK, Demetrio Ossowski. Ciências - Novo Pensar, 8º ano. 2 Ed. São Paulo: FTD, 2015
LOPES, Sônia. Investigar e conhecer: Ciências da natureza, 8º ano. 1 Ed. São Paulo: Saraiva, 2015
PASSOS, Eduardo. Tempo de Ciências 9. 2 Ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2015
PEREIRA, Ana Maria. Projeto Apoema: Ciências 8. 2 Ed. São Paulo: Ed. do Brasil, 2015
TRIVELLATO JUNIOR, José et al. Ciências 8º ano. 1 Ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2015
USBERCO, João. Companhia das Ciências, 8º ano. 4 Ed. São Paulo: Saraiva, 2015
Fonte: as(os) autoras(es)

Nestes, o recorte para a análise definido foram os capítulos que tratassem da temática de sexualidades, buscando-se averiguar os conteúdos apresentados e como é a abordagem da temática, se é que esta estava presente. Por se tratarem de edições destinadas a professoras(es), os livros continham anexos com orientações para cada capítulo, que também foram levadas em conta. Utilizaram-se oito (8) horas-aula no mês de agosto de 2016 para a leitura e levantamento de dados dos livros, que foram coletados em caderno de campo.

Para a análise, usou-se o método do materialismo histórico-dialético (MHD), que se caracteriza pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida em sociedade (PIRES, 1997), permitindo percorrer uma análise da realidade concreta e objetiva, sem fragmentá-la, com as relações do indivíduo e a sociedade com base no momento histórico e social vigente, alcançando a sua superação (PIRES, 1997; TOZONI-REIS, 2008). Suchodolski, citado por Wojnar (2010), afirma que só o MHD pode refletir a realidade de um modo verdadeiramente fiel e organizar a atividade humana de um modo correto e, com isso, organizar também a educação humana. Este método, na atividade educativa, em geral, e em específico nesta pesquisa, no analisar e escolher livros didáticos para uso na sala de aula, é um possível caminho para compreender a educação e a realidade na sua totalidade.

ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

Nesta pesquisa, coletaram-se dos livros selecionados dados sintéticos sobre os conteúdos apresentados referentes à temática de sexualidades, e sobre as orientações para professoras(es) associados ao conteúdo, através de uma leitura flutuante. Estes dados foram analisados criticamente a fim de caracterizar a abordagem da temática e as orientações em cada livro. Com base no referencial teórico, a partir das análises, emergiram quatro (4) categorias de análise, conforme descritas no Quadro 2, a seguir:

Quadro 2 – Categorias de análise	
CATEGORIA	DESCRIÇÃO
<u>Silenciamento</u>	O conteúdo de sexualidades não é abordado, sequer nos seus aspectos biológicos (anatomia, fisiologia, reprodução, genética, saúde, etc.).
<u>Abordagem biologicista e imediata</u>	O conteúdo reduz-se (majoritariamente ou exclusivamente) a aspectos biológicos e higienistas. Pode mencionar algumas questões sociais e as diversidades, ou omiti-las. Orientações podem ser fechadas, diretivas (ou não). O tema e/ou a educação são entendidos de forma imediata, ignorando os condicionantes sociais, apresentando (ou não) propostas pontuais. Assim, corrobora a lógica conservadora e marginalizante que atende ao capitalismo.
<u>Abordagem biopsicossocial e imediata</u>	Apresenta aspectos biopsicossociais das sexualidades, afirma e inclui a diversidade, tangenciando uma visão ‘emancipatória’. As orientações são abertas, como sugestões. O tema e/ou a educação podem ser entendidos (ou não) pelos condicionantes sociais, mas apresenta soluções para as problemáticas de forma pontual, imediata, sem um viés verdadeiramente transformador. Assim, acaba por também reproduzir (ao não enfrentar) a lógica conservadora e marginalizante que atende ao capitalismo.
<u>Abordagem biopsicossocial e mediata</u> <u>(crítica e emancipatória)</u>	Apresenta os aspectos biopsicossociais das sexualidades, trazendo conhecimentos elaborados que constituem ferramentas culturais para a humanização. Afirma e inclui as diversidades, vendo os grupos sociais marginalizados dentro da classe trabalhadora oprimida. Entende as determinações sociais dialeticamente. As orientações são abertas, com sugestões múltiplas e ricas. Teoria e prática são articuladas e permitem ascender à realidade concreta, qualificar práticas sociais e instrumentalizar transformações. Assim, aproxima-se dos pressupostos e objetivos de uma educação crítica e emancipatória, como a ESC, visando soluções mediatas, buscando superar problemas pela raiz.

Fonte: as(os) autoras(es)

Em diante, apresentaremos a análise de cada livro.

O livro de Aguilar (2015) destina-se ao oitavo ano e contém o capítulo “Sexualidade, Reprodução e Genética”. Nele, a temática está apresentada para além de aspectos biológicos, havendo vários aspectos biopsicossociais. Destacamos que o autor define sexualidade de acordo a Organização Mundial da Saúde (OMS): “não só aspectos biológicos, mas também elementos culturais, afetivos e sociais”. Discorre sobre sexo biológico, gênero e orientação sexual (que são algumas das dimensões das sexualidades que a ESC aborda). Menciona papel sexual, “desejos mutáveis”. Afirmas as diversidades. Compara a questão cultural das cores azul e rosa, discute estereótipos e preconceitos de gênero no trabalho. Discute homofobia e o programa “Brasil Sem Homofobia”. Em contramão, de negativo – segundo nossa proposta –, ao mencionar relações sexuais, apenas enfoca relações heteroafetivas e comenta que o orgasmo feminino é “mais dificilmente alcançado”, corrompendo assim sua abordagem afirmativa e inclusiva ao tender a um discurso heteronormativo e machista.

Além destas questões, apresenta fisiologia, reprodução, métodos cirúrgicos de esterilização; alerta sobre câncer de mama e o autoexame; discorre sobre ejaculação precoce; lista DSTs, contatos com risco de infecção e contatos seguros; e finaliza com genética. Estes são os conteúdos biológicos das sexualidades que se criticam quando a abordagem se limita a eles, mas não se exclui sua importância – afinal trata-se de um livro de Ciências.

Nas orientações a professoras(es), o livro sugere leituras complementares. Apela ao “respeito” das “diferentes preferências sexuais” [sic]. Diz ser importante “reduzir” o preconceito [sic]. Fala de gays, HSH [homens de qualquer orientação sexual que fazem sexo com homens], travestis, homofobia, transfobia. E comenta que o “HIV é mais vulnerável” nesses grupos de pessoas [sic]. Portanto, de um lado, não demonstra orientações fechadas e impositivas; adiciona interessantes conceitos e discussões progressistas da temática, como os HSH, embora dependerão da(o) professora(or) mencioná-las, pois estudantes não terão acesso ao anexo de orientações. Por outro lado, na escrita, desvela o senso comum preconceituoso cristalizado historicamente no discurso das pessoas, ao denominar incorretamente as orientações sexuais/afetivas de “preferências”, e ao reproduzir uma fala da medicina, na qual

LGBT+ “são mais vulneráveis a HIV” do que heterossexuais, que se baseia numa estatística descontextualizada e reproduz preconceitos.

O livro, portanto, aloca-se na categoria de abordagem biopsicossocial e imediata, pois não silencia o tema, não se reduz ao biologicismo, mas não elabora sobre os condicionantes sociais, e parece tratar dos problemas de gênero/sexualidades de forma imediata (quando diz que “existe” preconceito e que se precisa “reduzi-lo”, por exemplo).

O livro de Carnevalle (2014) destina-se ao oitavo ano. Na sua unidade “Adolescência e reprodução humana”, destaca-se que se inicia propondo um trabalho de grupo sobre “Diversidade e preconceito”, apresentando textos sobre diversidades sociais, porém, contraditoriamente, estes não incluem diversidades de sexualidades. O conteúdo abrange adolescência, mudanças físicas e hormonais; discorre sobre os sistemas genitais ao lado de imagens de cortes anatômicos apenas esquemáticas; fecundação, gestação, parto; métodos contraceptivos, DSTs. Sobre Aids, apresenta longo texto sobre a história de jovens homossexuais, o que abre margens para uma falsa associação exclusiva entre Aids e homossexualidade. Em texto distanciado, fala sobre “sexualidade e homofobia”, contando relatos em que se problematizam as discriminações de gênero/sexualidades e de soropositivas(os) na escola, por parte de estudantes e professoras(es). Uma charge distanciado do conteúdo problematiza a opressão e controle social, mas o livro perde oportunidade de orientar ao entendimento dessas questões. Ao fim do capítulo, em letras pequenas, como observação, indica à(ao) professora(or) que discuta sexo biológico (“homem e mulher”), gênero (“masculino e feminino”), orientação sexual, identidade de gênero, explicados depois em duas linhas. Nos anexos de orientações a docentes, nada se destaca.

Assim, este livro encaixa-se na categoria de abordagem biopsicossocial e imediata, já que no conteúdo, os aspectos biológicos são majoritários, mas não exclusivos, embora a organização do livro torne secundária discutir sobre a comunidade LGBT+: só é sugerido em nota; fora isso, a comunidade só é mencionada associada a DSTs/Aids. A inclusão, para o livro, parece resumir-se a *respeitar* a condição de saúde de uma pessoa soropositiva, o que é importante, mas reduz LGBT+ a pessoas que constantemente ‘*lidam*’ com suas sexualidades associadas a ‘problemas’, ao invés de defender que *vivam* suas naturais sexualidades de forma plena. Assim, a diversidade e inclusão não está silenciada, mas aparece ‘marginalizada’ no conteúdo. Embora haja presença de uma charge importante para debater-se criticamente a

sociedade, as questões de sexualidade e outras questões sociais trazidas não explicitam seus condicionantes, e os problemas e soluções são mostrados de forma imediata.

No livro de Do Canto (2015), para o sétimo ano, inclui-se o capítulo intitulado “A reprodução humana. Sexo, saúde e sociedade”. A temática, nele, está presente somente nos aspectos biológicos: reprodução e saúde. Trata da fisiologia dos órgãos reprodutores, gravidez “desejada” e “indesejada” [sic], anticoncepcionais e DSTs/Aids. As imagens de órgãos genitais apresentadas destacam-se por serem ilustrações simplistas que se distanciam do real. No dissertar dos textos, chama atenção o tratamento de “menino e menina”, na escrita, assim discriminadamente, que poderia visar problematizar o machismo na linguagem textual (como fazemos neste presente trabalho), contudo, mais parece ter função de dicotomizar a vivência biológica e social das sexualidades entre gêneros, entendidos sob visão binária. O conteúdo nada menciona sobre a comunidade LGBT+. E o livro não apresenta orientações para professoras(es) sobre o conteúdo.

Destarte, este livro integra a categoria de abordagem biologicista e imediata, por reduzir o tema a aspectos biológicos, higienistas e normativos. A exemplo, quando não se menciona LGBT+, acaba-se reproduzindo a cisnormatividade e heteronormatividade. Ainda, o livro não explicita um entendimento dos condicionantes sociais e apenas discute soluções imediatas para os problemas abordados (“gravidez indesejada”, DSTs).

O livro de Gewandsznajder (2015) destina-se ao oitavo ano. No seu capítulo “Sexo e reprodução”, a temática está presente quase exclusivamente sobre os aspectos biológicos. Aborda os sistemas reprodutores, gravidez, DSTs, métodos contraceptivos. Dentro destes métodos, destaca-se a apresentação da “abstinência periódica”. Questões para além do biológico estão inerentes em uma discussão sobre o aborto, sobre o qual o autor define a posição da igreja católica (contra), a posição a favor, a posição da legislação brasileira à data (“permitido quando não houver meio de salvar a gestante ou em caso de estupro”) e um breve comentário que pode fazer entender o seu posicionamento: se as pessoas tivessem “mais acesso à informação, educação, anticoncepcional, saúde, etc., poderiam planejar melhor”. Nas orientações a docentes, destaca-se que apenas menciona o documento “Orientação Sexual” dos PCNs, que em termos vai além da visão biologicista, mas tem várias incoerências (DA SILVA, 2015). Não menciona outras dimensões das sexualidades humanas nem a diversidade de

sexualidades. Ante o discutido, este livro segue a categoria de abordagem biologicista e imediata, omitindo as importantes questões biopsicossociais das sexualidades.

O livro didático de Gowdak (2015), do oitavo ano, com o capítulo “Reprodução, desenvolvimento e hereditariedade”, apresenta conteúdo de sexualidades centrado em aspectos biológicos: anatomia e fisiologia dos órgãos reprodutivos, fecundação, gestação, parto, anticoncepcionais, DSTs, aborto. Defende a “educação sexual”, “porque [estudantes] não estão preparados econômica, social ou emocionalmente”, para socializar conhecimentos sobre gravidez e DSTs, demarcando mais a concepção de educação sexual biologicista e higienista. Notou-se uma comum associação que abre espaço para distorções do conhecimento científico e preconceitos: o autor afirma que “Aids é causada por HIV”, sem explicitar melhor sobre o assunto, por exemplo explicitar que portar o vírus HIV não implica diretamente em desenvolver a síndrome Aids. Nas orientações a professoras(es), cita a comunidade LGBTQ+ e as dimensões biopsicossociais das sexualidades, em indicações para atividades, com sugestão de livros. Novamente, aspectos importantes das sexualidades que dizem respeito à comunidade oprimida socialmente são omitidos do conteúdo primário, reduzindo-os a sugestões para as(os) professoras(es).

Ainda que este livro penda em parte para a abordagem biopsicossocial das sexualidades, foi categorizado na abordagem biologicista e imediata, porque não explicita entendimento dos condicionantes sociais e porque, ao secundarizar os aspectos biopsicossociais, reproduz a visão biologicista, higienista e normativa.

O livro didático de Lopes (2015), para o oitavo ano, contém o capítulo “Reprodução humana”. Seu conteúdo, além dos aspectos biológicos usuais (anatomia, fisiologia, reprodução), traz ênfase à diversidade: apela ao “respeito” de gênero, cor, religião, classe social. Um grande título destaca o assunto “Diversidade sexual”, porém em componente estrutural fora do texto primário do conteúdo. Menciona a homossexualidade, bissexualidade, diversidade nas famílias, turmas, amigos, etc. Para ele, importa “entender” a diversidade sexual (em vez de *incluir*). Apesar de mencionar, não explica essas dimensões das sexualidades. Nas orientações para professoras(es), apresenta texto sobre a dimensão de identidade de gênero, abordando geneticamente a “transexualidade”, a legislação e sua marginalização. Nesse contexto, o livro tem abordagem biopsicossocial e imediata, já que os aspectos biopsicossociais e os condicionantes sociais marcam breve presença.

O livro didático de Passos (2015) destina-se ao nono ano. O conteúdo do seu capítulo “Hereditariedade e sexualidade” inicia-se listando tipos de reprodução dos seres vivos para depois focar na humana: questões genéticas e fisiológicas da puberdade, fecundação, gravidez, parto, amamentação, métodos contraceptivos, DSTs. Destacam-se alguns textos de casos fictícios da vida de jovens cisgêneros e heterossexuais, omitindo as(os) LGBT+.

Nas orientações para professoras(es), apenas, um texto nomeado “Homossexualidade no ambiente escolar” retrata o molde cultural aos gêneros biológicos. Define homossexuais como “machos com orientação feminina ou fêmeas que adotam comportamento masculino” [sic]. Comenta que o preconceito vem de informações erradas repassadas por gerações, pensamento alienado, sendo que as concepções pessoais diferem nas famílias conforme sua religião, política etc. Afirma que a homossexualidade não é algo novo, foi provada ser orientação e não opção; “já se nasce assim”. Defende que escolas precisam se adequar a essas questões dando subsídio para se pensar o mundo contemporâneo; “Somente assim a homofobia futuramente poderá ser olhada por todos como algo repugnante”.

Em suma, o livro fica categorizado, então, na abordagem biopsicossocial e imediata. Traz questões importantes, mas que apontamos que podiam ser aprofundadas e podiam integrar o conteúdo primário do capítulo, não apenas os anexos.

No livro didático de Pereira (2015), do oitavo ano, está presente o capítulo “Sexualidade e vida”. Ele é introduzido com a orientação sexual humana, sendo que é indicado que a(o) professora(or) não limite a abordagem ao que está no livro e que não exclua outros assuntos pertinentes aos interesses das(os) estudantes. Não menciona quais orientações sexuais existem. Continua com bullying, fisiologia, reprodução, saúde e genética. Discorre sobre ereção, masturbação, tabus, corpo e autoimagem: assuntos que entendemos serem muito relevantes. Nas orientações a professoras(es) anexas, destacam-se sugestões de leituras e a referência a documentos governamentais brasileiros. Portanto, o livro tem abordagem biopsicossocial e imediata, por não omitir, mas não aprofundar questões biopsicossociais e os condicionantes nas relações sociais.

O livro didático de Trivellato Junior e colaboradoras(es) (2015) destina-se ao oitavo ano. No decorrer do conteúdo dos capítulos “Desenvolvimento e puberdade” e “Maturidade e reprodução”, o enfoque é biologicista: puberdade e suas mudanças fisiológicas, reprodução, amamentação, DSTs. Inclui a história da invenção camisinha, na qual afirma que “Aids é DST”,

distorcendo o conhecimento científico. Já nas orientações a professoras(es), sugere relacionar a “Orientação Sexual” dos PCNs ao conteúdo do capítulo, tratando sobre sexualidade, posturas, crenças, tabus, valores, defendendo visões diferentes das visões da família, defendendo ser ótima oportunidade para discutir papéis sociais, igualdade dos sexos, risco de gravidez, erotização em filmes e mídia afins, planejamento familiar, métodos anticoncepcionais, “entre outros temas de interesse” das(os) estudantes. A abordagem do livro categoriza-se, assim, uma abordagem biopsicossocial e imediata, pois é majoritariamente biologicista, mas, nas orientações, menciona e defende algumas questões biopsicossociais, superando em partes a abordagem biologicista.

No livro didático de Usberco (2015), para o oitavo ano, o capítulo “A função da reprodução e a sexualidade”, aborda de início o trabalho infantil/adolescente. Sobre a adolescência e fisiologia, enfatiza que o amadurecimento é marcado também por questões psicológicas e culturais, e a presença do assunto de ginecomastia é marcante. Abrange os papéis sexuais, discorrendo sobre a mulher na atualidade, a violência e a lei Maria da Penha. Continua com reprodução, aborto, DSTs, métodos contraceptivos, impotência sexual, inseminação artificial. Distorcidamente, afirma que “Aids é uma síndrome provocada pelo HIV”. Não há menção de outras dimensões da sexualidade, nem da comunidade LGBTQ+. Nas orientações para professoras(es), destaca-se apenas a defesa de se abrir na sala de aula espaço para estudantes tirarem dúvidas anonimamente. Em análise, este livro aproxima-se da abordagem biopsicossocial e imediata, pois muitas questões biopsicossociais sobre a temática de sexualidades estão omissas, mas são importantes as discussões do trabalho explorado e do feminismo, assim como são relevantes algumas questões biológicas diferentes apresentadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise dos livros, notou-se que há diferentes estruturações do conteúdo de Ciências que leva a temática de sexualidades a estar em diferentes anos de escolaridade: sétima, oitava ou nona. Em particular, nesta amostra, dos 10 livros, 1 vez a temática esteve no volume do sétimo ano, 8 vezes no do oitavo ano e 1 vez no do nono ano. Quanto ao conteúdo em si, os aspectos biológicos das sexualidades estão sempre presentes, como esperado para o livro de Ciências, e seguem praticamente os mesmos assuntos; já outros aspectos, os biopsicossociais, nem sempre estão presentes e, quando estão, é em parte e superficialmente. Quanto às

orientações a professoras(es), do que se analisou pelas orientações para os capítulos da temática selecionada, em nenhum livro faziam-se presentes diretivas fechadas e impostas. Quanto às categorizações, o Quadro 3, a seguir, resume as alocações dos livros analisados:

Quadro 3 – Categorização das abordagens dos 10 livros analisados		
CATEGORIA	LIVROS	TOTAL
<u>Silenciamento</u>	(nenhum categorizado)	0
<u>Abordagem biologicista e imediata</u>	Do Canto (2015); Gewandsznajder (2015); Gowdak (2015)	3
<u>Abordagem biopsicossocial e imediata</u>	Aguilar (2015); Carnevalle (2014); Lopes (2015); Passos (2015); Pereira (2015); Trivellato Junior et al (2015); Usberco (2015)	7
<u>Abordagem biopsicossocial e mediata (crítica e emancipatória)</u>	(nenhum categorizado)	0
Fonte: as(os) autoras(es)		

Com a categorização feita, temos, então, que a temática de sexualidades, nos aspectos biológicos, psicológicos e/ou sociais, não está totalmente silenciada nos livros analisados, pois na categoria Silenciamento nenhum livro (0) foi alocado. A temática apresenta-se, no mínimo, de forma exclusivamente ou majoritariamente biologicista, com leves pinceladas de outros vieses, que aparecem principalmente por demandas legais, em formato de sugestão ou menção; essa descrição corresponde aos livros categorizados com Abordagem biologicista e imediata (3). A maioria dos livros analisados (7) integrou a categoria de Abordagem biopsicossocial e imediata, onde as questões biopsicossociais marcavam presença, discorridas ou superficialmente ou com certa ênfase, mas sempre de forma imediata, apontando soluções pontuais para as problemáticas sociais referentes a sexualidades. Entendemos que estes livros nessa categoria se aproximam das demandas dos PCNs, que tendem a uma visão afirmativa e inclusiva das diversidades, mas com incoerências na sua teoria que levam a ações paliativas (DA SILVA, 2015). Já em relação à Abordagem biopsicossocial e mediata (crítica e

emancipatória), nenhum livro foi alocado nesta categoria (0), contribuindo para reafirmar que os livros do PNLD e a educação básica pública não têm verdadeiramente se preocupado em socializar os conhecimentos na sua forma mais elaborada, nem se preocupado com a temática de sexualidades e outras questões sociais, no sentido de resolver problemas pela raiz e buscar uma sociedade justa, igualitária e sustentável.

Com os resultados obtidos, verifica-se o que Paniago (2014) afirmou: o que os livros didáticos apresentam como conhecimento, nem sequer se aproxima do que podemos considerar como conhecimento socialmente produzido e historicamente acumulado. Foi alarmante encontrar informações desqualificadas e preconceituosas, com a pesquisa. Os resultados aproximam-se em alguns pontos e diferem-se em outros do estudo de Biancon, Maia e Costa (2014). Compreendemos que os conteúdos apresentados são insuficientes para formar uma(um) jovem para uma adolescência saudável ou vida sexual saudável, quanto muito para elevá-la(o) à consciência filosófica e qualificar sua prática social.

O que se verifica são amenização dos problemas através de políticas públicas e ações progressistas paliativas, que camuflam a realidade e os condicionantes sociais, visam consenso e minimização da luta de classes (BIANCON; MAIA; COSTA, 2014). Se não permitem a compreensão na totalidade, não emancipam, não quebram o *status-quo*, e por consequente reproduzem lógicas que atendem aos interesses econômicos conservadores, alienantes e opressores do capitalismo.

Destarte, preocupando-se com as problemáticas socioambientais que se vivem neste modo de sociedade, defende-se a necessidade de trabalhar a temática de sexualidades (entre várias outras) de forma crítica na formação de professoras(es), para que seu ato educativo seja qualificado e objetivado à superação do modo de produção, no âmbito da educação. Inclui-se aqui que docentes saibam selecionar, rejeitar e utilizar livros didáticos criticamente, munindo-se de saberes científicos, artísticos e filosóficos – abrangendo o que toca às sexualidades e em geral – que deverão sistematizar e socializar na escola básica pública. Assim, o ato educativo deve produzir a humanidade nos indivíduos através desses conhecimentos elaborados (SAVIANI, 2013), o que permite qualificar a prática social das(os) estudantes, tomando-a como ponto de partida e ponto de chegada de um movimento de práxis, elevando-as(os) à criticidade, à emancipação e à busca da transformação social.

Com essa premissa, defendemos o respaldo na Educação em Sexualidades Crítica (BIANCON, 2016; BORGES, 2017) para abordar a temática de sexualidades – assim como a PHC para qualquer outra temática – em todo contexto escolar, incluindo no livro didático. Sendo que esta articulação das sexualidades com a teoria crítica está em desenvolvimento, este estudo importou para apontar necessidades, em específico, na escolha e na elaboração de livros didáticos com fundamentação no MHD, pensando no apoio sistematizado para professoras(es) e no material de estudo que as(os) estudantes acessem. O livro didático não deve valer por si só, mas, quando tiver ênfase no ensino e/ou no aprendizado, que tenha essa fundamentação voltada para a superação radical do modo de vida atual.

Durante a realização da pesquisa, a escolha das(os) professoras(es) para uso nas aulas de Ciências da escola em que se pesquisou foi a coleção das obras de Gewandsznajder (2015), em que se inclui o livro do oitavo ano aqui analisado. Embora não se tenha acesso à informação de como a coleção aborda outros conteúdos, nem se as(os) professoras(es) irão usar exclusivamente este livro, nem como farão uso do livro didático, a partir da análise feita na temática de sexualidades, o livro de Gewandsznajder (2015) apresentou abordagem enraizada no biologicismo, com fraca menção (quem dirá afirmação e inclusão) das diversas formas de vivenciar, expressar-se e satisfazer-se afetiva e sexualmente, o que não trava um embate com o *status-quo* conservador, machista, LGBTfóbico; logo, corrobora-o. Esta pesquisa não se esgota aqui, mas abre possibilidades de novas discussões sobre a temática.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, J. B. **Para Viver Juntos: Ciências Da Natureza**. 4. ed, 8º ano. São Paulo: Edições SM, 2015.

BIANCON, M. L. **Educação em Sexualidades Crítica: formação continuada de professoras(es) com fundamentos na Pedagogia Histórico-Crítica**. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência e a Matemática). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

_____; MAIA, J. S. da S. (Orgs). **Educação das Relações de Gênero e sexualidades: reflexões contemporâneas**. 1. ed. Curitiba: Appris Editora, 2014.

_____.; MAIA, J. S. da S.; COSTA, P. C. F. A diversidade sexual: uma análise dos livros didáticos encontrados em duas escolas estaduais de um município do norte do Paraná. In BIANCON, M. L.; MAIA, J. S. da S. (Orgs). **Educação das Relações de Gênero e sexualidades: reflexões contemporâneas**. 1. ed. Curitiba: Appris Editora, 2014.

BORGES, M. Z. **Educação em Sexualidades Crítica**: uma experiência em uma escola pública do norte pioneiro do Paraná. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Ciências Biológicas) – Universidade Estadual do Norte do Paraná. Jacarezinho-PR, 2017.

_____; BIANCON, M. L.; MAIA, J. S. da S. **Educação em sexualidades crítica**: intervenções do PIBID. In: DA SILVA, R. D.; HUMMEL, E. I.; DE OLIVEIRA JUNIOR, I. B. **Educação, sexualidade e diversidades**: Políticas públicas educacionais - avanços ou retrocessos? Londrina: Syntagma, 2017, pp. 52-66.

CARNEVALLE, M. R. **Projeto Araribá**: Ciências 8. 4. ed. São Paulo: Ed. Moderna, 2014.

CARVALHO NETO, E. R. G. O livro didático e as teorias pedagógicas. **HOLOS**, v. 6, p. 402-414, 2015.

DA SILVA, M. M. Pedagogia histórico-crítica e sexualidade na educação escolar: considerações a partir da análise do tema “orientação sexual” nos parâmetros curriculares nacionais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 7, n. 1, p. 78-88, 2015.

DO CANTO, E. L. **Ciências Naturais: Aprendendo Com o Cotidiano**. v. 2 (7º ano), 5. ed, São Paulo: Editora Moderna, 2015.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GEWANDSZNAJDER, F. **Projeto Teláris**: Ciências 8. 2. ed. São Paulo: Ática, 2015.

GOWDAK, D. O. **Ciências - Novo Pensar, 8º ano**. 2. ed. São Paulo: FTD, 2015.

GRAMSCI, A. **A concepção dialética da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. Editora Expressão Popular. São Paulo: 2011.

LOPES, S. **Investigar e conhecer**: Ciências da natureza, 8º ano. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

PANIAGO, M. L. A utilização do “livro” didático na sociedade do capital. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 14, n. 60, p. 95-114, 2015.

PASSOS, E. **Tempo de Ciências 8**. 2 Ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2015.

PEREIRA, A. M. **Projeto Apoema**: Ciências 8. 2. ed. São Paulo: Ed. do Brasil, 2015.

PINTO, N. B. Um estudo histórico sobre o uso dos livros didáticos de matemática. **Revista HISTEDBR On-line**, n. 34, p. 95-114, 2009.

PIRES, M. F. de C. O materialismo histórico-dialético e a educação. **Interface – Comunic., Saúde, Educ. UNESP**, v. 1, n. 1, 1997. p. 83-94.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 40 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013

TOZONI-REIS, M. F. de C. **A pesquisa e a produção de conhecimentos**. Caderno de Formação, Formação de professores: Educação, Cultura e Desenvolvimento, v.03, UNIVESP. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

TRIVELLATO JUNIOR, J.; TRIVELLATO, S. L. F.; MOTOKANE, M. T.; LISBOA, J. C. F.; KANTOR, C. A. **Ciências 8º ano**. 1. ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2015

USBERCO, J. **Companhia das Ciências, 8º ano**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

WOJNAR, I. **Bogdan Suchodolski (Coleção Educadores)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

ISABEL CERRUTI NAS PÁGINAS DO JORNAL ANARQUISTA *A PLEBE* – AÇÕES, TEORIAS E PREOCUPAÇÕES (1917 – 1934)

Rachid, Pedro
Discente do Curso de Graduação em História
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ
pedrorachidacademico@gmail.com

DIVERSIDADE E MOVIMENTOS SOCIAIS

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo evidenciar o desenvolvimento da teoria anarquista, os discursos e articulações propostos pela militante anarquista Isabel Cerruti no jornal *A Plebe*, entre os anos de 1917 e 1934. As mulheres anarquistas, desde sua chegada Brasil, ao final do século XIX, buscam contribuir, tanto com os homens, com o desenvolvimento da revolução social e utilizam como um dos meios mais fortes de propaganda os jornais e as revistas libertárias. Entretanto, existe um enfoque maior das pesquisas relacionadas às mulheres anarquistas inscritas na análise de opressão de gênero, do amor e emancipação feminina que pode conduzir os meios acadêmicos, militante ou sociais ao pensamento de que as mulheres escrevem apenas sobre as questões femininas. O intuito deste artigo, portanto, é evidenciar à prática de Isabel Cerruti no jornal *A Plebe* no que tange aos seus discursos não relacionados a questão feminina e, ao mesmo tempo, contribuir com a História do Anarquismo e das Mulheres enfatizando uma mulher anarquista pouco estudada.

Palavras-chave: Isabel Cerruti. *A Plebe*. Teoria. Anarquismo. Jornal.

INTRODUÇÃO

O anarquismo desembarca no Brasil ao final do século XIX com a chegada dos imigrantes europeus para substituir a mão-de-obra escrava pelo trabalho assalariado no campo. Entretanto, esses imigrantes espanhóis, portugueses, alemães e, principalmente, italianos, se deslocam para os centros urbanizados – devido ao trabalho degradante no campo brasileiro – e industrializados e passam a trabalhar nas fábricas de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, etc formando os primeiros sindicatos no Brasil.

Corresponde o anarquismo a uma experiência histórica extensa de mais de 150 anos que influenciou e se desenvolveu no seio dos movimentos das classes oprimidas em todo

mundo, devido ao fortalecimento do capitalismo e do Estado⁸. Segundo Errico Malatesta⁹, o anarquismo pretende chegar à sociedade autogestionada, federalista, igualitária e libertária, de forma que a propriedade seja socializada. Assumindo estes objetivos, constroem-se estrategicamente as táticas a serem utilizadas afirmando a necessidade de uma força social classista e combativa organizada por meio de sindicatos revolucionários, associações de estudantes, ligas camponesas, agrupamentos de desempregados, etc:

1.º - Abolição da propriedade (capitalista ou estatal) da terra, das matérias-primas e dos instrumentos de trabalho, para que ninguém tenha meios de explorar o trabalho dos outros [...] 2.º — Abolição do Estado e de qualquer poder que faça leis para impô-las aos outros [...] 3.º — Organização da vida social por iniciativa das associações livres e das livres federações de produtores e consumidores, criadas e modificadas conforme à vontade de seus componentes guiadas pela ciência e pela experiência e libertos de toda obrigação que não se origine da necessidade natural [...] 4.º — A todos serão garantidos os meios de vida, de desenvolvimento, de bem-estar, particularmente às crianças e a todos os que sejam incapazes de prover à própria subsistência. 5.º — Guerra a todos os preconceitos religiosos e a todas as mentiras, mesmo que se ocultem sob o manto da ciência. 6.º — [...] Abolição das fronteiras, confraternização de todos os povos. 7.º — Libertação da família de todas as peias, de tal modo que ela resulte da prática do amor, livre de toda influência estatal ou religiosa e da opressão econômica ou física. (MALATESTA, 1903)

De forma que a conjunção entre os operários e operárias e o anarquismo desde o início do século XX no Brasil gravou marcas profundas no operariado brasileiro e, principalmente no jornalismo operário que o utilizavam como meio de propaganda. Segundo Maria Nazareth Ferreira (1988), existiam cerca de 343 títulos de imprensa operária durante o último quarto do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

Dentre os jornais anarquistas que circulavam nas primeiras décadas do século XX destaca-se o jornal *A Plebe* que teve seu primeiro número publicado em junho de 1917, sendo o maior veiculador de propaganda e articulação da Greve Geral de 1917 que se iniciou em São Paulo e se espalhou por todo o Brasil. Presente, também, durante a ascensão de Getúlio Vargas e o golpe do Estado Novo, e posteriormente, durante a reconfiguração da democracia liberal burguesa, com o fim do Estado Novo, até 1951 em sua última publicação.

O presente trabalho, portanto, tem como um de seus objetivos analisar as ideias, ações e articulações da vertente anarquista no jornal *A Plebe* entre 1917 e 1934. Entretanto, visando

⁸ “O que é anarquismo?” in *Socialismo Libertário*, n.3, 2017.

⁹ Dentre os maiores influenciadores no anarquismo no Brasil no período, como Mikhail Bakunin, Piotr Kropotkin, Emma Goldman, Louise Michael

contribuir também com a História do Anarquismo e das Mulheres, que são agentes intrinsecamente ligadas à propaganda pela Revolução Social durante o período. Segundo Samanta Mendes Colhado (2010) para as mulheres anarquistas:

[...] O anarquismo [...] é a possibilidade de luta e expressão última de sua libertação: se a construção da individualidade, tão importante para os anarquistas, como já o vimos, se dá em sua vida coletiva, em seu contato com outros indivíduos e através da vida em comunidade, não há como construir uma liberdade real para a mulher se isso não ocorrer com a comunidade de indivíduos que a cerca, sejam eles homens, mulheres, homossexuais, enfim... [...]Portanto, as anarquistas não lutaram somente pela incorporação da mulher na sociedade tal como se organizava no momento presente da sua luta, requerendo para si direitos civis e políticos (direito ao voto e a serem candidatas), como o fizeram as feministas sufragistas ou liberais; também não lutaram para conquistar superioridade com relação ao homem, mas sim questionaram a sociedade em todas as suas bases – econômicas, políticas, sociais, culturais e morais – lutando por uma transformação radical dessas bases através da construção de uma comunidade de indivíduos livres e solidários entre si. Em sua propaganda anárquica, em suas peças teatrais, na educação libertária e nas greves levaram sua mensagem também para os homens, buscando a libertação interna (da moral burguesa) e externa (das instituições políticas e econômicas) para todos e a derrubada do Estado e das classes sociais, assim como da religião – esses sim os verdadeiros inimigos da libertação da mulher. (MENDES, 2010)

. Contudo, não tem como objetivo identificar ou analisar as concepções das mulheres anarquistas quanto à emancipação feminina, opressões de gênero, sexualidade, educação, e religiosidade, pois existem mulheres que produzem ou produziram em seus coletivos, teses, livros e estudos vasto material sobre esses temas, como Samanta Colhado Mendes (2010), Marisa Fernandes (2003), Feltrin, Batista, Becker (2018), Edilene Toledo (2004), Luiza Margareth Rago (1985), Liane Peters Richter (1998), entre outras.

Em contraponto, a leitura e análise do jornal *A Plebe* e a pesquisa sobre as mulheres anarquistas e suas práticas políticas projetam, devido à grande quantidade de publicações sobre os temas supracitados, no imaginário social do campo acadêmico e militante contemporâneo, segundo Pierre Bourdieu (1977) e Bronislaw Bakso (1985), a ideia de que as mulheres anarquistas do período estudado advogam, quase tão somente, sobre as questões relacionadas à emancipação feminina.

Sendo poucos artigos vinculados que construam narrativas desvinculadas dessa questão e possam contribuir, portanto, no debate dessas mulheres como construtoras de narrativas políticas, econômicas e sociais, de conhecimento científico e militante. De modo que seja possível inserir na história do anarquismo e na historiografia a importância da mulher

anarquista e operária, mas não somente¹⁰ como objeto de estudo a partir da sexualidade e gênero, mas também de aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais de significação a toda classe trabalhadora. Não obstante, para evidenciar a correspondência entre os objetivos, a leitura do jornal *A Plebe* permitiu a análise de uma militante anarquista pouco estudada e pouco comentada dentre aqueles e aquelas que se propõem a estudar a História do Anarquismo, Isabel Cerruti.

METODOLOGIA

O jornais anarquistas e a imprensa operária contemplam, segundo Fernando Strogen (2017), uma fonte historiográfica e de análise que contribui com a construção da história do movimento dos trabalhadores, do jornalismo, do anarquismo e as lutas sociais desempenhadas por eles. A análise dos artigos de Isabel Cerruti no jornal *A Plebe*, da qual era grande colaboradora, é contemplada de maneira qualitativa e em pequena escala quantitativa também, de forma que dentre 1917 e 1935 Cerruti colabora assiduamente nos anos de: 1917, 1919 1921, 1933, 1934 e 1935. Foram analisados, portanto, para elaboração deste trabalho, cerca de 132 números entre 1917 e 1934 que podem ser encontrados em acervos digitais como do MIA, CEPEN, CPDOC e CCSP, e também, em maior e melhor qualidade e/ou escala nos acervos físicos dos mesmo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente artigo apresenta diferentes resultados em sua construção e discussões a cerca do tema levantado. Desde o seu início, para definir quem era mais especificamente Isabel Cerruti, suas contribuições para o anarquismo e para a luta das mulheres no Brasil, ao final que encontra-se a problemática dela como uma militante anarquista que utiliza do jornal *A Plebe* para tecer as suas considerações. Estas que fogem do escopo do gênero, amor livre, matriarcado, religião, educação e se coloca como proponente de temáticas como trabalho, solidariedade, repressão policial, miséria, luta proletária, saúde, filosofia, economia, geopolítica, psicologia, história.

¹⁰ É importante destacar que ainda que não procure analisar as considerações dessas mulheres a partir da ótica do gênero e sexualidade, as ações (sejam quais forem) e construções dessas mulheres estão imersas, incondicionalmente, a sua experiência quanto ao patriarcado, machismo e opressão de gênero

Isabel Cerruti, dessa forma, é uma mulher anarquista brasileira, que reside no centro de São Paulo, como indica o artigo *Boas Festas*¹¹, e professora, segundo Lúcia Silva Parra (2014), e contribuiu na formação do Centro informativo Feminino (1922) e na Liga Feminina Internacional, entre outros coletivos e em diversos comícios, conferências, homenagens, enterros, protestos, segundo Mabel Dias (2003).

Isabel Cerruti, que também assinava como Iza Ruti e Isa Ruti, junto ao seu companheiro Américo Cerruti,, no recém-criado jornal *A Plebe*, escreve o artigo *Solidariedade por intermédio D'A Plebe*¹², no dia 21 de julho de 1917, em que enaltecem o movimento grevista que estava se desenvolvendo e, principalmente, em solidariedade às suas vítimas. Posteriormente, no mês de agosto, faz suas considerações sobre a Greve Geral de 1917, no qual ela expressa dois sentimentos, o de piedade e indignação.

Em face dos acontecimentos há pouco desenrolados, senti um mixto de indignação e piedade. De indignação, principalmente, pela maneira despótica com que aqueles que entende ser o senhores do mundo tentaram suffocar o movimento de justiça em que se lançaram os operários. [...]Essa procedimento não coustitue, aliás, uma novidade, razão pelo não nos surpreendeu, pois o que se verifica em toda a parte: para os famintos que ousarem pedir pão existem balas! [...] Vendo que se tratava de um caso serio, pois o movimento ia intensificando-se cada vez mais e sabendo bem de quanto é capaz a massa acoestado pela fome, fingiu-se seu amigo e ao mesmo tempo affirmava justificar o movimento, verberava o procedimento dos exaltados[...] Direito alheio? Mas qual direito os ineffaveis senhores se referem? Ao direito do trabalhador ou ao direito do capitalista? [...] O verdadeiro direito, senhores, está com o primeiro, com o trabalhador [...] Como todos aquelles que pretendem fazer o “o direito alheio”, bem sabeis que garantido a polícia o trabalho aos traidores, impede a victoria do direito operário, cujos esforços prejudica em detrimento de suas aspirações.[...] Saibam os plumitivos melindrados em sua mentalidade burguesa que a verdadeira incitadora, a má conselheira das massa oprimidas é a fome, - a grande anarchica e revolucionária, que neste momento anda pelo mundo, qual o novo ante-Christo, pregando as novas doutrinas e impelindo as multidões redentoras à rebelião. (CERRUTI, 1917)¹³

Cerruti se indigna com a repressão à Greve Geral, pois, para ela, o Estado coloca-se próximo ao povo afirmando terem reivindicações justas e, ao mesmo tempo, o oprime e pune com a polícia e os soldados, pois não considera justa a forma como reivindicam alegando que

¹¹ “Boas festas”, ISA RUTI, *A Plebe*, 30 de dezembro de 1933, nova fase, n. 52.

¹² “Solidariedade por intermédio “d’A Plebe””. ISABEL CERRUTI e AMERICO CERRUTI. *A Plebe*, São Paulo, 21 de julho de 1917, ano I, num. 06.

¹³ “A Gréve – A propósito da atitude do grande orgam – Propaganda que se impõe’. ISABEL CERRUTI. *A Plebe*. São Paulo, 4 de agosto de 1917, ano I, número 8.

os trabalhadores ultrapassavam o Direito alheio. A problemática do direito, é feita de maneira na qual conclui e relativiza o Direito do Trabalhador e o Direito do Capitalista, insinuando um “direitos, para quem?” projetando que o “direito alheio” é fundamentado no direito à propriedade e impossibilita a real liberdade dos trabalhadores e trabalhadoras. Dessa forma, para Cerruti, é justa a agressividade dos trabalhadores em resistência em prol da ‘real’ liberdade.

Publicou também um artigo extremamente interessante intitulado *Ligeiros Confrontos*¹⁴ publicado em 30 de setembro de 1917, no qual propõe pequenos confrontos divididos em duas partes. Na primeira, contempla choques entre a teoria anarquista que “manda demolir o que é velho...que manda destruir o conjunto dos males sociais” e a teoria clerical e a legislativa “que manda destruir o que é novo...vão contra os princípios da natureza”, e concluí como subversiva, na verdade a teoria capitalista e não a anarquista como é dita pela classe dominante. Numa segunda parte advoga contra o determinismo social e darwinismo social professado pelas religiões, estados e empresários, promovendo um discurso que “[...]varra os senhores os escravos de sob a terra. Notem bem, os ‘senhores paulistas: de sobre a terra, ou seja de Todo o universo [...] a verdadeira theoria anarchista não poderia ter vida só no Brasil” num debate sobre o internacionalismo, um dos princípios básicos do anarquismo (e do socialismo em si).

Desenvolvia temas em que salientava a preocupação com o operariado, principalmente psicológicas, quanto ao suicídio por falta de trabalho e desemprego devido lógica burguesa que impede os operários de trabalhar, pois já há excesso na mão de obra de reserva. E estando sem trabalho, se aventuram na noite e a lei, para os que transitam a noite, para os pobres, bêbados e desempregado funciona como um ordem. A lógica da individualidade, indicada no artigo intitulado *Resenha de uma operária – A Lógica Burguesa – Os apuros do pária sem sorte*, publicado no dia 21 de outubro de 1917, constrói a lógica burguesa que impede a solidariedade e fomenta o egoísmo entre homens, forçando aqueles e aquelas que não possuem condições de sobreviver por si só a suicidar-se ou morrer de fome.

Ainda há poucos dias a chronica dos diários narraram o facto de um desesperado matar a mulher e quatro filho, e suicidar-se em seguida. Resolveu ele, assim, a tua situação de sem crédito e ameaçado de despejo pelo senhorio da casa que lhe era indispensável para o seu abrigo [...] Factos dessa natureza aconteceu a meúdo. E assim, vemos

¹⁴ “Ligeiros confrontos”, ISA RUTI, *A Plebe*, 30 de setembro de 1917, ano I, num. 15.

velhos e moços saudáveis suicidarem-se por não encontrarem trabalho. (RUTI, 1917)¹⁵

A problemática da Questão Social era bastante difundida entre a classe política dominante e os trabalhadores, constituindo temas de diversos debates, ações e repercussão internacional. Em 29 de março de março junto a diversos outros colaboradores do jornal *A Plebe*, Isabel Cerruti escreve acerca de Ruy Barbosa e a Questão Social, criticando principalmente a tentativa dele de se aproximar dos trabalhadores com o objetivo de minar a organização autônoma do operariado e construir um pacto de classes nacional baseado na misericórdia e na caridade. Portanto, denunciando a atitude do Presidente da República para como os trabalhadores e trabalhadoras:

Ruy Barbosa começa a acariciar os trabalhadores!... O Estado publicou o colossal discurso em que sua exc. Se refere, num tom pungente, aos operários, como a pedir misericórdia [...] Que desplante! A não se o princípio de “caridade”, que é o sustentáculo das duas classes sociais é eu, por isso, é muito natural que visse o sr. Ruy Barbosa sempre ao seu lado, tudo o mais... é ‘ninhada de ratos’ [...] No presente, os operários não gostam de quem fala muito em deus... porque de deus lhes advieram todos os sofrimentos através dos séculos. Agora querem-n’o desterrar para livremente poderem cantar ‘Paz na terra aos homens de bom vontade’ (RUTI, 1919)¹⁶

À *Margem de uma conferência operária*, publicado no dia 26 de abril de 1919, assinala uma narrativa interessante na qual expõe uma visita que fizera ao Theatro Municipal para ouvir um comício de Ruy Barbosa em que apresenta trechos de conversas que escutou durante o momento. Conversas que, assinala ela mesma como ‘Então, caros leitores, ouvi ou não ouvi coisas interessantes?’, contemplam falas da burguesia nacional, do operariado, de mulheres e, principalmente, exibindo a visão dos mesmos e a completitude de seus pensamentos.

Em outro grupo ouvi uma mulher que dizia:

- Pouco se me dava para ouvir o ‘caduco’; o que eu queria era ver o teatro; quando passo por aqui, dá-me vontade de entrar; há de ser uma beleza por dentro, não Nhã-nhã? Que pena! Hoje que estava franqueado ao povo, não se pode entrar! ...

- Porque não vem uma noite, quando tem companhia, comadre? – perguntou um velhote de barba hisuta.

-Ih, compadre, nem fale! A gente mal ganha para comer: agora vamos pensar em teatro? Teatro é só para gente rica!

- Depois, Sinhasinha disse que não deixam entrar quem não vem em traje de rigor...

¹⁵ “Resenha de uma operária – A lógica burguesa – Os apuros do pária sem sorte’, ISA RUTI, *A Plebe*, 21 de outubro de 1917, ano I, num. 18

¹⁶ “Atenção, plebeus!”, IZA RUTI, *A Plebe*, 29 de março de 1917, ano II, num 6.

- Que quer traje de rir? – indagou uma mocinha de ar ingênuo
- Traje de rigor, explicou alguém, é andarem as mulheres com as ‘mamelas’ à mostra!
- Credo, minha nossa senhora! E os homens?
- Os homens...ora os homens têm o cérebro mais pezado que o das mulheres, ouviram? A deusa vaidade nada arranja com eles...
- O que enche de indignação a gente, repoz um apagão anthipático, é pensar que esse majestoso edifício que ahí está custou o dinheiro de todos e só aquelles canalhas é que se deliciam. (RUTI, 1919)¹⁷

Interessante observar a última fala que se destaca, junto à primeira e à terceira. São assinaladas, nesses momentos, as perspectivas do proletariado e a visão de Cerruti quanto a necessidade que a cultura e os espaços de cultura têm para o povo. As jornadas de trabalho, a crise econômica, o afastamento dos trabalhadores na relação centro-periferia, a não-educação, a higienização e a repressão aos trabalhadores e trabalhadoras, comportam essa fala que indica relações com os temas a cima. Também, importante destacar que a modernidade que busca-se no Brasil, com grandes edifícios, grandes e largas avenidas, construída pelas mãos dos trabalhadores e trabalhadoras, com seus impostos e suor, é proibitiva a eles, como expõe o ‘rapagão anthipatico’ na narrativa de Cerruti.

A assiduidade das publicações, por conta da perseguição, e expulsão e sumiços de anarquistas, na década de 1920, tornou-se dificultosa, sendo possível encontrar números organizados apenas entre 1917 e 1923; entre 1924 e 1930 a cronologia é esparsa, devido a prisão de importantes anarquistas deste período, a dificuldade se organizar e à crise política que se instalava no Brasil. O jornal *A Plebe* reaparece em nova fase, no dia 19 de novembro de 1932, e também, Isabel Cerruti volta a enviar suas considerações, denúncias e articulações ao jornal.

Em 1933, entre outros, Cerruti escreve em 26 de dezembro (mas publicado pelo *A Plebe* em 30 de dezembro), o artigo *Boas Festas* em que crítica a miséria proveniente da sociedade capitalista respaldada na sua visão pós-Natal daquele ano. Narrando uma cena que vira da janela de sua moradia em que duas crianças engraxates recolheriam e repartiriam uma fatia de bolo deixada por um cachorro proveniente de um de seus vizinhos “quanto lares sem pão, e quantas crianças haverá hoje que se sentiriam felizes com essa fatia de bolo que esse irracional bem tratado despresou na rua” (RUTI, 1933). A crítica as organizações filantrópicas ligadas às religião e conclamando a organização e revolta dos trabalhadores em prol ao Direito de Todos e, principalmente, em defesa das crianças:

¹⁷ “À margem de uma conferência”, ISA RUTI, *A Plebe*, 26 de abril de 1919, ano II, num. 10.

Qual! O problema da miséria é insolúvel dentro da sociedade burguesa. Só mesmo quando os miseráveis se decidirem fazer justiça por suas mãos, estabelecendo o direito de todos, trabalhar e gosar à farta o produto todo do trabalho -: tecto, alimentação e roupa – do bom e do melhor para todos, é que a infância será de fato garantida em seus direitos: instrução, alimentação, folguedos, gulodices e brinquedos, para todas sem distinção. (RUTI, 1933)

Acerca da geopolítica mundial *A Plebe* traz em suas publicações diversos números, artigos e traduções de cartas, textos, construções de análises de conjuntura e aponta durante seus anos de existência, considerações sobre a condições dos trabalhadores em países como União Soviética, Estados Unidos, Síria, Espanha, Argentina, Ucrânia, México, entre outros países. Para os anarquistas, quanto à União Soviética, por exemplo, a vanguarda socialista num revolução poderia criar um novo regime de lesa-sociedade ao manter a universalidade do direito contra os oponentes do governo ditatorial, segundo Edson Passeti (2017). Isabel Cerruti, nesse caso, escreve um artigo intitulado *Previsões do Mundo- Perigo da Hegemonia Russa*¹⁸, em abril de 1934, que expõe suas considerações acerca do nacionalismo e imperialismo russo, no que tange ao processo de sujeitar os povos às vontades do Partido Comunista e como isto incidiria sobre os indivíduos comunistas brasileiros alinhados ao PCB

Disse à esses camaradas do meu ponto de vista pessoal!: - de um possível erro em que incorrêssemos ao utilizarmo-nos da Rússia para servir ao frontispício de todas as nossas questões como símbolo ou como uma divisa sagrada. [...] Os camaradas comunistas, entretanto, não querem concordar com o que parece mais lógico aos que se batem pela causa do trabalhadores: Devemos fazer obra exclusivamente proletária ao invés de fazer propaganda nacionalista. [...] A minha previsão de mundo, pelo que observo – das manobras políticas da Rússia, com os seus tratados até com o Vaticano, seus preparativos militares convencendo o seu povo inerme da necessidade de se preparar militarmente e se armar até o extremo, com os mais engenhos processos e maquinarias de guerra, para mim, anarquista desde os meus verdes nãoos de mocidade é que a Rússia com essa tática “proletária”, não obedece a outro escopo que o de futuramente exercer a sua hegemonia sobre os demais países. [...] É em possível que de todas essas táticas da Rússia, admirada pelos seus idolatras comunistas, resulte o seu domínio universal e daí advenha o grande sindicato do capitalismo unido sob uma única bandeira com a esfinge da foice e do martelo, apontando o dever para os trabalhadores e o direito para os senhores. (CERRUTI, 1934)

¹⁸ “Previsões do mundo – perigos da hegemonia da Rússia”, ISABEL CERRUTI, *A Plebe*, 28 de abril de 1934, nova fase, ano II, num. 61.

Em 28 de junho de 1934, Isabel Cerrutti, envia para *A Plebe* um de seus textos mais interessantes e o último encontrado nos acervos do CEDEM, CPDOC, CCSP, MIA, intitulado *Não há religião superior à verdade*¹⁹ no qual tece uma reflexão acerca da “verdade”. Nesta reflexão, afirma que a ‘verdade’ não é fator imposto e imutável, mas sim que a verdade surge a partir das crenças de uma época para então se transformar numa nova verdade numa outra época. Logo, a “verdade”, que estaria nas mãos dos teósofos, espíritas, socialistas, comunistas e anarquistas, no que tange à sociologia, ao mesmo tempo, não carregaria nenhum deles toda a carga da verdade, pois ela não é estática.

Mas a verdade, quem há de proclamar? Onde está, de fato, onde se esconde, onde paira essa coisa tão prestigiosa e tão aspirada? [...] A verdade em todas as coisas, quer nas ciências, religiões ou filosofias está em todas as conquistas humanas, enfita, não é estável nem imutável. (RUTI, 1934)²⁰

Ao observamos, então, a trajetória do Anarquismo no Brasil, do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras, e a História das Mulheres, no período compreendido de 1917 até 1934, pela análise de *A Plebe*, é possível encontrar diversas mulheres que apresentam suas considerações sobre a situação e conjuntura (de diversos setores) do Brasil e do Mundo. Mulheres estas que podem ser destacadas: Valeska-Maria, Maria A. Soares, Thereza Escobar, Josefina Parrilo, “Maia Tecelã”, e principalmente, como um dos objetos deste trabalho, Isabel Cerrutti.

Cerrutti, como pudemos analisar, esteve presente em *A Plebe* colaborando com o jornal escrevendo sobre diversos temas que contemplam a história do movimento do trabalhadores e trabalhadoras e contribuíram com a discussão sobre diversas temáticas que permanecem atuais como: suicídio, filosofia da verdade, repressão policial, desemprego, solidariedade, imperialismo, entre outros.

CONCLUSÃO

É importante ressaltar que o presente trabalho tem como proposta contribuir com a História do Anarquismo e com a História das Mulheres, evidenciando não somente as suas teorias e construções a partir da emancipação feminina, mas objetivar a análise de discursos, ações, articulações, textos e artigos acerca de diversos outros temas com finalidade de não

19

²⁰ “Não há religião superior a verdade”, ISA RUTI, *A Plebe*, 28 de abril de 1934, nova fase, num. 65.

ratificar o imaginário social que permeia a academia e o meio militante de que mulheres escrevem ou escreviam (tendo propriedade) apenas sobre gênero.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **Une classe objet. Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, v. 17/18, 1977, p. 2-5.

DIAS, Mabel; Coletivo Insubmiss@as. **Mulheres Anarquistas**. João Pessoa: K. Lango, 2003, p. 54, v. I.

FERREIRA, M.F. **Imprensa Operária no Brasil**. Belo Horizonte: Ática, 1988. 250p.

MALATESTA, E. **Nosso Programa**. 1903 in MALATESTA, Errico. **Escritos Revolucionários**. Humana Editora, 2008, 155p.

MENDES, S.C. **As mulheres anarquistas na cidade de São Paulo: 1889 – 1930**, 2010. 257 p. Dissertação (mestrado em história) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca, 2010.

PARRA, L. S. **Leituras libertárias: cultura anarquista em São Paulo nos anos 1930**. 2013. 201f. Dissertação (Mestrado em Filosofia)- Programa de pós-Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, USP, São Paulo, 2014.

PASSETI, E. O anarquismo na revolução: (anotações libertária). **Ecopolítica**, São Paulo, n. 19, p. 45-61, 2017.

OLIVEIRA, T.B. de. **Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906 -1936)**. 2009. 267f. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, UFF, Niterói, 2009.

STRONGEN, F.F. **Imprimindo a anarquia: o jornalismo anarquista no brasil nas primeiras décadas do século XX.** Dissertação (Mestrado em comunicação) – Universidade de Brasília, 2017. 192 p.

COMPREENENDO O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SEXUAL EM DUAS SALAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: LIMITAÇÕES A SEREM SUPERADAS

Lhamas, Ana Paula Biondo

Discente do Curso de Graduação em Ciências Biológicas
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ
ana_lhamas@hotmail.com.br

Alves, Ariele Cristina

Discente do Curso de Graduação em Ciências Biológicas
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ
ariele.alves.94@gmail.com

Mendes, Carolina Borghi

Docente do Curso de Graduação em Ciências Biológicas
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ

GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO

RESUMO: A orientação e educação sexual são de extrema importância para o desenvolvimento do indivíduo na sociedade, porém existem vários obstáculos que dificultam seu desenvolvimento no ambiente escolar, como a ênfase aos aspectos puramente biológicos no processo de ensino, ao invés de abordar a compreensão global sobre a temática. O objetivo desse estudo foi analisar como se deu o processo de ensino e aprendizagem sobre educação sexual em duas salas de aula de uma escola de Jacarezinho-PR. Pautamo-nos na Pedagogia Histórico-Crítica e no Materialismo Histórico-Dialético enquanto método e utilizamos questionários para nortear a coleta de dados. Através desses dados percebemos que a educação sexual ainda se concentra numa perspectiva biologizante, deixando de contemplar aspectos importantes, como gênero, orientação sexual e respeito à diversidade. Além disso, percebemos a dificuldade de diálogo entre pais e alunos e as limitações existentes no processo formativo escolar na temática, resultando na busca, pelos alunos, por informações em outros meios e espaços.

PALAVRAS CHAVES: Educação básica. Educação Sexual. Ensino.

INTRODUÇÃO

É necessário, antes de tudo, entendermos que sexualidade e sexo são termos diferentes. Sexo se refere apenas ao ato sexual, enquanto que sexualidade leva em conta o contexto social, cultural e histórico em que o ser está inserido.

A sexualidade é de fato muito importante para o desenvolvimento da cultura e de uma sociedade. Durante muitos momentos da história esse assunto foi tratado de maneira equivocada, pois centrou-se na palavra “sexo”, quando na verdade envolve muito mais que apenas reprodução ou ato sexual (MEIRA et al., 2006). Compreendemos, no entanto, que a própria construção histórica da sociedade apresenta elementos contraditórios que possibilitam reformulações de novas teses sobre aspectos que, histórica e culturalmente, foram relegados ou desconsiderados. Nesse sentido, “Se a lógica dialética permite e exige o movimento do pensamento, a materialidade histórica diz respeito à forma de organização dos homens em sociedade através da história, isto é, diz respeito às relações sociais construídas pela humanidade durante todos os séculos de sua existência” (CAROL; PIRES, 1997, p. 88), faz-se necessário, portanto, compreendermos a temática aqui tratada a partir de seus elementos históricos para pensarmos, dialeticamente, seu desenvolvimento concreto na sociedade e no ambiente escolar.

Entre as décadas de 1920 e 30 houve a percepção de que a educação sexual deveria ser um assunto abordado na sociedade, envolvendo esforços de educadores e profissionais da saúde para isso, dando-se ênfase principalmente ao bem-estar das mulheres (ROSEMBERG, 1985). Entretanto, houve represália por parte da sociedade que via o assunto como algo desnecessário, cercado de tabus e de preconceito, fazendo com que tal ensino passasse por um retrocesso. Rosenberg (1985, p. 89-90) relata o caso do professor Stawiarski que “inseriu este tema no currículo do Colégio Batista, do Rio de Janeiro, desde 1930. O objetivo inicial de suas aulas era abordar o papel da mulher na reprodução; a partir de 1935, o comportamento sexual masculino também passou a ser incluído”, porém, sua iniciativa foi rotulada como imoral, resultando em processo e sua demissão do cargo.

O episódio relatado acima evidencia o panorama social daquela época. Como causa disso podemos citar, por exemplo, o fato de que a educação no Brasil, por muitas décadas, foi comandada pela igreja católica. As concepções difundidas pela própria igreja que tentavam bloquear e esconder as informações existentes sobre os aspectos relacionados à sexualidade, atreladas ao regime político conservador, repercutiram em limitados e quase inexistentes estudos sobre a educação sexual nas instituições de ensino e de pesquisa (ROSEMBERG, 1985, p. 12).

A influência da rede católica de ensino sobre o que se poderia se chamar de “cultura sexual” da escola, ainda não foi desvelada, restando-nos principalmente descrições provenientes de memórias literárias cinematográficas que recriam o clima de

opressão sexual; o pânico da masturbação; a ênfase no pudor; o tom apocalíptico das prédicas (ROSEMBERG, 1985, p. 12).

No entanto, esse panorama nacional foi se modificando e a igreja católica, que tinha forte influência sobre a sociedade, começou a perder força a partir de 1960. Ocorreram, ainda, a organização de diferentes movimentos sociais e a instauração de definições institucionais, tendo como objetivos a transformação e democratização do meio educacional, como a própria Constituição Federal de 1988 na qual cita que “todas as pessoas tem o direito à educação, devendo ser gratuita e ser provido pelo Estado”, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Nesse sentido, a educação sexual passou a ser inserida no ensino, mas ainda de forma conservadora em muitas instituições, devido à própria compreensão dos professores, familiares e da gestão escolar sobre ela; difundia-se a imagem de que os aspectos relacionados à sexualidade eram pecaminosos, como se fossem errados e merecessem punição (ROSEMBERG, 1985, p. 12).

Segundo os PCNs (BRASIL, 1997), desde a década de 1970 se reconheceu a necessidade da inclusão da educação sexual nas escolas, pois, o índice de gravidez na adolescência e a difusão dos casos de AIDS já eram preocupantes. A sua inclusão pôde ajudar no conhecimento de métodos contraceptivos, como a camisinha que previne diferentes Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), e as pílulas anticoncepcionais. O elevado índice de jovens com vírus de imunodeficiência humana (HIV) na população brasileira entre as décadas de 1960 e 1970 fez com que projetos de educação sexual fossem criados na década de 80, para que tal assunto fosse abordado tendo em vista conteúdos mais ligados aos métodos contraceptivos e ISTs (BRASIL, 1997; NARDI; QUARTIERO, 2012).

Apesar disso, não podemos desconsiderar que essa temática faz parte da cultura, e que os pais e responsáveis são considerados importantes para sanar as dúvidas das crianças e adolescentes, interferindo no desenvolvimento da educação sexual. Aqueles podem ter problemas para dialogar com os filhos já que também tiveram dificuldades em obter conhecimentos, seja devido às imposições impostas pela religião, pelo tabu cultural, pela falta de comunicação ou falta de entendimento sobre a necessidade de diálogo. Mesmo atualmente, quando se discute a temática de forma mais aberta, ainda há muitas barreiras e tabus a serem superados (NERY et al., 2015).

Apesar dos pais e responsáveis serem figuras importantes no processo de educação dos indivíduos, a escola ainda é a instituição de referência para a formação de sujeito críticos (SAITO, 2008), por possibilitar a socialização dos conhecimentos historicamente produzidos

pela humanidade (SAVIANI; DUARTE, 2012; SAVIANI, 2000), incluindo a educação sexual relacionada à prática social. Através da Pedagogia Histórico-Crítica se entende que a educação deve ser desenvolvida a partir dos aspectos culturais de determinada sociedade, para que então o indivíduo possa compreender e refletir sobre o meio em que está inserido (SAVIANI, 2000, p. 102). Nesse sentido:

[...] o saber que diretamente interessa à educação é aquele que emerge como resultado do processo de aprendizagem, como resultado do trabalho educativo. Entretanto, para chegar a esse resultado a educação tem que partir, tem que tomar como referência, como matéria-prima de sua atividade, o saber objetivo produzido historicamente (SAVIANI, 2000, p. 13).

A escola também deve dar ênfase à cultura erudita, pois esta fará com que o sujeito tenha um pensamento crítico e elaborado, superando o senso comum que a cultura popular lhe proporciona (SAVIANI, 2000, p. 19).

Devido a essas considerações iniciais, nos propomos a realizar uma análise inicial sobre como se deu o processo de ensino e aprendizagem sobre a educação sexual em duas turmas, uma de ensino fundamental (8º ano) e outra de ensino médio (3º ano), de uma escola pública da cidade de Jacarezinho-PR. Visamos refletir sobre as limitações existentes na aprendizagem sobre a temática e, com isso, contribuir com reflexões sobre as possibilidades de avançarmos no desenvolvimento da educação sexual escolar de forma crítica e emancipatória que supere seu aspecto puramente biologizante. Para isso, nos pautamos no Materialismo Histórico-Dialético e nos fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica.

METODOLOGIA

A pesquisa se constitui como qualitativa, exploratória, tendo sido desenvolvida com duas turmas, do período matutino, de uma instituição de ensino pública estadual na cidade de Jacarezinho-PR. Os dados foram coletados em julho de 2018 e teve como foco investigar o conhecimento que os alunos tinham sobre a sexualidade, considerando que a temática de educação sexual havia sido abordada pela professora de ciências e biologia.

A primeira turma era do 8º ano do Ensino Fundamental, sendo composta de 25 alunos e a segunda turma era do 3º ano do Ensino Médio, composta por 27 estudantes.

O 8º ano do Ensino Fundamental foi selecionado para a pesquisa, pois, segundo o diretor da escola, a grade curricular abordava o assunto nesse ano. Propusemos também a

investigar o 3º ano do Ensino Médio, pois este é o último ano do processo formativo básico, nos fornecendo uma visão global sobre o domínio do conteúdo apropriado nessa etapa.

Temos o Materialismo Histórico-Dialético enquanto fundamento teórico-metodológico, por compreendermos que:

Uma grande contribuição do Método para os educadores, como auxílio na tarefa de compreender o fenômeno educativo, diz respeito à necessidade lógica de descobrir, nos fenômenos, a categoria mais simples (o empírico) para chegar à categoria síntese de múltiplas determinações (concreto pensado). Isto significa dizer que a análise do fenômeno educacional em estudo pode ser empreendida quando conseguimos descobrir sua mais simples manifestação para que, ao nos debruçarmos sobre ela, elaborando abstrações, possamos compreender plenamente o fenômeno observado. Assim pode, por exemplo, um determinado processo educativo ser compreendido a partir das reflexões empreendidas sobre as relações cotidianas entre professores e alunos na sala de aula. Quanto mais abstrações (teoria) pudermos pensar sobre esta categoria simples, empírica (relação professor/aluno), mais próximo estaremos da compreensão plena do processo educacional em questão (PIRES, 1997, p. 88).

Para coleta de dados utilizamos um questionário estruturado previamente pelas pesquisadoras com perguntas de múltipla escolha, que serviu como base para que as perguntas fossem feitas oralmente nas salas de aula aos estudantes, possibilitando maior liberdade para que os participantes expusessem suas colocações e dúvidas. Foram dadas orientações aos alunos antes da exposição das questões, informando-os que deveriam erguer a mão para responder qual alternativa se condizia com o conhecimento que tinham adquirido durante o seu processo de formação em relação a cada pergunta, a fim de buscarmos compreender o que os alunos sabiam sobre a educação sexual, como se deu a apropriação do conhecimento (se ele, realmente, se constituiu na e pela escola), as dificuldades que ainda existiam sobre a temática e as possíveis lacunas e limitações do ensino desenvolvido sobre isso na escola. As questões apresentadas aos alunos foram as seguintes:

- 01) Quando tiveram a primeira aula sobre sexualidade? a) antes do 6º ano do Ensino Fundamental, b) no 6º ano do Ensino Fundamental, c) no 7º ano do Ensino Fundamental, d) no 8º ano do Ensino Fundamental, e) no 9º ano do Ensino Fundamental, f) no 1º ano do Ensino Médio, g) no 2º ano do Ensino Médio, h) no 3º ano do Ensino Médio, i) nunca;
- 02) Quais os assuntos abordados durante as aulas? a) apenas sobre ISTs, b) apenas sobre órgãos reprodutores, c) apenas sobre prevenção e métodos contraceptivos, d) sobre assuntos como: ISTs, Prevenção e Órgãos Reprodutores, e) nenhum, f) outros assuntos;
- 03) Possuem liberdade para dialogar com os pais? a) Sim e b) Não;
- 04) Em qual lugar aprenderam mais sobre sexualidade? a) na rua, b) com os pais, c) na escola ou d) na internet.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados adquiridos na sala do 8º ano do Ensino Fundamental apontam as seguintes informações, com base nas questões abordadas:

01) 20% disseram ter tido antes do 6º ano; 4% no 6º ano; 44% no 8º ano e 32% não responderam; 02) 12% responderam que apenas tiveram aula sobre ISTs; 80% que foram tratados assuntos como: ISTs, Prevenção e Órgãos Reprodutores e 8% não se manifestaram; 03) 24% responderam que tem liberdade para conversar com os pais; 28% disseram não ter liberdade e 48% não responderam a questão; 04) 24% aprenderam mais na rua; 8% com os pais; 40% na escola; 4% na internet e 24% não se manifestaram.

Já no 3º do Ensino Médio os dados obtidos foram:

01) 3,70% tiveram aula antes do 6º ano; 18,51% no 8º ano; 3,70% no 9º ano; 37,05% no 1º ano do ensino médio; 3,70% nunca tiveram aula sobre o assunto e 33,33% não se posicionaram; 02) 3,70% apenas sobre ISTs; 3,70% apenas sobre prevenção; 77,77% os assuntos: ISTs, Prevenção e Órgãos Reprodutores e 14,82% não responderam; 03) 59,26% tem liberdade para conversar com os pais; 22,22% não possuem e 18,52% não responderam; 04) 11,11% disseram ter aprendido mais na rua; 22,22% com os pais; 22,22% na escola; 37,04% na internet e 7,40% não responderam.

Observamos que os alunos do 8º ano ainda apresentam dificuldades para dialogar sobre o assunto, tanto no ambiente escolar quanto familiar. Nota-se também que quase não ocorre a discussão sobre sexualidade com os pais. A dificuldade de dialogar sobre isso pode, inclusive, ter refletido na coleta dos dados, fato justificado pelo alto percentual de alunos que não responderam à primeira questão. Pode-se dizer que existem dois fenômenos que podem dificultar o diálogo sobre sexualidade, em que um é a dificuldade dos pais em conversar com os filhos abertamente sobre o assunto, e o outro dos filhos estarem em contato direto com uma realidade em que o tema se encontra de forma cada vez mais explícita. (PREDEBON, 2002). Deste modo, “a comunicação sobre sexualidade entre pais e filhos é marcada, enfim, por uma ambiguidade em que ambas as partes reconhecem o problema, mas evitam enfrentá-lo” (DIAS; GOMES, 1999, p. 82). Assim, os pais geralmente sabem da problemática e sabem da importância de debater de forma mais aberta com os filhos sobre o sexo/ sexualidade, porém não se sentem preparados, e aptos para fazê-lo, além do mais, muitos afirmam sentir vergonha e insegurança, evitando assim enfrentar o problema. Aliás, muitos consideram que os

profissionais da educação estão mais preparados para discorrer sobre o assunto, do que eles, por isso conferem essa tarefa às escolas. (CANO; FERRIANI, 2000, VALDÉS, 2005; BARBOSA; COSTA; VIEIRA, 2008). Tais aspectos podem reforçar a busca por informações em outros lugares ou com outras pessoas (como colegas), fato problemático se considerarmos a importância do acesso ao conhecimento erudito e científico que baseia a educação sexual e que deve ser apropriado por eles através do ensino escolar (SAVIANI, 2000).

É possível percebermos uma realidade distinta entre as turmas. Os alunos do 3º ano demonstram ter mais facilidade em discorrer sobre o tema, não somente com os pais, mas também no ambiente escolar. A discussão sobre o assunto, entre pais e filhos, pode ocorrer com maior facilidade quando os estes últimos estão mais velhos, como uma demanda própria do momento de vida deles, que exigem a abordagem sobre a prevenção, ISTs ou como evitar a gravidez na adolescência. O que pode justificar o fato dos adolescentes terem mais facilidade em dialogar sobre sexualidade, se dá pela curiosidade e também por ser na adolescência que irá ocorrer o desenvolvimento da identidade sexual, um momento de descoberta mais íntima (NELAS et al., 2011).

Observamos que, assim como no 8ª ano, a turma do 3º demonstrou como a escola cumpriu importante papel formativo para eles em relação à educação sexual. Porém, esses discentes utilizam outras fontes para buscar informações, o que faz com que possa ocorrer o mesmo problema identificado na análise da turma anterior, ou seja, que as informações encontradas sejam incorretas ou impróprias, não condizendo com a apropriação de conhecimentos científicos e que possibilitem a compreensão desta temática em seus diferentes aspectos para contribuir com a formação de indivíduos críticos e ativos.

Os dados obtidos demonstram que a escola vem socializando os conhecimentos relacionados aos aspectos biológicos e preventivos, mas que o processo de ensino ainda apresenta limitações a serem enfrentadas, já que “a escola apresenta muita dificuldade no trato da orientação sexual e gênero, mostrando-se muitas vezes perdida e insegura diante das cenas que não estão presentes em seus manuais” (NOVAK, 2013, p.20).

De acordo com o Ministério da Educação, a diversidade de gênero:

[...] não tem apenas um caráter informativo, como sugerem os PCNs, mas, sobretudo um efeito de intervenção no interior do espaço escolar. Concebido como uma função transversal que atravessa fronteiras disciplinares, ele se dissemina por todo campo pedagógico e funciona de forma a expandir seus efeitos em domínios dos mais heterogêneos. Os PCNs orientam para que a escola, através de práticas pedagógicas diversas venha a construir e mediar a relação do sujeito consigo mesmo, de modo a fazer com que o indivíduo tome a si mesmo como objeto de cuidados (NOVAK, 2013, p.11).

Com base na defesa do papel da educação escolar feita pela Pedagogia Histórico-Crítica, as instituições de ensino devem contribuir para que esses discentes saiam preparados para lutar pelas transformações que devem ser feitas na sociedade, de forma justa e democrática.

Destaca-se que as práticas de educação sexual podem promover o diálogo, a troca de experiências e informações, maior autonomia quanto ao exercício da sexualidade, como podem contribuir positivamente com a saúde integral dos adolescentes e favorecer a redução de possíveis consequências indesejáveis advindas das vivências sexuais e da discriminação (ALENCAR et al., 2008; BORGES; TRINDADE, 2009; COSTA et al., 2001). Logo, notamos que na educação sexual não se deve discutir somente aspectos biológicos – ainda que esses não possam ser renegados ou abordados de forma fragilizada e aligeirada -, mas sim todos os aspectos que estão inseridos na educação sexual, que muitas vezes não são levados em consideração e acabam passando despercebidos, como por exemplo, a orientação sexual, aborto, abuso sexual, respeito à diversidade, entre outros. É coerente considerarmos que não se pode desprezar ou privar qualquer indivíduo do conhecimento que lhe favoreça o desenvolvimento do pensamento crítico sobre o meio em que vive e sobre todos os problemas e contradições existentes, independente da área, pois desse modo os alunos podem compreender seus direitos e responsabilidades.

Os dados aqui trazidos e discutidos são iniciais e não se esgotam em si. Salientamos a importância de ampliar a coleta de dados em outras escolas públicas e o aprofundamento das respectivas análises. Consideramos, ainda, a relevância de retornar à escola, levando possíveis contribuições ao processo de ensino e aprendizagem da educação sexual nas salas analisadas.

CONCLUSÃO

A escola, conforme preconiza a Pedagogia Histórico-Crítica, é um ambiente essencial para o desenvolvimento crítico dos discentes e também contribui para expandir os conhecimentos adquiridos em seu cotidiano, através da transmissão-assimilação de conteúdos científicos articulados à prática social, que irão resultar na compreensão do indivíduo com o meio em que está inserido.

Com base no estudo apresentado, ressaltamos a importância da abordagem da educação sexual nas escolas de forma mais aprofundada e dialética, já que esse assunto não se trata apenas da prática sexual, tão pouco dos aspectos biológicos e fisiológicos envolvidos, mas sim

de uma gama de aspectos relacionados e que constituem o ser humano, como a saúde, gênero, sexualidade, do respeito à diversidade, aos direitos sexuais, entre outros.

Ainda sim, afirmamos que apenas o trabalho docente não é suficiente para o desenvolvimento dos estudantes, já que as limitações encontradas na escola são consequências diretas ou indiretas das condições sociais. Desse modo, a transformação das condições de exploração, discriminação e segregação, própria do modo capitalista de produção, se faz essencial.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, R. A. et al. Desenvolvimento de uma proposta de educação sexual para adolescentes. **Ciência e Educação**, v. 14, n. 1, p. 159-168, 2008.

BARBOSA, Stella Maia; COSTA, Patrícia Neyva Pinheiro da; VIEIRA, Neiva Francenely Cunha. **Estágios de mudança dos pais nas conversas com os filhos sobre prevenção HIV/AIDS**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 16, n. 6, p. 1-7, nov./dez. 2008.

BORGES, A. L. V.; TRINDADE, R. F. C. Gravidez na adolescência. In: FUJIMORI, E. **Enfermagem e a saúde do adolescente na atenção básica**. Barueri: Manole, 2009. p. 334-347.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CANO, M. A. T.; FERRIANI, M. G. C. A família frente à sexualidade dos adolescentes. **Acta. Paul. Enf.**, v. 13, n. 1, p. 38-46, 2000.

COSTA, M. C. O et al. Sexualidade na adolescência: desenvolvimento, vivência e propostas de intervenção. **Jornal de Pediatria**, Sociedade Brasileira de Pediatria, n. 77, (supl. 2), p. 217-224, 2001.

DIAS, Ana Cristina Garcia; GOMES, William B. **Conversas sobre sexualidade na família e gravidez na adolescência: a percepção dos pais**. Estudos de Psicologia, Natal, v. 4, n. 1, p. 79-106. 1999.

NOVAK, E. **Dificuldades enfrentadas pelos professores ao trabalhar educação sexual com adolescentes**. 2013. 38f. Monografia (Especialização em ensino de ciências) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Medianeira, 2013.

MEIRA, M. E. M. et al. Psicologia Escolar, desenvolvimento humano e sexualidade: projetos de orientação sexual em instituições educacionais. **Revista Ciência em Extensão**, v. 2, n. 2, 2006.

MINISTÉRIO. Ministério da educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Orientação Sexual** (vol. 10). Brasília: MEC/SEF. 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

NARDI, H. C. O.; QUARTIERO, E. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escola. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 11, p. 59-87, ago. 2012.

NELAS, P. et al. Sexual education in schools: the impact of participatory and reflective methodologies. **European Journal of Public Health**, v. 21, supplement 1, nov. 2011.

NERY, I. S. et al. Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e adolescentes. **Acta Paulista de enfermagem**, v. 28, n. 3, p. 287-92, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v28n3/1982-0194-ape-28-03-0287.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

PREDEBON, Juliana Carmona. **Conversando sobre sexo na família com filhos adolescentes**. In: WAGNER, A. (Org.). Família em cena: tramas, dramas e transformações. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 159-171.

PIRES, M. F. C. Educação e o Materialismo-Histórico Dialético. **Interface — Comunicação, Saúde, Educação**, v.1, n.1, p. 83-94, 1997.

ROSEMBERG, F. Educação sexual na escola. **Cadernos de Pesquisa**, n. 53, p.11-19, maio. 1985.

SANTOS. C. S. **Ensino de Ciências**. Abordagem histórico-crítica. São Paulo: Autores Associados, 2005.

SAITO, M. I. Adolescência, cultura, vulnerabilidade e risco. A prevenção em questão. In: Silva, L. E.; Leal, M. M. (Eds.). Adolescência, prevenção e risco. 2. ed. **São Paulo: Editora Atheneu, 2008**. p. 41-46.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. (orgs). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 7 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

VALDÉS, Teresa. Socialização em sexualidade no Chile: adolescentes de camadas populares urbanas. In: HEILBORN, Maria Luiza et al. (Org.). **Sexualidade, família e ethos religioso**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 315-342.

A LIBERDADE SEXUAL COMO CONSTITUINTE DA IDENTIDADE: UMA ANÁLISE SOBRE A LEGISLAÇÃO ATUAL EM RELAÇÃO À INTERSEXUALIDADE

Marco Antonio Turatti Junior
Discente da Especialização em Humanidades
Universidade Estadual do Norte do Paraná – CCHE/CJ
juniorturatti@hotmail.com

Mateus Luiz Biancon
Docente da Especialização em Humanidades
Universidade Estadual do Norte do Paraná – CCHE/CJ
mateusbiancon@uenp.edu.br

DIREITO SEXUAL E ANTIDISCRIMINATÓRIO

RESUMO

Considerando a liberdade sexual como integrante da sexualidade, por meio dos estudos desenvolvidos ao longo do tempo e o reconhecimento do sexo como um fenômeno científico à realidade humana, objetiva-se analisar a questão dos intersexuais frente a legislação brasileira atual. Para tanto, procede-se à metodologia dedutiva, utilizando-se dos procedimentos bibliográfico e comparativo. Desse modo, observa-se que o pequeno prazo de registro da pessoa intersexual, bem como um sistema jurídico que adota o padrão binário de gênero, podem resultar intervenções médicas desnecessárias e a não utilização da liberdade como um instrumento de seus direitos. Assim, conclui-se que o direito precisa se abrir para as novas áreas do conhecimento a fim de não impedir o acesso jurídico da identidade, por meio da liberdade sexual, dos sujeitos que nascem com a ambiguidade de gêneros, chamados intersexuais.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero e sexualidades. Intersexualidade. Lei de Registro Públicos. Direitos Humanos. Michel Foucault.

INTRODUÇÃO

As grandes teorias que norteiam o ordenamento jurídico de um país se baseiam nas necessidades e anseios particulares e peculiares que a sua sociedade, que o compõe, possui. Além disso, não são apenas essas vontades que definem o contorno da busca de um preceito legal justo para a sua realidade. Entre tantos outros fatores determinantes ao direito e sua cultura muito dispositiva, o ordenamento jurídico fica muito fechado às novidades e discussões mais recentes que se tem nos outros âmbitos sociais, seja por preconceitos ou interesses escusos à diversidade. Assim é preciso recorrer a questões filosóficas e sociológicas do comportamento humano para saber que as relações entre pessoas são necessárias e precisam de uma harmonia para o progresso social.

A sociedade não se conceitua imutavelmente, ou seja, poucas coisas consistem por muito tempo na determinação dela, podendo por vezes regredir ou evoluir. Hoje, portanto, vive-se numa cultura (com alguns de seus pilares totalmente inflexíveis) em que pessoas intersexuais, do grupo maior vulnerável LGBTI (termo que identifica o grupo das lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, transexuais, travestis, e intersexuais, oficialmente reconhecido e adotado pela militância, mas não esquecendo da inclusão dos assexuais e não-binários, na sugestão da sigla ser ALGBTIQ), são alvos de estigmas e sujeitos vulneráveis de suas próprias peculiaridades de identificação, coibidas de sua própria liberdade de escolha, quando assim a medicina se manifesta e o direito pouco reconhece.

METODOLOGIA

A partir do método dedutivo, o presente trabalho se dedica a analisar qualitativa e brevemente a necessidade da escolha e autodeterminação da pessoa como um direito e um instrumento de caráter social em coletividade, como é o direito à liberdade, na teoria de Axel Honneth. O trabalho se baseia em procedimentos de revisão bibliográfica do contexto histórico da sexualidade como identidade da pessoa e comparativo, no tocante às legislações de registro públicos.

O presente estudo tem a finalidade de compreender a decisão dentro de um ordenamento jurídico consciente de sua busca da harmonia das relações sociais, promovendo o respeito e garantido a diversidade e as peculiaridades. Sobretudo a liberdade sexual do grupo que busca demonstrar caminhos a ser reconhecida social e juridicamente.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Não é equivocado afirmar, que a liberdade está intrinsecamente ligada aos acontecimentos da modernidade, como um pilar constitutivo da autonomia da vontade nas demonstrações de cunho social ou político (HONNETH, 2015, p. 34-5). De modo tal, que as formações desta natureza hoje identificadas são reflexos da liberdade, no patamar alcançado e respeitado, reverenciando os novos fenômenos possíveis. A revolução sexual, com a escolha de cada um se apropriar do gênero que reconhece ser.

É claro, que “a livre expressão do amor e do afeto só se tornou possível porque está sustentada em um novo discurso sobre a sexualidade” (PEREIRA, 2001, p. 29). Quando se percebe essa simbiose e troca de informações do comportamento humano com o seu ambiente físico-orgânico, é importante demonstrar o como o discurso acadêmico e, mais importante legislativo, judiciário e político está em consonância com seus sujeitos. Assim, amparado sobre a realidade e suas trocas com o meio espacial, orgânico e social, o autor alemão propõe, e aqui se defende, que “a liberdade no sentido de autonomia do indivíduo é um conceito hegemônico apto a caracterizar o ordenamento institucional da sociedade” (HONNETH, 2015, p. 22).

Não é uma arbitrariedade o discurso de gênero, nem a manutenção de direitos da população intersexual, mas a aproximação dessas pessoas aos conceitos constitucionais de vida digna. A sexualidade é um fenômeno que sempre esteve presente na humanidade, falar ou estudar sobre ela sempre foram atos singulares e transgressores na história, além de demarcarem pontos paradigmáticos iniciais para atuação.

Parecem que a história e a evolução da sexualidade sempre foram fundamentadas em um sistema binário e dicotômico (homossexualidades e bissexualidades, cisgênero e transgênero), que se discutiu o prazer e a procriação ao se justificar o ato sexual, reprimindo a igualdade de gênero e sexual, promovendo o patriarcado, a misoginia e o machismo.

A intersexualidade se demonstra com uma dualidade de gênero, em que há uma ambiguidade biológica para a pessoa podendo demonstrar uma questão de identidade na formação humana. É uma questão biológica, além de uma questão que carece de uma análise sistemática da literatura médica (SANTOS, ARAÚJO, 2008). Uma questão de identidade genital que a literatura jurídica precisa do diálogo interdisciplinar para buscar sua especialização e consequente atuação em acordo com as identidades dos indivíduos, bem como sua titularidade de direitos humanos.

A liberdade sexual, seja da prática do ato sexual em si ou da demonstração de sua sexualidade, não fora a mesma na Antiguidade, nos clássicos impérios grego e romano, bem como não era na Idade Média, no Renascimento, na época das luzes, no período entre e pós-guerras e hoje. A liberdade sempre modificou a ideia e posicionamentos sobre a justiça, assim, sempre ampliou tudo o que deveria pertencer ao 'eu' da autodeterminação individual (HONNETH, 2015, p. 40), mesmo que a referência ao coletivo e suas interações sociais nascida dentro dele tenham vital importância para este desenvolvimento científico, e defende-se também a estima para a história do mundo e seus pontos de vistas.

Nos anos das civilizações antigas, muito mais que a condição sexual, a cultura dominante na época era determinada pela posição social, a qual classe pertencia dentro da sociedade. A marginalidade era determinada neste conceito, não se relacionava às práticas sexuais. Assim, não se formalizava o amor entre mulheres, mas que também de forma natural devia acontecer (VECCHIATTI, 2012, p.5-6), e também por questões religiosas que não entregava à figura feminina qualquer importância sobre o dom da vida ou a procriação (SPENCER, 1995, p. 64)²¹.

Há autores e estudiosos, portanto, que não caracterizam essa pederastia da Grécia antiga como uma prática homossexual, mas sim um ato com finalidades psicológicas e de civilidade (FANTICELLI, PICHLER, TESTA, 2012, p. 35). Havia até uma multa para o soldado que não tivesse um amante dentro do exército, uma vez que esse amor poderia ajudar na defesa da cidade, ao fazê-lo também, lutar pelo seu amado (LASSO, 1995). “Na Grécia a verdade e o sexo se ligavam na forma da pedagogia, pela transmissão corpo a corpo de um saber precioso; o sexo servia como suporte às iniciações de conhecimento” (FOUCAULT, 2015, p. 69).

Durante pesquisas históricas que o fascismo na Itália no século XX investiu, confirmou-se que haviam restrições legais sobre certas transgressões sexuais, tanto no período republicano quanto no Império Romano. Os censores, agentes do governo, tinham, entre suas funções, que supervisionar a moral pública, com o poder de excluir pessoas da lista de cidadãos por má conduta sexual, o que os impedia de obter uma magistratura ou de servir no exército. E houve

²¹ “Baseada no Gênesis e na história de Adão e Eva, a essência da vida é homem, mulher e sua família. Desperdiçar a semente masculina era um ato impuro que exigia um ritual de purificação. Como os judeus eram constantemente exortados a crescer e multiplicar, procriar e encher a Terra, o sêmen só podia ser depositado no útero das mulheres. Isso talvez explique por que os judeus parecem tão indiferentes à cópulas das mulheres entre si, pois isso era obviamente irrelevante para o futuro da raça. Mas a união sexual de dois homens agredia a ordem ‘natural’ imposta” (SPENCER, 1995, p. 64).

uma grande mudança na ideia da passagem da mitologia para a tradição religiosa cristã²², *in casu*, mas também em outras religiões e escrituras²³, em que muitas coisas se alteraram, principalmente a relação com o sexo.

Passando para o período medieval, finalizando a antiguidade clássica, se observava muito ainda a figura do homem como centro, e constante valorização da virilidade, como grande instrumento socializador e de respeito. Os costumes medievais recatados continuaram na Idade Moderna, mas a Reforma Protestante ajudou a tornar alguns deles menos rígidos. O corpo era representado com o objetivo de expressar a unidade entre o físico e o espiritual, numa referência à celebração da vida dionisíaca, que remete ao mito grego de Dionísio, o qual buscava o prazer na alegria.

Nesse período, pouco se tem conhecimentos de práticas e de como era encarado o sexo na sociedade. Em suma, o sexo, de qualquer maneira que fosse, era clandestinamente realizado por prazer, bem como outras demonstrações de realidades sexuais, hoje mais difundidas, tais como o indivíduo assexual, transexual e intersexual, levantados em pesquisas por alguns autores, como Michel Foucault, ao longo da obra “Os anormais”²⁴. “No fim do século XVI, em 1599, um caso de punição de um hermafrodita, que é condenado como hermafrodita, e ao que parece, sem que houvesse nada além do fato de ele ser hermafrodita” (FOUCAULT, 2010, p. 57)²⁵.

Para uma passagem do tempo em termos gerais, antes de se apresentar casos profundamente brasileiros e mais atuais, se debruça no retrospecto levantado por Foucault. No século XVII, falava-se do sexo como que fala de metáfora e alusões, não era dito como se precisa com clareza, mas com uma discrição que é altamente recomendada para não se comprometer a penitência dos pensamentos que invadiam as searas do corpo e da alma (FOUCAULT, 2015, p. 19-21). No século XVIII, “nasce uma incitação política, econômica,

²² A Bíblia Sagrada, por exemplo, traz em seus relatos também sobre o sexo e sua moral reprodutiva e não de prazer: “Ora, quanto às coisas que me escrevestes, bom seria que o homem não tocasse em mulher; Mas, por causa da fornicção, cada um tenha a sua própria mulher, e cada uma tenha o seu próprio marido” (1 Coríntios 7:1,2).

²³ “No Mishná (200 d.C.), o primeiro texto que fixa ensinamentos hebraicos na forma escrita, o homossexualismo é punido com o apedrejamento, mas somente o parceiro ativo é morto. Posteriormente, no Talmude, os dois parceiros são condenados à morte” (SPENCER, 1995, p. 64).

²⁴ “O discurso médico foi, até essa época [até o século XVI e o início do século XVII], completamente impermeável, fechado a esse tipo de enunciado e de discrição [acerca da sexualidade]. É a partir desse momento, e, portanto, a propósito desse caso do hermafrodita de Rouen, que vocês veem aparecer, e ao mesmo tempo teorizar, a necessidade de um discurso científico sobre a sexualidade e, em todo caso, sobre a organização anatômica da sexualidade” (FOUCAULT, 2010, p. 60).

²⁵ Manteve-se a palavra “hermafrodita” em respeito e coerência à citação da obra de Michel Foucault, contudo, não se fala mais este termo pela carga pejorativa que assumiu diante da militância e do movimento LGBTI, assim o nome correto para se referenciar às pessoas com genitálias ambíguas, é “intersexuais”.

técnica a falar do sexo” (FOUCAULT, 2015, p. 26). No século XIX, outros meios começaram a focar-se no discurso do sexo, como uma espécie de erotismo generalizado (FOUCAULT, 2015, p. 34-6), mas ainda era recobrado e cheio de nuances de pudor, afinal “o sexo selvagem era clandestino” (FOUCAULT, 2015, p. 9). No século XX, a sociedade torna-se mais experimental sobre o sexo, *sociedade ars erotica*, assim, o conhecimento do sexo é extraído da verdade do próprio prazer, de maneira e caráter experimental, que recai proporcionalmente nas práticas, vontades e perversões (FOUCAULT, 2015, p. 64).

Neste entremeio, o sexo começou a se tornar objeto de estudo. Pesquisadores de diversas áreas começaram a perceber o sexo como um fenômeno e justificar estudos sobre o sexo como uma ciência e permitiram avanços e desmistificações para a sociedade como um todo. Podendo destacar, o já citado, Michel Foucault, bem como Albert Kinsey, e Vatsyayana, criador de um estudo sobre o sexo como desejo, com objetivo de estabelecer o kama, ou gozo dos sentidos. Assim, *kamasutram* seria a literatura dos aforismos do desejo.

Este breve retrospecto histórico se faz necessário para mostrar que a questão de gênero e as sexualidades²⁶ demonstram uma área de conhecimento e uma necessidade de conhecimento do próprio gênero humano. Não só a autodeterminação, a liberdade entre as mais diversas teorias precisam ser levadas em consideração no campo jurídico quando se trata de questões como direitos humanos ou a necessidade imediata do registro público, mas também o processo histórico-objetivo do processo de humanização e das relações sociais existente ao longo das civilizações. Por isso a importância de se buscar, a partir da escola pública, uma educação em sexualidades crítica, que analisa as questões de gênero e as sexualidades sobre o modelo organizacional de sociedade, levando-se em conta os processos intencionais, considerando a luta de classe (BIANCON, 2016).

Segundo dados, foi levantado que um em cada 3 mil bebês nasce com essa condição biológica, em suas várias formas, e desse modo, no Brasil, significaria uma população de mais de 56 mil pessoas (SANCHEZ, 2003). Assim, essa realidade se demonstra em todos os lugares, e obviamente, possui reflexos ao mundo jurídico, quando se pensa no registro desse sujeito. Quando o direito se fecha em um modelo binário a situação da pessoa intersexual fica deslocada, e o estigma jurídico e social inicia-se desde cedo.

A lei determina que toda criança seja imediatamente registrada. Por isto, quando um bebê nasce em situação de intersexo deve ser

²⁶ Cf. BIANCON, Mateus Luiz. Educação em Sexualidades Crítica: formação continuada de professoras (es) com fundamentos na pedagogia histórico-crítica. 186 folhas. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência e a Matemática) – Universidade Estadual de Maringá, 2016.

registrado. Embora conste no registro um espaço para indicar um sexo, é possível que, nesta situação específica, ainda não se tenha uma definição. Se for identificado que a criança tem um sexo diferente daquele indicado no registro, será necessária uma ação perante o juiz para retificar o nome e o sexo da criança. Caso os pais decidam não registrar o bebê, podem entrar com uma ação para requerer o registro especial provisório da criança em que constam os nomes da mãe, do pai e dos avós, além da data e do local de nascimento. Esta segunda opção é nova no Brasil, mas corresponde à realidade quando uma situação de intersexo ocorre (CANGUÇU-CAMPINHO; LIMA, 2014, p. 18).

É claro afirmar que as pessoas intersexuais possuem direito constitucional à sua identidade, pautada nos princípios da dignidade, da igualdade, da cidadania e da privacidade (DIAS, 2016, p. 256) e pelo caráter de personalidade, do ordenamento civil (TURATTI JUNIOR, 2018). Ainda é dever do Estado regular e defender tais direitos a essas pessoas.

Contudo, os quinze dias contados que a lei obriga (artigo 50 da LRP) pode ser uma consolidação da dúvida ou o afastamento do direito à liberdade do indivíduo de alguma cirurgia ou intervenção médica desnecessária. Assim, conforme visto no retrospecto histórico, toda a aproximação da ciência com o sexo e a sua identidade são sucumbidos à formação daquela pessoa, por uma causa biológica desprovida de culpa ou responsabilidade própria.

Não se deve ou não precisa buscar um sexo verdadeiro para aquele indivíduo, podendo este viver com a sua não-definição, conforme já dita neste trabalho. Não se existe um ideal anatômico para um registro público quando a liberdade da pessoa não é levada em consideração (DIAS, 2016, p. 261).

A Resolução do Conselho Federal de Medicina n. 1664/2003, define as normas técnicas necessárias para o tratamento de pacientes portadores de anomalias de diferenciação sexual. Mesmo assim, algumas questões encontram resistência na Lei de Registro Público que não prevê ou precisa ser contornada, como visto acima, para o registro de pessoas intersexuais.

Atualmente no Brasil, está em tramitação na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei n. 5255/2016, pela Deputada Laura Carneiro (PMDB-RJ), a fim de disciplinar o registro civil do recém-nascido sob o estado da intersexualidade. E há também uma garantia de visibilidade aos intersexuais no Estatuto da Diversidade Sexual, que se encontra em tramitação no Senado Federal (PLS 134/2018). A figura da pessoa intersexual ainda não possui classificação expressa pela legislação, necessitando da atuação do judiciário ou da atuação médica. Não há ainda um protocolo jurídico para o registro da pessoa intersexual.

Na Alemanha, por exemplo, foi decidido pela sua Corte Constitucional, que de acordo com as leis sobre direito da personalidade, a referência a intersexualidade deverá ser admitida até o final do ano de 2018 nos documentos públicos do país, juntamente com a opção do masculino e o feminino para a identificação dos cidadãos alemães.

É notável a diferença de tratamento vista acima, enquanto no Brasil, se luta fortemente, no governo e na militância, pela inclusão da letra I²⁷ na sigla do grupo vulnerável pelo seu gênero e sexualidade.

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou esclarecer a liberdade sexual como parte integrante da formação da identidade, principalmente aquela relacionada a população intersexual, que ainda não consegue operar toda a liberdade de escolha frente à legislação atual. Durante a elaboração deste desenvolvimento científico, a base da teoria da liberdade como um instrumento social norteou a forma de como essas pessoas são enxergadas na coletividade da sociedade e assim, buscam o seu direito promovido. É com esse pensamento que se busca a mudança social, a partir das mudanças sociais que este reconhecimento da liberdade é capaz de proporcionar.

A liberdade foi defendida como um instrumento perante a coletividade, e não promotora da individualidade, mas claro não suprimindo a dignidade pessoal e necessária de cada indivíduo. Axel Honneth propõe uma coletividade que legitima a liberdade do outro pelo seu reconhecimento, e, portanto, essa condição simbiótica e dependente da coletividade traz reflexos à situação social e os desenhos políticos da humanidade. E assim, quando se trata propriamente de grupos vulneráveis, o reconhecimento do outro indica uma necessidade do debate acerca do preconceito e do discurso do ódio, bem como as formas de reconhecimento social da própria condição humana bem como das relações sociais naturalizadas ao longo de civilizações e do processo de humanização existente.

Na análise do caso das pessoas intersexuais a conclusão que se precisa ter é abertura do diálogo das áreas de conhecimento jurídico com outras, questionando sobre a ideia de identidade e liberdades e outros fatores relacionados ao modo de vida societária que objetiva as relações e as condições humanas. Os intersexuais são titulares de direitos, e assim detêm também a liberdade, como qualquer outro sujeito vulnerável ou não da coletividade, em

²⁷ Cf. REIS, Toni., org. Manual de Comunicação LGBTI+. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI+/ GayLatino, 2018

construção da sua identidade, para muito além do macho e fêmea, homem ou mulher. Dessa maneira, consegue esquecer as antigas dicotomias do estudo das sexualidades que promovem o preconceito e se abre para as necessidades e anseios que, de fato, batem à porta do direito atualmente.

REFERÊNCIAS

BIANCON, Mateus Luiz. **Educação em Sexualidades Crítica: formação continuada de professoras (es) com fundamentos na pedagogia histórico-crítica**. 186 f. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência e a Matemática) – Universidade Estadual de Maringá, 2016.

CANGUÇU-CAMPINHO, Ana Karina; LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira. **Dignidade da Criança em situação de intersexo: orientações para família**. Salvador, UFBA/UCSAL, 2014. 56p

DIAS, Maria Berenice. Homoafetividade e direitos LGBTI. **São Paulo: Editora Revista dos Tribunais**, 2016.

FANTINELI, Lutecildo; PICHLER, Nadir Antônio; TESTA, Edimara. **Pederastia na Grécia Antiga**. In Oliveira, Cínthia Roso; Pichler, Nadir Antônio; Canabarro, Ronaldo. Filosofia e homoafetividade: algumas aproximações. Passo Fundo: Méritos, 2012. p. 23-36.

FOUCAULT, Michel et. al.. Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975). **Martins Fontes**, 2010.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade 1: A vontade de saber. **São Paulo: Paz e Terra**, 2015.

HONNETH, Axel. O direito da liberdade. São Paulo: **Martins Fontes**, 2015.

KINSEY, Alfred Charles. Homossexual behaviour widespread in animals according to new study. **The Daily Telegraph**, 2009.

LASSO, Pablo. Antropologia cultural e homossexualidade: vertentes do comportamento sexual culturalmente aprovadas. In. Homossexualidade - Ciência e Consciência. São Paulo: **Loyola**, 1995.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. A sexualidade vista pelos tribunais. 2. Ed. Belo Horizonte: **Del Rey**, 2001.

REIS, Toni., org. Manual de Comunicação LGBTI+. Curitiba: **Aliança Nacional LGBTI+/GayLatino**, 2018

SANCHEZ, Fábio. O Terceiro Sexo. **Revista Superinteressante**, fev, 2003

SANTOS, Moara de Medeiros Rocha; ARAÚJO, T. C. C. F. Estudos e pesquisas sobre a intersexualidade: uma análise sistemática da literatura especializada. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 21, n. 2, p. 267-74, 2008.

SPENCER, Colin. Homossexualidade: uma história. Rio de Janeiro: **Record**, 1996.

TURATTI JUNIOR, Marco Antonio. **O direito que ousa dizer seu nome: o reconhecimento jurídico da liberdade sexual do grupo LGBT.** Versão para defesa pública. Programa de Pós-graduação em Ciência Jurídica da UENP. 2018. 140p.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. Manual da Homoafetividade: da possibilidade jurídica do casamento civil, da união estável e da adoção por casais homoafetivos. **2. Ed. Rio de Janeiro: Forense / São Paulo: Método.** 2012.

EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADES CRÍTICA: ESTUDO SOBRE A MATRIZ DE AVALIAÇÃO PROCESSUAL DE CIÊNCIAS

Oliveira, André Luiz Santos
Graduado em Biologia
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ
oliveira.andre.bio@hotmail.com

Biancon, Mateus Luiz
Doutorado em Educação para a Ciência e o Ensino de Matemática pela Universidade
Estadual de Maringá – UEM
Professor no Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Norte
do Paraná – UENP/CJ

A PEDAGOGIA HISTÓRICO - CRÍTICA E A TEMÁTICA GÊNERO E SEXUALIDADE

RESUMO

A educação para as questões de gênero e sexualidades deve ser contemplada nos documentos oficiais, norteadores dos estados. Este trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva, de natureza básica e com objetivo de analisar o documento oficial do Estado de São Paulo, conhecido como “Matriz de Avaliação Processual”, do oitavo ano do Ensino Fundamental – Anos Finais, buscando compreender o conteúdo promovido neste material, a partir dos fundamentos da pedagogia histórico-crítica, com análise metodológica no materialismo histórico dialético. Os resultados demonstram que há preocupação apenas com conteúdos biologicistas, deixando de abordar o tema sexualidade de forma histórica e objetiva e sim descontextualizada com o real. A sexualidade não é compreendida em sua totalidade, não havendo preocupação com o contexto social, muito menos, há uma análise do modelo organizacional de sociedade. Precisa-se promover nas escolas uma luta contra as condições ideológicas impostas pelo capital, incluindo as marginalizações sociais e heteronormatividade, buscando a transformação da sociedade.

Palavras-chave: Educação. Sexualidades. Pedagogia Histórico-Crítica.

INTRODUÇÃO

Os assuntos acerca das questões de gênero e das sexualidades, em algumas instituições públicas de ensino, não são inseridos no cotidiano escolar ou quando estão inseridos, se apresentam para solucionar situações imediatas, empobrecendo o conhecimento objetivo, geralmente na forma de projetos. Não podemos depender de um projeto de educação sexual na escola pública para o desenvolvimento de atividades educativas. Vale ressaltar a importância de se considerar os diversos temas relacionados à sexualidade como conhecimentos clássicos distribuídos nas diversas áreas possíveis de atuação, superando a fragmentação do conhecimento e compreendendo a sexualidade objetivada nos produtos da cultura proporcionando qualificar a prática social.

Muita vezes, a temática sexualidade não se discute nas escolas públicas, apesar de várias pesquisas que apontam o preconceito, a intolerância e as ALGBTIQfobias (Assexuais, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Intersexuais e Não-Binários). Ou quando são trazidos para a escola, discute-se por pedagogias que super valorizam o método e apresentam os conteúdos referentes às questões de gênero e sexualidade em um contexto de adaptação à sociedade já estruturada.

A Pedagogia Histórico-Crítica orienta a fundamentação teórica desta pesquisa, pois é crítica e não reprodutivista, buscando através dela, permitir aos alunos, uma compreensão da realidade concreta e a transformação social.

Saviani (2013) enfatiza que a Pedagogia Histórico-Crítica ganha força, a partir do final da década de 1970, tendo como princípio e formulação, a necessidade de compreender a educação no seu desenvolvimento histórico-objetivo, tendo como consequência, a possibilidade de articular uma proposta pedagógica cujo referencial e comprometimento, é transformar a sociedade e não deixar com que se mantenha, nem perpetue. Este estudo justifica-se, para procurar combater a estrutura burguesa formada por toda sociedade, principalmente na escola.

O termo Educação em Sexualidades Crítica será utilizado neste trabalho, por considerá-lo apropriado, buscando uma valorização da diversidade do gênero humano e analisando o modelo organizacional da sociedade (BIANCON, 2016).

O objetivo deste artigo é compreender a partir dos fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica como a temática sexualidade está inserida nas escolas públicas de Educação Básica do Estado de São Paulo, a partir da Matriz de Avaliação Processual de Ciências (2016), no oitavo

ano do Ensino Fundamental, que orientam as ações pedagógicas dos oitavos anos do Ensino Fundamental – Anos Finais, em que apresenta o tema *Sexualidade, reprodução humana e saúde reprodutiva*.

METODOLOGIA

Trata-se de um trabalho qualitativo e descritivo, de natureza básica, que se dá através de análise documental, da Matriz de Avaliação Processual, de Ciências, do ano de 2016, do estado de São Paulo, buscando estratégias para ação e possível solução de problemas relacionados ao ensino referente à Educação de Gênero e Sexualidades Crítica.

A metodologia de pesquisa qualitativa é utilizada, para obtenção de dados descritivos e segundo Martins (2004), há uma flexibilidade às técnicas de coletas de dados, onde se incorpora as que são mais relevantes à observação feita. Outro ponto importante do trabalho qualitativo, é que através dele, se pode explicar fenômenos sociais, pois não se pode ter uma quantificação (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

A análise documental tem uma grande importância, pois são estudos baseados em revisões bibliográficas, extraindo toda análise, organizando e interpretando os textos, de acordo com os objetivos da investigação (PIMENTEL, 2001).

A análise de dados será feita através do método materialismo histórico-dialético, que de acordo com Pires (1997, p.87):

(...) compreender o Método é instrumentalizar-se para o conhecimento da realidade, no caso, a realidade educacional. O método materialista histórico-dialético caracteriza-se pelo movimento do pensamento através da materialidade histórica da vida dos homens em sociedade, isto é, trata-se de descobrir (pelo movimento do pensamento) as leis fundamentais que definem a forma organizativa dos homens durante a história da humanidade.

Pires (1997) ainda explica que a lógica dialética promove o movimento do pensamento e a materialidade histórica se dá pela maneira como os homens se organizam em sociedade, ao longo do tempo, através da história, culminando nas relações sociais construída pelos séculos de existência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os documentos oficiais da educação de um Estado devem ser norteadores, buscando uma educação de qualidade, para transformar a sociedade. Segundo Saviani (2013) deve ser apresentado, através do trabalho educativo, a humanidade, e assim, identificar os elementos culturais, para as pessoas se tornarem humanas e as formas para atingir esses objetivos.

O trabalho educativo se faz necessário nas escolas públicas para oportunizar o processo de humanização dos estudantes. Os saberes são necessários não por si mesmos, mas para que haja a possibilidade dos estudantes se humanizar, entendendo que não é um processo natural e sim resultado de um processo de aprendizagem (SAVIANI, 2013).

Isto posto, ressaltamos que a escola tem o mesmo papel na mudança da sociedade, pois possibilita os elementos necessários para a emancipação humana. O indivíduo, consciente da sua função social, trabalhará para a emancipação humana das (os) cidadãs (ãos), no combate às diferenças de classes (sociais, dos respectivos gêneros e expressões das sexualidades) e pela supressão do Estado, do capital e do trabalho alienado (BIANCON, 2016, p. 17).

Silva (2011) entende a escola atual como reflexo da sociedade burguesa que, ao instalar-se no poder, passou a ser conservadora, utilizando da educação, para difundir suas ideologias, procurando manter a hegemonia à classe dominada. Essa sociedade conservadora provoca segregações e Louro (1997) compreende que a escola, por ser reflexo da sociedade, produz as diferenças, distinções e também desigualdades, separando os sujeitos e classificando-os, acarretando na marginalização.

Nossa sociedade é heterossexista, ou seja, pressupõe a heterossexualidade como algo supostamente natural ao mesmo tempo em que a impõe compulsoriamente por meios educativos, culturais e institucionais. Ainda permanece um desafio encarar que vivemos em uma ordem heteronormativa, na qual mesmo homossexuais são induzidos a adotar a heterossexualidade como modelo para suas vidas transferindo a linha da abjeção para quem rompe com as convenções de gênero, por exemplo. Não por acaso, travestis, transexuais e gays femininos tendem a sofrer mais violência do que homossexuais que seguem uma estética de gênero dominante, ou seja, gays masculinos e lésbicas femininas (MISKOLCI, 2011, p. 55).

Portanto, para que haja transformação social, a escola precisa dar condições para que os menos favorecidos possam compreender a realidade objetiva e histórica e tenham condições de lutar contra qualquer exploração. Maia (2011, p. 57), entende a busca por:

(...) um novo modelo de sociedade, distinto do atual, onde se cristalize a democracia popular, uma nova ordem sociopolítica e ambiental. Para isso é preciso instrumentalizar as classes menos favorecidas para a luta social que possibilitará libertar os seres humanos da condição de exploração em que vivem e tantas mazelas trazem a essa sociedade. A contribuição da escola e do processo pedagógico torna-se

vital. Ainda que não resolvam o problema, essa instituição é parte inequívoca da solução.

A escola tem seu papel importante na transformação social e, portanto, é a partir dessa educação formal que se tem a oportunidade de instrumentalizar os estudantes. O acesso à temática gênero e sexualidade nas escolas públicas é importante nesse processo de instrumentalização, pois faz parte do processo de humanização do gênero humano. Porém, ao analisar o documento de Avaliação Processual de Ciências do Estado de São Paulo, de 2016, percebe-se uma biologização da sexualidade em detrimento às demais dimensões da sexualidade e condições humanas em seu processo histórico e objetivo, conforme podemos verificar abaixo:

- . Estratégias reprodutivas – corte e acasalamento
- . Reprodução sexuada e assexuada
- . Fertilização externa e interna
- . Desenvolvimento de ovíparos e vivíparos (São Paulo, 2016).

Esses assuntos são de notória importância, porém são conteúdos referentes à reprodução dos seres vivos, portanto, há preocupação com tipos de reprodução e desenvolvimento de seres vivos, mas sem constar qualquer aspecto relacionado às sexualidades e/ou orientação sexual, que se desenvolvem através das relações sociais, ao longo do tempo.

No segundo tema, do documento São Paulo (2016), tem-se:

- . Puberdade – mudanças físicas, emocionais e hormonais no amadurecimento sexual de adolescentes
- . Anatomia interna e externo sistema reprodutor e humano
- . Ciclo menstrual
- . Doenças sexualmente transmissíveis – prevenção e tratamento
- . Métodos anticoncepcionais e gravidez na adolescência

Nos temas onde deveriam ser tratadas as sexualidades de forma crítica, que busca superar essa sociedade de classes, não há conceitos transformadores, buscando a emancipação humana. Percebe-se que os temas do documento, as competências e habilidades e a avaliação processual, remetem a conteúdos biologicistas e tão somente descrevem assuntos relacionados à reprodução humana, produção de hormônios, infecções sexualmente transmissíveis (IST), gravidez e métodos contraceptivos, não entrando no caráter das relações e determinações sociais, que resultam das sexualidades, sob o domínio do capital. Isso porque, a Igreja aumentou seu domínio a partir do século XVI, tornando possível o crescimento do Puritanismo,

reduzindo o sexo ao utilitário e fecundo, criando uma normatização e reduzindo as sexualidades a um discurso negativo, imposto pela classe dominante (BIANCON, 2016).

Os assuntos abordados não levam em consideração os conceitos de sexualidade, que segundo Maia (2011), é um fenômeno amplo que se expressa nas práticas sexuais, desejos, sentimentos, pensamentos, emoções, atitudes e representações. Ou ainda, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, a sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, sociais, econômicos, psicológicos, políticos, culturais, legais, religiosos, espirituais e históricos e que é um aspecto central dos humanos, desenvolvido ao longo da vida (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2006).

Nas situações de aprendizagem, da Matriz de Avaliação Processual, há competências e habilidades a serem atingidas através do processo de aprendizagem, mas nenhuma delas remete à Educação em Sexualidades Crítica, que deve:

(...) ser integradora com o conhecimento elaborado e a realidade concreta, pela compreensão do gênero humano, entendendo as condições expressivas das múltiplas expressões das sexualidades, conjuntamente na relação histórica no modo de produzir a vida (BIANCON, 2016, p. 42).

As habilidades a serem contempladas, através do processo de aprendizagem, no documento estudado, são: reconhecimento e nomenclatura dos sistemas reprodutores, funções dos órgãos reprodutores, mudanças corporais na puberdade, efeitos dos hormônios sexuais, fenômenos do ciclo menstrual, uso de preservativos, vulnerabilidade às IST's, métodos contraceptivos e prevenção da Aids. Deveriam ser dados instrumentos para a transformação social, através da apropriação de conteúdos elaborados, referentes às expressões das sexualidades, relações sociais para com as sexualidades e cuidado do corpo (BIANCON, 2016).

As categorias gênero e sexualidade são discutidas nas pesquisas de forma a compreender as diferenças sócio-culturais entre homens e mulheres, no entanto na prática pedagógica ainda predomina o viés biológico, indicando que a compreensão dessas categorias como construção social ainda não está presente em sala de aula (PEREIRA, 2012, p. 1).

Maia (2011) enfatiza que para que o processo de educação consiga gerar igualdade entre os homens, a escola deve se ater ao momento histórico, sem reproduzir a sociedade da maneira como se dá, nos dias de hoje. Portanto, não basta identificar e reconhecer diversos aspectos biológicos da sexualidade, reprodução humana e saúde reprodutiva, como consta na matriz

estudada, e sim, socializar o conhecimento sistematizado aos educandos, para que compreendam a alienação à qual estão submetidos, buscando uma sociedade justa.

CONCLUSÃO

Foi constatado através do estudo da Matriz de Avaliação Processual, do Estado de São Paulo, na disciplina de Ciências, no segundo bimestre do oitavo ano, que os conteúdos elencados no primeiro tema, “Tipos de reprodução” e no segundo, chamado “Sexualidade, reprodução humana e saúde reprodutiva”, demonstram conteúdos meramente biologicistas, sem constar assuntos referentes à construção da identidade humana, deixando de promover estudos sobre a estrutura organizacional da sociedade e as questões referentes às relações sociais.

O pensamento crítico relacionado às questões sociopolíticas não estão estruturados, dificultando o domínio das dimensões artísticas, filosóficas e científicas e a escola continuando a ser um espaço que produz relações alienadas, por estar à mercê do modelo organizacional de nossa sociedade capitalista.

Deve haver luta contra a heteronormatividade e demais formas de marginalização, portanto, a luta é por um novo modelo de sociedade e com isso há que instrumentalizar as classes menos favorecidas para a luta, possibilitando a libertação à exploração, e a escola é importantíssima neste processo.

A educação tem papel de democratização do ser humano, procurando a libertação, através da percepção histórica das relações de gênero e sexualidades, na construção humana e assim, podendo haver a mudança na realidade. (BIANCON, 2016)

REFERÊNCIAS

BIANCON, M. L. **Educação em Sexualidades Crítica**: uma formação continuada de professoras e professores com fundamentos na pedagogia histórico-crítica. Tese defendida na UEM. Maringá, 2016.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 1.ed. São Paulo: Vozes, 1997.

MAIA, J. S. S. **Educação ambiental crítica e formação de professores**: construção coletiva de uma proposta na escola pública. 2011. 250 f. Tese (Doutorado)-Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2011.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, 2004.

MISKOLCI, Richard. Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer. **Michel Foucault: Sexualidade, Corpo e Direito**, 2011. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/foucault_book.pdf>. Acesso em: 25 set. 2017.

PEREIRA, Zilene Moreira. Gênero e sexualidade na pesquisa na área de ensino: Análise da produção acadêmica. **XVI ENDIPE** – Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino – UNICAMP. Campinas, 2012.

PIMENTEL, Alessandra. **O método da análise documental**: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, p. 179-195, 2001.

PIRES, M. F. C. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. UNESP, v. 1, n. 1, p. 83-94, 1997. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/30353>>. Acesso em: 05 de set. 2017.

SÃO PAULO. **Matriz de avaliação processual** : ciências, ciências da natureza. Secretaria da Educação. São Paulo: SE, 2016. (Coord. Ghisleine Trigo Silveira; Regina Aparecida Resek Santiago).

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 11. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SILVA, João Carlos da. Escola pública e classes sociais em Marx: Alguns apontamentos. **Revista HISTEDBR On-line**. Abr 2011.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F.P. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Defining sexual health**: sexual health document series: report of a technical consultation on sexual health. 28-31, Jan. 2002, Geneva, 2006. Disponível em: <http://www.who.int/reproductivehealth/publications/sexual_health/defining_sexual_health.pdf>. Acesso em: 21 set. 2018.

POSSIBILIDADES DA ESCRITA EM *E SE EU FOSSE PUTA*, DE AMARA MOIRA

Soares, Luiz Henrique Moreira

Mestrando em Letras

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Ibilce)

E-mail: luizhsoares83@gmail.com

RESUMO

A produção literária contemporânea consegue movimentar uma série de questões de ordem ética, estética e política. Para Beatriz Resende (2014), o panorama contemporâneo, em conjunto com a situação global que se organiza, tende a demonstrar a força estética de uma “política da palavra”: configuram-se novas formas de fazer literatura, mas também de fazer e experimentar a política. A professora Regina Dalcastagnè (2012), percebe, na literatura atual do Brasil, a constituição de um espaço hegemônico e homogêneo, que carregam a tradição patriarcal e heteronormativa. Em contrapartida, observa a autora, há também um movimento de resistência e de deslocamento, que advogam do desejo de construir, por meio da linguagem, um “espaço possível” para habitar corpos e existências não-hegemônicas. Assim, o objetivo desta comunicação é analisar como a obra *E se eu fosse puta* (2016), da escritora Amara Moira, propõe uma reescrita sobre as identidades trans, marcadas tradicionalmente pelo rechaço e pela abjeção, de forma a produzir um novo olhar sobre os corpos e os desejos. Ao focar questões que atravessam a trajetória de mulheres trans, como o desejo e a violência, a obra de Moira se engaja do intuito de se colocar na esteira de produções literárias contemporâneas que estabelecem formas de compreender e interpretar o mundo por meio de outras perspectivas e vozes. Além do aporte teórico já citado, a proposta conta com as contribuições de Judith Butler (2003), Fábio Henrique Lopes (2017) e Carlos Eduardo Fernandes (2016).

Palavras-chave: Literatura contemporânea. Escrita. Amara Moira. Possibilidades.

DIREITO SEXUAL E ANTIDISCRIMINATÓRIO

INTRODUÇÃO

A literatura brasileira, no âmago de sua formação, sempre esteve ligada a processos voluntários de enfrentamento, legitimação e exclusão, seja por meio da ruptura estética, seja pela busca constante da identidade de um país em formação e/ou nas relações ligadas à construção hegemônica do cânone. Na contemporaneidade, a literatura torna-se, de modo ainda mais acentuado, um território fértil de disputas e contestações. Há, na cena literária atual, a movimentação de uma série de problemas que não dizem respeito apenas ao campo literário, mas transcende-se ao social, tal qual a busca pela legitimação de determinada identidade dentro

no campo literário e sua fala – e autoridade de fala – constituinte do discurso de vivência e sua relação com outros discursos.

O surgimento de outras vozes literárias estabelece formas de compreender o mundo e (re) elaborá-lo por meio da escrita de novas perspectivas e do desejo de um sistema literário brasileiro mais diversificado e plural, uma vez que os discursos hegemônicos e a produção das “naturalizações” e estereótipos sobre os grupos tidos como “marginalizados” passam a ser cada vez mais questionados. Há, então, como observam alguns estudiosos e estudiosas, um evidente “deslocamento” na produção literária atual, no sentido de estabelecer:

[...] formas de ruptura com heranças ou patrimônios reais e simbólicos que temos carregado, com tradições culturais tributárias de idealizações interessadas em buscar legitimação pela aproximação aos modelos canônicos, próximas a reconhecimentos de subalternidade construídos por valores eurocêtricos que organizam nosso passado cultural (RESENDE, 2014, p. 13).

É evidente que uma nova imagem se desenha – a de produções que até pouco tempo atrás não tinham visibilidade dentro do campo ficcional, mas que agora conseguem configurar outro contexto de cultura, não apenas no sentido político, mas também ético e estético. Beatriz Resende (2014, p.15) ainda defenderá que o princípio da democracia na literatura brasileira “não é uma questão meramente de condição social, mas sim de uma ruptura simbólica entre os corpos e as palavras, entre as maneiras de falar, de fazer e de ser”. A ideia de uma “política da palavra”, no sentido de construir uma força estética, tem relação intrínseca com as mudanças e transformações ocorridas nos últimos anos, o que estabelece, então “diferentes configurações identitárias, emergência de novas subjetividades, de novas vozes e, conseqüentemente, de novas configurações narrativas” (RESENDE, 2008, p. 65).

Por isso a necessidade de perceber os silêncios, refletir sobre as dimensões simbólicas que carregam as ausências e hierarquias, tanto em relação às questões de gênero, sexualidades, cor e classe social. O questionamento e o incômodo presente nas obras literárias contemporâneas tratam-se, entretanto, do questionamento da própria lógica patriarcal, masculina, branca e heterossexual, que sempre negou o espaço da literatura e da cultura às mulheres e outras “minorias”, excluindo-os como sujeitos participativos da história. Nesse sentido, assim pontua Dalcastagnè:

Reconhecer-se em uma representação artística, ou reconhecer o outro dentro dela, faz parte de um processo de legitimação de identidades, ainda que elas sejam múltiplas. Daí o estranhamento quando determinados grupos sociais desaparecem dentro de

uma expressão artística que se fundaria exatamente na pluralidade de perspectivas (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 147).

Nos fios da linguagem literária estão emaranhadas relações de poder, legitimidade, liberdade e exclusão. Talvez nenhum indivíduo exprime tão bem o rechaço cultural quanto aqueles que são excluídos da produção e do processo cultural por não se adequarem às normas de gênero – que transitam entre a dicotomia masculina e feminina, inacabadamente, desconfigurando-as. Para Judith Butler (2003, p.162), a marca do gênero parece configurar certo caráter de humanidade nos corpos, e por isso, certas imagens corporais que não se encaixam em nenhum dos gêneros ficam fora do humano, “constituem a rigor o domínio de desumanizado e do abjeto, em contraposição ao qual o próprio humano se estabelece”. O “tornar-se humano” é a tarefa que então se estabelece, pois nela é que se configura o direito de existir, de se expressar, de ter a voz ouvida e reconhecida.

Daí a necessidade em se pensar o lugar desses indivíduos como autores e autoras e o reconhecimento de sua obra na produção literária brasileira: autores e autoras trans têm sua vida e trajetória marcadas constantemente por representações estereotipadas e simbolicamente perigosas. Quando se pensa, então, em produções literárias que conseguem destituir o caráter estereotipado e tradicionalmente demarcado de personagens que fogem das normas de gênero – as travestis, os/as transexuais, os sujeitos não-binários – abre-se a possibilidade de construção de novos modos de ser e estar no mundo, novos olhares que rompem com os binarismos, hierarquias e exclusões, produzindo vidas possíveis a corpos vivíveis. Em outras palavras, como afirma Cláudia Maria Ceneviva Nigro (2015, p.16):

[...] a ficção quebra os signos e artefatos do considerado essencial e os recompõe com a invenção, a fragmentação. Ao reavaliar os espaços ocupados pelo gênero na obra literária, reavaliam-se os papéis das personagens femininas/masculinas e cria-se o lugar para a ruptura.

A obra literária desses autores e autoras dialogam e representam não apenas uma produção literária individuais, mas formas de compreender e perceber o mundo por meio de percepções outras, afastadas do cânone – possibilita uma percepção e entendimento sobre a dinâmica da sociedade em que a obra se insere e é consumida. Por meio de coletivos e organizações, a publicação dessas obras vem ajudando a desconstruir estereótipos na cultura, além de reafirmar a identidade e a possibilidade de falar e escrever sobre si. Partindo do exposto, o presente texto propõe uma análise da forma como a escritora, travesti e prostituta

Amara Moira, estabelece uma reescrita sobre as identidades trans na obra *E se eu fosse puta*, lançada em 2016 pela Hoo Editora. Percebe-se que, ao focar questões que atravessam a trajetória de mulheres trans e travestis, como o desejo e as violências, além do seu próprio processo de transição, a obra de Moira se coloca na esteira de produções literárias contemporâneas que produzem novos modos de compreender e interpretar o mundo por meio de outras perspectivas e vozes.

METODOLOGIA

A partir de um método qualitativo, o presente texto busca subsídios para empreender uma análise sobre a obra *E se eu fosse puta*, de Amara Moira. Por meio de uma abordagem exploratória e explicativa, as interrogações e análises aqui propostas partiram das discussões de Beatriz Resende (2008, 2014), Regina Dalcastagnè (2012), sobre o caráter múltiplo e resistente da produção literária do Brasil atual; das contribuições de Carlos Eduardo Fernandes (2016) e Fábio Henrique Lopes (2017), além de Judith Butler (2003).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em entrevista concedida ao Suplemento Pernambuco, em 2017, Amara comenta que enxerga seu livro como algo “ambíguo”, e que gosta de reivindicá-lo e entendê-lo como literatura, “como laboratório de linguagem, eu brincando com as palavras como se usasse luvas, pinças e tubo de ensaio, à procura da melhor reação química que elas possam provocar”. A “melhor reação química” da qual fala Amara, institui-se, assim, como o seu próprio papel de escritora, que trabalha as palavras na malha da linguagem, sendo ele constantemente atravessado pelas suas vivências, pois, segundo ela, o seu negócio é a memória:

(...) é assim que ganham corpo meus relatos, é assim que ganham cor, ganham vida. O que acabei de viver, tudo ainda fresco na memória, a maquiagem borrada, o gosto de camisinha na boca, o cheiro do cliente em meu rosto não importa o que eu faça, o seu cheiro de homem já tão diferente do meu – serão os hormônios? Palavras-chave marcantes vindo à tona assim que me ponho a escrever, dentes, línguas, dedos, lábios, uma puxando a outra meio que naturalmente, o texto saindo do encontro delas mas também desde antes, desde eu já na rua tramando amores, namorando olhares: travestis que se descobre escritora ao tentar ser puta e puta ao bancar a escritora (MOIRA, 2016, p. 19).

O que é convocado pela autora, já no título do livro, é uma proposta de vivência de uma alteridade difusa, que se comunga com os leitores. A voz que narra se coloca em posição de autora – como potência de autoridade, com importância discursiva. Uma vez que as travestis e prostitutas fazem parte da gama de sujeitos mais marginalizados e violentados do Brasil, Amara encena essa condição e a inverte, a desconstrói: “Antes puta, puta pelo menos me forço a escrever. Prefiro isso a ouvir desaforo oito horas no telefone ou fazer unha e cabelo de madame com rei na barriga” (MOIRA, 2016, p.30).

Judith Butler (2003), em seu *Problemas de gênero*, no capítulo “Atos corporais subversivos”, destaca a possibilidade da linguagem em projetar “feixes de realidade sobre o corpo social”, essa mesma linguagem que “carimba, molda e violenta os corpos”. Sustentada por Monique Wittig, a filósofa afirma que a invocação do “eu”, como faz Amara, presume uma capacidade de falar em nome a uma condição de humano universal. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a linguagem é aquilo que aprisiona Amara, é também aquilo que a liberta, quando possuía. É pela linguagem que Amara estabelece o seu privilégio de se dizer “eu”, que se funda em um “ato supremo de subjetividade” – o ato de fala, para Wittig, é entendido como um “ato de poder”, “uma afirmação de soberania que implica simultaneamente uma relação de igualdade com outros sujeitos falantes.” (BUTLER, 2003, p. 174).

Ao constituir-se como algo “ambíguo”, a escrita de Amara produz uma série de deslocamentos, desde o início: desloca a ideia da prostituição como instância de produção de desigualdades, promiscuidades e violência, para o seu empoderamento como profissão; desloca noções de gênero e sexualidade; desloca os binarismos homem/mulher, masculino/feminino, ativo/passivo, maldição/bênção:

(...) há algo de Jesus Cristo em toda prostituta, esse desprendimento do “se quer ser perfeito, vai, doa tudo o que tem e dê pros pobres”... Não à toa ele próprio afirmou que “as prostitutas vos precederão no Reino de Deus”. Mas aguardem, o ataque às normas vai se intensificar por aqui: essa língua travesti puta escritora vai ser libertária ou não será. (MOIRA, 2016, p. 131).

Ao constituir-se pela linguagem como escritora, como prostituta, como travesti, como doutoranda e como feminista, Amara constitui o seu próprio processo de resistência pela escrita: ao falar sobre a rua ao mesmo tempo em que a vive, Amara produz sua resistência à abjeção que é delegada aos corpos que fogem das normas de gênero, resiste ao sistema heteronormativo:

Aquele mal-entendido básico que fez gente ler indecência onde havia não mais do que realismo vulgar, do mais pé-no-chão mesmo, coisa a que não anda tão acostumada a família tradicional brasileira (ainda que a gente canse de atender seus integrantes homens lá na zona). Porém contudo todavia a travesti tá aí, puta também e a gente tá um tanto cansada de ser jogada pra debaixo do tapete: vão continuar fingindo que a gente não existe, que isso aí não é a vida que existe pra nós? Sento, lamento e choro, não deu, não vai dar. O pai de família respeitável que atendo na zona acha um barato papar a mim por dindim poquim, o fim da picada eu contar a historinha pra deus e o mundo. (MOIRA, 2016, p. 113).

Vislumbra-se, nesse sentido, a capacidade da escrita de Amara causar a fratura no discurso heteronormativo, revelando não só as violências na qual esse sistema se baseia, mas também mostrando a possibilidade de rompimento, de desestabilização. Romper com as fronteiras e constituir-se como uma narrativa de uma escritora-puta-travesti – escrita que não está relacionada às formas tradicionais de opressão e de abjeção, ou na (re)produção de noções identitárias calcadas em patologias ou “monstruosidades” (LEITE Jr, 2012):

Cansei de ter medo dos caminhos que ninguém escolhe. Fiz faculdade para poder fazer sexo só de graça, aí descobri que estava perdendo dinheiro não aproveitando essa minha sabença e desenvoltura. Travesti puta escritora, doutoranda em teoria literária, dois níveis de foda-se, porque na verdade nem precisa porquê, tudo desculpa. Puta, e se eu fosse, e se fosse eu, a puta, a travesti, a escritora. E com diploma de doutorado. Lidem com mais essa (MOIRA, 2016, p. 123).

Tal processo de “ser” de Amara não é apenas provocado e produzido por um “escrever sobre si”, mas trata-se de um processo que constrói um “espaço de contato e trocas”, um espaço que se inscreve na margem, por isso clandestino, por isso *queer* (LOPES, 2017, p. 128). Pode-se observar, entretanto, que, ao “escrever sobre si” possibilita-se um processo de “renomeação” e de “ressignificação” – uma alternativa de escrita do mundo a partir de outro olhar, não hegemônico, não heterocentrado. Transição, autoconhecimento e encontro: a escrita de Amara Moira, constitui-se aí, nessas veias, marcada pela violência e inseguranças da autora, mas também da possibilidade de criar novas posições de sujeito – sujeitos de uma linguagem usada para “afirmar a universalidade verdadeira e inclusiva das pessoas”, para afirmar um desejo de equidade discursiva – autoridade e autoria.

BREVES CONSIDERAÇÕES

Se o princípio de uma democracia na literatura tem a ver com “uma ruptura simbólica entre os corpos e as palavras, entre as maneiras de falar, de fazer e de ser”, como aponta Beatriz

Resende, parece que a questão da busca por um reconhecimento de perspectiva e autoria está intimamente relacionada, uma vez que o campo literário brasileiro ainda engendra representações estereotipadas e violentadas sobre os corpos subalternizados.

Nesse sentido, é do incômodo e do desejo que é feita a obra *E se eu fosse puta*. Como visto, a obra revela a possibilidade de transgressão dos discursos hegemônicos por meio da escrita e da necessidade de (cri)ação de meios para resistir e (re) existir nos espaços sociais. Ao narrar, em primeira pessoa, sobre seus programas, desejos, processos de constituição de si, processos identitários, de afetos e violências, Amara Moira constrói uma obra que consegue ser analisada por diversos ângulos, narrando sobre a prostituição a partir da voz da prostituta-escritora. Seu discurso constitui-se como resistência – e não apenas resistência do corpo ou da subjetividade da autora, mas também a resistência da própria palavra: o “falar por si” é que dialoga do desejo de construir uma vida habitável; de construir uma voz que seja reconhecida com autoridade, e por isso mais legitimada, e por isso mais humana. Amara propõe uma reescrita sobre as identidades trans, marcadas tradicionalmente pelo rechaço e pela abjeção, de forma a produzir um novo olhar sobre os corpos e os desejos. Ao focar questões que atravessam a trajetória de mulheres trans, como o desejo e a violência, a obra de Moira se engaja do intuito de se colocar na esteira de produções literárias contemporâneas que estabelecem formas de compreender e interpretar o mundo por meio de outras perspectivas e vozes.

Para construir esse espaço habitável, entretanto, foi necessário romper com os binarismos e fronteiras que rechaçam os corpos: ao usar a linguagem para tratar de sua vivência, Amara possibilita, em sua escrita-corpo, um processo de alteridade e de construção identitária legítima – que revela, fratura e desestabiliza o sistema heteronormativo, peitando o mundo com “seus peitinhos de hormônios”, reivindicando sua posição de sujeito falante e fazendo de si uma imagem que congrega desejos, prazeres e palavras.

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. **Rio de Janeiro: Civilização Brasileira**, 2003.

DALCASTAGNÈ, R. Literatura brasileira contemporânea: um território contestado. Vinhedo: **Editora Horizonte**, 2012.

FERNANDES, C. E. A. **Um percurso pelas configurações do corpo de personagens travestis em narrativas do século XX: 1960-1980**. 2016. 179 f. Tese (Doutorado) - Curso de

Literatura Brasileira - Crítica e Interpretação, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2016.

LEITE Jr, J. Transitar para onde? Monstruosidade,(des) patologização,(in) segurança social e identidades transgêneras. **Estudos feministas**, v. 20, n. 2, p. 559-568, 2012.

LOPES, F. H. Escritas de si e artes de viver transgênero: as insubordinações de uma escrita trans? In: ALÓS, Anselmo Peres (Org.). **Poéticas da masculinidade em ruínas: o amor em tempos de Aids**. Santa Maria: PPGL (UFSM), 2017. p. 127-149.

MOIRA, A. E se eu fosse puta. São Paulo: **Hoo**, 2016.

NIGRO, C. M. C. Introdução. In: NIGRO, C. M. C.; CHATAGNIER, J. C. Literatura e gênero. São José do Rio Preto: **HN Editora**, 2015. p. 15-22.

RESENDE, B.; FINAZZI-AGRÓ, E. (Org.). **Possibilidades da nova escrita literária no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

RESENDE, B. **Contemporâneos**: expressões da literatura brasileira no século XXI. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Biblioteca Nacional. 2008.

CONTRIBUIÇÕES DOS RECURSOS DIDÁTICOS À FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES/AS NA TEMÁTICA SEXUALIDADES

Moser, Anderson de Souza
Pós-Graduando em Educação para a Ciência e a Matemática
Universidade Estadual de Maringá – UEM
anderson_moser@live.com

Gregório, Aline de
Pós-Graduanda em Educação para a Ciência e a Matemática
Universidade Estadual de Maringá – UEM
alinebio130@gmail.com

Biancon, Mateus Luiz
Graduado em Ciências Biológicas, Mestre e Doutor em Educação para a Ciência e a Matemática
Professor da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP
mateusbiancon@uenp.edu.br

Moreira, Ana Lúcia Olivo Rosas
Graduada em Ciências Biológicas licenciatura, Mestre em Botânica, Doutora em Ciências
Professora do Departamento de Biologia da Universidade Estadual de Maringá – UEM
alormoreira@gmail.com

A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES, CURRÍCULO, GÊNERO E SEXUALIDADE

RESUMO

O trabalho sobre sexualidades pelos professores/as não é uma tarefa fácil, sendo constantemente necessário reformular a perspectiva teórica e prática da formação desses profissionais. Este artigo tem por objetivo apresentar os principais resultados obtidos referente a análise dos relatos de experiência de licenciandos/as de Ciências Biológicas relativos os trabalhos desenvolvidos sobre a temática educação sexual durante a disciplina de estágio supervisionado para a docência em Ciências. Destacamos os recursos didáticos utilizados para a abordagem da temática e as possíveis contribuições das experiências vivenciadas para a formação desses futuros professores. Ressalta-se que estes momentos de ação docente realizados pelos licenciandos/as com base na utilização de diferentes recursos didáticos proporcionou condições de formação mais efetivas para o desenvolvimentos de atividades relacionadas a educação sexual nas escolas. Portanto, as contribuições sobre o tema apontam para uma formação mais holística a respeito da temática, de modo a contribuir com uma educação crítica e cidadã.

Palavras-chave: Processo educacional. Formação Inicial de Professores/as. Sexualidades.

1. INTRODUÇÃO

Na adolescência surgem inúmeras inquietações que envolvem a sexualidade, as quais incidem diretamente na escola. Portanto, se os professores/as partirem dos posicionamentos que os alunos evidenciam sobre a sexualidade, a escola poderá criar momentos pedagógicos para orientá-los (SANTANA et al., 2017) e dessa forma contribuir para uma educação sexual mais efetiva.

Embora seja considerado um tema Transversal segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1998), por tradição escolar, a responsabilidade da abordagem dos assuntos relacionados à sexualidade recaem especialmente aos professores de ciências e de biologia. Nessas disciplinas o enfoque é marcado por abordagens “biologizantes”. Segundo Louro (2000, p. 9) é necessário superar essa visão centrada somente nos fatores biológicos, pois “[...] as possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas”.

Assim, um dos desafios da formação inicial de professores/as de ciências é buscar meios para superar a visão fragmentada do conhecimento e dar lugar a um entendimento mais holístico a respeito das sexualidades no contexto escolar.

Nestes termos, este artigo tem por objetivo apresentar os principais resultados obtidos referente a análise dos relatos de experiência dos licenciandos/as de Ciências Biológicas de uma Universidade Pública do Norte do Paraná, sobre os trabalhos desenvolvidos relativos à temática educação sexual durante a disciplina de estágio supervisionado para a docência em ciências. Destacamos os recursos didáticos utilizados para a abordagem da temática e as possíveis contribuições das experiências vivenciadas para a formação desses futuros professores/as.

1.1 A Formação Inicial do Professor(a) de Ciências e a Educação Sexual

A formação inicial dos professores/as de Ciências tem sido um tema debatido no cenário educacional brasileiro nas últimas décadas. No entanto, existe a necessidade de repensar e reformular a perspectiva teórica e prática da formação desses profissionais, principalmente no que refere a capacitação docente para o trabalho de temáticas de cunho transversal, como a sexualidade.

A compreensão reduzida e fragmentada sobre sexualidades, ainda presente dos cursos de licenciatura, pode ser justificada pelas precárias discussões a respeito das temáticas, pois os currículos dos cursos não as contemplam de forma abrangente (FELIPE; GUIZO, 2004 *apud*

COSTA, 2016). Outro fato marcante se refere aos cursos pautados por uma intensa racionalidade técnica, separando o sujeito do objeto e as suas subjetividades, emoções e intencionalidades (MORAES, 2003). Dessa forma, entende-se que o trabalho sobre sexualidades pelos professores não é uma tarefa fácil, uma vez que esse tema se entrelaça com valores morais, culturais e sociais que determinam comportamentos (NUNES, 1997).

Entretanto, em momentos de estágio em um curso de licenciatura, oportunamente podem proporcionar aos licenciandos situações em que a temática da sexualidade possa ser discutida na escola, estando ou não diretamente relacionada ao conteúdo específico da disciplina (COSTA, 2016).

1.2 Recursos Didáticos na Educação Sexual

Os recursos didáticos utilizados no espaço escolar são importantes ferramentas que contribuem para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, pois se configuram como instrumentos facilitadores na interação entre o professor, o aluno e os conhecimentos em determinada área.

Nos trabalhos de educação sexual, a utilização de recursos didáticos é um dos aspectos principais para viabilizar o trabalho da temática e que interagem com as questões sociais. Bardi e Campos (2004) apontam que os recursos visuais e os audiovisuais são os mais empregados em práticas de ensino sobre as sexualidades.

Acrescenta-se ainda, que os recursos lúdicos como os jogos, passeios, teatros, dinâmicas, entre outras possibilidades também servem como importantes ferramentas nesse processo. Para Marinho et al. (2007), a ludicidade deve ser um dos eixos norteadores do processo de ensino e aprendizagem, possibilitando a organização de diferentes conhecimentos em uma abordagem metodológica com a inserção de estratégias desafiadoras. Dessa forma, o aluno se sente motivado para aprender, já que o aprendizado se torna prazeroso e envolto por constantes desafios.

Nesse sentido, cabe aos professores/as desenvolver recursos que sejam capazes de despertar a curiosidade e motivar os adolescentes para a aprendizagem (TORRENS, 2017). Corroborando, Prado et al. (2011) destacam que a sexualidade vai ao encontro dessas considerações, pois desperta curiosidades, provoca confronto de valores, desestabiliza certezas e (des)aprisiona identidades.

Nesse contexto, evidenciamos a importância dos recursos didáticos para que sejam instrumentos motivadores para o aluno e que possibilitem o esclarecimento de dúvidas em relação ao tema.

2. METODOLOGIA

O presente artigo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, descritiva e de cunho documental. Para Ludke e André (1986) as pesquisas qualitativas são constituídas de informações descritivas e a análise dos resultados é indutiva, focada no significado que os sujeitos da pesquisa atribuem às coisas e à vida.

Neste estudo, utilizamos como instrumento de análise documental os relatórios finais de estágio para a docência em Ciências do período entre os anos de 2014 a 2016, que foram desenvolvidos por licenciandos/as do curso de Ciências Biológicas de uma Universidade Pública do Norte do Paraná. Os relatórios finais de estágio representam um documento obrigatório exigido pela proposta curricular do curso, considerando a sua importância na formação docente por condensar de forma cronológica e crítica todas as atividades significativas desenvolvidas na disciplina de Estágio Supervisionado. Por esse motivo, buscamos nos documentos, os relatos de experiência dos licenciandos/as referentes aos trabalhos realizados especificamente à temática educação sexual. Destacam-se ainda, os recursos utilizados para a abordagem da temática.

A pesquisa foi iniciada a partir da observação do sumário dos relatórios quanto aos temas e atividades indicadas pelos alunos, seguindo com a leitura e agrupamento das atividades correspondentes. Para que os licenciandos/as não fossem identificados, os seus relatórios foram nomeados com a letra L, seguida de um número cardinal.

A análise dos resultados foi realizada à luz dos pressupostos teórico-metodológicos da análise de conteúdo de Bardin (2011), a qual é dividida em três momentos, sendo elas: fase de pré-análise, exploração do material e, por fim, a interpretação dos dados. Inicia-se com uma leitura flutuante, resgatando as unidades de categorias emergidas do corpo do texto e posterior o agrupamento das unidades semelhantes e convergentes entre si dando origem às unidades de significado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os relatos analisados evidenciaram a importância dos recursos didáticos como ferramentas auxiliares no desenvolvimento das temáticas de educação sexual tanto pelos professores/as formadores/as do curso, como pelos licenciandos/as em seus estágios na escola. Dentre os recursos didáticos encontrados, elencamos as seguintes subcategorias: recurso audiovisual, recurso humano e recursos lúdicos.

3.1 Recurso audiovisual: Documentário

O documentário “Minha vida em cor de rosa” demonstrou de forma significativa a abordagem do tema sexualidade. A professora formadora proporcionou um momento de discussão com os licenciandos/as, utilizando-o como um recurso didático. Este documentário retrata a história de um menino (Ludovic) que enfrenta desafios para assumir a sua identidade feminina, o posicionamento da família e o preconceito da sociedade.

Assim, um dos relatos analisados destacou a inocência apresentada por Ludovic e outras crianças, quando “o personagem acredita ser menino apenas porque Deus errou, e deixou que seu outro cromossomo X se perdesse, dando lugar ao indesejado Y” (L2). Nessa fala, evidencia-se conhecimentos específicos da disciplina de biologia, no caso a genética ao referirem aos cromossomos sexuais, os quais, a partir da mediação docente, podem conduzir à discussões a respeito da identidade de gênero e do sexo biológico, que ainda geram dúvidas aos alunos.

Outra potencialidade do documentário elencada nos relatos foi referente à importância do respeito às diferenças entre as pessoas. Além disso, apontou como o papel da família, professores/as e toda a sociedade à construção de um mundo em que a diversidade seja respeitada. Segundo L7: “[...] toda pessoa tem o direito de ser ela mesma, e isto deve ser respeitado. Portanto é dever dos professores, da família e de toda a sociedade ensinar uns aos outros a respeitar as individualidades”.

Acrescenta-se também o posicionamento crítico de L2, o qual relata o comportamento preconceituoso e discriminatório recorrente de parte da sociedade em relação à homossexualidade: “O documentário nos faz refletir sobre o comportamento fútil da nossa sociedade em relação a discriminação de homossexuais, quando todos exigem que a família de Ludovic seja “normal” aos padrões impostos pela sociedade”.

3.2 Recurso Humano: Mesa Redonda

Outro recurso utilizado para capacitação dos licenciandos/as a respeito da educação sexual foi a participação dos alunos em uma mesa redonda intitulada como: “Corpo, Gênero, Sexualidades: Políticas Educacionais e o Ensino de Ciências e Biologia”. A temática contemplada envolveu as políticas públicas para o tema e “trouxe informações sobre como as políticas educacionais são muito poucas para tratar de sexualidade, corpo ou gênero na escola” (L5).

O relato de L8 apontou que esses temas relativos à orientação sexual podem e devem ser trabalhados nas escolas de forma transversal como garantem os PCN (BRASIL, 1998).

Além disso, a mesa redonda “[...] tratou de como os termos “corpo”, “gênero” e “sexualidades” são (ou deveriam ser) trabalhados nas escolas, o que contribuiu para a minha formação” (L8).

Os licenciandos/as ressaltaram a importância de discussões a respeito desse assunto, pois permitem que os futuros professores conheçam a legislação e as políticas que são estabelecidas em relação aos temas relacionados às sexualidades, além de fornecer subsídios sobre o modo como deve ser desempenhada a sua abordagem na escola.

Dessa forma, constatou-se como imprescindível a formação docente para lidar com situações que envolvem os temas sexualidades, corpo e gênero, pois muitas vezes, esses assuntos se encontram rodeados de preconceito e desinformação, como aponta L6: “[...] Foi exemplificado sobre alunos que são obrigados a esconder sua sexualidade nas escolas, pois estas não permitem, por exemplo a homossexualidade”. Além disso, L3 apontou que as escolas configuram-se como “[...] locais em que meninas são “abusadas” ou são obrigadas a se tornarem donas de casa contra a sua vontade, vítimas de machismo e a sociedade escolar acha normal”.

3.3 Recursos Lúdicos: Dinâmicas

Os recursos lúdicos foram os mais expressivos nos relatos dos licenciandos/as, especialmente na forma de dinâmicas desenvolvidas com alunos/as da educação básica. Esse fato pode ser justificado pelo entendimento de que a ludicidade proporciona um importante papel na motivação dos alunos para a aprendizagem (TORRENS, 2017).

Destacaram-se três dinâmicas nos relatos, a primeira denominada “Dinâmica das Sementes”, que abordou o tema da Aids; a segunda intitulada “Dinâmica do Farol” contemplou os conhecimentos gerais dos alunos sobre as sexualidades, gravidez, aborto, Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST’s) e a terceira foi a “Dinâmica da Caixinha” em que foram depositadas perguntas de interesse e de dúvidas dos alunos, garantindo o seu anonimato.

A Dinâmica das Sementes consistiu em entregar aos alunos sementes de feijão, milho e arroz, para simular a transmissão do vírus HIV. Sob o critério do professor uma das sementes correspondia ao vírus HIV e durante a dinâmica era obrigatória a troca das sementes entre os alunos, simulando relações sexuais desprotegidas e a possibilidade de infecção e propagação do vírus HIV e outras IST’s. A respeito dessa experiências com os alunos um dos relatos destacou:

Notamos que apesar de nos depararmos sempre com o tema sexualidade em nossas vidas, seja como docentes ou como discentes, abordar esse assunto ainda é um desafio, devido a diversos fatores, entre eles a falta de recursos didáticos específicos, incompreensão dos pais dos alunos, preconceito, religião, timidez e até insegurança em discutir ou opinar sobre o tema (L12).

A segunda dinâmica adotada nas atividades foi a “Dinâmica do Farol”, que se desenvolveu por meio de duas técnicas. Na primeira, os alunos/as recebem placas com as cores verde, vermelho e amarelo, simbolizando o semáforo. Assim, à medida que são apresentadas perguntas de conhecimento geral a respeito das sexualidades os alunos/as devem levantar a placa de cor correspondente ao seu conhecimento. Na segunda técnica, um farol é representado em uma folha de sulfite e o aluno expõe por escrito seus conhecimentos em relação as cores que constitui o objeto.

Ao relatar a experiência, os licenciandos/as apontaram a contribuição da dinâmica como um recurso didático tanto para os alunos quanto para a sua própria formação à docência:

[...] É esclarecedor por parte dos alunos, que muitas vezes possuem dúvidas que não são tiradas durante a aula. Também foi possível perceber que nós, professores em formação, precisamos de momentos como esses para aprendermos a preparar aulas e a realidade atual dentro de colégios e do comportamento dos adolescentes. Foi uma experiência incrível (L6).

A terceira dinâmica foi a “Dinâmica da caixinha de dúvidas”, considerada como um recurso didático muito presente nas abordagens sobre as sexualidades nas escolas, principalmente no primeiro contato com os alunos. Neste momento, proporciona oportunidades àqueles educandos/as com características mais tímidas e retraídas de se expressarem e sanarem suas dúvidas sem quaisquer constrangimentos.

As perguntas mais representativas durante a dinâmica foram sobre “[...] aborto, primeira vez e sexo sem compromisso” (L7). Além disso, L9 relata que também “prevaleceram sempre assuntos considerados mais polêmicos, tais como: Masturbação, gravidez na adolescência e aborto”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os temas relacionados às sexualidades são complexos e sua abordagem necessita de formadores amparados por subsídios teóricos e práticos para o desenvolvimento desta temática no contexto escolar. Nesse contexto, apontamos que é imprescindível a formação docente para lidar com situações que envolvam as temáticas sexualidades, corpo e gênero, já que diversas vezes, esses assuntos se encontram rodeados de preconceito e desinformação.

Acreditamos que seja fundamental a contextualização na abordagem do tema, de forma interdisciplinar, transversal e aliada aos aspectos socioculturais dos alunos/as. Assim, destacamos a importância e a contribuição dos recursos didáticos ao processo educacional.

Observamos que a produção dos relatórios da disciplina de Estágio Supervisionado, instrumentos de análise dessa pesquisa, constitui momentos de reflexão e qualificação da formação dos licenciandos/as.

Nesse sentido, consideramos importante uma reflexão e discussão acerca da formação dos professores/as na temática sexualidades, possibilitando a promoção de práticas que integrem a visão holística, a busca de valores e a formação para a cidadania.

5. REFERÊNCIAS

BARDI, J.; CAMPOS, L. M. L. **Produção de materiais didáticos paratemas de orientação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental**. IB – UNESP; Botucatu: SP; Dez. 2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual – Temas Transversais: Orientação Sexual**. Brasília, Secretaria de Educação Fundamental – MEC/SEF, 1998.

COSTA, P. C. F. **Educação Sexual: uma metodologia inspirada nos patamares de adesão**. Curitiba: Appris, 2016.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-34.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARINHO, H.R. B.; MATOS JUNIOR, M. A.; SALLES FILHO, N. A.; FINCK, S. C. M. **Pedagogia do movimento: universo lúdico e psicomotricidade**. Curitiba: IBPEX, 2007, 123 p.

MORAES, M. C. **Educar na Biologia do amor e da solidariedade**. Petrópolis: Vozes, 2003.

NUNES, C.A. **Desvendando a sexualidade**. 3.ed. Campinas: Papirus, 1997.

PRADO, V. M.; RIBEIRO, A. I. M.; FAZANO, L. C. Materiais audiovisuais didáticos e educação sexual na escola: uma pesquisa nos acervos vídeo gráficos do ministério da educação e cultura e ministério da saúde do governo brasileiro. **Colloquium Humanarum**, v. 8, n. 1, p. 35-40, 2011.

SANTANA, A. R.; CRISÓSTIMO, A. L.; MOSER, A. S.; PILATI, L.; PARTEKA, L. M. Doenças Sexualmente Transmissíveis e o jogo do tabuleiro. IN: CRISÓSTIMO, A. L.; KIEL, C. A. **O lúdico e o ensino de ciências: saberes do cotidiano**. Guarapuava: Unicentro, 2017, p. 113-128.

TORRENS, D. B. i. **Neurociência para educadores**. Barcelona: Octaedro/Rosa Sensat, 2017.

A INEFICIÊNCIA LEGISLATIVA NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS SEXUAIS E A NECESSIDADE DO ATIVISMO JUDICIAL

Amaral, Isabela Fernanda dos Santos Andrade
Graduada em Direito pelo Centro Universitário Toledo Prudente
Mestranda em Ciências Jurídicas, bolsista CAPES
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ
isabelasamaral@outlook.com

Maia, Jorge Sobral da Silva
Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Jurídica
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP/CJ
sobralmaia@uenp.edu.br

DIREITO SEXUAL E ANTIDISCRIMINATÓRIO

RESUMO

O presente trabalho aborda de forma qualitativa e explanatória o desenvolvimento do reconhecimento dos direitos sexuais à população LGBTI, realizando breves anotações sobre o âmbito internacional e trazendo um pouco da jurisprudência nacional sobre o assunto. Dessa maneira, durante o desenvolvimento do texto se faz notória a ineficiência do Poder Legislativo em zelar pelos referidos direitos e a necessidade de uma postura ativa do Poder Judiciário. Concluiu-se que há escassez profunda de legislação sobre direitos sexuais e que enquanto estas não são realizadas, deve-se procurar auxílio do Judiciário. Para a realização do trabalho foram utilizados os métodos histórico e dedutivo, realizando pesquisa documental e bibliográfica.

Palavras-chave: Direitos sexuais. LGBTI. Poder Legislativo. Poder Jurídico. Ativismo Judiciário.

INTRODUÇÃO

Os direitos sexuais fazem parte do conjunto de direitos humanos e tem relação direta com a dignidade humana. Esses direitos garantem às pessoas a liberdade de exercerem as sexualidades da forma que preferirem e de construírem suas personalidades sem interferência e sem que haja discriminação, os direitos sexuais zelam também pela privacidade e autonomia.

São direitos que começaram a ser exigidos por grupos feministas em busca da isonomia de gêneros, porém, não tardou para que se evidenciasse a importância desses direitos aos LGBTI.

Entretanto, ainda não é possível dizer que houve grande avanço nessa matéria tanto na legislação internacional quanto na nacional, haja vista que diferenças culturais e crenças religiosas impedem melhorias no reconhecimento e abrangência dos direitos sexuais. O ativismo judicial se faz aqui essencial para possibilitar a garantia de direitos sexuais à comunidade LGBTI.

Ante o exposto, o presente trabalho se propôs a estudar a caminhada da busca por previsão legislativa dos direitos sexuais, possuindo nas conferências internacionais, até o quadro em que se encontra atualmente no direito brasileiro.

Tal discussão é relevante para o presente eixo temático, como forma de explanação sobre no que consistem os direitos sexuais e como eles vem sendo implantados nacionalmente pela atividade do Poder Judiciário, trazendo questões relevantes e atuais, como decisão monocrática do ministro Barroso para a transferência de travestis para penitenciária condizentes com sua orientação sexual e a Ação Direta de Inconstitucionalidade que autorizou a alteração do nome e do sexo no registro civil para transexuais, sem a necessidade de realização de cirurgia de adequação de sexo.

METODOLOGIA

Neste trabalho, optou-se por uma abordagem qualitativa explanatória sobre a questão da dificuldade em legislar matéria sobre direito sexual e sexualidades e a necessidade de o Poder Judiciário agir, por meio do ativismo judicial, para consolidar esses direitos tanto para a comunidade em especial quanto, especialmente, para a população LGBTI.

Para tanto foram utilizados os métodos histórico e dedutivo e as técnicas de pesquisa documental e bibliográfica, ao analisar documentos legislativos, jurisprudências, livros e

artigos referentes a dificuldade de aprovação de leis sobre direitos sexuais e o ativismo judicial que visa suprir a referente lacuna.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tanto no âmbito internacional quanto no âmbito nacional se faz recente a ponderação sobre direitos sexuais. O que se origina como reflexo das construções culturais que consolidaram o sexo como um tabu, fazendo com que seja especialmente difícil para as organizações internacionais realizarem tratados sobre o assunto com o máximo de Estados sendo signatários.

Com exceção da Convenção sobre os Direitos das Crianças de 1989, que tinha como finalidade a proteção das crianças contra abusos e explorações sexuais, as palavras “sexualidade” ou “sexual” não eram vistas em debates internacionais, o que perdurou até o ano de 1993 (GIRARD, 2007, p. 317-318).

Em 1994, na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, Egito, devido à tentativa de um grupo feminista de reconhecer os direitos sexuais com o uso da expressão “direitos sexuais e reprodutivos” teve início, de forma indireta, a discussão sobre os direitos das pessoas homoafetivas. Nesta conferência o Vaticano e alguns outros governos, se posicionaram contra a utilização do termo “sexuais” temendo que se aferisse referência aos homoafetivos, motivo pelo qual aceitaram apenas o termo “direitos reprodutivos”. Essa ocasião abriu a discussão sobre o reconhecimento e a garantia de direitos as expressões de identidade ou de gênero múltiplas.

Na Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995, em Pequim na China, colocou-se em evidência as discussões sobre direitos sexuais e orientação sexual. Gloria Careaga Pérez (2014, p. 150) afirma que:

Foi um momento muito importante para mudar a forma de pensar sobre a sexualidade, assim como um longo e intenso processo dialético no qual conceitos foram desenvolvidos. No entanto, embora a orientação sexual fosse explícita em termos de direitos sexuais, ativistas da saúde decidiram, estrategicamente, não realçá-la. [...] No final, a orientação sexual e direitos sexuais foram eliminados, mas o parágrafo 96 (NAÇÕES UNIDAS, 1995) reconhece claramente o direito de ter controle decidir livre e responsabilmente sobre questões relacionadas à sua sexualidade, livre de coerção, discriminação e violência.

A luta pela inclusão na agenda internacional direitos referentes a orientação sexual e identidade de gênero vem sendo travada no Conselho de Direitos Humanos da Organização

das Nações Unidas (ONU) desde 2003, quando o Brasil evidenciou a necessidade de reconhecimento da discriminação sofrida por toda a sociedade LGBTI (PÉREZ, 2014, p. 150).

Entre 6 e 9 de novembro de 2006, foi reunido em Yogyakarta, na Indonésia, um grupo de 29 especialistas em direitos humanos e na luta do movimento LGBTI, de 25 países distintos, pela Comissão Internacional de Juristas e o Serviço Internacional de Direitos Humanos. Esse grupo formulou os Princípios de Yogyakarta, os quais objetivam orientar a aplicação da legislação internacional sobre violações de direitos humanos com base na orientação sexual ou identidade de gênero (YOGYAKARTA, 2006, p. 8).

Os princípios não possuem efeito vinculante, haja vista que os especialistas presentes não eram representantes oficiais dos Estados dos quais eram originários. Apesar disso, o STF vem aplicando os Princípios em seus julgamentos, como ocorreu no corpo do acórdão que decidiu o Agravo Regimental no Recurso Extraordinário 477.554, julgado em 16 de agosto de 2015, (STF, 2015, p. 20-21), que consta com a seguinte redação:

Entendo que a pretensão recursal ora em exame não só conflita com os precedentes firmados por esta Suprema Corte, mas diverge, por igual, dos Princípios de Yogyakarta, que traduzem recomendações dirigidas aos Estados nacionais, fruto de conferência realizada, na Indonésia, em novembro de 2006, sob a coordenação da Comissão Internacional de Juristas e do Serviço Internacional de Direitos Humanos.

O Ministro Celso de Mello, relator do referido acórdão, evidenciou que os Princípios de Yogyakarta possuem caráter de recomendações, não possuindo obrigatoriedade. Porém, é de bom senso, aos Estados democráticos de direito, como é o caso do Brasil, observar tais recomendações, visto que vão encontro dos nossos princípios constitucionais.

Ademais, a Organização dos Estados Americanos (OEA) vem emitindo diversas resoluções sobre o tema, no sentido de assegurar o direito daqueles que são discriminados e agredidos devido a sua orientação sexual ou identidade de gênero, inclusive para “incentivar os Estados membros a que, de acordo com os parâmetros das instituições jurídicas de seu ordenamento interno, considerem a adoção de políticas públicas contra a discriminação de pessoas em razão da orientação sexual e da identidade ou expressão de gênero” (OEA, 2013, parágrafo 2).

Segundo Bruno Salles Ribeiro (2010, p. 14), o grande marco para o reconhecimento dos direitos sexuais no Brasil foi a alteração do Título VI, do Código Penal, de “Crimes Contra o Costume” para “Crimes Contra a Dignidade Sexual”. Neste momento o bem jurídico protegido pelo Título VI foi alterado, onde antes era defendida a moral, agora defende-se a

dignidade sexual, sendo esta expressão derivada do termo dignidade da pessoa, conceito basilar sob o qual são construídas as sociedades democráticas pluralistas.

Desta forma, no Título VI do Código Penal, para proteger a dignidade humana, tipificam-se ações que vão contra o direito de autodeterminação sexual, visto que nesses tipos penais estão previstas condutas sexuais realizadas pelo agente delitivo que são contrárias ou que ignoram a vontade da vítima.

Ensina Maria Berenice Dias (2001, s/p.) que a sexualidade faz parte da natureza humana, sendo característica natural inerente de todo ser humano. Portanto o exercício da sexualidade é direito fundamental, compreendendo, desta forma, os direitos de liberdade sexual e liberdade de autodeterminação sexual.

Quando se assegura o exercício dos direitos sexuais, se está assegurando a proteção do direito de dignidade, permitindo às pessoas exercerem suas escolhas e construir sua personalidade sem interferências de terceiros, inclusive do Estado (DIAS, R. B., 2012, p. 207).

Frente a legislação que se faz inadequada à atual configuração social e obsoleta e a um Legislativo dotado de “bancadas” que bloqueiam projetos referentes a direitos sexuais e sexualidades, cabe ao Judiciário, agindo por meio do ativismo judicial, reconhecer direitos da comunidade LGBTI, para evitar que mesmo um direito básico não seja negado a determinada parte da população ~~devida~~ devido à sua orientação sexual ou identidade de gênero.

É o que pode se observar no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade número 4.277, em 2011, reconheceu a união homoafetiva como entidade familiar. Em decisão bem ponderada os magistrados abordaram a discriminação pelo sexo frente aos direitos de liberdade, intimidade e vida privada, como pode ser observado a seguir na transcrição de um dos itens constantes na ementa:

[...]2. PROIBIÇÃO DE DISCRIMINAÇÃO DAS PESSOAS EM RAZÃO DO SEXO, SEJA NO PLANO DA DICOTOMIA HOMEM/MULHER (GÊNERO), SEJA NO PLANO DA ORIENTAÇÃO SEXUAL DE CADA QUAL DELES. A PROIBIÇÃO DO PRECONCEITO COMO CAPÍTULO DO CONSTITUCIONALISMO FRATERNAL. HOMENAGEM AO PLURALISMO COMO VALOR SÓCIO-POLÍTICO-CULTURAL. LIBERDADE PARA DISPOR DA PRÓPRIA SEXUALIDADE, INSERIDA NA CATEGORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO INDIVÍDUO, EXPRESSÃO QUE É DA AUTONOMIA DE VONTADE. DIREITO À INTIMIDADE E À VIDA PRIVADA. CLÁUSULA PÉTREA. O sexo das pessoas, salvo disposição constitucional expressa ou implícita em sentido contrário, não se presta como fator de desigualação jurídica. Proibição de preconceito, à luz do inciso IV do art. 3º da Constituição Federal, por colidir frontalmente com o objetivo constitucional de promover o bem de todos. Silêncio normativo da Carta Magna a respeito do concreto uso do sexo dos indivíduos como saque da kelseniana norma geral negativa, segundo a qual o que não estiver juridicamente proibido, ou obrigado, está juridicamente permitido. Reconhecimento

do direito à preferência sexual como direta emanção do princípio da dignidade da pessoa humana: direito a auto-estima no mais elevado ponto da consciência do indivíduo. Direito à busca da felicidade. Salto normativo da proibição do preconceito para a proclamação do direito à liberdade sexual. O concreto uso da sexualidade faz parte da autonomia da vontade das pessoas naturais. Empírico uso da sexualidade nos planos da intimidade e da privacidade constitucionalmente tuteladas. Autonomia da vontade. Cláusula pétrea. [...]

Outro exemplo do Judiciário regulamentando direitos da população LGBTI está no Recurso Extraordinário 845.779, no qual se discute o dever de indenizar por danos morais transexual que alega ter sido discriminada, ao se dirigir ao banheiro feminino, por funcionária de um de shopping center em Florianópolis, Santa Catarina, que a expulsou do local.

Por não haver outros banheiros na proximidade e por se encontrar com problemas intestinais, a transexual acabou por defecar em suas próprias vestes, devendo, ainda, ir para sua casa utilizando transporte público.

Interposto o Recurso Extraordinário 845.779, por maioria de votos lhe foi concedida repercussão geral, em seguida a ementa que reconhece a repercussão geral:

TRANSEXUAL. PROIBIÇÃO DE USO DE BANHEIRO FEMININO EM SHOPPING CENTER. ALEGADA VIOLAÇÃO À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A DIREITOS DA PERSONALIDADE. PRESENÇA DE REPERCUSSÃO GERAL. 1. O recurso busca discutir o enquadramento jurídico de fatos incontroversos: afastamento da Súmula 279/STF. Precedentes. 2. Constitui questão constitucional saber se uma pessoa pode ou não ser tratada socialmente como se pertencesse a sexo diverso do qual se identifica e se apresenta publicamente, pois a identidade sexual está diretamente ligada à dignidade da pessoa humana e a direitos da personalidade 3. Repercussão geral configurada, por envolver discussão sobre o alcance de direitos fundamentais de minorias – uma das missões precípua das Cortes Constitucionais contemporâneas –, bem como por não se tratar de caso isolado. (RE 845779 RG, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, julgado em 13/11/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-045 DIVULG 09-03-2015 PUBLIC 10-03-2015) [Grifo nosso]

Reconhecendo a repercussão geral, o Supremo reconheceu a importância do assunto, o impacto social e a necessidade de regulamentação deste. À Repercussão Geral foi designado o Tema 778, a qual aborda a “possibilidade de uma pessoa, considerados os direitos da personalidade e a dignidade da pessoa humana, ser tratada socialmente como se pertencesse a sexo diverso do qual se identifica e se apresenta publicamente”.

O Ministro Relator Luís Roberto Barroso conferiu seu voto a favor do tratamento social conforme o sexo pelo qual a pessoa se identifica, dando provimento ao recurso e condenando o réu a pagar a indenização de R\$ 15.000,00 (quinze mil); seu voto foi acompanhado pelo Ministro Edson Fachin, que, por sua vez, majorou a indenização para R\$ 50.000,00 (cinquenta

mil reais); no entanto. O Recurso Extraordinário está suspenso desde 2015, oportunidade em que o Ministro Luiz Fux pediu vista dos autos.

Nas anotações para seu voto, o Ministro Luís Roberto Barroso (2015, p.9) aponta que:

Note-se que o suposto constrangimento às demais mulheres seria limitado, tendo em vista que as situações mais íntimas ocorrem em cabines privativas, de acesso reservado a uma única pessoa. De todo modo, a mera presença de transexual feminina em áreas comuns de banheiro feminino, ainda que gere algum desconforto, não é comparável àquele suportado pela transexual em um banheiro masculino. Pedindo licença às pessoas por citar os seus nomes e condição, imagine-se o grau de desconforto que sentiriam, por exemplo, Roberta Close ou Rogéria se fossem obrigadas a utilizar um banheiro masculino

O ano de 2018 vem sendo um ano de conquistas relevantes para a população trans.

Quanto à questão penitenciária, em fevereiro do referido ano, o ministro Luís Roberto Barroso, em decisão monocrática ao analisar o *Habeas Corpus* 152.491, determinou a transferência de duas travestis que estavam reclusas na penitenciária masculina na cidade de Tupã, São Paulo, para “estabelecimento prisional compatível com as respectivas orientações sexuais”. Importante atentar para o fato de o ministro ter utilizado “orientação sexual” e não “identidade de gênero” em sua decisão, podendo indicar ou um equívoco quanto a diferenciação dos termos ou o cuidado do ministro de não colocar a integridade das demais detentas em risco, caso as travestis possuíssem interesse sexual também em mulheres.

Outra decisão de extrema relevância devido ao seu caráter *erga omnes*, alcançando toda população transexual brasileira, julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275, proposta pela Procuradoria Geral da República, que possuía como objetivo dotar interpretação conforme a Constituição o artigo 58 da Lei 6.015/73, que dispõe sobre os registros públicos, para que se reconhecesse o direito de transexuais serem capazes de substituir seu prenome e sexo no registro civil independentemente de realização de cirurgia de transgenitalização. Conforme a conclusão do julgamento disponibilizada pelo site do STF:

O Tribunal, por maioria, vencidos, em parte, os Ministros Marco Aurélio e, em menor extensão, os Ministros Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes, julgou procedente a ação para dar interpretação conforme a Constituição e o Pacto de São José da Costa Rica ao art. 58 da Lei 6.015/73, de modo a reconhecer aos transgêneros que assim o desejarem, independentemente da cirurgia de transgenitalização, ou da realização de tratamentos hormonais ou patologizantes, o direito à substituição de prenome e sexo diretamente no registro civil. Impedido o Ministro Dias Toffoli. Redator para o acórdão o Ministro Edson Fachin. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 1º.3.2018

Contudo, a supracitada decisão só entrará em vigor quando for publicada no Diário da Justiça Eletrônico, o que não ocorreu até a presente data de escrita desse trabalho (07.08.2018), mas em casos de urgência é possível entrar com um processo utilizando como fundamento o acórdão, o que acelera de forma substancial o trâmite do processo.

Pelo que se foi exposto é possível observar que a discussão sobre direitos sexuais e de sexualidades começou há pouquíssimo tempo na história da humanidade. Toda a construção que foi aferida sobre o assunto, de forma a lhe tratar como pecado, um tabu, ainda cria fortes empecilhos para o reconhecimento de direitos a ele referentes e, de forma reflexa, à positivação de direitos para a população LGBTI, principalmente aos transexuais.

Para tentar cobrir a lacuna legislativa e evitar a transgressão contra essas pessoas, o Poder Judiciário acaba por chamar para si a responsabilidade de estabelecer a previsão de direitos para os LGBTI, acontecendo principalmente por meio da mutação ao aferir nova interpretação, com fundamento na Constituição Federal, a uma norma. A aplicação da interpretação conforme a Constituição geralmente é proferida em casos como de ação direta de inconstitucionalidade.

Utilizando a interpretação conforme a constitucionalidade foi possível reconhecer a união homoafetiva como entidade familiar e possibilitar a alteração civil de prenome e sexo para transexuais sem necessidade de cirurgia de adequação de sexo. Decisões que respeitam a dignidade humana e os direitos sexuais ao reconhecer o exercício de dispor livremente da própria sexualidade.

CONCLUSÃO

O reconhecimento de direitos sexuais, mormente à população LGBTI não acontece de maneira simples, são encontrados diversos empecilhos. Em escala internacional isso decorre das enormes diferenças culturais entre os Estados, havendo aqueles que se recusam a assinar um tratado na íntegra caso vá contra algum de seus costumes. Já no Brasil, a resistência é encontrada no Congresso Nacional, pelas chamadas “bancadas religiosas”.

Devido a esses fatores, a discussão sobre os direitos sexuais só teve início nos debates internacionais em 1994. No ano seguinte foi autorizado na Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim foi reconhecido claramente o direito de controle sobre questões relacionadas à sua sexualidade, livre de coerção, discriminação e violência; contudo, fora retirado do texto os termos “orientação sexual” e “sexualidade”.

Os princípios de Yogyakarta demonstraram um momento importante de conscientização internacional. Esses princípios são voltados a dar orientação sobre a aplicação a legislação internacional sobre violações de direitos humanos com base na orientação sexual ou identidade de gênero. Em que pese sua relevância e a participação de especialistas advindos de 25 países diferentes, por esses não serem representantes oficiais de seus Estados os princípios não possuem efeito vinculante. Mesmo assim o Supremo vem aplicando tais orientações em suas decisões.

Direito pátrio se extrai o reconhecimento da existência de direitos sexuais do Título VI do Código Penal, que foi alterado para constar como “Crimes Contra a Dignidade Sexual”. Contudo não há nenhuma legislação específica quanto ao tema.

Ante a diversas discriminações, humilhações e violências que assolam a comunidade LGBTI, o Judiciário é chamado para dar seu parecer. Devido a existência de inúmeros processos com a mesma causa de pedir, o Supremo pode reconhecer o tema como sendo de repercussão geral, e assim fixar uma regulamentação a ser utilizada em casos análogos, ainda pode ser pedido que o Tribunal dote de interpretação conforme a Constituição alguma norma que restrinja os direitos dos LGBTI, geralmente nesse caso o pedido se dá em forma de ação direta de inconstitucionalidade.

Pelas decisões citadas no texto podemos perceber como se faz necessário o ativismo judicial para resguardar o direito de minoria que é tão discriminada que nem mesmo consegue ter seus direitos assegurados pelos parlamentares.

Legislar é uma função atípica do Judiciário, mas de extrema relevância para garantir o acesso a direitos humanos mínimos a uma parcela populacional que corresponde a dezenas de milhões de brasileiros.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **RE 845.779 Tratamento social a ser dispensado a transexuais**: Anotações para o voto oral do Ministro Luís Roberto Barroso. Brasília: 2015. Disponível em: <<http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2015/11/Transexuais-RE-845779-Anota%C3%A7%C3%B5es-para-o-voto.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e Aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora*. São Paulo: Saraiva, 2001.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4275. Relator: Ministro Marco Aurélio. Brasília, 01 de março de 2018. **Portal Stf**. Brasília, . Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADIN&s1=4275&processo=4275>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação direta de inconstitucionalidade 4.277.**

Reconhece a união homoafetiva como instituto jurídico. Disponível em:

<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 477.554, MG.** Relator: Ministro Celso de Mello. 16 de novembro de 2011. Brasília: STF, 2011. Disponível em:

<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=626719>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus nº 152.491. **Portal STF.** Brasília, 2018. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5341940>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Repercussão Geral no Recurso Extraordinário 845.779 Santa Catarina.** Relator: Ministro Roberto Barroso. 13 de novembro de 2014. Brasília: STF, 2014. Disponível em:

<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=7971144>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

DIAS, Maria Berenice. **Liberdade sexual e direitos humanos.** 2001. Disponível em:

<http://www.mariaberenice.com.br/uploads/16_-_liberdade_sexual_e_direitos_humanos.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2018.

DIAS, Rodrigo Bernardes. **A incorporação dos direitos sexuais aos direitos humanos fundamentais.** 2012. 390 f. Tese (Doutorado em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-19022013-112936/>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

GIRARD, F. Negotiating Sexual Rights and Sexual Orientation at the UN. **SexPolitics:**

Reports from the Front Lines. Organização das Nações Unidas: 2007. p. 311-358. Disponível em: <<http://www.sxpolitics.org/frontlines/book/pdf/sexpolitics.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

OEA. Organização dos Estados Americanos, **Assembleia Geral – Resolução 2807 (XLIII-O/13).** Guatemala, 2013. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/sla/ddi/docs/AG-RES_2807_XLIII-O-13.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2018.

PAINEL INTERNACIONAL DE ESPECIALISTAS EM LEGISLAÇÃO

INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, ORIENTAÇÃO SEXUAL E

IDENTIDADE DE GÊNERO, Comissão Internacional de Juristas e o Serviço Internacional de Direitos Humanos. **Princípios de Yogyakarta.** Indonésia, Yogyakarta: 2006. Disponível em: <http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2018.

PÉREZ, Gloria Careaga. A proteção dos direitos LGBTI, um panorama incerto. In: **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 11, p. 147-153, 2014. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/xmlui/bitstream/handle/2011/90688/protecao_direitos_lgbti_perez.pdf?sequence=1>. Acesso em: 04 ago. 2018.

RIBEIRO, Bruno Salles Pereira. Dignidade sexual e liberdade de autodeterminação sexual. In: **Boletim IBCCRIM**. São Paulo, ano 18, n° 217, p. 14-15, 2010.

EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADES CRÍTICA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS/ES: UM OLHAR PARA O PDE – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

ADRIELLE CAMILE FIGUEIREDO GOMES

adrielle_gomes15@hotmail.com

Licenciada em Ciências Biológicas-UENP/CJ
Especialista em Gênero e Diversidade Escolar-Faculdade São Braz
Discente do curso de especialização em Humanidades: estudos interdisciplinares
em educação, cultura e contemporaneidade da UENP/CJ

MATEUS LUIZ BIANCON

mateusbiancon@uenp.edu.br

Professor Adjunto B da Universidade Estadual do Norte do Paraná
Orientador no Curso de Ciências Biológicas – Licenciatura Plena do CJ/UENP

A Pedagogia Histórico-Crítica e a Temática Gênero e Sexualidade.

RESUMO

O presente trabalho em forma de pesquisa qualitativa, de natureza básica, descritiva, que foi realizado como monografia para a obtenção do título de licenciada em Ciências Biológicas pela UENP/CJ tem como objetivo compreender as questões de gênero e as sexualidades no processo de formação continuada dos professores da rede pública do estado do Paraná por meio do PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional), diante da análise dos documentos que regem o referencial teórico deste programa e constatar se os mesmos apresentam fundamentos em uma pedagogia crítica e não reprodutivista. Os resultados desta pesquisa mostram que o PDE apresentava preocupação com a temática gênero e sexualidade, porém não articulada à uma fundamentação crítica necessária que mostre as sexualidades e a heteronormatividade como produto de uma cultura atrelada às formas de produção da vida. Por isso a necessidade desta temática se encontrar fundamentada em uma pedagogia que dê conta de desvelar a realidade e o objeto concreto no contexto atual, historicamente acumulado, promover a luta contra a heteronormatividade e as marginalizações sociais.

Palavras-chave: Pedagogia histórico-crítica; Gênero e sexualidade; Educação em Sexualidades Crítica; Formação continuada de professoras (es).

INTRODUÇÃO

Considerando a sexualidade um produto de dimensões biológicas, psicológicas e sociais, esta última com influências acumuladas historicamente e produto de determinações presentes na sociedade, entende-se nos dias de hoje, a necessidade de se inserir a temática na escola, numa perspectiva crítica. Indica-se sua inserção nas diversas disciplinas do currículo por meio dos conteúdos específicos presente nas Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica.

Desta forma, espera-se que professores/as apresentem elementos para o enfrentamento das dificuldades acerca das questões de gênero e em sexualidades. Por isso, a importância da temática se apresentar na formação inicial e continuada promovendo preparo aos/às mesmos/as para discussões das questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar, com base nos conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos. Desta forma, a escola possui um papel fundamental na qualificação da prática social dos estudantes elevando-as/os a compreensão da sexualidade e as questões de gênero, possibilitando à/ao estudante um olhar crítico e reflexivo sobre a temática sexualidade no ambiente escolar, tornando um ambiente favorável na luta por uma sociedade justa, igualitária no combate à heteronormatividade e as marginalizações sociais.

A escolha por se trabalhar com a Educação das Relações de Gênero e em Sexualidades se deu durante a graduação em Ciências Biológicas, na Universidade Estadual do Norte do Paraná, ao participar da JORESP (Jornada Regional de Educação Sexual do Paraná) e o CISEX - Colóquio Internacional de Educação em Sexualidades da UENP, eventos do Colegiado de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Norte do Paraná, Campus de Jacarezinho, juntamente com a disciplina de Educação das Relações de Gênero e em Sexualidades e a participação como *bolsista no PIBID* (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) no subprojeto de Gênero e em Sexualidades, que demonstrou na prática a compreensão da necessidade de se inserir este tema na formação de professores/as. Este trabalho é um recorte do TCC – Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no ano de 2016 para obtenção do título de licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Norte do Paraná-Campus de Jacarezinho sobre orientação do Prof.Dr Mateus Luiz Biancon.

Foi utilizado neste estudo, o termo Educação em Sexualidades Crítica ao invés de Educação Sexual, por se considerar que este termo Educação em Sexualidades é mais apropriado, por valorizar tanto a pluralidade quanto a sexualidade do gênero humano, e o acréscimo da palavra crítica, para assegurar o fundamento teórico deste trabalho na Pedagogia Histórico-Crítica (BIANCON, 2016).

O contato com a Pedagogia Histórico-Crítica veio a partir da disciplina de Metodologia e Prática do Ensino de Ciências e, posteriormente na disciplina de Metodologia e Prática de Ensino em Biologia, o que orientou a fundamentação teórica deste trabalho. Portanto, buscamos com esse estudo, mostrar a importância da Pedagogia Histórico-Crítica como base teórica de sustentação para a formação de Educadoras/es, apontando-se para uma necessária formação inicial e continuada de professores/as,

fundamentada em uma pedagogia crítica e não reprodutivista. Nesse sentido, preocupando-se com a formação continuada de professores/as da rede pública do Estado do Paraná, justifica-se a análise do PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional), presente na rede pública do estado do Paraná. A partir disto, busca-se com esta pesquisa verificar nos documentos que organizam este programa, analisar se há uma preocupação com a temática sexualidade e, ainda, a partir das propostas de ementas do processo formativo desses professores, verificar se os documentos que regem o PDE apresentam fundamentos em uma pedagogia crítica e não reprodutivista.

MÉTODOS

O método de pesquisa utilizada neste trabalho apresenta uma abordagem qualitativa, de natureza básica, descritiva, baseando-se em instrumentos como coleta de documentos que organizam o Programa de Desenvolvimento Educacional, visando buscar estratégias de ação e se possível a solução de alguns problemas do processo de formação em Educação de Gênero e em Sexualidades Crítica.

Optamos pela metodologia de pesquisa com abordagem qualitativa, pois a mesma tem o objetivo de compreender o objeto a ser estudado e se propõe enxergar a relevância do contato direto e interativo da/o pesquisadora/or com as/os sujeitas/os envolvidos da pesquisa, conseguindo assim obter dados descritivos, para se interpretar os fenômenos que serão estudados (NEVES, 1996).

Escolhemos a análise documental para esse trabalho, por considerar que ela vem a constituir uma técnica importante na pesquisa qualitativa, pois a mesma acrescenta informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (LUDKE e ANDRÉ, 1986).

Por meio da análise de dados das linhas de estudo do PDE, especificamente as linhas de estudo de Ciências e Biologia, delimitou-se o foco apenas na seção **Diálogos curriculares com a diversidade**, seguindo um padrão para análise descrito na tabela a seguir:

Critérios da análise	Foco geral da análise
Conteúdo Teórico relacionado a Sexualidade.	O conteúdo trabalha a Educação de Gênero e em Sexualidades com fundamentos na pedagogia histórico-crítica?
Conteúdo Teórico relacionado a Pedagogia	Qual a Pedagogia trabalhada nas linhas de estudo?

	(Enfoque para a Pedagogia Histórico Crítica)
Relevância dos Conteúdos	Qual a importância de se trabalhar esses conteúdos na formação continuada do professor.

O procedimento utilizado para a análise dos dados está focado no método materialismo histórico-dialético, o que indica interpretar os documentos citados acima, a partir de uma realidade concreta, objetivada desvelando o objeto no momento histórico, político, econômico e as relações determinantes e alienadas presentes em nossa sociedade, buscando na criticidade o elemento essencial para transformação social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As linhas de estudo do PDE tem como seu objetivo a orientação e definição, em parâmetros gerais, dos estudos a serem realizados em cada uma das Áreas/Disciplinas do Programa, facilitando assim a articulação entre as demandas por formação da Educação Básica e os estudos nas IES – Instituições de Ensino Superior (PARANÁ, 2013, p.2).

Na sessão **Diálogos curriculares com a diversidade** das linhas de estudo, encontramos os seguintes detalhamentos da temática de Gênero e em Sexualidades no programa:

[...] “Análise de materiais didáticos da disciplina de Biologia e Ciências com foco na diversidade; Possibilidades de encaminhamentos didáticos e metodológicos das temáticas da diversidade nas disciplinas de Biologia e Ciências; Diálogos da diversidade com os conteúdos do currículo das disciplinas de Biologia e Ciências: da relação das disciplinas de Biologia e Ciências com as questões de gênero, raça-etnia, classe social, heteronormatividade, sexualidades, diversidade sexual, direitos sexuais e reprodutivos, preconceito, discriminação e violências” (PARANÁ, 2013, p.4).

Analisando os detalhamentos nas linhas de estudo, vemos que o programa demonstra certa preocupação com o tema gênero e sexualidade. Ao inserir essa temática no programa, observa-se a vontade de realizar mudanças de concepções entre os/as professores/as participantes para ampliar a compreensão dos/as mesmos/as sobre as questões de gênero e sexualidade e a educação. A introdução da temática diversidade no programa implica, na preocupação com os problemas imediatos da prática social das/os estudantes, porém não apresentando preocupação de transformação social, e sim apenas em se adaptar à sociedade.

Silva (2015) considera o imediatismo como uma ação prática-utilitária que é posto para resolver um problema que surge na prática social, porém não de forma em que o problema fosse considerado para se buscar profunda reflexão, a partir dos conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos.

Em nenhum outro momento, os documentos das linhas de estudo de Ciências e Biologia retratam ao assunto de gênero e sexualidade. As indicações do trabalho de gênero e sexualidade nas disciplinas de Ciências e Biologia só aparecem no momento referenciado acima. E a análise desse trabalho será a partir desse texto.

Neste sentido, entendemos diante do trecho em análise, mostra uma preocupação em relacionar os conteúdos da diversidade, das questões de gênero e sexualidade, aos conteúdos biológicos, o que pode levar a um enfoque biologicista das questões de gênero e sexualidade, trabalhando conteúdos relacionados com modelos de comportamento sexual e não visando as relações humanas, e desta forma se mostra insuficiente para a compreensão real das questões referentes a esta temática.

Vimos que o tema “diversidade” é posto de forma preocupada com o método de ensino. Há uma valorização do método no processo da atividade pedagógica, influenciado por pedagogias escolanovistas, que valorizam o método ao conhecimento sistematizado (MAIA, 2015). Para Jacomeli (2007), ao se valorizar o método em relação aos conteúdos historicamente acumulados pela humanidade, há um empobrecimento da educação escolar. Até porque a metodologia de ensino posta em tais documentos se fundamenta em teorias não críticas, do ponto de vista da totalidade, não sendo prioridade a socialização dos conhecimentos sistematizados (BIANCON, 2016).

Outra preocupação que apontamos está no fato de que a temática gênero e sexualidade não refere preocupação em resolver os problemas sócio-políticos, o que justificaria o tema ser contemplado na educação escolar, como conhecimentos clássicos distribuídos nas áreas possíveis de atuação, valorizando o processo histórico determinado pelos seres humanos e a maneira como, ao longo das civilizações, se produziu a vida em sociedade.

Sabemos que o ato de educar é um ato político (SAVIANI, 2013). E todo o processo educativo não é neutro, e é intencional. E a intencionalidade do ato educativo é a socialização dos conhecimentos sistematizados às/aos filhas/os dos trabalhadores/as para que possam dominar o conhecimento nas suas formas mais elaboradas, para que possam entender a sua condição na sociedade de classes, ao mesmo tempo, compreender as alienações e os processos hegemônicos a que estão submetidos, produto da forma que o trabalho é (des)valorizado na sociedade do capital (MAIA, 2015).

Nesses termos, consideramos que no processo educativo, há que reproduzir às/aos estudantes, a sociedade em sua realidade, construída historicamente por todas as pessoas, para que, ao se compreendê-la, possamos buscar por uma sociedade justa e igualitária.

Por isso, há que se buscar uma teoria crítica. Crítica no sentido que devemos ainda superar essa sociedade de classe, essa sociedade capitalista, dividida em dominantes e dominados, quanto a forma de produção da vida e, conseqüentemente, da cultura, a partir do trabalho (TOZZONI-REIS, 2008).

Pois é nas relações determinantes da produção do material humano, da cultura humana, que se naturaliza a sexualidade e as relações de gênero. E a heteronormatividade, fruto das alienações nas relações determinantes ao longo das civilizações, é presente e se faz na atual sociedade (BIANCON, 2016).

Para Louro (1997), a escola é uma instituição que reproduz a sociedade, que é heteronormativa. Para Malanchen e Matos (2012), a temática diversidade sexual se apresenta no currículo escolar em oposição à heteronormatividade, pois nossa sociedade sofreu transformações nos últimos anos em que se questionaram os padrões culturais existentes, e com a influência dos movimentos sociais na educação, sucederam-se questionamentos do papel da escola para com a sociedade. Porém, para que haja transformações sociais no sentido de uma emancipação humana, há a necessidade de se reproduzir em si e para si, em uma relação dialética entre os meios de produção e a sociedade, a fim de superarmos o modelo de produção da vida (MARX, 2008).

Se não continuaremos a resolver os problemas no imediatismo, sempre nos adaptando à sociedade em que vivemos naturalizada no processo sócioevolutivo de geração a geração. Por isso, para Biancon (2016), desmitificar as diferenças em relação a diversidade nas relações de gênero, e quanto às sexualidades, não basta! O mesmo autor sugere que todo o processo histórico da produção do material e da cultura humana seja socializado durante o ato educativo, para que a diversidade sexual possa ser compreendida de forma objetiva, para que as/os estudantes possam ser capazes de elevar ao nível crítico, capaz de questionar o modelo de sociedade, bem como as relações determinantes, que justificam os preconceitos e os problemas sociais quanto às discriminações à diversidade. Só assim, o problema não será resolvido no imediatismo e nem de forma adaptativa.

Vimos a preocupação em analisar os materiais didáticos de Ciências e Biologia que apresentam foco na diversidade. Logicamente, vimos que a temática gênero e sexualidade se fragmenta ao se considerar apenas a dimensão biológica. Ainda assim, consideramos uma preocupação com materiais didáticos ao invés de se preocupar os elementos que possam elevar a compreensão das/os estudantes de um nível sincrético a um nível sintético, na elaboração da produção dos conhecimentos a compreender a sexualidade na realidade, que é sóciohistoricamente construída no conjunto de todos os seres humanos.

Apesar de a SEED ofertar às/aos docentes da rede pública por meio do programa, a formação continuada em gênero e sexualidade, poucas/os docentes trabalham essa linha de estudo, devido a falta de conteúdo relativo as questões de gênero na formação inicial, ou talvez por não se sentirem preparadas/os a lidar com as dificuldades e os desafios que cercam essa temática. (BIANCON, 2016). Muitas vezes o próprio docente não consegue refletir sobre este tema, seus sentimentos, valores, tabus e preconceitos relativos à sexualidade, por também não compreender o tema de forma crítica e tão pouco em seus conhecimentos em nível mais elaborado, o que compromete o trabalho das questões de gênero nas escolas públicas e, conseqüentemente, uma possível oportunidade de socializar os conhecimentos

científicos, filosóficos e artísticos às/aos estudantes, de forma a desvelar os entraves presentes nas relações humanas determinantes do modelo socioorganizacional a que estamos submetidos.

O PDE é um momento oportuno para a formação continuada de docentes da rede pública. Consideramos um projeto indispensável para provocar mudanças no processo de humanização das pessoas, sendo uma oportunidade de valorizar os referenciais teóricos que sustentam este processo. Porém, se continuar promovendo práticas pedagógicas que não priorizam a articulação dos conhecimentos objetivados e mediados, corrobora com o modelo de sociedade apenas, adaptando os problemas quanto a heteronormatividade e a diversidade sexual, ao modelo existente de sociedade e, ainda, questionando de forma fragmentada, os problemas sociais, fruto das determinações na reprodução do modo de produção da vida.

Na promoção desta temática na formação continuada aos docentes das escolas públicas, há que se considerar o papel da escola, que é a socialização dos conhecimentos sistematizados, voltada a atender as necessidades da sociedade, visibilizando os conflitos existentes no sentido de viabilizá-los para atender os interesses de todas as pessoas presente nesta sociedade dividida em classes. Esse compromisso, necessita ser, em primeiro lugar, dentro da luta social, a favor dos menos favorecidos, das/os subalternas/os, das/os trabalhadoras/es.

Por isso a necessidade de considerar, no processo de formação continuada, oportunizado pelo PDE, a própria prática social das/os professoras/es, que é histórica, particular, global, universal e humana, para que todo o processo educativo possa ser mediado dentro da própria prática social global, pelo método da contradição, na luta contra toda forma de exploração, dominação, opressão, discriminação e exploração.

Assim, para que o programa se debruce em trabalhar de uma forma verdadeiramente crítica, a sexualidade deve ser abordada na formação continuada, como conteúdo sistematizado, com intuito de promoção, compreensão, análise e o desenvolvimento histórico dos conceitos que serão a ela relacionados e com intuito de trabalhar a relação do indivíduo com a sociedade, com base em uma sustentação teórica fundamentada em desconstruir mitos e preconceitos relacionados à sexualidade de forma crítica.

Nessa perspectiva, consideramos que no processo educacional deve se problematizar, questionar, dialogar e compreender os elementos inerentes à educação, de forma geral, buscando compreender as condições de ensino, as condições de trabalho para que se possa buscar clareza dos objetivos do ensino, do que se ensinar e para quem se vai ensinar e as circunstâncias dadas para que ocorra o ensino de forma crítica, para que haja propostas transformadoras em relação à organização social, com compromisso com a formação da classe trabalhadora, promovendo um ensino de qualidade, que permita a compreensão de forma crítica os problemas relacionados às relações de gênero e as sexualidades em sua totalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estudo dos documentos que auxiliam o referencial teórico do PDE, constatamos que os mesmos, apresentam certa preocupação com a temática gênero e sexualidade, mas, demonstram um enfoque biologicista, se firmando em teorias pedagógicas não críticas, onde não se prioriza a socialização dos conhecimentos sistematizados produzidos pela sociedade ao longo da história, e esses documentos não demonstram a preocupação em resolver os problemas sócio-políticos da atualidade, desta forma não se encontram estruturados em uma fundamentação teórica crítica, onde se possa compreender a sexualidade e a heteronormatividade como fruto de uma cultura que se encontra atrelada às formas de produção da vida.

Destacamos também a necessidade de se reformular os cursos de formação continuada às/aos docentes nesta temática, onde estas formações sejam fundamentadas em uma pedagogia crítica, onde a/o docente seja capaz de desvelar a realidade e o objeto concreto no contexto atual, onde deve considerar principalmente o papel da escola de socializar os conhecimentos artísticos, científicos e filosóficos, e o papel da/do docente como transformador social, com o compromisso de lutar pela educação dos menos favorecidos.

As ações tomadas após estas formações na temática gênero e sexualidade no ambiente escolar necessitam promover a luta contra a heteronormatividade e as diversas formas de marginalizações sociais encontradas na atualidade, para que desta forma a diversidade sexual possa ser compreendida de forma objetiva e crítica, para que as/os estudantes sejam capazes de elevar-se ao nível crítico, e entenderem de forma real a sociedade onde os mesmos estão inseridos, e as relações que ocasionam os preconceitos e os diversos problemas sociais referentes as formas de discriminações relacionado à diversidade, bem como priorizarem por um modelo de sociedade justa, humanista e igualitária superando o modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

BIANCON, M. L. **Educação em Sexualidades Crítica: uma formação continuada de professoras e professores com fundamentos na pedagogia histórico-crítica**. Tese defendida na UEM. Maringá, 2016.

CÉSAR, M. R. de A. **Lugar de Sexo é na Escola? Sexo, Sexualidade e Educação sexual**. EM: Sexualidade; Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Curitiba: SEED –Pr., 2009.

COLING, A.M **Os impasses das questões de gênero e sexualidade no Brasil atual.**

Disponível em < <http://postcolonialist.com/academic-dispatches/os-impasses-das-questoes-de-genero-e-sexualidade-brasil-atual/>>.

COSTA, G.C. **Crítica da crítica dos PCNS:** Uma concepção dialética.III EnFEFE -

Encontro Fluminense de Educação Física Escolar.2012 Disponível em :

<http://cev.org.br/biblioteca/critica-critica-dos-pcns-uma-concepcao-dialetica/> 1999

EGYPTO, A. C (org). **Orientação Sexual.** São Paulo:Cortez 2003.

FIGUEIRÓ, M. N. D, **Formação de Educadores Sexuais: adiar não é mais possível.** –Campinas, SP: Mercado de Letras; Londrina, PR: Eduel. (Coleção Dimensões da Sexualidade), 2006.

JACOMELI, M. R. M. **PCNs e Temas Transversais: análise histórica das políticas educacionais brasileiras.** Campinas, SP: Alínea, 2007.

LOURO,G. L. **Gênero, sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista.**1.ed. São Paulo:Vozes, 1997, .

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, EPU, 1986.

MAIA, J. S. S. **Educação ambiental crítica e formação de professores.** Curitiba/PR: Appris, 2015.

MALANCHEN, J.; MATOS, N. S. D. **A Pedagogia Histórico-Crítica no estado do Paraná: continuidades e rupturas.** In: MARSIGLIA, A. C. G.; BATISTA, E. L. (Org.). **Pedagogia histórico-crítica: desafios e perspectivas para uma educação transformadora.** Campinas-SP: Autores Associados, 2012.

MARSIGLIA, A. C. G.; MARTINS, L. M. **Contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica para a formação de professores. Germinal: Marxismo e Educação em Debate,** Salvador, v. 5, n. 2, p. 97-105, dez. 2013.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa – características, uso e possibilidades.**

Cadernos de pesquisa em administração, São Paulo. V. 1, nº 3, 2ºsem. 1996

PARANÁ. **Documento Síntese PDE.** Secretaria de Estado da Educação do Paraná, SEED: Curitiba, 2012.

PARANÁ. **LINHAS DE ESTUDO Ciências** Disponível em :

<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pde_roteiros/2013/le_ciencias.pdf(acessado em 30/05/2016)>

PARANÁ. **LINHAS DE ESTUDO Biologia** Disponível em :
http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pde_rotatorios/2013/le_biologia.pdf

SABAT, R. **Gênero e sexualidade para consumo**. In: LOURO, G. L. NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 149

SAVIANI, D. **Escola e Democracia..** Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação)

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10ª edição. São Paulo: Ed. Autores Associados, 2013. 174 pgs

SILVA, M. M. **Pedagogia Histórico-Crítica e sexualidade na educação escolar: considerações a partir da análise do tema “orientação sexual” nos parâmetros curriculares nacionais**. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*. Salvador, v. 7, n. 1, p. 78-88, jun. 2015.